

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
1932

ASSUNTO: Regulamentação da profissão de museólogo PROTOCOLO Nº: _____

DESPACHO: _____

DISTRIBUIÇÃO

Em 19/05/1932

PROJ. Nº 4.658

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA.

A Diretoria da Associação Brasileira de Museologia tem a satisfação de comunicar a todos os profissionais de museus a regulamentação da profissão de Museólogo, assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Estamos de parabéns pela vitória de uma luta iniciada há mais de 20 anos pela ABM.

Regulamentação:
O Museu para o
Museólogo





METÁFORAS EM REDE NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)

PRISCILLA ARIGONI COELHO



Museu é o cenário (institucionalizado) onde se processa a relação profunda entre o homem e o objeto




UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

PRISCILLA ARIGONI COELHO

METÁFORAS EM REDE NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO:
um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)

Rio de Janeiro
2015

PRISCILLA ARIGONI COELHO

**METÁFORAS EM REDE NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO:
um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**

Tese de doutorado apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humana e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial da obtenção do Grau de Doutor em Memória Social.

Orientação: Prof.^a D.ra Evelyn Goyannes Dill Orrico

Rio de Janeiro

2015

Sxxx COELHO, Priscilla Arigoni.
Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985). / Priscilla Arigoni Coelho. – 2015
360 f.

Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, ano. 2015
Orientadora: Prof.^a D.ra Evelyn Goyannes Dill Orrico.

1. Institucionalização 1. 2. Museologia 2. 3. Memória Social
3. 4. Discurso 4. 5. Metáfora
Memória Social (Tese). I. Orrico, Evelyn Goyannes Dill.
III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. IV.
Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985).

PRISCILLA ARIGONI COELHO

**METÁFORAS EM REDE NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO:
um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**

Tese de doutorado apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humana e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial da obtenção do Grau de Doutor em Memória Social.

Rio de Janeiro, 26, de agosto de 2015.

Banca Examinadora:

Prof.^a D.ra Evelyn Goyannes Dill Orrico (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a. D.ra Leilah Santiago Bufrem
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. José Neves Bittencourt
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Suplentes:

Prof.^a. D.ra Leila Beatriz Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a. D.ra Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Antonio José Barbosa de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Para Bárbara, minha querida mãe, pela
generosidade e amor sem medidas.

Para Carlos, meu pai, pelo incentivo
mesmo em silêncio.

AGRADECIMENTOS

O exercício de elaboração de uma tese de Doutorado é quase sempre descrito como um percurso solitário, repleto de ansiedade, dúvidas e renúncias. O caminho trilhado nesse exercício individual é repleto da generosidade e contribuições, diretas e indiretas, de inúmeras pessoas. Sou eternamente grata a todos, sinceramente e sem distinção.

À Prof.^a D.ra Evelyn Goyannes Dill Orrico, pelo exemplo, competência e generosidade de sempre. Seu apoio vem guiando meus passos pela Memória Social desde os tempos do Mestrado. Sua orientação foi fundamental para manter o incentivo de chegar até aqui, bem como seus questionamentos precisos permitiram que os objetivos traçados fossem atingidos.

Aos membros da banca, que gentilmente aceitaram participar da avaliação desta tese. Ao querido Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, eterno paraninfo, que ao saber da temática da tese imediatamente abriu as portas do Núcleo da Memória da Museologia da UNIRIO e cedeu a bibliografia do Projeto Memória e Preservação da Museologia no Brasil. Ao Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva, pelas contribuições ligadas ao associativismo. Ao Prof. Dr. José Neves Bittencourt, pelos incansáveis debates e trocas de ideias, bem como bibliografia cedida, sem a qual a realização desta tese não teria começado. E, por último, mas não menos importante, à Prof.^a D.ra Leilah Santiago Bufrem que, mesmo à distância, prontamente atendeu ao meu pedido e enviou atenciosamente a bibliografia sobre redes.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), espaço acadêmico indispensável para a minha formação. À equipe do PPGMS, em especial à assistente administrativa Patrícia Quaresma Marques Soares, pela ajuda nas questões burocráticas.

Às Prof.^{as} D.ras Maria Nélide González de Gómez e Leila Beatriz Ribeiro, responsáveis por despertar em mim, ainda nos tempos da graduação, o espírito científico.

À Prof.^a D.ra Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei, pelas generosas observações durante a disciplina Memória e Instituição.

À Prof.^a D.ra Maria Cristina Oliveira Bruno, pela paixão dedicada à Museologia, sempre disposta a ajudar, trocar informação e pelas indicações dos caminhos da pesquisa nas instituições paulistas.

Aos colegas do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Meus agradecimentos especiais a Chefe de Departamento, Prof.^a D.ra Joseania Freitas, pelo apoio, à Prof.^a D.ra Suely Ceravolo por partilhar informações sobre o Curso e à Prof.^a D.ra Heloisa Helena Costa, pela disponibilidade em acessar os arquivos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia para desvendar um dos mistérios da pesquisa e ceder a documentação.

À Prof.^a D.ra Maria Célia Teixeira Moura Santos, que ao tomar conhecimento da temática da pesquisa permitiu o acesso ao seu acervo pessoal. Serei eternamente grata pelo exemplo de generosidade e incentivo à produção de conhecimento. Espero que a troca de informação trilhada nos passos do doutoramento permita a continuidade de novos projetos.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelo acesso à Coleção de Valentin Calderón, em especial pela disponibilidade do Diretor do MAE, Prof. Dr. Claudio Luiz Pereira, do coordenador do Setor de Museologia do MAE, o museólogo e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela UFBA, Antônio Marcos Passos, e à graduanda de história e bolsista do Programa Permanecer/PROAE/UFBA, Viviane Santos dos Reis.

Ao Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em especial ao coordenador de pesquisa e museólogo M.e, Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro, pela disponibilidade em contribuir com estudos no campo museológico, ceder a documentação dos Anais do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, material fotográfico do evento e cópia das cartas da ABM.

Ao Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), especialmente à responsável Marina Santos, que generosamente desvendou o volume documental relativo ao Inventário do Fundo Associação Paulista de Museólogos para responder às solicitações imprescindíveis ao desenvolvimento da tese.

Ao Serviço de Biblioteca e Documentação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), pelo acesso e cópia da dissertação de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.

À Biblioteca e Centro de Documentação do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), em especial à bibliotecária Maíra Carvalho de Moraes, pelo pronto atendimento para acesso à documentação institucional do convênio MASP e FESPSP.

À museóloga, bolsista voluntária do Núcleo da Memória da Museologia da UNIRIO e atual mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO, Natália de Figuerêdo Biserra, pela interlocução da pesquisa. O trabalho acadêmico é sempre enriquecido pela troca de informação, principalmente quando trata de uma temática pouco estudada, que suscita a construção do texto por meio do “quebra-cabeça” de documentos. A pesquisa permite, por intermédio da seleção de temáticas, o estabelecimento de elos acadêmicos entre pesquisadores com o intuito de produzir, gerar conhecimento e novos desdobramentos no futuro.

À amiga de infância Raquel Cristina Mello Correia, que muito me auxiliou na “perseguição” referencial pela Universidade de São Paulo (USP).

À amiga Prof.^a D.ra Izabel Mendes, pela eterna disponibilidade, observações pertinentes e carinhosas ajudas.

Aos colegas da linha de pesquisa Memória e Linguagem, pelo convívio e troca de ideias. Especialmente, à Maria de Fátima Costa de Oliveira (Fafate) que, durante a realização de um trabalho de disciplina em conjunto e futuro artigo, acabou contribuindo para as reflexões acerca dos conceitos de memória e de instituição e, ainda, à Gilmara Almeida dos Santos que, numa conversa de corredor, pós-exame de qualificação, pronunciou palavras de incentivo e solidariedade no momento mais crítico do desenvolvimento desta pesquisa.

À equipe da Biblioteca Central da UNIRIO, em especial à bibliotecária, atual professora do Departamento de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, M.e Marianna Zattar, pelos cursos de normatização documentária, elaboração de referências e paciência em sanar as dúvidas com as normas ABNT NBR 6023:2002 (Informação e Documentação – Referências – Elaboração) e ABNT NBR 10520:2002 (Informação e Documentação – Citações em documentos – Apresentação).

À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em especial ao Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Dr. André Talvani Pedrosa da Silva, e aos técnicos administrativos Arlem Daniel Pena de Castro e Vicente Teodoro Anastacio, pelo apoio à realização deste trabalho. Aos colegas do Departamento de

Museologia da UFOP, que acompanharam o passo a passo desta jornada. Meus agradecimentos especiais ao Prof. José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima (*in memoriam*) e à Prof.^a D.ra Ana Paula de Paula Loures de Oliveira (*in memoriam*).

Aos eternos alunos, monitores e orientandos, agora museólogos, André Leandro Gonçalves Silva, Betânia dos Anjos do Carmo, Gustavo Nascimento Paes, Thayane Sampaio Martins, Wanalyse Angélica Emery Pontes e todos aqueles que, mesmo sem serem citados, sabem que têm espaço no meu coração pela torcida para realização da tese.

Aos amigos, Prof. M.e Almerindo Cardoso Simões Junior, às Prof.^{as} M.e Luciana Quintanilha Andrzejewski e Viviane Mendonça de Lima e à museóloga Kely Cristina Silva de Moraes, pelo estímulo à pesquisa, apesar da distância na época do doutoramento. Saudade dos longos papos, trocas de ideias e leituras na época da pesquisa no Mestrado.

À família, minha eterna gratidão, pelo incentivo, ponto de referência e apoio fundamentais nessa caminhada. À prima e irmã de coração, Katia Arigone de Sá, pelo Abstract e todo o restante. À irmã de sangue, Sabrina Arigoni Coelho, pela total displicência com minhas leituras, mas eterna capacidade de me fazer sorrir durante todo o processo. Para Belinha, minha yorkshire, mais conhecida como BB e anjinho, pela companhia nas horas dedicadas aos escritos da tese.

Aos queridos amigos de fé e luz por me permitirem acreditar sempre na realização de um sonho, no ideal de vida, frente à superação das dificuldades no caminho.

A Deus pelo presente de realizar mais um sonho e encerrar mais esta jornada, que se desdobrará em novas possibilidades e caminhos num futuro próximo.

A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original.

Albert Einstein

METÁFORAS EM REDE NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil, 1932 a 1985

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo a memória do processo de institucionalização do campo de conhecimento da Museologia no Brasil, de 1932 a 1985, na tentativa de delinear a rede de atores envolvidos na sua criação e analisar as representações metafóricas como indicativo da identidade desse grupo de profissionais. Nesse sentido, a institucionalização é considerada um processo pelo qual um conjunto de normas, valores, significados, práticas e validações orientam uma atividade social, promovendo a relação de indivíduos em prol dos projetos, discursos e objetivos comuns. Para dar conta dos processos significativos da institucionalização do campo, centramos nossa análise em dois grupos de enunciados: o primeiro refere-se ao momento de gestação do pensamento museológico brasileiro com a produção discursiva dos três coordenadores dos primeiros cursos de Museologia no país e os seus respectivos recortes temporais (Gustavo Barroso – 1932 a 1958; Valentin Calderón – 1969 a 1980; e Waldisa Rússio – 1977 a 1985), e o segundo grupo constitui-se pela afirmação da profissão de museólogo a partir do domínio discursivo do processo de regulamentação da profissão com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e o Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985. Tal delimitação torna-se necessária na medida em que indica o processo de institucionalização do campo, tanto da formação quanto do trabalho ou da profissão. Portanto, o objetivo geral é entender a Museologia como instituição e seus membros, os museólogos, como grupo, na tentativa de compreender a identidade por intermédio das representações metafóricas que esses profissionais atribuem ao campo. Partimos do pressuposto, então, segundo Lakoff e Johnson (1980), que os indivíduos estruturam-se cognitivamente por representações metafóricas. O arcabouço teórico-metodológico apoia-se, numa perspectiva interdisciplinar, em torno dos conceitos de Memória, Identidade, Instituição e Metáfora. Esta pesquisa centra-se numa temática pouco estudada e justifica-se pelo ineditismo da abordagem sob o enfoque da Memória Social, no âmbito da linguagem, assim como pelo recorte temporal proposto. Optamos, metodologicamente, por uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando a

Análise do Discurso de vertente francesa, na análise das sequências discursivas do *corpus* selecionado. Desse modo, torna-se necessário destacar que a análise dos enunciados nos levou a constatar que a identidade institucional do campo museológico permaneceria ligada tanto à identidade dos profissionais responsáveis por sua formação quanto ao movimento de aglutinação dos demais atores em rede. A operação de identificação da rede de atores para regulamentação da profissão destaca que o campo profissional seria determinado por mobilização e interação desses indivíduos, o que resultou no maior destaque dos diversos níveis institucionais e na afirmação identitária de um fórum decisório.

Palavras-chave: Institucionalização. Museologia. Memória Social. Discurso. Metáfora.

METAPHORS IN INSTITUTIONALIZATION PROCESS NETWORK: a study on memory and discourse of Museology in Brazil (1932-1985)

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the memory of the institutionalization of the museum field in Brazil, from 1932 to 1985 in an attempt to delineate the network of actors involved in its creation and analyze the metaphorical representations as an assessment of the identity of this group of professionals. In this sense, the institutionalization is considered a process by which a set of norms, values, meanings, practices and validations guide a social activity, promoting the relationship of individuals in favor of common projects and goals. To cover the significant processes of institutionalization of the field, we focus our analysis on two groups: the first refers to the moment of birth of the Brazilian museological thought and discursive production of the three coordinators of the first courses in Museology in the country and their respective time frame (Gustavo Barroso - 1932-1951; Valentin Calderon - from 1969 to 1980, and Waldisa Russio - 1977 to 1985) and the second group is constituted by the profession confirmation of curators from the discursive domain of the process of regulation of the profession with the Law. 7.287, of December 18, 1984, and Decree No. 91,775, of October 15, 1985. Such a definition is necessary for it indicates the process of institutionalization of the field in training as well as in work or the profession. Accordingly, the overall goal is to understand the Museology, as an institution, and its members, curators, as a group, trying to understand their identity through the metaphorical representations which these professionals attribute to the field. We assume, then, according to Lakoff and Johnson (1980), that individuals are cognitively structured by metaphorical representations. The theoretical and methodological framework relies on a multidisciplinary perspective on the concepts of Memory, Identity, Institution, and Metaphor. This research focuses on a subject which has been barely studied and is justified by the novelty of the approach with a focus on social memory in the context of language, as well as the proposed time frame. Methodologically, we chose a qualitative study, using the French Discourse Analysis, the analysis of discursive sequences of the selected group. Thus, it is necessary to emphasize that the analysis of the aforementioned led us to realize that the institutional

identity of the museum field remains linked to both the identity of the persons responsible for its formation, as to the agglutination of other actors in the network. The operation of identifying the network of actors to regulate the profession highlights that the professional field would be determined by mobilization and interaction of these individuals, which resulted in the most prominent of the various institutional levels and identity affirmation of a decision-making forum.

Keywords: Institutionalization. Museology. Social Memory. Discourse. Metaphor.

**MÉTAPHORES EN RÉSEAU DANS LE PROCESSUS
D'INSTITUTIONNALISATION: une étude sur la mémoire et le discours de la
Muséologie au Brésil, entre 1932 et 1985**

RÉSUMÉ

L'objet d'étude de cette thèse est la mémoire du processus d'institutionnalisation du domaine de la connaissance appelé Muséologie au Brésil, entre 1932 et 1985, dans un effort pour établir les contours du réseau d'acteurs impliqués dans sa création et donc, d'analyser les représentations métaphoriques en tant qu'indicatifs de l'identité de ce groupe de professionnels. Dans ce sens, l'institutionnalisation est considérée comme un processus par lequel un ensemble de normes, de valeurs, de significations, de pratiques et de validations orientent une activité sociale en promouvant le développement de relations entre les individus autour des projets, des discours et des objectifs communs. Pour étudier les processus significatifs de l'institutionnalisation du domaine, nous centrons notre analyse sur deux groupes d'énoncés: le premier fait référence au moment de gestation de la pensée muséale brésilienne à partir de la production discursive des trois coordinateurs des premières formations en Muséologie au pays et ses respectives tranches temporelles (Gustavo Barroso – de 1932 jusqu'à 1958; Valentin Calderón – de 1969 jusqu'à 1980; et Waldisa Rússio – de 1977 jusqu'à 1985) et le second groupe s'est constitué par l'affirmation du métier de muséologue d'après le domaine discursif du processus de réglementation de la profession, abouti par la Loi n°. 7.287, de 18 décembre 1984, et le Decret n°. 91.775, de 15 octobre 1985. Une telle délimitation se fait nécessaire dans la mesure où elle indique le processus d'institutionnalisation du domaine aussi bien de la formation, comme du travail ou de la profession. Dans ce sens, l'objectif général est celui de comprendre la Muséologie en tant qu'institution, et ses membres, les muséologues, en tant que groupe, pour essayer de comprendre l'identité à travers les représentations métaphoriques que ces professionnels attribuent au domaine. Nous supposons, alors, selon Lakoff et Johnson (1980), que les individus se structurent cognitivement par des représentations métaphoriques. Le cadre théorique et méthodologique s'appuie, dans une perspective interdisciplinaire, sur les concepts de Mémoire, d'Identité, d'Institution et de Métaphore. Cette recherche est centrée autour d'un thème peu exploré et se justifie

par l'originalité de son approche sous la lumière de la Mémoire Sociale projetée sur le langage, tout comme par l'intérêt de la période proposé. Dans le but de conduire une recherche à caractère qualitatif, notre choix méthodologique porte sur l'Analyse du Discours française, dont nous nous servons pour examiner les séquences discursives du *corpus* sélectionné. L'analyse des énoncés nous a permis de constater que l'identité institutionnelle du domaine muséal se rattache à la fois à l'identité des professionnels responsables pour sa formation ainsi qu'au mouvement d'agglutination des autres acteurs du réseau. L'opération d'identification du réseau d'acteurs pour la règlementation de la profession montre que le domaine professionnel serait déterminé par la mobilisation et l'interaction de ces individus, ce qui a pour résultat une mise en relief des différents niveaux institutionnels tout comme l'affirmation identitaire d'un forum décisive.

Palavras-chave: Institutionnalisation, Muséologie, Mémoire Sociale, Discours, Métaphore.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Cronograma das principais atividades de 2003 a 2013.....	29
Ilustração 02	Esquema discursivo.....	41
Ilustração 03	Esquema teórico.....	55
Ilustração 04	Esquema dos Conselhos Regionais de Museologia.....	189
Ilustração 05	Visualização gráfica das representações metafóricas.....	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Configuração acadêmica-institucional dos cursos de Museologia.....	32
Quadro 02	Detalhamento do <i>corpus</i>	38
Quadro 03	Análise e interpretação de teses e dissertações.....	50
Quadro 04	Lista de instituições para consulta de fontes primárias.....	52
Quadro 05	Especificidade da Escola da Análise do Discurso.....	66
Quadro 06	Distribuição de disciplinas do Curso Técnico de 1922.....	76
Quadro 07	Distribuição da grade curricular do Curso de Museus.....	111
Quadro 08	Distribuição da grade curricular do Curso de Museologia da UFBA....	112
Quadro 09	Distribuição da grade curricular da Pós-graduação em Museologia da FESPSP.....	114
Quadro 10	Lista de associações profissionais na área do conhecimento da Museologia.....	118
Quadro 11	Fragments do primeiro projeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo elaborado em 1963.....	131
Quadro 12	Variação das denominações do termo Museólogo em documentos oficiais.....	133
Quadro 13	Fragments do projeto de lei de 1968.....	137
Quadro 14	Fragments do projeto de lei de 1974.....	140
Quadro 15	Fragments do projeto de lei de 1979.....	142
Quadro 16	Lista de eventos da área da Museologia no início dos anos 80 que abordam as temáticas ligadas a regulamentação da profissão.....	145
Quadro 17	Fragments do estudo para anteprojeto de 1981.....	149
Quadro 18	Fragments do projeto de lei nº. 4558A.....	151
Quadro 19	Fragments do projeto de lei nº. 5.654 de 1981.....	153
Quadro 20	Rede de sentido em torno do vocábulo Regulamentação da Profissão de Museólogo na proposta de lei 5.654 de 1981.....	156
Quadro 21	Atribuições dos museólogos e a recorrência da administração do museu como atividade da classe.....	157

Quadro 22	Análise dos termos e das ocorrências do processo de regulamentação da profissão nas duas reportagens da década de 80.....	162
Quadro 23	Análise dos termos e das ocorrências do processo de regulamentação da profissão na matéria do jornal O Globo no dia 18.03.1982.....	165
Quadro 24	Fragmentos do projeto de lei nº. 4558B.....	171
Quadro 25	Mapa das competências e áreas relacionadas com destaque das duas maiores ocorrências em cada proposta de lei para regulamentação da profissão de museólogo.....	173
Quadro 26	Documentos selecionados.....	188
Quadro 27	CATEGORIA 1 – quem são os conservadores/museólogos.....	190
Quadro 28	CATEGORIA 2 – como os museólogos delimitam sua área do conhecimento.....	196
Quadro 29	CATEGORIA 3 – como os museólogos atribuem as representações que os outros fazem da Museologia.....	200
Quadro 30	Cruzamento de dados.....	204
Quadro 31	Distribuição dos participantes por estado no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.....	210
Quadro 32	Distribuição dos participantes por grupo temático no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.....	211
Quadro 33	Dados dos participantes no GT2: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia do no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.....	212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Mapeamento dos grupos com palavra-chave Museologia.....	34
Gráfico 02	Mapeamento da formação dos atores acadêmicos acadêmica com grupo de pesquisa que contemplam a Museologia como área predominante.....	36
Gráfico 03	Mapeamento dos participantes por estado, no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, em destaque o quantitativo de profissionais, estudantes, conferencistas e debatedores.....	210
Gráfico 04	Cruzamento de dados pela formação profissional dos no GT2: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia.....	214
Gráfico 05	Rede de participantes no GT2: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia.....	216
Gráfico 06	Rede de participantes na plenária no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.....	217

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Ao centro, sentados da esquerda para a direita, Prof. Edgar de Araújo Romero (Numismática) e Prof. Joaquim Menezes de Oliveira (História da Arte Brasileira) com a Turma de 1936 do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.....	81
Figura 02	Ao centro, sentados da esquerda para direita, Dr. Gustavo Barroso (História do Brasil, História Militar e Naval do Brasil e de Técnica de Museus) e Prof. Edgar de Araújo Romero (Numismática) com a Turma de 1937 do Curso de Museus.....	81
Figura 03	Destaque da obra “Introdução à técnica de museus” (volume I e II)....	83
Figura 04	Prof. Valentin Calderón com um artefato.....	94
Figura 05	Portaria nº. 03/77 com nomeação da Prof ^a . Dr ^a . Waldisa Rússio para elaboração do Curso de Especialização de Museologia, em nível de Pós-Graduação em Museologia, em 1977.....	100
Figura 06	Folder de divulgação para Pós-graduação em Museologia, com convenio MASP/FESPSP de 26 de abril de 1978.....	103
Figura 07	Folder de divulgação para Pós-graduação em Museologia, com convenio MASP/FESPSP, de 1979.....	103
Figura 08	Resolução nº. 01/85 do Conselho superior da Fundação Escola e Política de São Paulo para criação do Instituto de Museologia de São Paulo.....	106
Figura 09	Regimento Interno do Instituto de Museologia de São Paulo.....	106
Figura 10	Prof ^a . Dr ^a . Waldisa Rússio, sentada à direita, na festa de confraternização dos formandos de 1983.....	108
Figura 11	I Congresso Nacional de Museus no Museu de Ciência e Técnica, da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, em 1956.....	122
Figura 12	Seminário Regional da UNESCO, na cidade do Rio de Janeiro, em 1958.....	123
Figura 13	Reunião de Fundação da ABM, Museu Nacional de Belas Artes em 1963.....	125
Figura 14	Cartaz do I Encontro Nacional de Museólogos em 1981.....	148
Figura 15	Programa do I Encontro Nacional de Museólogos em 1981.....	148

Figura 16	Reportagem sobre a profissão de museólogo do jornal O Globo, Rio de Janeiro, 02.03.82, em destaque temos a crítica as atribuições profissionais.....	160
Figura 17	Reportagem criticando o Projeto do Deputado Álvaro Valle do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 mar. 1982.....	161
Figura 18	Chamada da reportagem O Globo, Rio de Janeiro, 18 de março de 1982.....	163
Figura 19	Inscrições no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no dia 09 agosto de 1982.....	174
Figura 20	Detalhe do credenciamento no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no dia 09 agosto de 1982.....	174
Figura 21	Capa do folder do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.....	176
Figura 22	Sessão Plenária com temática voltada para “A ética profissional da Museologia”, do dia 10 de agosto de 1982, com a conferencista Terezinha Sarmento e debatedoras Maria Regina Batista e Therezinha Martins.....	179
Figura 23	Sessão Plenária com temática “O museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia”, do dia 11 de agosto de 1982, com a conferencista Waldisa Russio e debatedoras Maria Célia Teixeira Santos e Gabriela Pantigoso.....	179
Figura 24	Abertura do VIII Congresso Nacional de Museus organizado pela ABM.....	182

SUMÁRIO

VOLUME 1

1	INTRODUÇÃO.....	27
2	COMPONDO DIÁLOGOS: A CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO.....	57
2.1	Abordagem dos conceitos de Memória e de Identidade como construções sociais.....	57
2.2	Abordagem do processo de institucionalização	60
2.3	Abordagem da Análise do Discurso de vertente francesa.....	65
2.3.1	<i>A metáfora como indicativo da identidade do grupo.....</i>	<i>69</i>
3	ESPAÇO INSTITUCIONAL E O SABER-FAZER MUSEOLÓGICO: PROCESSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	74
3.1	O pioneirismo do Curso de Museus e a cientifização das práticas museológicas no Museu Histórico Nacional, 1932 a 1958.....	74
3.2	O Curso de Museologia da Bahia, vínculo com Departamento de História e aulas técnicas com recém-formado do Curso de Museus, 1969 a 1980...	85
3.3	A Pós-Graduação em Museologia em São Paulo sob os alicerces da Sociologia e a exigência da interdisciplinaridade, 1977 a 1985.....	95
3.4	A Museologia e o perfil acadêmico dos cursos em pauta	109
4	MARCAS DE AFIRMAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E O DOMÍNIO DISCURSIVO DO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO.....	117
4.1	Associativismo no campo dos Museus e da Museologia.....	117
4.2	Visões em disputa no processo de regulamentação da profissão de Museólogo.....	129
5	RECORTES E(M) ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: CAMINHOS TRAÇADOS NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO.....	185
5.1	Discursos de memória dos coordenadores para o campo museológico e representação metafórica como evidência da construção do grupo.....	189

5.2	Rede de atores e a inclusão da subemenda no projeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo.....	208
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
	REFERÊNCIAS.....	227
VOLUME 2		
	APÊNDICE A: Lista de teses e dissertações do estado da arte	244
	ANEXO A: Lista de bolsas do Curso de Museus.....	247
	ANEXO B: Projeto de Regulamento da Profissão, Lei nº. 801, 1963.....	255
	ANEXO C: Leo Fonseca e Silva (196[?]) – Projeto de Regulamento da Profissão, 1968.....	265
	ANEXO D: Projeto de Regulamento da Profissão, 1974.....	273
	ANEXO E: Projeto de Regulamento da Profissão, 1979.....	285
	ANEXO F: BARRETO (1978) – Carta da presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Museologistas (ABM) para o presidente Dr. Arnaldo Machado.....	289
	ANEXO G: Anteprojeto, 1981.....	301
	ANEXO H: Carta Rio de Janeiro, 1981.....	303
	ANEXO I: Projeto de Lei nº. 4.858 A, 1981.....	308
	ANEXO J: Projeto de Lei nº. 5.654, 1981.....	313
	ANEXO L: Parecer de 12 de abril de 1982 sobre o processo de regulamentação da profissão de museólogo.....	319

ANEXO M: Relatório sobre os projetos 4.858 A/81 e 5.654/81 com proposta do substitutivo do Projeto de Lei nº. 4.858B/81.....	331
ANEXO N: Documento formulado pelo Grupo Temático 02: O Museólogo e o Mercado de Trabalho no campo da Museologia.....	351
ANEXO O: Relatório e Parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social, de 01 de dezembro de 1982.....	358

1 INTRODUÇÃO

A imaginação [...] encheu as lacunas de sua memória: em sua narrativa tudo parece digno de fé, uma mesma luz brinca sobre todas as paredes – mas descobrimos as fissuras quando as examinamos sob um outro ângulo (HALBWACHS, 2006, p. 97).

A etimologia da palavra Museologia nos aponta que seu sentido foi cunhado como “estudo do museu” ao longo dos anos 50 do século XX. Sua acepção atual contempla um campo extenso, que compreende um conjunto de reflexões críticas acerca do campo museológico denominado pela relação específica entre o homem e a realidade. A literatura especializada aponta para o problema no estabelecimento de limites conceituais e metodológicos da Museologia, já que existe a interseção com outros campos do conhecimento e diferentes necessidades ligada à amplitude da ideia de museu que tanto delimita a própria prática museológica, quanto amplia os limites da ação da área. Essas dimensões são responsáveis pela demanda do campo museológico pelo campo patrimonial, assim como pela predileção do campo museológico por atores de outras áreas do conhecimento que, em alguns casos, chegam a se denominar como museólogos.

Certos autores apresentam o campo patrimonial com matéria-prima da Museologia. Nesse sentido, a pesquisa é compreendida como suporte para o desenvolvimento da Museologia, que por intermédio da construção do conhecimento sustenta a musealização¹ em suas fases de seleção, preservação e comunicação, tendo como base referencial o patrimônio cultural. Autores europeus, dentre eles André Desvallés, passaram a demandar um campo mais amplo, a patrimoniologia, formando assim uma única agência, já que os estudos patrimoniais aspiram entremear com os fundamentos da Museologia. Devemos, no mínimo, admitir que o movimento, nas últimas quatro décadas, de pleitear os limites de um campo pelo outro gerou como resultado uma tentativa de assumir feições mais demarcáveis ao impulsionar o discurso de cada área.

¹ Musealização é um processo seletivo de valorização dos objetos em documentos e sucessiva comunicação, que pode ocorrer no âmbito do museu ou *in situ* como no caso dos ecomuseus. ver: CURY, Marília Xavier. Musealização. In: _____. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, p. 22-33, 2005.

Paralelamente a isso, existe no cenário brasileiro um claro momento de consolidação científica e fortalecimento da Museologia, como área de conhecimento, que modificou o panorama nacional no início dos anos 2000. Em 2003, foi implementada uma estratégia para o desenvolvimento do país com base na política cultural proposta pelo Estado Brasileiro, a Política Nacional de Cultura (PNC), que prevê o fortalecimento institucional, o estabelecimento de políticas públicas, tendo em vista o direito constitucional à cultura, a disseminação da cultura nacional com base em ações para valorização e democratização do acesso aos bens culturais, assim como a preservação da diversidade².

Importante salientar que no mesmo ano de lançamento da PNC, em maio de 2003, o setor museológico foi inserido nesse processo com o lançamento do caderno da Política Nacional de Museus (PNM)³, por intermédio do Ministério da Cultura (MinC), o que delineia um novo posicionamento em relação às instituições museológicas, à Museologia e às políticas públicas na área da cultura, além do novo ápice da mobilização dos profissionais se comparamos ao discurso em prol do movimento da regulamentação na década de 1980⁴.

Assim, a PNM possibilitou novas formas de incentivo para o setor, como a criação do Sistema Nacional de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus e da nova autarquia, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). São a Pré-conferência de Museus e Memória (Rio de Janeiro/2009) e a 4ª Edição do Fórum Nacional de Museus: Direito à Memória, Direito a Museus (4ª FNM – Brasília/2010), considerados os momentos de ápice no processo de construção da PNM e, sucessivamente, integração do setor museológico na PNC para fortalecimento do campo. Dessa integração culminou a elaboração de uma política pública específica para o setor com o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), consequência

² MINISTÉRIO DA CULTURA. **Perguntas frequentes relacionadas ao Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>. Acesso em dez. 2013.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Política Nacional de Museus**. Disponível em: <www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em dez. 2013.

⁴ Além da atuação ativa dos profissionais nesse processo, é possível observar na materialidade discursiva da PNM a retomada de pontos, como perfil profissional, a área de atuação e a formação de novos cursos em pauta nos encontros, seminários e congressos, que compoem o processo de regulamentação da profissão de museólogo. Ou seja, 19 anos depois da regulamentação da profissão essas temáticas ainda continuam em voga e em parte foram solucionadas com a ampliação da oferta de cursos da área. A PNM previa um total de sete eixos programáticos de atuação para gestores públicos e privados, dentre os quais temos o terceiro eixo, voltado para a formação e capacitação profissional. ver: NASCIMENTO JUNIOR, José; CHAGAS, Mário (orgs.). **Política nacional de museus**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2007.

particularmente da PNC, da II Conferência Nacional de Cultura (II CNC), reuniões setoriais e plenárias da Pré-Conferência e 4º. FNM.

Na **ilustração 1**, destacamos os principais eventos e a distribuição das atividades da PNC, PNM, PNSM e os novos cursos pelo REUNI.

	PLANO NACIONAL DA CULTURA/ POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS/ PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS	Pós-Graduação e Cursos de Graduação em Museologia pelo REUNI
2003	<div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%;">Lançamento da Política Nacional de Museus – PNM - maio</div> <div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%; margin-left: 10px;">Criação do DEMU – Departamento de Museus/IPHAN – outubro</div>	
2004	<div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">1º. Fórum Nacional de Museus: Imaginação museal, os caminhos da democracia (Salvador) – dezembro</div>	
2005	<div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Criação do Cadastro Nacional de Museus</div>	
2006	<div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%;">2º. Fórum Nacional de Museus: O futuro se constrói hoje (Ouro Preto) – julho</div> <div style="border: 1px solid orange; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%; margin-left: 10px;">Apresentação ao Congresso da PL 6835/2006, que contém diretrizes para o Plano Nacional de Cultura</div>	<div style="border: 1px solid purple; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins</div>
2007		<div style="border: 1px solid green; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Graduação Museologia – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)</div>
2008	<div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">3º. Fórum Nacional de Museus: Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento - julho</div>	<div style="border: 1px solid green; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Graduação Museologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</div>
2009	<div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%;">Estatuto de Museus Lei 11.904/10 – janeiro</div> <div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%; margin-left: 10px;">Criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – Lei 11.906/10 – Janeiro</div>	<div style="border: 1px solid green; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Graduação Museologia – Universidade Federal de Brasília (UNB)</div>
	<div style="border: 1px solid orange; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%;">1a. Pré-Conferência Museus e Memória (Rio de Janeiro) - fevereiro</div> <div style="border: 1px solid orange; padding: 5px; display: inline-block; width: 45%; margin-left: 10px;">II Conferência Nacional da Cultura (II CNC) – março</div>	<div style="border: 1px solid green; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Graduação Museologia – Universidade Federal do Pará (UFPA)</div>
		<div style="border: 1px solid green; padding: 5px; display: inline-block; width: 90%;">Graduação Museologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</div>

Barriga Verde, atual UNIBAVE, uma universidade particular de Orleans (SC); (2) em 2006, temos o segundo curso baiano na Universidade Federal do Recôncavo Bahia (UFRB) em Cachoeira (BA), e outro na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em Pelotas (RS), e (3) em 2007, na Universidade Federal de Sergipe (UFS) em Laranjeiras (SE). A expansão universitária foi intensificada com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁵, do Ministério da Educação, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Com incentivo do REUNI, foram criados outros oito cursos de graduação em Museologia, em destaque na ilustração anterior, distribuídos em quase todas as regiões brasileiras⁶. Atualmente, o quantitativo de cursos de graduação em Museologia chega a 15, com a criação, em 2012, de outro curso numa universidade particular, a Faculdade de Artes e Ciências Dom Bosco (Faeca – Monte Aprazível/SP), que surgiu a partir da demanda observada nos debates dos Fóruns de Museus por profissionais dessa área no estado de São Paulo.

Ainda como resultado do fortalecimento da área, podemos citar a criação de quatro cursos de pós-graduação no país: (1) o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, em 2006, no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI), com mestrado e doutorado; (2) o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, em 2012, da Universidade do São Paulo (USP) com a participação do Museu de Arqueologia e Etnologia, do Museu de Arte Contemporânea, do Museu Paulista e do Museu de Zoologia, com mestrado; (3) o Programa de Pós-Graduação em Museologia, em 2013, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a abertura da primeira turma de mestrado e, ainda; no mesmo ano, o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em nível de mestrado profissional.

Com o intuito de melhor demonstrar a configuração acadêmico-institucional dos cursos de Museologia, apresentamos o **quadro 1** a seguir, retratando a disposição pelas regiões brasileiras:

⁵ Sobre o REUNI, ver: Reestruturação e expansão das Universidades Federais. **Conheça as dimensões do Reuni**. Disponível em: <reuni.mec.gov.br/>. Acesso em jan. 2014.

⁶ Quantitativo de cursos criados com incentivo do REUNI abrange um curso no Norte (UFPA), um curso no Nordeste (UFPE), dois cursos no Centro-Oeste (UNB e UFG), dois cursos no Sudeste (UFOP e UFMG) e dois cursos no Sul (UFRS e UFSC).

REGIÃO	SIGLA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ PÓS-GRADUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA
SUL	UFRGS	--	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
	UFSC	--	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
	UFPEL	--	Instituto de Ciências Humanas
	UNIBAV E	--	sem informação
SUDESTE	UNIRIO	Museologia e Patrimônio	Centro de Ciências Humanas e Sociais
	UFOP	--	Escola de Direito, Turismo e Museologia
	UFMG	--	Escola de Ciência da Informação
	FAECA	--	sem informação
	USP	Museologia	--
NORTE	UFPA	--	Instituto de Ciências da Arte
NORDESTE	UFBA	Museologia e Sociedade Contemporânea	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
	UFRB	--	Centro de Artes, Humanidades e Letras
	UFPE	--	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
	UFS	--	Departamento de História
	UFPI	Artes, Patrimônio e Museologia	--
CENTRO-OESTE	UNB	--	Faculdade de Ciência da Informação
	UFG	--	Faculdade de Ciências Sociais

Quadro 1 – Configuração acadêmica-institucional dos cursos de Museologia

Fonte: A autora, com base no site das universidades

Importante destacar que conformações diferenciadas da dimensão acadêmico-institucional dos cursos de Museologia representam vínculos que estimulam discussões mais verticalizadas e explicitam as relações de saber-poder das partes envolvidas na pesquisa. Deste modo, considera-se que o contexto institucional do conhecimento, desenvolvido em determinado momento social e histórico, reflete tanto as transformações quanto os contrastes do campo do conhecimento da Museologia, o que tem levado a estruturas curriculares distintas e, por conseguinte, a diversos perfis profissionais.

A institucionalidade do campo museológico como área do conhecimento tem como um dos aspectos mais recorrentes dos estudos feitos por importantes autores, como Ivo Maroevic, as afirmações das características interdisciplinares como uma

demanda da própria prática museológica⁷. De fato, esse pensamento ganha destaque quando observamos as colocações de Japiassu (1994) acerca das áreas do conhecimento ligadas às Ciências Humanas e Ciências Sociais, como no caso da Museologia, que possui a interdisciplinaridade como traço característico e centro dos debates para entender tanto a origem quanto as relações que se estabelecem com outras disciplinas. No entanto, aquilo que parece saltar aos olhos muda de ponto de vista quando certos autores apontam a necessidade da autonomia do campo museológico e indicam como obstáculo os limites ainda indeterminados⁸. Dentro dessa perspectiva, podemos sublinhar que a institucionalidade do campo museológico tem como principal característica a complexidade numa contínua disputa de diferentes abordagens.

Assim, no que concerne à institucionalização da Museologia pelas agências de fomento à pesquisa (CNPq e CAPES), até o presente momento, a área encontra-se no segundo nível da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, na qual podemos indicar a formação dos atores acadêmicos como fundamental para compreensão dos diálogos atuais que o campo museológico estabelece com outros campos do conhecimento. Essa área do conhecimento teve um aumento significativo de grupos de pesquisa no período de 2004 a 2010 pela súmula estatística do CNPq⁹ no Censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, demonstrando concretamente um processo gradativo no aumento da produção acadêmica do cenário museológico no século XXI, impulsionada pela implementação da PNM e do REUNI.

Ao mapear o campo de conhecimento da Museologia e, conseqüentemente, compreender quais agentes atuam na área e produzem conhecimento, empreendemos uma averiguação das áreas de formação para pensar na relação que

⁷ Para abordar o museu e a Museologia numa perspectiva interdisciplinar com ênfase na informação, ver: LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museus, museologia e informação científica: uma abordagem interdisciplinar. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, p. 99-111, 2009. (MAST Colloquia; 11).

⁸ Sobre as questões ligadas à “multiplicidade disciplinar” e os limites para autonomia do campo museológico, ver: SOARES, Bruno Brulon; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorato (orgs.). **90 anos de Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 244-262, 2014.

⁹ Segundo o Censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, a área de Museologia tinha oito grupos de pesquisa em 2004 e, no último censo disponível, em 2010, destaca um total de 19 grupos de pesquisa. Cabe destacar que não foi possível observar os resultados do censo de 2012, já que este não está disponível no site do CNPq. ver: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <dgp.cnpq.br/planotabular/>. Acesso em jan. 2014.

se estabelece entre a rede de atores que atuam no campo e a institucionalização do campo. Importante destacar o que difere os conceitos de campo, área e linha de pesquisa. O campo aborda a totalidade de uma investigação científica, no caso, a Museologia. Já área abrange uma subdivisão desse campo, como, por exemplo, a comunicação museológica. Deste modo, os pesquisadores trabalham em conjunto com seus pares numa linha de pesquisa ao investigar temas de interesse mútuo, numa tentativa de aprofundar a investigação de uma área específica e proporcionar o desenvolvimento do campo.

O levantamento da base corrente do Diretório de Grupos de Pesquisa¹⁰ revela um total de 59 grupos de pesquisa identificados com a palavra-chave Museologia. Esses grupos se diferenciam quando examinamos a área de atuação predominante indicada. Cabe salientar que do total de grupos localizados que indicam temas museológicos e afins em sua pesquisa, como, por exemplo, museu, acervo, público, exposição, somente 21 grupos (35,59%) definem a Museologia como área predominante. O que se diferencia dos outros 38 grupos de pesquisa (64,41%), que possuem atores da Museologia que desenvolvem pesquisas com temáticas museológicas, mas alocam os seus estudos em outra área predominante.

Podemos observar, pelos resultados apresentados no levantamento e ilustrados no **gráfico 1**, que não há distribuição equânime entre os dois tipos de conjuntos de grupos de pesquisa, já que o quantitativo maior identificado diz respeito aos estudos alocados em outras áreas do conhecimento, apesar das temáticas museológicas.

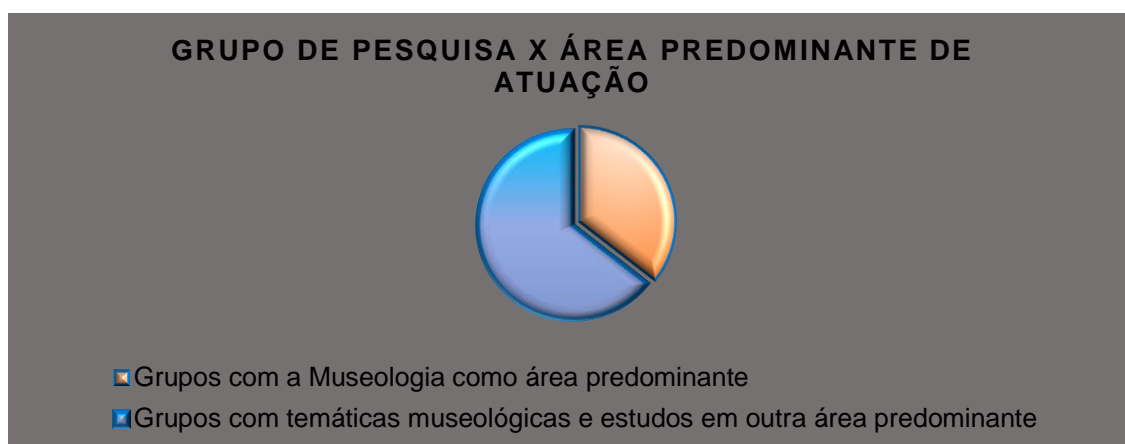


Gráfico 1 – Mapeamento dos grupos com palavra-chave Museologia

Fonte: A autora, com base na busca textual do CNPq

¹⁰ A busca na base atual do Diretório de Grupos de Pesquisa foi feita no dia 24 de abril de 2014.

Esse indicador aponta para a escolha de parte significativa dos atores que compõem a rede de acadêmicos pela área de titulação como predominante em suas pesquisas. Apesar de a Museologia ter completado 83 anos de existência do primeiro curso de formação, embora a primeira pós-graduação *stricto sensu* tenha somente nove anos, o que demonstra a forma como são construídas as relações nesse campo, especificamente sua representação como área e modo de encaminhamento das pesquisas desenvolvidas.

Nesse sentido, podemos dizer que a característica observada demonstra uma certa fragilidade dos mecanismos científicos de institucionalização desse campo, principalmente quando identificamos atores relevantes do campo da Museologia que atuam na formação profissional, em nível de graduação e pós-graduação no país, mas alocando suas pesquisas em outra área predominante.

Tal levantamento reforça que a formação profissional tende a ser norteadada por relações interdisciplinares, dado este que se apresenta como um traço distinto da Museologia como campo do conhecimento híbrido. Ou seja, existe uma rede ampla de acadêmicos que atuam no campo com predominância de pesquisadores de áreas afins com à Museologia, mas com universos de representação diversos, e que almejam a participação na apreensão do fenômeno museológico.

Tendo em vista essa constatação, optamos por focar nosso levantamento com recorte apoiado na amostra significativa dos 21 grupos de pesquisa (35,59%), que assinalam a Museologia como área predominante, o que nos permitiu observar uma dispersão de 24 áreas do conhecimento na titulação dos pesquisadores. Temos, então, a seguinte distribuição na formação dos pesquisadores: História (18,125%); Museologia (11,875%); Artes (10%); Ciências Sociais (9,375%); Educação (8,75%); Ciência da Informação (8,125%); Geologia (5,625%); Comunicação (5%); Arqueologia (3,75%), Memória Social, Arquitetura e Biologia (3,125%, cada); Patrimônio Cultural, Física, Letras e Psicologia (1,25%, cada) e Ciências, Turismo, Crítica Cultural, Administração, Engenharia de Transporte, Geografia, Serviço Social e Agronomia (0,625%, cada).

Para melhor visualização, apresentamos os indicativos enumerados anteriormente, no **gráfico 2**, com mapeamento da formação dos atores acadêmicos com grupo de pesquisa que contemplam a Museologia como área predominante:

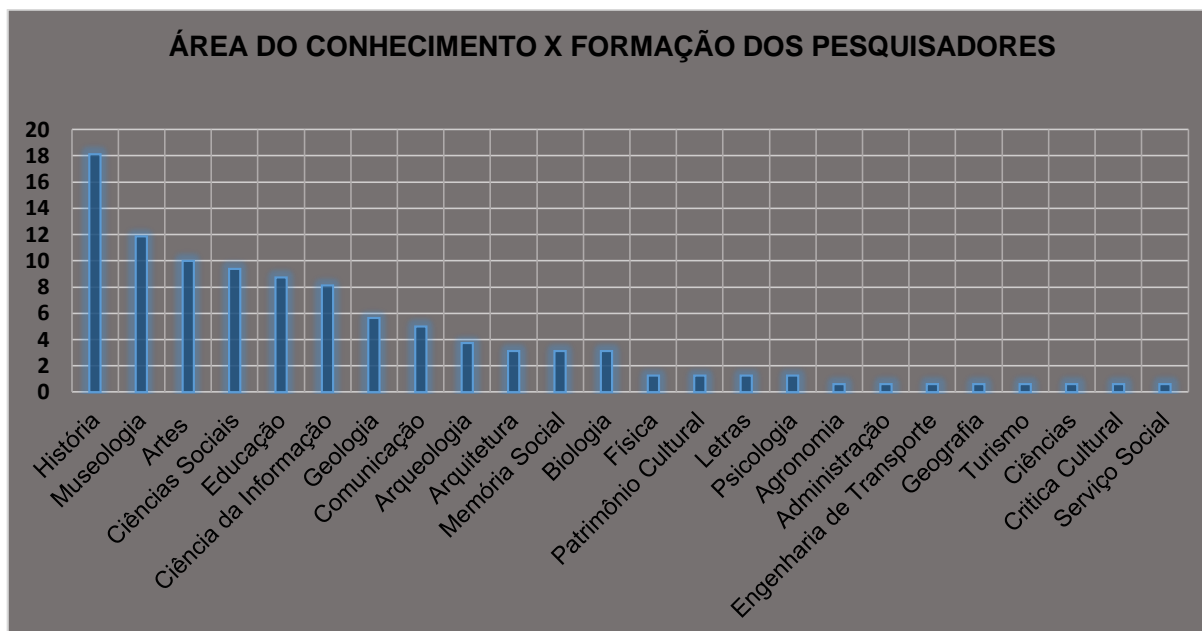


Gráfico 2 – Mapeamento da formação dos atores acadêmicos com grupo de pesquisa que contemplam a Museologia como área predominante

Fonte: A autora com base na busca textual do CNPq

Compreendendo tal conjuntura, esta pesquisa, então, nasce do propósito específico de desenvolver um estudo acerca da memória do processo de institucionalização do campo museológico no Brasil na tentativa de delinear a rede de atores envolvidos com a criação do campo e analisar as representações metafóricas como identidade do grupo de profissionais. Nesse sentido, a institucionalização não pode ser compreendida somente como a história das instituições, mas deve ser considerada um processo pelo qual um conjunto de normas, valores, significados, práticas e validações orientam uma atividade social, promovendo a relação de indivíduos em prol dos projetos, discursos e objetivos comuns.

Buscamos, ao problematizar a trajetória da regulamentação do campo museológico no cenário brasileiro como área do conhecimento, entender a conjuntura atual da área na medida em que as marcas do processo de institucionalização ainda hoje se fazem presentes. Em consequência disso, questões acerca do movimento de regulamentação da profissão de museólogo e os nomes dos idealizadores dos primeiros cursos – Gustavo Barroso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio – são essenciais, já que fornecem a trajetória dessa institucionalização. Tais indícios são constitutivos da memória e da identidade institucional. O resultado desse processo permanece para as gerações futuras de museólogos, o que se torna importante para compreender as diretrizes da área em nosso país num momento de autonomia do

campo e de comemoração pelos trinta anos da regulamentação da profissão de museólogo.

Assim, com base nessas considerações iniciais, o **objetivo geral** desta tese é **entender** a Museologia como instituição, e seus membros, os museólogos, como grupo na tentativa de compreender a identidade, por intermédio das representações metafóricas que esses profissionais atribuem ao campo. Trata-se, portanto, de um estudo com enfoque na Memória Social, na linha de pesquisa Memória e Linguagem¹¹, que abarca estudos com interface entre linguagem, identidade e memória.

Desse modo, o objetivo geral estende-se nos seguintes **objetivos específicos** enumerados a seguir:

- (1) **Descrever** as condições sociohistóricas do processo de institucionalização do campo museológico, entre 1932 a 1985, no Brasil;
- (2) **Identificar** as sequências discursivas do *corpus* selecionado – Gustavo Barroso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio, aptos a enunciarem pela instituição;
- (3) **Examinar** como o discurso institucional contribui, tanto para o processo de gestão do pensamento museológico brasileiro quanto para a afirmação da profissão de museólogo;
- (4) **Identificar** a rede de atores e a atuação de determinados grupos no processo de regulamentação da profissão de museólogo;
- (5) **Localizar** e **Analisar** as representações metafóricas que indicam a construção identitária desses profissionais.

Para compreender a construção da memória e a afirmação da identidade institucional, baseamo-nos em alguns **questionamentos** como fio condutor da análise, proposta esta que enumeramos a seguir:

- ▼ Existe regularidade nas representações metafóricas que circulam nos discursos do processo de institucionalização da Museologia no Brasil? Caso tais regularidades existam, é possível identificar uma identidade institucional?

¹¹ Informações no site do programa, ver: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL. **Linha de Pesquisa Memória e Linguagem**. Disponível em: <www.memoriasocial.pro.br/linhas/oque-proposta.php?linha=ml>. Acesso em jan. 2014.

- ▼ Como ocorreu o processo associativo dos museólogos? Como atuaram grupos distintos em prol do movimento de regulamentação da profissão? Nesse processo ocorreram conflitos e/ou silenciamentos nas tomadas das decisões em conjunto?
- ▼ Até que ponto podemos considerar a Museologia área do conhecimento, uma Instituição que constitui uma rede complexa de relações ora convergente, ora divergente? Enfim, como a Museologia, na qualidade de instituição, discursivizou-se?

Partimos do **pressuposto**, então, que os indivíduos estruturam-se conceitualmente por representações metafóricas, conforme preconizado por Lakoff e Johnson (1980). Defendemos a tese de que as representações metafóricas podem oferecer indicadores da afirmação da identidade que os profissionais atribuem ao campo, conforme Orrico (2001), sendo a rede de atores em prol da regulamentação da profissão um subsídio para constituição do campo, com intuito de garantir o fortalecimento e a legitimação dessa área do conhecimento.

Optamos por centrar nossa investigação no **recorte temporal** de 1932 a 1985. Importante salientar que esta escolha como analista não foi aleatória, já que consideramos a trajetória do campo museológico, no sentido macro, a partir da criação do primeiro curso de Museologia no Brasil. Definimos o recorte de análise com quatro marcos fundamentais da história do processo de institucionalização, como demonstramos no **quadro 2** a seguir.

DELIMITAÇÃO DO RECORTE TEMPORAL

(RJ) Discurso de Gustavo Adolfo Liz Guilherme Dodt da Cunha Barroso – 1932 a 1959

(BA) Discurso de Valentin Rafael Simon Joaquín Calderón de La Vara – 1969 a 1980

(SP) Discurso de Waldisa Rússio Carmago Guarnieri – 1977 a 1985

Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984 e Decreto nº 91.775 de 15 de outubro de 1985.

Quadro 2 – Detalhamento do *corpus*

Fonte: A autora

A pesquisa é constituída pela análise da produção bibliográfica e documental dos idealizadores e primeiros coordenadores dos primeiros três cursos de Museologia

no Brasil¹² – Gustavo Barroso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio – e a sanção da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que regulamenta o exercício da profissão de Museólogo, incluindo o Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, que autoriza a criação dos conselhos. Cabe destacar que optamos, para elucidar os questionamentos, por utilizar um conjunto de fontes documentais como contraponto, como, por exemplo, as propostas de projeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo nos períodos de 1963, 1968, 1974/1976, 1978, 1981.

Temos, então, um período (1932-1985) que abrange a criação do primeiro Curso de Museus no Rio de Janeiro, assim como o advento do Curso de Museologia no âmbito universitário na cidade de Salvador, a Pós-Graduação em Museologia em São Paulo e o movimento em prol da regulamentação da profissão de museólogo, que contribuiu para a definição da institucionalidade do campo museológico no cenário brasileiro. Considerando esse movimento, a observação que podemos destacar é que a associação dos profissionais de museus em torno da regulamentação da profissão é demarcada por um processo de 21 anos, que teve inicialmente a participação da Associação Brasileira de Museologia e o Curso de Museus, mas culminou numa efetiva integração dos museólogos das diversas regiões em seminários com a participação das associações, dos cursos da área e do Comitê Brasileiro do ICOM. Como resultado desse momento, temos a aprovação da Lei nº 7.287, em dezembro de 1984, que regulamenta a profissão.

Esta pesquisa centra-se numa temática pouco estudada e pode contribuir para a compreensão da consolidação do campo museológico. De fato, a análise desse momento decisivo de demarcação do campo carece de aprofundamento teórico e também empírico, no que se refere à pesquisa acadêmica acerca do processo de regulamentação da profissão de museólogo. Acreditamos que o movimento de integração dos profissionais e a tomada de decisão em conjunto implicou mudanças

¹² Importante salientar que entre 1975 e 1988 existiu, na cidade do Rio de Janeiro, dois Cursos voltados para formação em Museologia, suprimindo a demanda pela formação profissional. Apesar disso, optamos no recorte temporal em incluir somente um único curso do Rio de Janeiro, o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), considerado pioneiro na formação dos museólogos no Brasil. Para maiores informações a respeito do plano de criação dos cursos de graduação em Arqueologia e Museologia da Faculdade Marechal Rondon (FAMARO), mantido pelo Instituto Superior de Estudos Humanos, a partir de 1 de setembro de 1975 e posterior transferência para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES), em 16 de março de 1978, com reestruturação da grade curricular para oito períodos, num total de 196 créditos correspondentes a 2.940 horas/aula, ver: CORBETT, Candida Maria Campello. **Possibilidade de fechamento da Faculdade de Museologia da Universidade Estácio de Sá: problemas e consequências.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, Niterói, 1992.

via o “espírito” associativo. Esse esforço oficial proporcionou a reflexão acerca do perfil profissional, o que acarretou, em prol da regulamentação da categoria, um movimento de integração apesar das características regionais dos museólogos.

Nesse sentido, **o foco de nossa pesquisa está centrado no processo de institucionalização do campo de conhecimento da Museologia no Brasil, de 1932 a 1985, visto sob a perspectiva da Memória Social, no âmbito da linguagem. Justifica-se pelo ineditismo da abordagem, assim como pelo recorte temporal proposto que compreende a Museologia, em seu sentido macro e entende a construção da identidade institucional dessa área do conhecimento por intermédio de sua prática discursiva.**

Assim, consideramos os quatro marcos históricos em dois grupos. O primeiro grupo refere-se ao momento de **gestação** do pensamento museológico brasileiro, sendo composto pela produção bibliográfica dos coordenadores de cursos de Museologia no país e os seus respectivos recortes temporais, no caso deste estudo, (a) Gustavo Barroso – 1932 a 1959; (b) Valentin Calderón – 1969 a 1980; e (c) Waldisa Rússio – 1977 a 1985. O segundo grupo constitui-se pela **afirmação** da profissão de museólogo com base no domínio discursivo do processo de regulamentação da profissão (1984/1985).

Desse modo, propomos abordar a circulação e a apropriação dos sentidos nas práticas discursivas, conformadas, pelos diversos sujeitos que compõem a rede de atores no processo de regulamentação da profissão. Dentro dessa abordagem, buscamos observar como os enunciados institucionais vão construindo em suas materialidades discursivas os diversos sentidos que circulam na institucionalização. Por intermédio dos quatro marcos históricos e o processo de discursividade dos sujeitos aptos a enunciarem pela instituição, é possível aprofundar a reflexão acerca das instâncias de poder que perpassam o discurso institucional.

Buscamos pontuar, na **ilustração 2** a seguir, o surgimento das associações em paralelo à criação de novos cursos, o que destaca um processo de regionalização dos atores, práticas no campo museológico e da regulamentação da profissão de museólogo com o fortalecimento da identidade com base no reconhecimento social. Tais condições permeiam a produção do discurso associativo dos profissionais de museus, no caso os museólogos, que apesar de fragmentária refere-se à regulamentação da profissão como uma instância de ação coletiva, constituindo um campo na esfera acadêmica e profissional que visava ao aprimoramento da prática

museológica. Já no caso dos profissionais de arquivo, de acordo com Silva, E. (2013), a institucionalização do campo arquivístico ocorreu de forma diferenciada com Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971, assumindo um modelo nacional expresso pela conquista, num curto espaço de tempo, da inserção acadêmico-universitária em 1977 e sucessiva regulamentação da profissão em 1978. Isso viabilizou a institucionalização desse campo no cenário brasileiro como uma realização e esgotamento da agenda do associativismo instituído pela Associação dos Arquivistas Brasileiros.

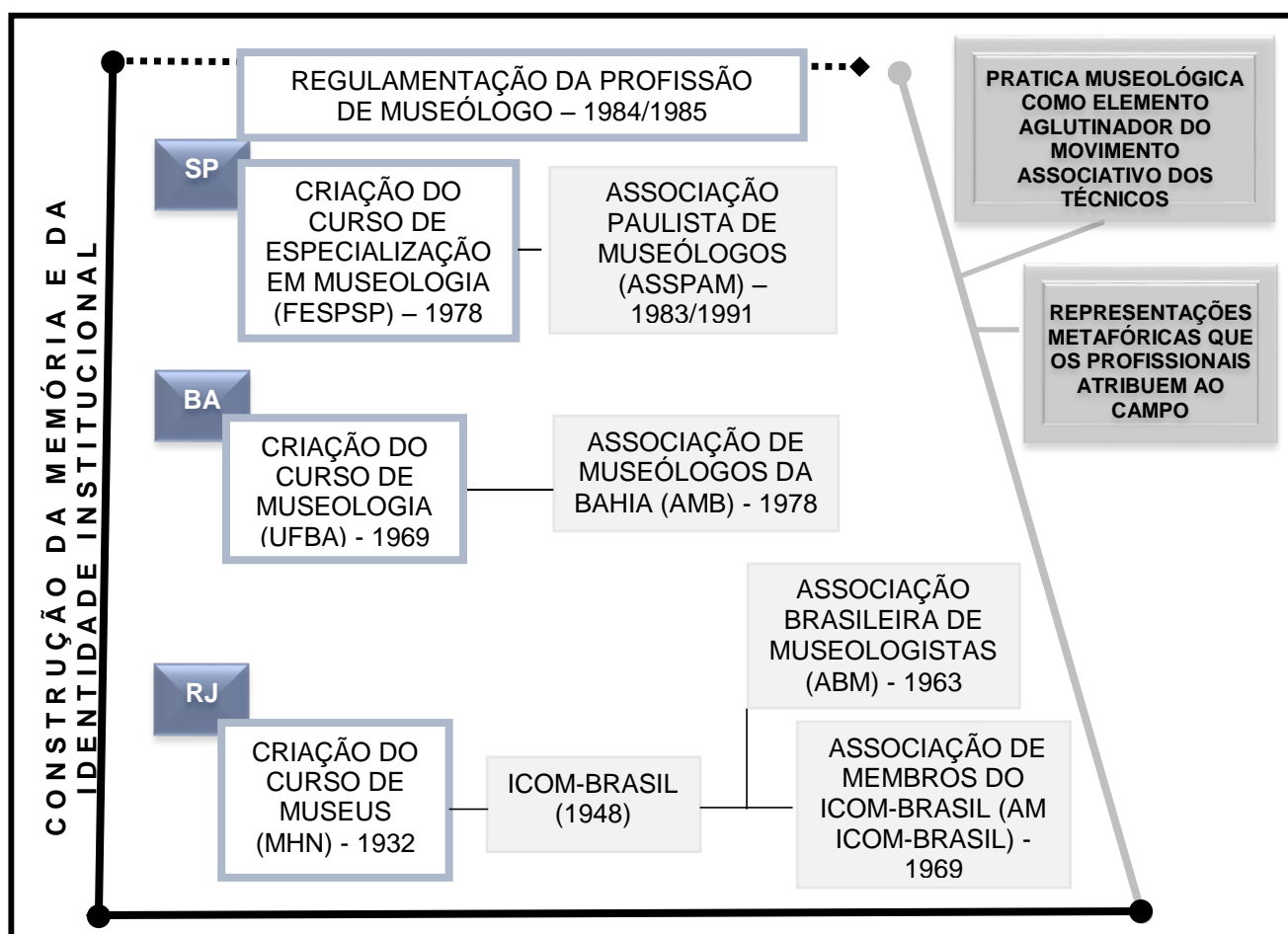


Ilustração 2: Esquema discursivo

Fonte: A autora

Optamos por seguir a filiação teórica da Análise do Discurso de vertente francesa e, por isso, o contexto é imprescindível para a compreensão dos sujeitos dos discursos e a dialética das filiações ideológicas dos diversos atores com os enunciados construídos. Ao abordar as condições socio-históricas de produção do discurso, devemos ter em mente as características da institucionalização, assim como

os papéis sociais desempenhados pelos sujeitos responsáveis por sua enunciação. Portanto, o discurso institucional contribui tanto para construção quanto para reprodução de representações que perpassam o processo de institucionalização. Assim, torna-se necessário destacar a importância da observação das condições socio-históricas que norteiam a produção discursiva do associativismo. Ou seja, tais condições proporcionam e viabilizam características próprias para cada instituição.

Importante observar que a memória institucional e as condições de produção do discurso delineiam as formas de se compreender a identidade institucional. Assim, a identidade institucional do campo museológico permaneceria ligada à identidade dos profissionais responsáveis por sua formação e ao movimento de aglutinação dos atores em rede. Desse modo, a análise da prática discursiva permite criar novas possibilidades interpretativas desse momento decisivo de demarcação do campo.

Para tanto, a seguir, esboçaremos o estado da arte dos trabalhos acadêmicos de diferentes autores que abordaram facetas do processo de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro. Foi realizado um levantamento em bases de dados CAPES e BDTD, tanto de teses quanto de dissertações. Concebemos uma análise sem priorizar uma ordenação cronológica, mas centrada nos marcos indicados de formação do campo museológico.

O percurso para construção do estado da arte da tese

Para situar como os estudos anteriores da produção acadêmica¹³ sobre a institucionalização da Museologia têm sido explicitados nos últimos anos, realizamos uma revisão de literatura mapeando resultados de pesquisas nos programas de pós-graduação que tangenciam a temática central da tese. Nesse levantamento, a partir

¹³ Nesse momento, estamos considerando somente as dissertações de mestrado e teses de doutorado, não sendo abordados outros trabalhos que tratam da temática, na medida em que visamos situar a produção acadêmica nos cursos de pós-graduação. Desta forma, torna-se necessário ressaltar a produção dos seguintes autores: Menezes (1993), Duarte Cândido (2003), Gonçalves (2005), Sá (2006; 2007; 2014), Cruz e Sá (2007), Sá e Siqueira (2007), Magalhães (2002; 2011), Santos (2008), Costa (2009), Bruno (2010), Siqueira (2011), Lousada (2014) e Cordovil (2014), que fazem reflexões preciosas para o tema que propomos analisar.

dos termos indexados, Museologia e Museólogo, foi possível identificar estudos com discursos explicativos sobre a constituição da Museologia e do museólogo no Brasil¹⁴.

Identificamos um total de 266 trabalhos na Base de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹⁵ e outros 64 trabalhos localizados na Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)¹⁶. Quanto ao recorte temático para os termos indexados, Museologia e Museólogo, efetuamos a depuração dos títulos e resumos disponíveis e, também, palavras-chave, o que possibilitou selecionar trabalhos que abordam os processos de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro com total de nove produções acadêmicas¹⁷, sendo oito dissertações e uma tese.

Cabe ressaltar que os estudos ligados às instituições de museu e à produção do conhecimento no campo museológico no Brasil apresentaram seus primeiros resultados no final da década de 1980. Nesse sentido, os estudos identificados projetam as primeiras tentativas de reunir análises e sucessivas reflexões de algumas facetas acerca do processo de institucionalização da Museologia no Brasil. Essas pesquisas projetam pensamento crítico acerca da produção do conhecimento museológico, inaugurando espaços de discussão com ênfase na identificação de trajetórias. Percebemos, na análise desses pesquisadores, que a tendência dos trabalhos esteve voltada para gestão de acervos museológicos (SANTOS, 1989; MAGALHÃES, Aline, 2004), trajetória da instituição museal (OLIVEIRA, V, 1995; COELHO, 2010) e mapeamento dos limites de inauguração do campo museológico (CHAGAS, 2009; OLIVEIRA, A., 2003; SIQUEIRA, 2009; FARIA, 2013). Assim, notamos a constituição de um núcleo conceitual historicamente referencial pela trajetória dessa área do conhecimento, que tem como marco fundamental

¹⁴ Outras pesquisas, identificadas pelos indexadores, Museologia e Museólogo, estão inseridas em vertentes distintas que tangenciam os processos de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro, como, por exemplo, a tese de Nascimento (2008), que investigou o papel do Museu Histórico Nacional para reconstrução da história do Brasil Colonial na Exposição do Mundo Português; a tese de Moreira (2006) apresentou a relação entre o popular e o nacional nos “estudos de folclore” de Gustavo Barroso; a dissertação de Costa, Luiz (2009) analisou a narrativa antimaçônica difundida no Brasil, com destaque do livro *História Secreta do Brasil*, de Gustavo Barroso; e a dissertação de Cerqueira (2011) investigou a representação do passado na obra historiográfica de Gustavo Barroso, cujas abordagens distanciam-se do escopo desta tese.

¹⁵ COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de teses**. Disponível em: <www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 3 jun. 2013.

¹⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <bdtd.ibict.br>. Acesso em 3 jun. 2013.

¹⁷ A lista das teses e dissertações está disponível no Apêndice A.

recorrentemente identificado nas pesquisas com a criação do Museu Histórico Nacional em 1922 e as ações de profissionalização que ocorreram nessa instituição, proposta esta que buscamos demonstrar a seguir.

A trajetória de profissionalização da Museologia no Brasil, para Nazareth (1991), Chagas (2009) e Farias (2013), retoma a criação do Curso Técnico, pelo Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, que, além de criar o Museu Histórico Nacional, previa a formação de um curso de formação de profissionais para a referida instituição e outras instituições congêneres, como Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional. Segundo os autores, o referido curso representa uma origem imediata para criação em 1932 do Curso de Museus.

Nazareth (1991) aponta que a estrutura eclética da proposta tripartida para o Curso sofreu grandes críticas por parte dos diretores do Arquivo Nacional e do Museu Histórico Nacional, na medida em que cabia à Biblioteca Nacional a égide do curso e a organização das turmas. Dentro dessa estrutura, os respectivos diretores do Arquivo Nacional e do Museu Histórico Nacional não reconheciam a validade dessa proposta para formação de técnicos especialistas. Tal situação gerou um impasse entre as instituições, que culminou num embate político viabilizando somente a formação de uma única turma com dois alunos. Farias (2013) concorda com as colocações de Nazareth (1991) ao sublinhar a tentativa de uma formação tripartida como fruto dos obstáculos que o Curso Técnico enfrentou. A autora cita os relatórios anuais do Museu Histórico Nacional, nos anos de 1923, 1925 e 1929, com as ponderações de Gustavo Barroso, que julgava o projeto comum como potencializador de entraves.

Interessante observar, segundo Nazareth (1991), a necessidade do levantamento de maiores informações sobre o funcionamento do Curso Técnico nos relatórios institucionais do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, já que o autor aponta um apagamento dessas informações sobre o referido curso nos arquivos da Escola de Museologia.

Nos arquivos da Faculdade de Museologia da UNIRIO o silêncio sobre o curso técnico é total. D. Nair de Carvalho, braço direito, secretária, anjo-da-guarda e discípula extremamente abnegada ao Mestre Barroso não ouviu falar do funcionamento do curso técnico em proveito do MHN. A não existência de documentação nem a memória deste nas informações da auxiliar mais direta de Gustavo Barroso contrapõe-se à análise do contexto, do exarado em leis (Nazareth, 1991, p. 34).

Chagas (2009) é incisivo ao apontar o Curso Técnico como um sonho deslumbrado em 1922, sendo a criação, propriamente dita, do Curso de Museus das Américas no Museu Histórico Nacional, dez anos após a primeira proposta, um marco significativo para o campo dos museus e da Museologia brasileira.

Sobre a criação propriamente dita do Curso de Museus, podemos observar que os autores são unânimes quanto à importância de Gustavo Barroso como mentor intelectual das ações empreendidas na busca da cientificidade para o desenvolvimento da prática aplicada no Museu Histórico Nacional. Podemos destacar que a abordagem dos autores diverge sob o ponto de vista de observação, o que leva a observar três tipos de reflexões com olhares divergentes para o mesmo fato, proposta esta que buscamos demonstrar a seguir.

Primeiramente, temos um grupo de autores, Nazareth (1991) e Magalhães, Aline (2004), com foco em destaque do momento específico de inauguração do Curso de Museus em 1932. O período em questão diz respeito aos acontecimentos inerentes a 1930, que se desdobram em transformações políticas decorrentes da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência e do afastamento do cargo de Diretor de Gustavo Barroso. Tal destituição foi em decorrência do apoio de Barroso a Júlio Prestes nas eleições de 1930 e perdurou por dois anos, retornando à diretoria do Museu Histórico Nacional somente em 18 de novembro de 1932. Nesse período de afastamento, o cargo de Diretor foi ocupado interinamente por Rodolpho Garcia, que na breve gestão de 1930 a 1932 conseguiu a aprovação para inauguração do Curso de Museus, através do Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932 – demanda esta prevista desde o Decreto-Lei de criação do Museu Histórico Nacional em 1922.

Nazareth (1991) acrescenta que Rodolpho Garcia utilizou a proposta de base do Curso Técnico e obteve a aprovação para ministrar o curso acrescentando no currículo uma nova cadeira denominada Técnica de Museus. Assim, critica o apagamento da figura de Rodolpho Garcia na história oficial, que apresenta Gustavo Barroso como responsável pela projeção, criação e implementação do referido curso, sendo este o primeiro regente e pai adotivo. O referido autor, apesar da crítica, acrescenta que, ao retornar à direção em 1933, Gustavo Barroso assume o Curso de Museus, o qual seguia uma estrutura perfeitamente coerente e sistematicamente formulada com base em seu postulado do culto da saudade e da prática científica, estabelecendo assim um curso técnico-profissionalizante. Desse modo, salienta que

pelo pensamento coerente e homogêneo de Gustavo Barroso o curso manteve vários discípulos, mesmo após seu falecimento.

Segundo as observações de Magalhães, Aline (2004) devemos reconhecer a importância das contribuições de Rodolpho Garcia, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que na sua breve gestão do Museu Histórico Nacional implanta a proposta do primeiro Curso de Museus das Américas. A autora afirma que Barroso, ao retornar à direção, apoia a iniciativa de Garcia, dirigindo e lecionando a disciplina Técnica de Museus até morrer em 1959. Salienta a importância do projeto pedagógico de formação de conservadores¹⁸ na disseminação dos postulados de Gustavo Barroso via a sistematização das disciplinas do Curso de Museus e a organização dos seus instrumentos didáticos, o que possibilitou o domínio do campo correspondente à constituição de profissionais especializados para museus em instituições congêneres no Brasil.

Outros autores, como Chagas (2009), Siqueira (2009), Coelho (2010) e Oliveira, V. (1995), não descartam a gestão e atuação de Rodolpho Garcia na inauguração do Curso de Museus, mas salientam o processo de institucionalização da Museologia a partir de Gustavo Barroso.

Segundo Chagas (2009), a institucionalização da Museologia no Brasil, propriamente dita, é responsabilidade do pai adotivo Gustavo Barroso, que sistematizou um novo ofício técnico e formal. Siqueira (2009) concorda com a interpretação de Chagas (2009) ao identificar o marco inaugural do campo com o Curso de Museus, atitude esta significativa para as áreas dos museus, da Museologia e do Patrimônio. A autora sublinha que tal feito só foi possível porque, sete meses após a inauguração, o então ex-diretor Gustavo Barroso foi reconduzido ao Museu Histórico Nacional. Dessa forma, o estilo barroseano de ensino e de práticas de museus, efetivamente, foi consolidado por intermédio dos discípulos que utilizaram a publicação *Introdução à Técnica de Museus*, obra seminal de Barroso, publicada em 1946, como manual de ensino e de trabalho até meados da década de 1970. O segundo marco foi a criação dos *Anais do Museu Histórico Nacional* que delineiam o pensamento barroseano e os primeiros docentes, precisamente, no direcionamento, no controle do ensino e na transmissão de informação pela Instituição.

¹⁸ Termo utilizado para denominar os museólogos na época do Curso de Museus. Segundo Costa (2002, p. 66), o termo conservador de museu deriva, "(...) dos *conservateurs* franceses, que nos serviam de modelo, equivalentes aos *curators*, ingleses ou norte-americanos".

Coelho (2010) compartilha do mesmo pensamento de autores como Chagas (2009) e Siqueira (2009), indicados anteriormente, ao salientar a institucionalização da Museologia no Brasil a partir de 1932, com a criação do Curso de Museus por Gustavo Barroso. Ele aponta a formação de gerações de técnicos influenciados pela referência de uma Museologia tradicional consolidada no Museu Histórico Nacional, tendo por base a valorização dos objetos e culto ao passado nostálgico. Paralelamente, Oliveira, V. (1995) concorda com os apontamentos de Chagas (2009), Siqueira (2009) e Coelho (2010) ao destacar a consolidação dos museus no Brasil como resultado do trabalho pessoal de Gustavo Barroso, mas identifica a influência contemporânea desse mentor intelectual no discurso profissional dos funcionários do Museu Histórico Nacional como resultado do seu papel na Museologia brasileira.

O terceiro grupo de autores, Oliveira, A. (2003), Farias (2013) e Santos (1989), engloba a atuação de Barroso, num sentido macro, abordando as práticas no Museu Histórico Nacional na construção da memória nacional.

Oliveira, A. (2003) aponta para a especificidade do pensamento sistemático de Gustavo Barroso acerca da área de museus, destacando este como resultado de uma relação contínua que teve suas bases consolidadas pela prática do Museu Histórico Nacional para construção de uma memória nacional em relação às noções de tradição, de museu e de patrimônio. Tal pensamento foi institucionalizado no Curso de Museus e seu desenvolvimento aplicado na Inspeção de Monumentos Nacionais. A autora destaca o Curso de Museus como a institucionalização de uma agência de formação e difusão de conhecimento no campo dos museus. Esse aspecto proporcionaria ao Museu Histórico Nacional um *status* de referência de uma matriz intelectual dos museus brasileiros com base em suas atividades práticas, o que possibilitou a perpetuação das ideias barroseanas na área museológica até pelo menos a transferência em 1977 do Curso para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (atual UNIRIO).

Faria (2013) se aproxima da interpretação de Oliveira, A. (2003) ao observar o Curso de Museus como resultado da idealização de um estudo sistemático sobre museus que visava a qualificar futuros profissionais para o trabalho com relíquias, tanto históricas quanto artísticas. Segundo a autora, a racionalidade técnica desses agentes estaria nos princípios delineados pelo Museu Histórico Nacional e na formação de uma nova geração de pensadores da área.

Já Santos (1989) tem uma postura crítica ao discordar das outras duas autoras, Oliveira, A. (2003) e Faria (2013), quando aponta a prática empreendida no Museu Histórico Nacional sob a escrita da história. Nesse sentido, o trabalho com acervo praticado no Museu e no Curso pela busca da autenticidade conviveria com pretensões de cientificidade, na medida em que a Instituição não mantinha uma relação plena com o meio universitário.

Considerando a formação dos discípulos que seguiam os postulados de Gustavo Barroso, cabe sublinhar os apontamentos de dois museólogos, Nazareth (1991) e Chagas (2009), como os únicos autores, identificados até a presente data, que destacam a existência de linhas de pensamento distintas ao pensamento barrosiano. Tais informações são de suma importância para nosso estudo, na medida em que, ao buscarmos compreender o discurso oficial quanto à identidade institucional, devemos observar a atuação de determinados grupos e a rede de atores envolvidos com a criação do campo.

A argumentação de Chagas (2009) destaca a observação da impossibilidade de moldar, como um todo, os profissionais diplomados pelo Curso de Museus. Apesar de Gustavo Barroso ministrar várias disciplinas e centralizar a disciplina sobre Técnica de Museus, alguns formandos seguiram caminhos diferentes e fugiram à regra imposta pelo mestre.

(...) os papéis exercidos pelo Museu Nacional, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Museu Nacional de Bela Artes e pelo Museu de Arte Moderna – sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em novembro de 1946 – seriam de grande importância. Convém lembrar que Oswaldo Texeira, diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, foram os três primeiros presidentes do Comitê Brasileiro do ICOM, que, de modo claro, representava uma via museológica distinta daquela dominada por Gustavo Barroso (CHAGAS, 2003, p. 109-110).

O autor cita Luís Costo Faria, Guy de Hollanda, F. dos Santos Trigueiros, Lygia Martins Costa, Mário Barata e Regina Monteiro Real como exemplos de ex-alunos do Curso de Museus que buscaram caminhos distintos, na tentativa de desenvolver um pensamento autônomo em relação à atuação do mestre Gustavo Barroso. Cabe salientar que esses ex-alunos buscaram outras trajetórias profissionais,

desenvolvendo atividades museológicas e museográficas ligadas às novas tendências da área. Importante observar que a concepção de museu, na época, estava relacionada ao paradigma clássico que, independente das ações exercidas e das tendências seguidas, entendia a Museologia como estudo de museus.

Por sua vez, Nazareth (1991) aponta que, a partir de 1965, ocorreram reformas curriculares no período universitário do Curso na tentativa de introduzir uma base conceitual mais abrangente, que permitia ao discente em Museologia uma postura crítica frente aos cargos de poder decisório dentro de sua área de atuação. Esse jogo de poder culminou na alternância de grupos de professores e propostas diferenciadas na administração do Curso, ora com uma proposta progressista de orientação universitária que seguia, em alguns casos, propostas de ponta do ICOM, e outro grupo classificado como retrógrados, que defendia uma formação tecnicista do museólogo. Dessa forma, a alternância na direção da entidade ocorria resumidamente da seguinte maneira:

A introdução da cadeira relativa à matéria Metodologia é implantada por José Monteiro e abandonada por Léo Silva; a proposta progressista que se consegue levar até o Conselho Federal de Educação é derrubada por pressão do grupo retrógrado; a excelente reforma e administração Barrafatto-Sheiner é desmontada por artifícios administrativos na gestão de Diógenes-Gabriela; a proposta progressista Ludolff-Ocampo produz resultados, apesar de limitada pela máquina acadêmica e as mentalidades de escolas isoladas sobreviventes no contexto universitário onde, hoje, está inserido o antigo Curso de Museus, quase autônomo que foi; as realizações precedentes correm risco de serem neutralizadas com a nomeação de Therezinha Sarmiento que significou a volta de uma proposta tecnicista e autoritária dentro do modelo anacrônico de Gustavo Barroso (Nazareth, 1991, p. 93).

O autor destaca que o modelo de Gustavo Barroso, apesar de ser centralizador e obsoleto, se destacava como proposta de ensino para o período de sua formulação. Assim, segundo Nazareth (1991) com base no estudo dos currículos foi possível constatar, apesar do embate político, a existência de uma corrente ativa preocupada com uma formação verdadeiramente universitária para o discente de Museologia.

Nesse sentido, destacamos dois apontamentos significativos nesses trabalhos que abordam a problemática de pensamentos opostos aos de Gustavo Barroso em momentos diversos: enquanto Chagas (2009) aborda a existência de discípulos do Curso de Museus com ideais opostos, Nazareth (1991) destaca a oposição de grupos

em alternância na direção do Curso no período posterior ao falecimento de Barroso. Nesses dois casos que se mesclam, podemos observar que, independente do período, ambos possuem interações e confluências com ideias externas ao Curso.

O quadro em questão aponta para a temática recorrente nos trabalhos que compõem o estado da arte da tese e o posicionamento de seus autores, como é possível visualizar no **quadro 3** a seguir.

TEMÁTICA ABORDADA SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	POSICIONAMENTO DOS AUTORES
Criação do Museu Histórico Nacional pelo Decreto-Lei no. 15.596, de 2 de agosto de 1922, e origem identificada do curso pelo desenvolvimento das atividades museológicas e museográficas, em 1922.	Oliveira, A. (2003)
Proposta do Curso Técnico, pelo Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, o mesmo documento que criou o Museu Histórico Nacional, que previa habilitar os alunos ao cargo de 3º Oficial da instituição.	Nazareth (1991) Chagas (2009) Farias (2013)
O papel de Rodolfo Amorim Garcia como responsável pela criação do Curso de Museus das Américas, no Museu Histórico Nacional, em 1932.	Nazareth (1991) Magalhães, Aline (2004) Chagas (2009) Farias (2013)
O papel de Gustavo Barroso como mentor intelectual do Curso de Museus.	Oliveira, V. (1995) Siqueira (2009) Coelho (2010)
Citam diretamente a criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, de 1932.	Santos (1989) Oliveira, A. (2003) Siqueira (2009) Coelho (2010)
Formação de uma matriz intelectual de conservadores-museólogos no cenário brasileiro com base das ideias barroseanas.	Oliveira, A. (2003) Magalhães, Aline (2004) Siqueira (2009) Coelho (2010) Faria (2013)
Publicação dos Anais do Museu Histórico Nacional, a partir de 1940, para divulgação dos trabalhos dos docentes visando ao ensino e transferência de informação.	Magalhães, Aline (2004) Siqueira (2009)
Publicação da obra seminal <i>Introdução à Técnica dos Museus</i> , em 1946, por Gustavo Barroso para formação de uma matriz intelectual de conservadores-museólogos.	Chagas (2009) Oliveira, A. (2003) Magalhães, Aline (2004) Siqueira (2009) Faria (2013)
Indicam pensamentos autônomos de ex-alunos às ideias barroseanas.	Nazareth (1991) Chagas (2009)

Quadro 3 – Análise e interpretação de teses e dissertações

Fonte: A autora

Por fim, nota-se que os argumentos dos autores e temáticas abordadas reforçam a instância inicial de demarcação do campo. Podemos observar que essas investigações voltam atenção para a condição predominante do pioneirismo do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional e a figura central de Gustavo Barroso como marcos para o campo dos museus e da Museologia brasileira. Poucos trabalhos acadêmicos ainda são realizados visando a identificar e problematizar os atores envolvidos na dinâmica institucional.

Cabe destacar que não identificamos, até o presente momento, qualquer trabalho que aborde outros cursos de formação em Museologia e a composição da rede de atores como determinante para mobilização de indivíduos via o processo associativo dos técnicos. Importante salientar que em decorrência das comemorações dos 30 anos de regulamentação da profissão, foi publicado em dezembro de 2014 o primeiro livro sobre a temática com relato de experiência da Prof^a Neusa Fernandes e as ações da Associação Brasileira de Museologia (ABM), no qual obtive a referência do trabalho de conclusão de curso de Biserra (2013) e atual mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUS/UNIRIO) que delinea algumas rotas para compreensão da trajetória do processo de regulamentação.

No próximo item buscamos demonstrar o núcleo temático de nossa pesquisa apresentando o esquema teórico da tese.

Fontes e procedimentos metodológicos

A questão central que nos interessa discutir formula-se no quadro geral do referencial teórico: trata-se de construir uma memória possível do processo de institucionalização do campo de conhecimento da Museologia no cenário brasileiro, de 1932 a 1985, e do discurso da instituição, no caso, compreendendo o discurso daqueles que compõem a rede de atores envolvidos na sua criação, na medida em que o discurso institucional manifesta as diversas formas de expressar sobre a própria instituição em relação tanto às confluências quanto às interações de seus atores.

Para o desenvolvimento da argumentação e da linha teórico-metodológica pela qual optamos, foi necessário realizar consulta ampla de fontes primárias, exame de uma bibliografia secundária e visita a algumas instituições para sistematização da

história dos processos de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro. Dessa forma, a análise e a recuperação de informação tem como base o **levantamento documental** nas seguintes instituições em destaque no quadro a seguir.

RIO DE JANEIRO	Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional
	Núcleo de Memória da Museologia no Brasil da Escola da Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
	Biblioteca Nacional
SÃO PAULO	Biblioteca e Centro de Documentação do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
	Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
	Biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
SALVADOR	Arquivo Institucional da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia
	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia
	Arquivo pessoal da Profa. Maria Célia Teixeira Moura Santos
RECIFE	Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco
	Centro de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação Joaquim Nabuco

Quadro 4 – Lista de instituições para consulta de fontes primárias

Fonte: A autora

Optamos, **metodologicamente**, por uma pesquisa de cunho qualitativo na análise do *corpus* documental, com as seguintes etapas enumeradas a seguir:

- ▼ Levantamento bibliográfico nos seguintes procedimentos:
 - _ Identificação dos trabalhos que englobam a temática da institucionalização da Museologia para compor o estado da arte da tese.

- Mapeamento da abordagem conceitual da tese com base nos conceitos de memória, identidade, teoria ator-rede e metáfora.
- ▼ Pesquisa documental que abrange o domínio discursivo da produção bibliográfica dos idealizadores e primeiros coordenadores dos três primeiros cursos de Museologia no país e a lei de regulamentação da profissão de museólogo.

Para análise do domínio discursivo do *corpus*, utilizaremos a análise do discurso (AD) de vertente francesa. Devemos ter em mente que tal metodologia não delimita um modelo para investigação de qualquer discurso e, por isso, foi necessário definir um dispositivo teórico de interpretação para aplicar na abordagem analítica das materialidades discursivas que compõem nosso *corpus*.

Os procedimentos adotados na pesquisa seguem os apontamentos de Indursky (1997), que distingue as especificidades que compõem tanto *corpus empírico* quanto o *corpus discursivo*. Assim, identificamos o *corpus empírico* como a totalidade de produções acerca dos processos de institucionalização da Museologia no Brasil e o *corpus discursivo* como o objeto/conteúdo que analisaremos. Ainda no âmbito do *corpus discursivo*, especial atenção foi dada à questão da delimitação do conjunto potencial de discursos que podem compor a análise para o estabelecimento de um *campo discursivo de referência*, definindo assim um discurso específico, no caso, o discurso de determinado locutor (INDURSKY, 1997, p. 46).

Dessa forma, centraremos nossas investigações no *campo discursivo de referência* com **recorte temporal** de 1932 a 1985, do qual analisaremos, primeiramente, a produção bibliográfica dos três primeiros coordenadores de cursos de Museologia no Brasil e, num segundo momento, a lei e o decreto de regulamentação da profissão. Tal *campo discursivo* é composto pelo discurso da institucionalização da Museologia com cinco *domínios discursivos*, subdivididos em dois grupos:

- (1) Primeiro dos locutores específicos temos Gustavo Adolfo Liz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (GB), Valentin Rafael Simon Joaquin Calderón de La Vara (VC), Waldisa Rússio Carmago Guarnieri (WR);
- (2) Segundo grupo, composto pela Lei nº 7.287 (L84), de 18 de dezembro de 1984, e o Decreto nº 91.775 (D85), de 15 de outubro de 1985.

O *campo discursivo de referência* representa um espaço discursivo no qual selecionamos as *sequências discursivas* com base nos objetivos delineados pela pesquisa, para compor unidades, *recortes discursivos*, que delimitam o *corpus discursivo*. Temos, então, os *recortes discursivos* que compõem cada sequência selecionada, com base nos domínios discursivos do *corpus*, ordenados conforme o período histórico, identificados pelas siglas correspondentes e numerados conforme a ocorrência.

Recortes discursivos assim construídos contêm *sequências discursivas de referência* e se constituem em diferentes séries temporais representativas de nosso campo discursivo de referência. Recortes de tal natureza permitem realizar uma ‘varredura’ em nosso *corpus* discursivo, seja para buscar regularidades dispersas, seja para comparar as diferentes séries temporais e identificar variações e/ou transformações no funcionamento do discurso em análise, seja, ainda, para estabelecer relações entre o processo discursivo do *corpus* em análise e suas relações com a exterioridade (INDURSKY, 1997, p. 48, grifo da autora).

Cabe destacar que, pela heterogeneidade do discurso, centraremos nossa análise nos dois grupos enumerados anteriormente, conforme os apontamentos de Oliveira, C. (2002) e Azevedo (2012), para dar conta dos processos significativos da institucionalização do campo: o primeiro grupo refere-se ao momento de **gestação** do pensamento museológico brasileiro, e o segundo grupo constitui-se pela **afirmação** da profissão de museólogo.

Ainda no escopo da metodologia, buscamos destacar, com base na análise das sequências nos domínios discursivos, a metáfora que melhor evidencia a constituição identitária desses profissionais com base nos estudos de Lakoff e Johnson (1980) e Orrico (2001). Neste passo, faz-se necessário observar, também, a estruturação da rede social para regulamentação da profissão, com base nos estudos de Bufrem (2013). A operação de identificação da rede de atores para regulamentação da profissão destaca que o campo profissional seria determinante para mobilização e interação desses indivíduos, o que resultou no maior destaque dos diversos níveis institucionais e afirmação identitária no âmbito de um fórum decisório.

De posse dessas considerações, apresentamos a **ilustração 3** para melhor visualização do esquema teórico da tese, na qual destacamos os núcleos temáticos e os respectivos autores, assim como os campos de estudo.

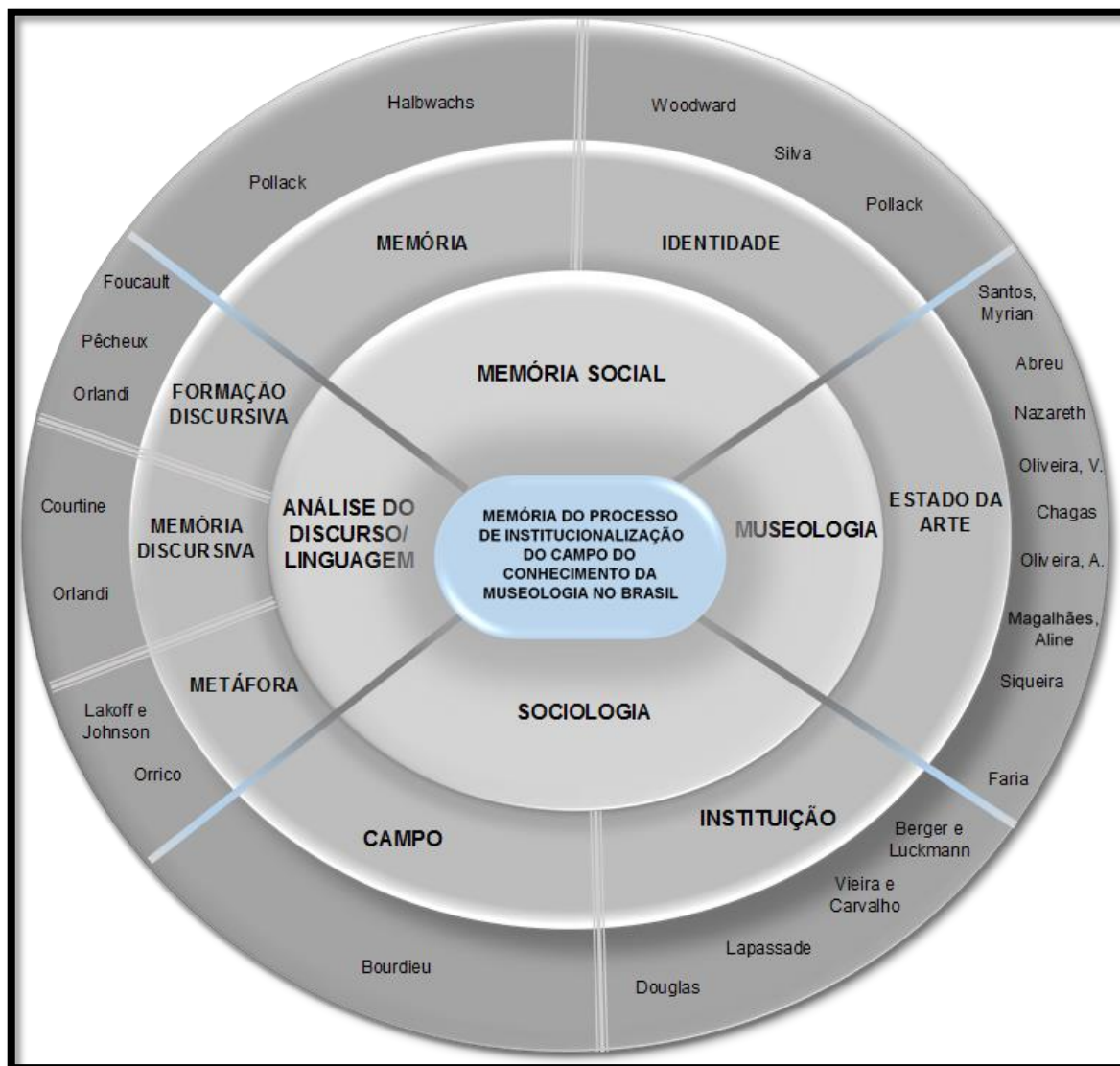


Ilustração 3: Esquema teórico

Fonte: A autora

Delineamento da estrutura da tese

Esta tese encontra-se subdividida em seis momentos. Inicialmente, no **segundo capítulo**, COMPONDO DIÁLOGOS: A CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO, apresentamos o campo teórico com os conceitos necessários para o desenvolvimento deste estudo. Essa abordagem conceitual visa a sustentar o ambiente no qual trabalhamos. Desta forma, o arcabouço teórico delineia-nos um eixo que se estabelece mediante a interseção dos conceitos, memória, identidade, processo de institucionalização, campo e metáfora, numa perspectiva interdisciplinar.

No **terceiro capítulo**, ESPAÇO INSTITUCIONAL E O SABER-FAZER MUSEOLÓGICO: PROCESSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, procuramos traçar as condições socio-históricas de criação dos três primeiros cursos de Museologia no país, além de delinear o perfil acadêmico do profissional em pauta nesses curso. Tal procedimento justifica-se pela necessidade de situar a atividade no tempo, demonstrando as características políticas, sociais, econômicas e culturais que marcaram a trajetória de formação profissional do campo. Desse modo, o panorama socio-histórico torna-se fundamental para compreensão dos enunciados que compõem a memória discursiva produzida com base no recorte temporal proposto.

No **quarto capítulo**, MARCAS DE AFIRMAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E O DOMÍNIO DISCURSIVO DO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO, focalizaremos a organização coletiva dos museólogos com associativismo da classe, que visou à perpetuação da prática museológica, bem como à consolidação do processo de institucionalização do campo de conhecimento da Museologia. Desse modo, apresentamos a história das associações dessa classe até a conquista da aprovação do projeto de lei que regulamenta a profissão de museólogo. Temos como base cronológica o processo de regionalização de criação das associações do campo dos museus e da Museologia, os documentos propostos para minuta da lei e recortes de matérias que abordam a temática. Nossa escolha torna-se necessária para dar mais visibilidade às minúcias dos eventos que se seguiram até a regulamentação da profissão em 1984/1985 e definem as atribuições do profissional desse campo. Dessa forma, damos início à proposta analítica do *corpus* ligada ao discurso acerca do profissional para o reconhecimento da formação especializada com base nos enunciados e na formação discursiva negativa atribuída ao outro em relação aos profissionais do campo.

Para este fim, no **quinto capítulo**, RECORTES E(M) ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: CAMINHOS TRAÇADOS NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO, apresentamos a proposta analítica do discurso de formação do campo acerca dos coordenadores de curso, a representação metafórica indicativa da identidade desse grupo e a rede de atores no ápice das interações para consolidação do processo de regulamentação da profissão.

No **sexto capítulo**, apresentaremos nossas considerações e apontamentos futuros.

2 COMPONDO DIÁLOGOS: A CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO

Este capítulo centra-se na caracterização e na construção do referencial teórico fulcral da pesquisa. Apresentamos as especificidades do campo teórico com os conceitos necessários para o desenvolvimento deste estudo, no que tange, especificamente, à interseção dos conceitos, memória, identidade e metáfora, numa perspectiva interdisciplinar. Dessa forma, a abordagem conceitual proposta visa a sustentar o ambiente no qual pretendemos trabalhar, considerando a construção da memória e do discurso dos processos de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro.

Inicialmente, tratamos de conceber os conceitos de memória e de identidade com base em uma dimensão social, não deixando de considerar o que tange ao resgate histórico oficial quando consideramos o discurso nos processos de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro. Num segundo momento, abordaremos o processo de institucionalização. E, ainda, um panorama do discurso, por um lado, na Análise do Discurso, de vertente francesa, particularmente o conceito de formação discursiva, centrado em Pêcheux (2002), Foucault (2013) e Orlandi (1999), e por outro, algumas considerações acerca do conceito de metáfora, com base nos estudos de Lakoff e Johnson (1980) e Orrico (2001), que admitem ser a metáfora o modo de excelência de representação do mundo por analogias e indicativo da constituição identitária.

2.1 Abordagem dos conceitos de Memória e de Identidade como construções sociais

A memória é campo de disputas pelo poder que trabalha seletivamente arregimentando os elementos que constituem o grupo de sua origem, já que a relação que se estabelece entre a memória e a identidade permanece com base na necessidade de continuidade, tanto para o indivíduo quanto para o grupo.

Maurice Halbwachs contribuiu para a delimitação do significado da noção de memória social, dando ênfase à lembrança como parte de uma construção social. Santos, Myrian (2003, p. 21) salienta que para Halbwachs “a memória era a memória

coletiva”, ou seja, este fenômeno foi pensado pelo autor tendo por base os laços sociais existentes entre os indivíduos numa dada coletividade.

Tal conceituação ganhou certa corporeidade, pois na época o fenômeno da memória era pensado meramente em função do subjetivo e do individual. Para Halbwachs (2006), a memória dependeria, preferencialmente, dos quadros sociais nos quais um indivíduo se insere ao longo da vida, pressupondo, portanto, a tese das memórias individuais intimamente ligadas ao grupo do qual faz parte cada sujeito dentro de um contexto social.

Desta forma, a memória estaria arraigada à memória do grupo e esta, por sua vez, estaria relacionada a uma esfera maior, a memória coletiva de uma determinada sociedade. Assim, o instrumento socializador da memória seria a própria linguagem que, em virtude de suas convenções verbais, constitui o quadro referencial da memória coletiva no qual evoluem presentemente o grupo e seus membros. Por isso, devemos ressaltar que “(...) o funcionamento da memória individual não é possível sem estes instrumentos que são as palavras e as ideias, as quais não são inventadas pelos indivíduos, mas que eles as empregam no seu meio” (HALBWACHS, 2006, p. 31).

De fato, os indivíduos se inserem sob a perspectiva do grupo, o que implicaria dizermos que, nesse sentido, a memória do grupo manifesta-se nas memórias individuais dos seus membros. Tal perspectiva nos permite observar a rememoração pessoal dentro dos processos da memória coletiva, correntes de pensamento coletivo, que permitem aos indivíduos, de um modo geral, recordar em virtude das estruturas sociais das quais fazem parte, como membros do grupo, como, por exemplo, a família, a escola, o trabalho.

(...) desde o momento em que nós e as testemunhas faziam parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e segundo todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 2006, p. 29).

É importante destacar que a sucessão de lembranças dentro dessa perspectiva ocorre pelas múltiplas combinações e transformações dos diversos meios coletivos

separadamente. Desse modo, teríamos convergências e divergências do conjunto de lembranças comuns dos membros de um grupo, pois a memória individual desses indivíduos permaneceria como um ponto de vista de um todo, que é a memória social. Assim, as memórias individuais sofrem a influência da memória por meio das relações estabelecidas pelos indivíduos com suas hierarquias e classificações, reforçando os sentimentos de pertencimento do grupo.

Ao considerarmos as condições de produção das sequências discursivas do *corpus*, devemos levar em consideração o papel nevrálgico da memória no processo de significação dos sujeitos e de uma dada situação. Dessa forma, a memória em relação ao discurso teria características peculiares, pensada como interdiscurso, passa a ser denominada memória discursiva por Courtine (1981).

Outro autor do campo do discurso que procura incorporar a memória em sua reflexão teórica é Charaudeau (2012, p. 326), que desdobra o conceito de memória em três tipos: (1) memória de discurso, (2) memória das situações de comunicação e (3) memória das formas, cada qual com suas respectivas características. Por um lado, a memória do discurso se desenvolveria mediante o saber de conhecimento e de crença do mundo, o que constituiria especificamente as comunidades discursivas. Por outro lado, a memória das situações de comunicação por constituir por meio, tanto de contratos quanto de dispositivos de comunicação, as comunidades comunicacionais. E, ainda, a memória das formas por meio de modos de falar e/ou dizer que formam comunidades semiológicas.

Dito de outra forma, o domínio da memória discursiva constitui-se, segundo Maingueneau (1997, p. 115), de “formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”. Para ele, a memória no discurso representaria o interdiscurso, como uma “instância de construção de um discurso transversal”, que permite recuperar as relações enunciativas e as histórias pelo funcionamento da língua.

Orlandi (2001, p. 10) observa que os processos da memória funcionam e adquirem sua forma ideologicamente, assim como o próprio modo como os sujeitos são interpelados, ou seja, “o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social”. Assim, a formulação e a atualização da memória discursiva ocorreria materialmente no discurso em texto, pela textualização.

Assim como uma outra face da mesma moeda, a construção das identidades requer uma permanente negociação entre o individual e o coletivo. É na articulação dos sujeitos com suas práticas discursivas que a reflexão sobre a identidade ganha

contornos. Esse processo de construção e negociação se configura entre múltiplas identidades que flutuam de modo ora divergentes ora convergentes a um eixo que tende a buscar uma certa regularidade.

Desse modo, os atores da rede nos permitem pontuar a relação entre a memória e a identidade que, segundo Pollak (1992, p.201), só é possível se levarmos em consideração os três elementos essenciais para a construção dessas identidades: “a unidade física (a ideia de espaço), a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência”, quando ocorre a unificação dos elementos diferenciados que compõem o sujeito.

O conceito de identidade tangencia uma relação direta com a diferença (alteridade), tendo em vista que esse conceito necessita do outro para ser referenciado e por isso a ideia de identidade nos remete aos processos de interação dos indivíduos e às relações de poder numa dada sociedade (SILVA, T., 2009).

Nessa concepção, a identidade dos atores vinculados ao campo da Museologia está atrelada à sua inserção social. Esses profissionais, particularmente os museólogos, devem ser considerados partícipes das condições sociopolíticas e se constituem como grupo por intermédio de uma rede de interações que, mediante a construção de suas memórias e o estabelecimento de seus projetos, estabelece a identidade do grupo tanto individual quanto coletiva.

Podemos dizer que as várias conotações acerca do conceito de grupo apontam para uma aceção genérica de conjunto ou união de diversos indivíduos. Segundo Johnson (1987, p. 527), devemos definir o referido termo como uma “(...) categoria de pessoas agrupadas em função de uma determinada frequência estatística ou variável determinada”, como no caso dos profissionais de diversas regiões do país que participaram do processo de regulamentação da profissão de museólogo. Apesar das diferenças e especificidades de formação, esses profissionais se articularam numa rede para consolidação e legitimação da área.

2.2 Abordagem do processo de institucionalização

Analisar as características inerentes ao processo de institucionalização, identificando crenças e ações nas regras de conduta, pode contribuir, mesmo que modestamente, para delinear os contornos inerentes à Museologia como campo do

conhecimento, bem como suas fronteiras acadêmicas. Em contrapartida, a institucionalização pode ser identificada também como um processo central que envolve a criação e a preservação dos grupos sociais.

Segundo Berker e Luckmann (2012), devemos pensar o processo de institucionalização por meio de atividades sociais tornadas habituais. Tais atividades são frequentemente repetidas e tipificadas ao estabelecerem um padrão previamente reproduzido pelos atores sociais envolvidos. A formação de ações habituais permite o estreitamento das opções e conservam o caráter plenamente significativo para o indivíduo, ou seja, o hábito fornece determinada direção e especificação de certa atividade.

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. O que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações mas também dos atores nas instituições. As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. A instituição pressupõe que ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X (BERKER e LUCKMANN, 2012, p. 77).

Podemos dizer, assim, que a instituição determina as práticas específicas, bem como define quais indivíduos devem executar uma determinada ação. A instituição seria um produto do seu próprio processo histórico, já que a história compartilhada se constrói por intermédio das tipificações recíprocas controladas por ações estabelecidas como padrão, ao formar um acervo de possibilidades em resposta à determinada situação. Dessa forma, a institucionalização engloba os processos nos quais os valores sociais ganham status de regra no pensamento e na própria ação social.

No entanto, parece necessário iluminar que o processo de institucionalização é inerentemente controlador na medida em que ocorre pela existência de uma determinada instituição, ou seja, o próprio ato de institucionalização pressupõe que o segmento foi submetido ao controle social. Ao passo que, nesse processo, existem outras ações as quais, apesar de possíveis, não se institucionalizaram e, por conseguinte, não são consideradas habituais pelos indivíduos.

Desse modo, devemos pensar na seletividade que opera no processo de institucionalização estabelecendo o padrão e a norma das práticas específicas. Assim, o mundo institucional exige uma legitimação por meio da qual pode ser justificado e, ainda, explicitado para uma nova geração de indivíduos como tradição. A legitimação é construída sobre a linguagem, assim como a integração dos membros de uma ordem institucional só pode ser compreendida por intermédio do conhecimento. Ou melhor, “o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente esta realidade” (BERKER e LUCKMANN, 2012, p. 91).

A Museologia, na qualidade de área do conhecimento institucionalizada, existe por meio do conhecimento especializado, socialmente produzido e proposto como referência à própria prática museológica exercida pelos profissionais da área. Assim, podemos entender a Museologia como uma instituição, na qual a construção do conhecimento ocorreria por meio das relações sociais.

No livro *Como as instituições pensam*, Douglas (2007) apresenta os postulados de Emile Durkheim e de Ludwik Fleck. A partir de Durkheim, compreende as questões ligadas ao laço social na medida em que aborda as metáforas e as classificações como resultado de uma origem social. Assim, demonstra como os grupos e mobilizações solidárias se formam e são projetados. Por Fleck, aborda o pensamento coletivo do grupo, ou melhor, o pensamento científico, como resultado de uma mente individual ao apontar que a racionalidade pessoal estaria atrelada às questões teóricas elaboradas e fundamentadas socialmente.

O controle é tratado como inerente às convenções do grupo de origem em relação aos comportamentos individuais, quando forma mentalidades e determina os padrões que asseguram a estabilidade. Podemos dizer que o processo que gera a estabilização não é linear, tendo em vista que o grupo tem características fragmentárias por interesses conflitantes e convergentes combinados com coerção e compromisso. Tal processo de estabilização compreende obter uma forma reconhecível ao formar uma identidade, ou seja, tipos estáveis que permitem a identificação dos membros dessa instituição em diversos contextos e circunstâncias.

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira nítida na natureza e na razão. Então ela proporcionará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se

justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela *poderá manter sua forma continua, identificável* (DOUGLAS, 2007, p. 116, *grifo da autora*)

Falar de legitimidade abrange, respectivamente, a busca da forma reconhecível para justificar os papéis institucionais, na medida em que as instituições conferem identidade ao grupo. Nesse sentido, torna-se fundamental abordar os museólogos como grupo na tentativa de compreender a identidade desses profissionais, o que permitiria depreender a memória, o esquecimento e a tomada de decisões em conjunto desse campo.

O ato de classificar demarca uma convenção coletiva com tensões políticas na definição do que deve ser esquecido ou lembrado. Assim, a memória estaria apoiada nas estruturas institucionais, ao mesmo tempo em que a instituição exerce controle sobre a memória dos membros do grupo.

(...) qualquer instituição começa a controlar a memória de seus membros; ela os leva a esquecer experiências incompreensíveis com aquela imagem de correção que eles têm de si mesmos e traz para suas mentes acontecimentos que apoiam uma visão da natureza que lhe é complementar. A instituição propicia as características dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos para o autoconhecimento e fixa as identidades. Tudo isso não basta, é preciso garantir o edifício social sacralizado os princípios de justiça (DOUGLAS, 2007, p. 116).

Douglas (2007) observa que escolhas particulares têm como ponto de partida o meio social no qual os indivíduos exercem sua função. Essa memória enunciada tem como base um sistema de classificação de origem social, bem como a identidade institucional constitui-se por intermédio da continuidade da identidade desses profissionais.

Pensemos, então, no caso da memória do processo de institucionalização da Museologia no Brasil, particularmente a busca de coerência de pensamento e ação prática no discurso, tanto dos coordenadores de curso quanto da regulamentação da profissão, a fim de manter a identidade. Sob o ponto de vista de Pollak (1992), a identidade deve ser compreendida como um fator de coesão social. Assim, entendemos a estrutura da rede de atores em prol da regulamentação da profissão de museólogo como um elemento fundamental para aglutinação e fortalecimento de

grupos distintos, com características regionais diversas, mas unidos pela tomada de decisões em conjunto.

O conceito de rede social é abordado atualmente por diversas disciplinas como instrumento de análise das trajetórias de formação dos círculos sociais, ou seja, um instrumento de reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e grupos com base em conexões individuais ou institucionais. Segundo Bufrem, Gabriel Junior e Sorribas (2011, p. 1), esse conceito permite denominar “um conjunto complexo de relações entre membros de um sistema social em diferentes dimensões”, sendo uma “categoria teoricamente construída”.

Podemos dizer que os processos estruturadores das redes sociais são em sua origem as próprias interações sociais, presentes em cada um dos atores, que surgem com base numa finalidade. No caso em análise, o processo de regulamentação da profissão de museólogo, é organizado em campo social com elementos de identidade dessa geografia social. Desse modo, o fato de optarmos pela rede de atores em prol da regulamentação da profissão como um subsídio para constituição do campo permite compreender os mecanismos das inter-relações com uma análise do fenômeno do poder e da distribuição de capital nos diversos níveis institucionais (FONTES e STELZIG, 2004).

Adotamos um ponto de vista semelhante ao de Oliveira, C. (2002), ao optar por evidenciar o discurso oficial e sua relação com a construção da identidade, e como consequência, torna-se necessário delinear a atuação dos grupos ao longo do processo de institucionalização. Não seria suficiente para a coesão grupal o desejo de pertencimento, mas a reciprocidade de interesses e de ideias para associação dos profissionais, o que permite assegurar afiliação do todo. Assim, devemos ter em mente que o conceito de identidade é sempre múltiplo, ou seja, relacional ao se afirmar com base em critérios comparativos com outras identidades. Segundo Bourdieu (2010), para o entendimento de uma instituição e os processos de construção identitária devemos analisar as relações e as redes que se estabelecem em si e com o todo tendo por base o diálogo e a interação.

Para compreensão da Museologia como instituição, cabe refletir acerca das condições socio-históricas que marcaram a trajetória de formação do campo e nortearam a produção do discurso. Ou seja, as características políticas, sociais, econômicas e culturais marcam a trajetória da instituição e, por conseguinte, contribuíram para a conquista da regulamentação. Sob essa perspectiva, falar do

campo museológico consiste em abordar um universo composto por agentes e instituições que tanto produzem quanto reproduzem a prática museológica ao cumprir leis sociais específicas, delimitar normas e critérios de avaliação.

A noção de campo proposta por Bourdieu (2004, 2010) está relacionada ao mundo social relativamente autônomo, no caso, um microcosmo com leis previamente estabelecidas via imposições e solicitações. Pensar a categoria de campo como espaço social visa a salientar a posição dos agentes (indivíduos e/ou instituições) e seu lugar de fala na estrutura das relações desse campo. Esses agentes são caracterizados pelo volume de capital que possuem e determinam a estrutura do campo por sua importância, bem como por seu prestígio em relação aos demais agentes do campo. Dessa forma, podemos dizer que o campo museológico é um campo social como qualquer outro e por isso é atravessado por regras gerais do campo do poder e caracterizado pelas relações de força entre diferentes agentes e instituições.

2.3 Abordagem da Análise do Discurso de vertente francesa

Procuraremos, ainda que de maneira breve, apresentar o aporte teórico da análise do discurso como disciplina, a fim de deixar claro os argumentos adotados ao longo deste trabalho em relação à análise do *corpus* empírico. Por esta perspectiva de análise, precisamos pontuar a delimitação da Escola da Análise de Discurso de nossa investigação.

A década de 1950 é considerada um período decisivo para o desenvolvimento, propriamente dito, da análise do discurso como disciplina. O marco inicial dessa teoria diz respeito a uma obra de autoria de Harris, intitulada *Discourse Analysis*, que amplia os procedimentos analíticos da linguística distribucional aos enunciados e os trabalhos de Jakobson e Benveniste acerca da enunciação. Esses trabalhos apontam para marcação de fronteira e delimitação da postura teórica adotada na linha americana e na linha europeia, conforme o **quadro 4** a seguir:

	TIPO DE DISCURSO	OBJETIVOS DETERMINADOS	MÉTODO	ORIGEM
ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA	Escrito; Quadro institucional doutrinário	Propósitos textuais; Explicação – forma; Construção do objeto	Estruturalismo; Linguística e história	Linguística
ANÁLISE DO DISCURSO ANGLO-SAXÃ	Oral; Conversação cotidiana; Comum.	Propósitos comunicacionais; Descrição – uso; Imanência do objeto	Interacionismo; Psicologia e Sociologia	Antropologia

Quadro 5 – Especificidade da Escola da Análise do Discurso

Fonte: Maingueneau (1997, p.16)

A visualização deste quadro anterior nos permite traçar as correntes existentes dentro da Análise do Discurso, o que propiciaria filiações, relações intelectuais e tradições localizadas de diferentes formas de pensar a metodologia (Orlandi, 2005). Como buscamos a delimitação de nosso estudo, focalizaremos a delimitação da Análise do Discurso de linha francesa (AD) que adotamos na pesquisa.

A AD francesa teve origem durante os anos 60, sob a égide do estruturalismo, mediante a produção intelectual: (1) Althusser sobre Marx; (2) Lacan acerca da leitura de Freud; (3) Foucault no livro intitulado *Arqueologia do Saber* e; (4) Barthes sobre a relação da escrita com a leitura. Já no início da década de 1970, a teoria do discurso procurou destacar as especificidades das formações discursivas, como, por exemplo, o discurso comunista (ORLANDI, 2001; BRANDÃO, 1998; MAINGUENEAU, 1997).

Importante destacar que o conceito de formação discursiva foi formulado inicialmente por Foucault (2004b) e reformulado, posteriormente, por Pêcheux dentro do quadro da análise do discurso. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2012) existiria uma instabilidade pela dupla origem da noção de formação discursiva. Primeiramente, Foucault (2004b) abordou as formações discursivas para contornar determinadas unidades, como, por exemplo, a ciência, e, assim, designar enunciados agrupados a determinadas regras, historicamente delineadas. Para Pêcheux (1993), o sujeito-falante é interpelado pela ideologia e ocupa determinadas posições estabelecidas pelas formações discursivas. Essas formações discursivas manifestam

as formações ideológicas que as conformam. Ou seja, as formações ideológicas podem incluir uma ou várias formações discursivas que determinam tanto o que pode quanto o que deve ser dito numa determinada conjuntura.

Dentro desse processo, as palavras possuiriam sentidos diferentes ao passar de uma formação discursiva para outra num determinado contexto. Assim, um conjunto de enunciados sociohistoricamente específico pode construir uma identidade enunciativa, no caso, a dos museólogos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). Para Maingueneau (1984, p. 5 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 242) “uma sociedade, um lugar, um momento definidos, somente uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade”.

Cabe destacar que a AD francesa tem como base uma abordagem transdisciplinar da psicanálise, da linguística e do marxismo, e trabalha na interseção dos campos para constituir o discurso. Os procedimentos teórico-metodológicos da AD têm como base os fundamentos de seu campo de conhecimento, tais como as relações que se estabelecem entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, assim como a constituição do sujeito e a produção de sentido (MARIANI, 1998; ORLANDI, 1999).

Michael Pêcheux, um dos fundadores da AD, desenvolve estudos relacionados à questão da língua/sujeito/história, bem como estabelece a relação da língua com a ideologia. Assim, a base concreta da AD seria a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos na medida em que o discurso seria o resultado da articulação da ideologia com a língua (ORLANDI, 2005).

Segundo Maingueneau (1997), quando trabalhamos com a AD como um dispositivo de análise, é necessário levar em consideração o tipo do texto e as condições de produção particulares: no primeiro caso, temos textos de instituições que restringem a enunciação; em segundo, os textos que cristalizam conflitos, tanto históricos quanto sociais; e, por último, os textos que delimitam um espaço no interdiscurso. Importante destacar que sob o ponto de vista deste trabalho privilegiamos os textos oficiais escritos produzidos no processo de institucionalização.

Dessa forma, podemos dizer que a AD estabelece uma relação entre o dizer e a produção desse dizer, ou seja, a linguagem é percebida como uma prática social e histórica. O uso da linguagem permanece formado socialmente, sendo orientado pelas formações ideológicas, então, podemos dizer que a visão de mundo seria o resultado de fatores sociais. Nesse sentido, a sociedade de um modo geral, mesmo em

domínios particulares, como no caso de pequenos grupos, coexiste numa variedade de práticas discursivas, em alguns momentos divergentes e contrastantes (ORLANDI, 1999).

Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. (...) Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica em sujeito inaugura-se a discursividade (ORLANDI, 1999, p. 48).

O conceito de ideologia permanece como uma função da relação entre a linguagem e o mundo. Essa relação ocorre no sentido de *refração* pelo efeito imaginário. Isso nos leva a destacar que a noção de ideologia deve ser considerada mediante a linguagem, ou seja, devemos “apontar uma definição discursiva do conceito de ideologia” (ORLANDI, 1999). A concepção simplista de ideologia como representação mecânica da realidade foi contestada por Althusser (1970) ao privilegiar o aspecto produtivo da ideologia, termo este compreendido como modo através do qual os homens interagem com as condições de sua existência.

A existência da ideologia é, portanto, material porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. Em outros termos, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo como caráter moldador das ações (ALTHUSSER, 1970).

A ideologia impulsionaria, como um caráter codificado, a práxis social à medida que estimula, argumenta, modela e ao mesmo tempo justifica uma visão de conjunto – não somente do grupo mas também do todo e por último de mundo. A questão do novo é vista com resistência, pois as modificações põem em xeque as bases estabelecidas pelo grupo social (BRANDÃO, 1998).

Podemos observar que as colocações apresentadas nos permitem visualizar diferentes formas de conceituar o fenômeno ideológico que oscila entre dois pontos com abordagens opostas da relação linguagem-ideologia. Essas vertentes não seriam mutuamente excludentes se partimos do pressuposto de que o fenômeno ideológico,

como concepção de mundo, torna-se visível sob a forma legítima de como se pensa a realidade. Assim, as vertentes se cruzam, tendo em vista que consideramos o caráter intencional da própria produção da ideologia.

Pêcheux (1993) estabelece uma relação entre a formação ideológica e a formação discursiva, determinando as ocorrências específicas entre ambas no nível do discurso. Para Foucault (2004b), a formação discursiva funciona no agenciamento dos enunciados heterônimos que passam a funcionar como verdade para um determinado corpo social. Ou seja, a interação dos sujeitos funciona com base na percepção do lugar que ocupa, assim como do lugar do outro. A produção discursiva permanece influenciada por essa percepção, sendo regida por um sistema de regras previamente determinadas.

Nesse caso, a memória discursiva possibilitaria aos sujeitos em uma dada realidade socio-histórica a filiação em determinadas redes de sentidos (COURTINE, 1981). Desse modo, o discurso estabeleceria uma relação constitutiva com a memória, conceito este que vai explicitar a relação de significado. Nesse sentido, amparados em Orrico (2001), aproximamos essa concepção de discurso das reflexões sobre metáfora.

2.3.1 A metáfora como indicativo da identidade do grupo

A metáfora é sempre empregada para designar expressões figuradas. Como tais figurações são específicas, faz-se necessário pontuar o assunto. Importante destacar que tradicionalmente os estudos acerca do fenômeno metafórico consideravam-no um recurso estilístico de motivação particularmente poética e retórica. Tal panorama se modificou com os estudos desenvolvidos por Lakoff e Johnson (1980) quando estes consideraram a metáfora como um modo de excelência da representação e do fundamento cognitivo. Entretanto, determinadas restrições ao uso das representações metafóricas continuam a ser adequadas ao estudo proposto e, por isso, precisamos definir o tipo de metáfora que constituirá o objeto de nossa análise.

Tradicionalmente, o conceito de metáfora foi iniciado por Aristóteles, no século IV a.C., como uma *epiphora*, ou seja, termo descrito como uma espécie de deslocamento e transposição de um nome estrangeiro para denominar outra coisa. O

vocábulo metáfora, em grego *metaphorá*, *META* = trans + *PHÉREIN* = levar, significa uma mudança no sentido para o figurativo, pois a metáfora é considerada inicialmente uma figura de palavra e tem origem como uma figura de linguagem (RICOEUR, 2000).

Nessa tradição, o recurso metafórico é definido como uma questão particular de palavras mais do que um quesito de ação ou de pensamento. Segundo Ricoeur (2000), existiria uma metáfora viva como resultado do processo metafórico. A metáfora seria, então, uma instância de discurso, que por meio da ação interpretativa do leitor (agente da ação) torna possível o acontecimento semântico via percepção da semelhança e da diferença na linguagem.

[...] é necessário tomar o ponto de vista do autor ou do leitor, e tratar a novidade de uma significação emergente como a ação instantânea do leitor. [...] prefiro dizer que o essencial da atribuição metafórica consiste na construção da rede de interações que faz desse contexto um contexto atual e único. A metáfora é então um acontecimento semântico que se produz no ponto de intersecção entre vários campos semânticos. Esta construção é meio pelo qual todas as palavras tomadas conjuntamente recebem sentido. Então, e somente então, o torsão metafórico é simultaneamente um acontecimento e uma significação, um acontecimento significativo, uma significação emergente criada pela linguagem (RICOEUR, 2000, p.150-151).

Ainda sob o ponto de vista de Ricoeur (2000), a metáfora é definida como uma relação de sentido instituída além da palavra, uma implicação significativa no nível da frase. Já Pêcheux (1998 *apud* Orlandi, 2001, p. 21) aborda a metáfora na base da significação das coisas, de uma palavra por outra. Os sentidos são atribuídos e existem por intermédio das relações de metáfora numa determinada formação discursiva. Assim, devemos ter em mente que a formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso, ou seja, o “lugar da metáfora é função da interpretação, espaço da ideologia”.

Em meados da década de 1970, ocorreu uma ruptura com novo paradigma que apontava para o valor cognitivo da metáfora, sendo a cognição um resultado da construção mental (ZANOTTO *et al.*, 2002). Segundo Lakoff e Johnson (1980, p. 48), o modo de organização cognitiva ocorreria por meio das representações metafóricas. Dessa forma, a operação cognitiva seria fundamental, já que “o conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, em consequência, a linguagem é metaforicamente estruturada”. A metáfora e sua concepção cognitiva orientariam a vida cotidiana da sociedade em relação a sua forma

de pensar e agir no mundo. Para compreensão do mundo, seriam essenciais as metáforas construídas com base na experiência corporal, na qual a mente humana interage para atribuir significado e constrói sentido ao mundo.

A metáfora seria aqui vista a partir do enfoque experiencialista, proposto por Lakoff e Johnson (1980), como uma racionalidade imaginativa que uniria a razão e a imaginação (ZANOTTO *et al.*, 2002). Em estudos desenvolvidos em 1986 e 1993, Lakoff transforma o conceito metafórico em metáfora conceitual explicitando a mesma a partir do exemplo “AMOR COMO VIAGEM”. Com a acepção teórica do “viagem como metáfora do amor”, ilustraria determinados enunciados, como, por exemplo, “os amantes e seus destinos em comum” ou “a relação amorosa e seus viajantes”.

O que constitui a metáfora tema amor-como-viagem não é nenhuma palavra ou expressão particular. É o mapeamento ontológico e epistêmico entre domínios conceptuais, do domínio fonte das viagens ao domínio do amor. A metáfora não é uma questão apenas de linguagem, mas de pensamento e razão. A linguagem é o reflexo do mapeamento. O mapeamento é convencional, um dos nossos modos convencionais de entender o amor (LAKOFF, 1986 *apud* ZANOTTO *et al.*, 2002, p. 24-25).

Logo, podemos ressaltar que a metáfora é um aparato cognitivo. Entretanto, é importante destacar que, segundo Gibbs e Steen (1999 *apud* ZANOTTO; *et al.*, 2002), as pessoas não possuem uma determinada metáfora conceitual no mesmo nível de elaboração. As representações metafóricas não são necessariamente pré-armazenadas em sua totalidade no léxico mental podendo ser (re)construídas de diversas maneiras em diversos momentos.

O sistema conceptual metafórico foi explorado pela teoria contemporânea de Lakoff e Johnson (1980, p. 48), que aponta para o recurso metafórico inserido em nossa língua cotidiana numa variedade de expressões. Dessa forma, o aparato metafórico tem certas características em relação a sua estruturação: (1) a correspondência ontológica e epistêmica estabelecida através de um mapeamento; (2) uma superposição de um domínio conceitual sobre outro.

Importante salientar a relação recíproca que se estabelece com os valores fundamentais de uma cultura *versus* a estrutura metafórica dos próprios conceitos dessa mesma cultura. Essa relação constitui-se, tendo em vista que as metáforas, como expressões linguísticas, ganham evidência pelas estruturas metafóricas do

sistema conceitual dos indivíduos. Podemos dizer que a vida cotidiana é orientada pelo sistema coerente enraizado pela cultura na qual o indivíduo se encontra e seus valores referidos e associados ao sistema metafórico seriam variáveis em relação à subcultura e ao grupo utilizado. O sistema de valores atribuído seria coerente ao ponto de vista interno e externo vinculado às metáforas da cultura dominante.

Com base nos estudos de Orrico (2001), que parte do pressuposto de que o homem representa o mundo por intermédio do processo metafórico, as representações das áreas do conhecimento produzidas metaforicamente e indicadas nas produções discursivas dos profissionais da área indicam a identidade desse grupo. A autora estabelece um recorte no campo empírico para delimitar a área de conhecimento, ou melhor, o campo de saber, e depreender o conjunto metafórico à medida que busca compreender o modo de representação de uma comunidade discursiva acerca do próprio campo de atuação e de pesquisa.

Assim, a área selecionada por Orrico (2001) foi a de Transporte juntamente com um grupo de pesquisa consolidado no Brasil, com membros de diferentes níveis de atuação no campo, na tentativa de obter uma regularidade nas representações metafóricas. Ao aplicar um questionário nos pesquisadores do grupo, a pergunta “O que representa Transporte para você?” buscava compreender o quadro metafórico:

(...) todas elas [respostas] apontam para a noção de rede/conjunto, isto é, para a essência da entidade, o que nos levou a optar pela metáfora que se encontrava difundidamente distribuída entre membros da equipe. A definição que melhor representa essa identidade é a que apresenta Transporte como rede sistêmica, porque transmite a noção de ser uma área que permite diversas “coisas” – pessoas, mercadoria, ou informação – de entrarem em contato entre si (ORRICO, 2001, p.114).

Dessa forma, nossos apontamentos seguem a abordagem de ORRICO (2001), bem como ORRICO e OLIVEIRA, C. (2006), ao considerar que o grupo social estabelece o *locus* de representação metafórica e de identidade/memória, ou seja, um meio identitário do grupo social pela linguagem e produção de significado. Em nosso estudo, para compreensão da representação metafórica com base na proposta de Lakoff e Johnson (1980), buscamos delinear a representação do campo do conhecimento da Museologia no Brasil e assim propor os indicativos que apontam

para identidade e diferença do referido grupo com base na análise de nosso *corpus* empírico, proposta esta que buscamos no capítulo 5.

3 ESPAÇO INSTITUCIONAL E O SABER-FAZER MUSEOLÓGICO: PROCESSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A fim de delinear os maiores elementos analíticos como base para nossas reflexões acerca da história do processo de institucionalização da Museologia no cenário brasileiro, buscamos contextualizar essa atividade no tempo que circunscreve a temática de nosso interesse. Este capítulo apresenta uma pequena retrospectiva do recorte temporal de 1932 a 1985 para apontar os atores envolvidos na criação do campo e as condições de emergência dos três primeiros Cursos de Museologia do país e suas matrizes curriculares. Afinal, a organização da ação de institucionalização do campo ocorre por meio dos profissionais e das instituições.

Desta forma, focalizaremos três marcos históricos, nos quais convergimos nossas análises para compreensão dos enunciados que compõem a memória discursiva produzida com base no recorte temporal proposto. O elo de ligação entre os marcos temporais dá-se em função dos sujeitos aptos a enunciarem pela instituição, o que nos permite refletir sobre as instâncias de poder inerentes ao discurso institucional.

Nesse sentido, devemos ter em mente as características da institucionalização ao estabelecer as condições socio-históricas que marcaram a trajetória de formação do campo e nortearam a produção do discurso, definindo o papel social dos sujeitos. Assim, as características políticas, sociais, econômicas e/ou culturais dos períodos que marcaram a trajetória dos museus, dos museólogos e da própria Museologia, contribuíram para seu desenvolvimento.

Essas características não devem ser enfocadas de forma linear na medida em que buscamos traçar um painel com destaque do momento de gestação do pensamento museológico com a participação dos seguintes coordenadores dos três primeiros cursos de formação: Gustavo Adolfo Liz Guilherme Dodt da Cunha Barroso – 1932 a 1959; Valentin Rafael Simon Joaquin Calderón de La Vara – 1969 a 1980; e Waldisa Rússio Carmago Guarnieri – 1977 a 1985.

3.1 O pioneirismo do Curso de Museus e a cientificação das práticas museológicas no Museu Histórico Nacional, 1932-1959

Qual a formação dos profissionais ligados à representação do passado nas instituições museológicas? Como podemos definir a capacitação de um conservador? Esses questionamentos permanecem ligados intimamente à própria criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, no qual surgiu o primeiro curso voltado para o trabalho em museu.

O Museu Histórico Nacional surgiu nos anos 20, particularmente no contexto do movimento neocolonial, que propunha uma orientação nacionalista em defesa das raízes culturais e das manifestações artísticas tradicionais como expressão da nacionalidade. Essa ampliação dos movimentos sociais nos campos da cultura expandiu-se através tanto da Semana de Arte Moderna, considerada um momento simbólico quanto da Exposição do Centenário da Independência, em consonância com a política das oligarquias que marcou a República Velha. Dentro desse contexto, foi criado o primeiro museu dedicado à história nacional no país pelo Decreto-Lei nº 15.596, em 2 de agosto de 1922, pelo então Presidente Epitácio Pessoa, sendo inaugurado dois meses após sua criação.

Seu idealizador, Gustavo Adolfo Guilherme Dodt da Cunha Barroso, atuou como jornalista, escritor, político e assumiu a direção da instituição com a responsabilidade de organizar seu acervo voltado para os fatos e heróis nacionais (SIQUEIRA, GRANATO e SÁ, 2008; SIQUEIRA, 2011). Segundo Oliveira, Ana (2003), Barroso teve uma atuação concomitante na área de preservação, da Museologia e dos museus com ênfase na idealização de um projeto de memória nacional.

Cabe ressaltar que a ideia embrionária de criação do Curso Técnico para formação de profissionais voltados para instituições, tanto de memória quanto de pesquisa, estava prevista no mesmo decreto-lei que criou o Museu Histórico Nacional. No primeiro parágrafo do referido decreto, é possível identificar a denominação do museu com uma “escola de patriotismo, para o culto do nosso passado” (BRASIL, 1946, p. 3). Esse decreto regulamentou a criação do Curso Técnico comum às três instituições de memória: Museu Histórico Nacional (MHN), Biblioteca Nacional (BN) e Arquivo Nacional (AN), que dividiram a grade de disciplina, com aulas de teoria e prática, conforme a especificidade do acervo, como podemos observar no **quadro 06** a seguir:

GRADE CURRICULAR			
	DISCIPLINA	INSTITUIÇÃO	
1º. ANO	História da Arte	Museu Histórico Nacional	
	Arqueologia		
	História Literária	Biblioteca Nacional	
	Paleografia		
	Epigrafia		
	História Política e Administrativa do Brasil	Arquivo Nacional	
2º. ANO	Numismática	Museu Histórico Nacional	
	Sigilografia	Biblioteca Nacional	
	Bibliografia		
	Iconografia		
	Cartografia		
		Cronologia	Arquivo Nacional
		Diplomática	

Quadro 06 – Distribuição de disciplinas do Curso Técnico de 1922

Fonte: Brasil (1946, p. 15-16)

Importante destacar que os profissionais formados pelo referido Curso responderiam por uma necessidade de profissionais habilitados dessas instituições, sendo de suma importância para o funcionamento qualificado. Assim, o Curso Técnico visava a habilitar os discentes ao cargo de 3º oficial no caso do Museu Histórico Nacional e, as outras duas instituições habilitavam para o cargo de amanuense, com certificado de aprovação assinado pelos diretores das três instituições. Além disso, o decreto previa a realização de cursos e de conferências para o aprimoramento desses profissionais (BRASIL, 1946). Podemos destacar o caráter pioneiro da proposta de formação profissional voltado para cultura geral e não somente para conhecimentos meramente técnicos (SÁ, 2013).

Segundo Chagas e Godoy (1995, p. 40), o modelo museológico do Curso Técnico em vigor no período de criação do Museu Histórico Nacional e, sucessivamente, seguido por Gustavo Barroso, datava do século XIX, sendo poucas as publicações sobre o tema que circulavam no Brasil. A Museologia ainda estava engatinhando e os museus eram concebidos como espaço do saber consagrado pelos homens de letras, de artes e de ciências, sendo necessário o desenvolvimento das técnicas museológicas e museográficas para a sistematização do conhecimento como ponto de partida e/ou crítica dessa área do conhecimento. Nessa época, o trabalho em museu era executado por autodidatas, eruditos e generalistas, denominados como pioneiros, em sua maioria formados em Direito, como no caso dos professores do

Curso de Museus, Edgard Romero, Pedro Calmon e o Diretor Gustavo Barroso. Ou seja, dentro dessa concepção, a própria prática museológica formava seus especialistas¹⁹.

Podemos salientar que, apesar da demanda por profissionais especializados e a execução do projeto de formação, nos primeiros anos de direção do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso voltou seus esforços para organização da instituição, carência de recursos oficiais, enriquecimento e manutenção do acervo museológico, assim como a ampliação do espaço museal. Essas tentativas foram necessárias para o aumento do prestígio da instituição, que na época sofria o risco de ser fechada com a saída de Epitácio Pessoa da Presidência.

Assim, a instituição passou a investir na cientificação das práticas museológicas com objetivo de fornecer a base da escrita da história nas salas de exposição. Essa narrativa era fundamental para o projeto historiográfico idealizado por Barroso, que visava à representação do passado sob o prisma do papel do Estado e da elite aristocrata na história nacional (MAGALHÃES, Aline, 2006; 2011). Tais fatos postergaram a efetivação do curso técnico ao longo da década de 1920. Segundo Siqueira (2011) e Faria (2013), é possível localizar evidências das solicitações de Barroso pelo curso de formação na primeira fase de gestão que permeia os dez anos de funcionamento da instituição.

A década de 1930 foi palco de diversas transformações políticas advindas da Revolução de 1930, como catalizador de embates sociais contrários à Primeira República, o que proporcionou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Pelo apoio que Gustavo Barroso deu à candidatura de Júlio Prestes à Presidência, acabou sendo destituído do cargo de diretor do Museu Histórico Nacional. Dessa forma, a gestão fica a cargo do advogado, escritor, linguista e historiador Rodolfo Augusto de Amorim Garcia²⁰ que dirigiu interinamente o Museu Histórico Nacional por um breve momento de 1930 a 1932, quando passou a assumir a direção da Biblioteca Nacional.

Nesse período, o Museu passou do Ministério de Justiça e Negócios Interiores para o Ministério de Educação e Saúde Pública, vinculado ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Rodolfo Garcia manteve o discurso institucional

¹⁹ A questão da prática como formação de especialistas pode ser observada nas duas primeiras minutas propostas para o processo de regulamentação da profissão que abordamos ao longo do capítulo 4, especificamente no item 4.2 deste estudo.

²⁰ Segundo Sá (2007, p. 15), Rodolfo Garcia é considerado um dos principais defensores da revisão historiográfica da História do Brasil.

proposto por Barroso, incluindo uma nova narrativa histórica como base para organização do acervo nas salas de exposição. Tal circuito nas salas de exposição tinha como referência o culto aos personagens históricos representados por meio de seus objetos, que remetiam aos acontecimentos num determinado período de tempo (MAGALHÃES, Aline, 2011). No relatório de atividades de 1931, Garcia aponta a questão da demanda pelo curso de formação de especialistas, solicitando sua aprovação.

A proposta de Garcia foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas e por Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública. O Curso de Museus era habilitado como uma especialização, equivalente a um curso profissionalizante, com duração de dois anos e tinha como finalidade principal a sistematização das práticas museológicas como científicas tendo em vista que a escrita da história precisava adquirir respaldo como autêntica via a procedência do acervo (MAGALHÃES, Aline, 2011). Importante destacar que naquela época existiam cursos técnicos profissionalizantes como solução adequada para formação especializada, apesar da existência de cursos superiores em escolas isoladas, institutos e faculdades (OLIVEIRA, C., 2002; OLIVEIRA, Antonio, 2011).

O referido Curso estava vinculado ao Museu Histórico Nacional como departamento, e o decreto-lei autorizava os plenos poderes de decisão ao diretor institucional que poderia designar por portaria os funcionários que ministrariam aulas no curso²¹ e aprovar as ementas das disciplinas ministradas. Essa centralização de poder garantia ao diretor a plena organização estrutural do curso que deveria formar inicialmente profissionais de museus de história e, por isso, as disciplinas ministradas deveriam ser de interesse para a instituição.

O período de matrícula iniciou em abril de 1932 e contou com a frequência de 26 alunos como um todo, sendo dez discentes regulares, três destes, funcionários do museu, e outros 16, ouvintes. A aula inaugural foi proferida por Pedro Calmon com o título “Arte tradicional Brasileira – O Barroco em sua adaptação ao nosso paiz”, e no discurso de inauguração Rodolfo Garcia destacou a importância da especialização no

²¹ Segundo Sá (2007), por cerca de 12 anos – período de 1932 a 1944 – os funcionários do Museu Histórico Nacional ministraram aulas no Curso de Museus sem receber nenhuma remuneração referente à atividade. Tal questão é justificada, tendo em vista que o decreto-lei de criação da instituição e o regulamento interno nº 24.735, de 14 de julho 1934 não tinham antevisto essa demanda.

campo científico (SÁ, 2007; SIQUEIRA, GRANATO; SÁ, 2008; SIQUEIRA, 2009 e FARIA, 2013).

Os conservadores de museus ficaram com a responsabilidade do estudo do acervo, a conservação das peças e a construção das narrativas históricas nas salas de exposição. A primeira turma concluiu seus estudos em 1933, mas o surgimento dessa categoria de servidores federais, alocados no Museu Histórico Nacional, ocorreu somente na década de 1940, sete anos após a formatura (MAGALHÃES, Aline, 2011, p. 11). Tal questão deve ser salientada na medida em que o decreto-lei autorizando o curso já previa que os discentes formados teriam predileção na ocupação do cargo de terceiro oficial (BRASIL, 1932a).

Em novembro de 1932, Rodolfo Garcia foi reconduzido para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, sendo este período correspondente aos sete primeiros meses do Curso de Museus, ainda em fase de consolidação. Assim, a administração, tanto do museu quanto do Curso, retornou para Gustavo Barroso, que na época estava afastado da instituição, ocupando o cargo de presidente da Academia Brasileira de Letras.

Segundo Oliveira, Ana (2003), ao ser reconduzido, Barroso encontra uma nova configuração na instituição. Já Magalhães, Aline (2006) aponta que o Diretor apoiou a iniciativa de Rodolfo Garcia, dirigindo e ministrando a disciplina “Técnica de Museus”, responsável pelos conhecimentos específicos das atividades inerentes aos museus. Chagas (2009) concorda com as ponderações de Magalhães, Aline (2006) ao afirmar que Barroso em nada se constrangeu em retornar à instituição e assumir o Curso de Museus, tornando este um dos pilares de disseminação para ampliação de seu pensamento frente aos discentes e futuros herdeiros. Siqueira (2011) acrescenta que o estilo barrosiano aplicado às normas, técnicas e conceitos referentes aos museus consolidou-se por intermédio dos discentes pioneiros do curso. Alguns formandos, posteriormente, passam a ocupar o cargo de docentes.

O curso tinha como função capacitar profissionalmente os discentes para reconstrução do passado nacional idealizado por Barroso, garantindo assim veracidade aos fatos que tinham como base a procedência do acervo exposto nas salas da instituição (MAGALHÃES, Aline, 2011). Para Oliveira, A. (2003), a primeira fase de consolidação do Curso abrange a primeira década de efetivação e contribuiu para a valorização da instituição como único centro de formação de profissionais qualificados num conhecimento específico voltado para o trabalho nos museus.

Assim, com a institucionalização propriamente dita do ensino voltado para a área museológica, o museu foi elevado à categoria de “Centro Educativo e Cultural Brasileiro” (SIQUEIRA, 2011).

O Curso ganhou relevância, o que levou em 1943 o Ministério da Educação e Saúde Pública a estabelecer que os diplomas dos conservadores²² deveriam ser registrados pela Diretoria do Ensino Superior. Em 1944, dez anos após a primeira alteração da disciplina de história, o Curso de Museus sofreu a primeira grande reforma curricular aprovada pelo Decreto nº 6.689, de 13 de julho, que previa a modificação da estrutura curricular de dois para três anos de duração com disciplinas executadas em três séries correspondentes à parte geral nos dois primeiros anos de formação discente e à parte específica restrita no último ano de formação com a possibilidade de escolha entre a Seção de Museus Históricos ou Seção de Museus Artísticos ou de Belas Artes. Tal reforma curricular permitiu maior amplitude na formação profissional em relação aos demais museus com base nas negociações estabelecidas pelo diretor Gustavo Barroso e Mário Brito, diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)²³ (MAGALHÃES, Aline, 2011; SIQUEIRA, 2011; FARIA, 2013).

Depois de várias negociações, o Curso sofreu modificações que se desdobram não só em suas características didáticas, mas também no nível administrativo com a remuneração gratificada dos funcionários do museu que ministravam aulas e a criação do cargo de coordenador²⁴ subordinado ao diretor do museu (SIQUEIRA, 2011; FARIA, 2013). Podemos salientar a implantação das excursões curriculares²⁵ com uma atividade didática voltada especialmente para os discentes do terceiro ano, que possibilitava o aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso

²² Inicialmente os discentes formados pelo Curso de Museus eram denominados conservadores e, posteriormente, museólogos.

²³ Tal correspondência foi reproduzida nas páginas dos Anais do Museu Histórico Nacional, no quinto volume, com título “Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional em Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil” do ano de 1944, publicado em 1955. Segundo Magalhães, Aline (2011) o referido volume dos Anais tinha como principal objetivo “construir a memória de Gustavo Barroso como Diretor do Museu Histórico Nacional”. Para tal busca por meio, tanto de relatos quanto de artigos, copilar uma documentação inerente às suas iniciativas.

²⁴ Este cargo foi primeiramente ocupado por Nair Moraes de Carvalho, ex-aluna do Curso e discípula de Barroso, até o ano de 1967 (SIQUEIRA, 2011).

²⁵ Segundo Siqueira (2011), as excursões curriculares ocorreram com regularidade, principalmente no período entre 1945 a 1969, totalizando 19 viagens realizadas, sendo 11 destas no estado de Minas Gerais. Além disso, as excursões foram realizadas no Amapá, Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.



Figura 1 – Ao centro, sentados da esquerda para a direita, Prof. Edgar de Araújo Romero (Numismática) e Prof. Joaquim Menezes de Oliveira (História da Arte Brasileira) com a Turma de 1936 do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.

Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO



Figura 2 – Ao centro, sentados da esquerda para direita, Dr. Gustavo Barroso (História do Brasil, História Militar e Naval do Brasil e de Técnica de Museus) e Prof. Edgar de Araújo Romero (Numismática) com a Turma de 1937 do Curso de Museus.

Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO

(SÁ, 2006; SIQUEIRA, 2011). Além disso, o Regulamento de 1944 institucionalizou a categoria dos discentes bolsistas²⁶, que existiam desde 1942 em caráter experimental, e permitia a participação de servidores públicos alocados preferencialmente em instituições culturais, residentes fora da cidade do Rio de Janeiro, indicados pelo Governador de sua localidade, que participaram do Curso de Museus com objetivo de aprender e transferir os conhecimentos adquiridos (SIQUEIRA, 2011).

A produção de publicações específicas²⁷ foi fundamental para disseminação didática e padronização profissional dos conservadores, firmando os postulados barrobianos. Apesar da previsão de uma publicação científica no Decreto-lei de criação do Museu Histórico Nacional em 1922, o primeiro volume dos Anais do Museu Histórico Nacional foi publicado em 1942 com recursos do Governo Federal. As publicações são de autoria do Diretor e demais técnicos da instituição acerca dos trabalhos de pesquisa realizados com base nas fontes materiais, biografias de homens nobres e fatos históricos com o intuito de cientificizar a atividade prática, sendo considerado um veículo de divulgação museológica, tanto da prática apreendida no Curso quanto aplicada no cotidiano do museu (MAGALHÃES, Aline, 2006).

Desse modo, os artigos seguiam uma linha do regulamento definida pela direção a qual não permitia a participação de autores externos na publicação, como podemos observar no primeiro item das instruções para os escritos por Barroso: “Os trabalhos versarão sobre assuntos técnicos ou históricos, de preferência relativos ao Museu, *não se aceitando críticas de livros ou de estudos de pessoas alheias à Casa, nem elogios a qualquer personalidade viva*” (ANAIS, 1997, p. 289, *grifo da autora*)²⁸.

²⁶ No Anexo A, disponibilizamos um levantamento das bolsas concedidas no Curso de Museus durante o período de 1942 a 1969. Do total de 64 bolsas distribuídas, em sua maioria aos estados brasileiros, temos um bolsista da Argentina.

²⁷ Cabe salientar que na década de 1940 ocorreu uma proliferação da produção bibliográfica da área não só no âmbito do Museu Histórico Nacional, como, por exemplo, Edgard Sussekind de Mendonça, que publicou “A extensão cultural dos museus” em 1946; F. dos Santos Trigueiros com “O museu, órgão de documentação” em 1946 e “Museu e educação” em 1958; Guy de Holanda publicou “Recursos educativos dos museus brasileiros” em 1958; Regina M. Real com “O museu ideal” em 1958; e Solon Leontsinis com “Da utilização dos mostruários de empréstimo no ensino de ciências naturais” em 1959 (FARIA, 2013).

²⁸ Essa centralização dos artigos sofreu modificações, em 1959, após a morte do Diretor, com a participação de pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Universidade (MAGALHÃES, Aline, 2006).

Em 1946, Barroso publicou o livro intitulado *Introdução à Técnica de Museus*, em dois volumes, que se tornou leitura obrigatória para os discentes ao longo de várias décadas, sendo considerado uma “bíblia” da Museologia brasileira. O primeiro volume era baseado na parte geral e básica do Curso e o segundo volume enumerava as técnicas e os respectivos acervos relativos à parte específica do estudo. O conteúdo foi desenvolvido pelo próprio autor com base na análise das necessidades dos museus brasileiros, observação dos museus americanos e europeus e reflexão acerca das referências bibliográficas estrangeiras, como, por exemplo, os trabalhos na década de 1930 da *Office International des Musées* com a edição da *Revista Museion* e a publicação do livro *Muséographie: architecture et aménagement des musées d'art*, que apresentou a produção de especialistas em museografia numa conferência que ocorreu em Madrid (Espanha) em 1934 (BARROSO, 1951; CRUZ, 2008).

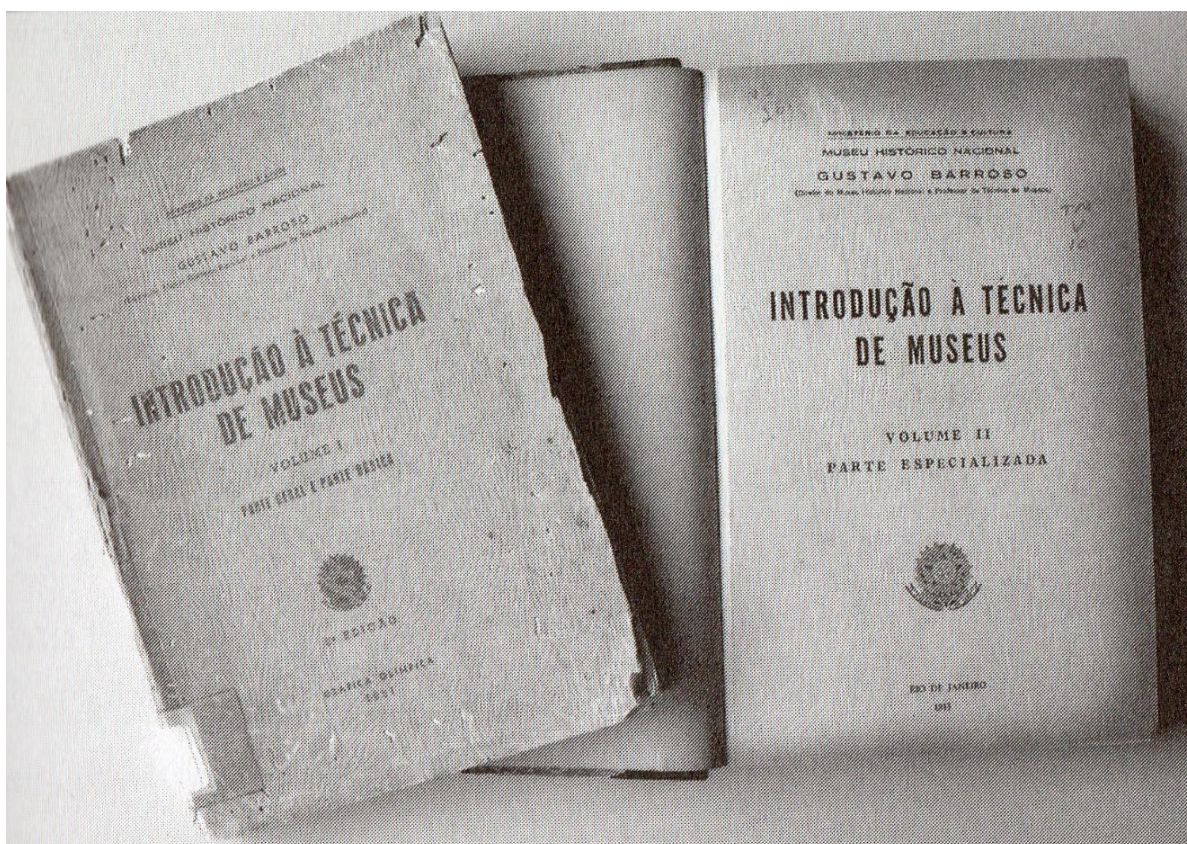


Figura 3 – Destaque da obra *Introdução à técnica de museus* (volume I e II)
Fonte: Acervo da Biblioteca Virtual/MHN

A publicação apresentou os conhecimentos adquiridos por Gustavo Barroso ao longo dos anos de prática no Museu Histórico Nacional, principalmente com a disciplina Técnica de Museus, e foi utilizada pelos discentes como manual de ensino

e consulta, que segundo o autor “(...) nunca foi compendiada numa obra e sempre existiu esparsa, sem conveniente sistematização” (BARROSO, 1951, p. 3). Para Chagas (2009), Gustavo Barroso tinha uma clara consciência da importância de sua produção bibliográfica como obra de caráter didático, o que suscitaria uma alta adesão dos profissionais da área.

Podemos dizer que a segunda metade da década de 1940 foi marcada por uma onda de redemocratização após a Segunda Guerra Mundial. Apesar do carisma de Getúlio Vargas, o Estado Novo torna-se insustentável e este acaba deposto em 1945 pelas Forças Armadas. Interinamente assume o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, sendo eleito presidente da República, em dezembro do mesmo ano, o general Eurico Gaspar Dutra, que promulga uma nova Constituição em setembro de 1947.

Paralelamente, nos anos 40, no campo dos museus, existe uma tentativa de consolidação dos êxitos conquistados que, segundo Chagas e Godoy (1995), proporcionou a cristalização das ideias do período anterior em vigência no Museu Histórico Nacional, o que leva a instituição na década seguinte a deixar de ser o eixo das questões museológicas. O mandato universitário foi firmado em 1951 pelo Museu Histórico Nacional, representado pela figura de Gustavo Barroso, e a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo reitor e ex-docente do Curso de Museus e primeiro secretário, Pedro Calmon.

Além disso, nesse mesmo ano, Barroso resolveu se afastar da disciplina Técnica de Museus e seleciona para substituí-lo uma ex-aluna e funcionária do Museu, Octávia Correa dos Santos Oliveira, o que comprova uma tentativa de manter seus postulados, inclusive após a sua aposentadoria em 1958 (SIQUEIRA, 2011). Apesar do seu falecimento em 1959, os postulados barrosianos²⁹ permaneceram presentes. Tal questão pode ser justificada pela influência de Barroso na formação dos ex-alunos e atuais docentes do Curso de Museus, assim como pela aproximação do Curso ao Museu Histórico Nacional³⁰.

²⁹ Os alunos recebiam ao se matricular um exemplar do livro *Introdução à técnica de museus* na década de 1960, e nos anos 70 alguns docentes ainda utilizavam a obra de Gustavo Barroso como material didático para as aulas (CHAGAS, 2009).

³⁰ Este permaneceu nas dependências da instituição mesmo tendo sido incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ) em 1977, sendo transferido somente em 1979 para o Centro de Ciências Humanas (CCH), atual Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), quando através do decreto-lei nº 66.655, 05/06/1979 passou a ser denominado Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

3.2 O Curso de Museologia da Bahia, vínculo com Departamento de História e aulas técnicas com recém-formado do Curso de Museus – 1969/1980

Ao analisar o surgimento do curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), devemos ter em mente que esta iniciativa ocorreu 37 anos após o surgimento do primeiro curso no país. O Curso de Museologia da UFBA permaneceu como o único existente nas regiões Norte e Nordeste por 37 anos apesar da necessidade de profissionais especializados em outras localidades. Tal demanda pode ser comprovada pelo levantamento feito por Sá e Siqueira (2007) acerca da regulamentação do aluno bolsista no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, que totalizou 64 bolsas no período de 1944 a 1969 com bolsistas de 14 estados³¹. Essa iniciativa criou uma modalidade estratégica de discente, que atuava como servidor do Município, do Estado ou do âmbito Federal em seu estado de origem e eram selecionados pelo Governador de sua localidade para o aperfeiçoamento da técnica de museus e aplicação da prática ao retornarem para suas funções. O estado da Bahia se destacou com o número maior de bolsistas, ao todo foram 15 pessoas matriculadas e 11 destas concluíram o Curso. A formatura da última bolsista ocorreu em 1969, mesmo ano da proposição de criação do novo curso de formação no estado.

Em 1962, período que antecede o golpe militar no Brasil e sete anos antes da criação do novo curso de formação, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (2005), então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), proferiu um discurso em decorrência da cerimônia para receber o título de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, no qual destaca a necessidade de criação de cursos para área de museus, em especial um curso no âmbito universitário. Nesse discurso, podemos observar alguns tópicos como pontos positivos, sob o ponto de vista do interlocutor, para instalação do novo curso ser alocado na UFBA: (1) a criação do primeiro museu de arte religiosa denominado Museu de Arte Sacra como um órgão universitário; (2) o estabelecimento do III Congresso Nacional de Museus no referido museu da UFBA, organizado pelo comitê nacional do ICOM sob a coordenação de Heloísa Alberto Torres³², antropóloga, então diretora do Museu Nacional no Rio de

³¹ No anexo A destacamos a distribuição das bolsas para o estado da Bahia.

³² Heloísa Alberto Torres foi eleita presidente do comitê brasileiro do ICOM em 1961 e permaneceu no cargo até agosto de 1971 do século XX (CARMARGO-MORO; NOVAES, 2010, p. 40).

Janeiro; (3) as atribuições das universidades para formação de novos cursos de Museologia.

Para Rodrigo de Melo Franco de Andrade, não bastava a existência de um único curso de formação, sendo a Universidade o local adequado para abarcar as necessidades do Curso de terceiro grau para os profissionais de museus por sua especificidade, como podemos observar a seguir:

(...) na administração federal, desde a década de 1930, foi criado um curso de museus, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa e sob a direção do ilustre dr. Gustavo Barroso, curso que se ampliou apreciavelmente e se considera de extensão universitária, ele não pode, todavia, data venia, bastar às necessidades do país. (...) Somente as universidades tem condições para corresponder aos reclamos da preparação adequada dos museologistas de que o Brasil precisará, não apenas em futuro remoto, mas em futuro próximo. Sobretudo em virtude da autonomia e da flexibilidade que a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional atribuiu às universidades e aos órgãos regionais de ensino, para constituição de currículos, torna-se possível, com a simples introdução de mais algumas disciplinas, utilizar os cursos universitários existentes para formação dos museologistas licenciados, de cuja falta nosso meio já se ressentia e cada vez mais se ressentirá (ANDRADE, 2005, p. 86, grifo da autora).

Apesar da demanda no início da década de 60, o Curso de Museologia tornou-se uma realidade somente em 1969 com o parecer nº 971/69 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a resolução nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, do Conselho Federal de Educação, que serviu de base para estruturação do currículo. Importante ressaltar que o Projeto do Curso e currículo de Museologia foi aprovado no parecer do órgão superior, pela Comissão Central de Revisão de Currículos, no dia 7 de dezembro de 1969, sem especificar a Unidade Universitária que deveria alocar o referido Curso. Tal fato foi creditado ao caráter interdisciplinar do Curso de Museologia, que demandava uma formação humanista e abrangente da cultura, o que gerou certa flexibilidade no credenciamento.

O Curso de Museologia da UFBA ter sido credenciado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) merece uma atenção especial na medida em que o Departamento I da Escola de Belas Artes também pleiteava a vinculação. O Prof. Fernando da Rocha Peres apontou que a criação do Curso de Museologia foi validada anteriormente para Departamento de História pelo Conselho Universitário da UFBA, numa sessão do dia 24 de agosto de 1964

(UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1970a). Já o Prof. Ruy Simões (1990, p. 87) sublinhou que o planejamento do referido Curso foi cancelado pelo Departamento I da Escola de Belas Artes da UFBA que “(...) deu forma e curso ao pleito. Buscou padrinhos poderosos, inclusive um ex-governador. Mas Valentin Calderón e Batista Neves, somando esforços e emprestando prestígios pessoais, com igual tirocínio – lograram trazê-lo para faculdade [no caso, a FFCH]”.

No dia 17 de abril de 1970, o Magnífico Reitor da UFBA encaminhou um ofício à Escola de Belas Artes comunicando o deslocamento do Curso de Museologia para a área de Ciências Humanas e destacou a forte vinculação com o Departamento de História (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1970a). A partir desse momento, ocorreu um processo burocrático interno com pronunciamentos dos referidos Departamentos para deliberação final e atendimento da diligência solicitada.

O processo nº 5144/70, que dispõe sobre a criação do Curso de Museologia, seguiu para a Câmara de Graduação no dia 30 de abril de 1970 e, posteriormente, despachado para a Conselheira Zilma G. Parente de Barros, que solicitou o pronunciamento, tanto do Departamento de História quanto da Escola de Belas Artes, no dia 11 de maio de 1970. Desta forma, o Departamento I da Escola de Belas Artes justificou a vinculação do Curso de Museologia “(...) à Arte; à uma confrontação de formas; e uma de nossas disciplinas básicas a História da Arte” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1970a, p. 1). Já o Departamento de História alegou que a habilitação do Bacharelado em Museologia não era restritiva ao campo das Belas Artes e possuía uma grade com diversas disciplinas no âmbito da própria História, como observamos a seguir:

É na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em especial no Departamento de História, onde podem ser encontradas as disciplinas necessárias para este museólogo. Para comprovar esta nossa assertiva basta uma rápida consulta ao citado parecer de 7/11/69, e nêle serão encontradas diversas disciplinas ministradas no Departamento de História (História da Civilização, Historia Ibero-Americana, História do Brasil, Folclore, etc), e outras que fatalmente terão que ser solicitadas a este Departamento, tais como História Militar e Naval no Brasil, Heráldica, Numismática, Sigilografia, etc (...) Por estas razões *somos pela conveniência da vinculação do Curso de Museologia à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com um Departamento autônomo em estreita cooperação com os Departamentos de História, Antropologia, etc* (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1970a, p. 2-3, *grifo da autora*).

Ao analisar a documentação dos respectivos Departamentos, a Conselheira Zilma G. Parente de Barros emitiu o parecer nº 152/70, no dia 24 de agosto de 1970, concordando com as argumentações do Prof. Fernando da Rocha Peres sobre a vinculação do Curso à área de Filosofia e Ciências Humanas, sem a criação imediata de um Departamento.

(...) já que o próprio Conselho Departamental daquela Unidade, ao apreciar a matéria, foi de opinião que a atual estrutura departamental da Universidade poderá, por enquanto, dar ao Curso de Museologia, na conformidade do seu currículo, o suporte docente necessário para o seu funcionamento (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1970b).

Assim, o Curso de Museologia da UFBA foi instalado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), vinculado ao Departamento de História na qualidade de Colegiado de Curso, com objetivo de adequar o currículo proposto ao desenvolvimento do processo museológico, assim como estabelecer um paralelo com as necessidades regionais e o mercado de trabalho. Essa vinculação proporcionou pontos positivos e negativos no início de sua implantação, que acabou culminando numa crise no final da década de 1970 (SANTOS, Maria, 2008b).

Tal decisão proporcionou uma “disparidade departamental”, segundo o Prof. Ruy Simões (1990), em relação ao Curso de Museologia, que possuía um Colegiado próprio e permaneceu os primeiros anos lotado no Departamento de História. Ou seja, a relação do Departamento de História com o Curso de Museologia não era equânime por possuir “pesos e medidas diferentes”, inclusive um diferencial quantitativo de docentes (Departamento de História possuía 23 docentes em relação aos cinco docentes do Curso de Museologia, sendo dois docentes em regime 20h e os outros três docentes com regime 40h). Essa lotação “inadequada” ocorreu somente com Curso de Museologia³³ comparado à criação do Departamento de Psicologia e do Departamento de Estudos de Problemas Brasileiros, o que acarretou percalços no processo de consolidação, conforme podemos observar a seguir:

Difícil, todavia, é explicar por que tarda tanto a criação do respectivo departamento, já decidida favoravelmente a nível de faculdade e ainda por decidir a nível de universidade, inclusive extravio do processo, já

³³ A locação do Curso de Museologia e a efetiva criação do Departamento ocorreu com aprovação do Conselho Universitário somente no dia 26 de novembro de 1991, com hiato de 22 anos (SANTOS, Maria, 2015).

recomposto, desde o reitorado anterior. Aberra mesmo dizer que, este curso, possui colegiado próprio, com eficiente coordenação e eficaz ministério docente, a cargo de um quinteto de professores lotados (...) no departamento de História! Prêmio, certamente, não é (SIMÕES, 1990, p. 87-88).

Costa, H. (2009) corrobora com ponto de vista de Simões (1990), destacando como ponto negativo a responsabilidade do Departamento de História de gerir o Curso de Museologia, tanto acadêmica quanto administrativamente, o que proporcionou entraves relatados nas Atas de reuniões com as divergências de alguns professores que não aceitavam a nova “disciplina científica” e solicitavam a retirada do Curso do Colegiado. Apesar das divergências departamentais, Santos, Maria (2002) considerou que o ponto de destaque está relacionado às disciplinas de áreas afins à Museologia na grade curricular³⁴, o que na época representava uma grande inovação. Desse modo, podemos destacar que o curso universitário da UFBA sofreu críticas, como o Curso de Museus na cidade do Rio de Janeiro, sendo o primeiro questionado pela comparação com os naturalistas e outros profissionais de museus, e o segundo, pela notoriedade da nova disciplina em formação universitária, no caso, a Museologia, e sua aplicabilidade.

O período de implantação do Curso ocorreu num momento peculiar da história do país, denominado “anos de chumbo”, que abrange o período do AI-5 durante o governo Médici, com forte combate entre extrema-esquerda com a extrema-direita e, do outro lado, o aparelho repressivo do Estado, tendo como pano de fundo a Guerra Fria. Paralelamente, temos o auge do chamado “Milagre Econômico” com a estabilidade econômica e a valorização dos produtos comercializados no cenário brasileiro em plena ditadura militar.

Após embate para definir o vínculo do Curso de Museologia e a escolha do Departamento de História, o idealizador e coordenador foi Valentín Rafael Simon Joaquin Calderón de La Vara³⁵, espanhol residente no Brasil, com formação em História da Arte e Arqueologia, professor do Instituto de Cultura Hispânica da UFBA e convidado para compor o quadro do Instituto de Ciências Sociais. Desse modo,

³⁴ Abordaremos com minúcias a grade curricular do Curso de Museologia da UFBA no item 3.4 deste capítulo.

³⁵ Valentín Calderón nasceu em 26 de julho de 1920 na cidade de Comillas, na Espanha. Publicou seu primeiro trabalho em 1944, com título “El Museo Cantabro de Palacio del Marques de Comillas” seguido de uma série até 1949 quando emigrou para o Brasil. Sua produção bibliográfica abrange 38 obras, sendo oito obras relativa à Espanha e o restante no Brasil (PASSOS, 2014a)

podemos destacar que atuação de Valentin Calderón na coordenação do Curso da UFBA era eminentemente política, sendo absorvido seu tempo pelas pesquisas e administração do Museu de Arte Sacra (MAS da UFBA), não ministrou disciplinas, o que difere da atuação dos outros dois coordenadores de Cursos no país – Gustavo Barroso no Curso de Museus e Waldisa Guarnieri na Pós-graduação em Museologia da FESPSP (SANTOS, Maria, 2015).

Outro ponto peculiar diz respeito à primeira turma que ao prestar vestibular optou pelo Curso de História, na época com 700 candidatos para 50 vagas, que não conseguiram classificação e, por isso, receberam o convite para efetuar matrícula no Curso de Museologia (VALENÇA, 1972). Nos primeiros anos de funcionamento, o Curso teve suas aulas ministradas na Faculdade de Filosofia da Bahia, no bairro de Nazaré, sendo transferido para o antigo prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, no dia 1 de maio de 1970, e, posteriormente, ocorreu a transferência definitiva para São Lázaro em dois momentos: 1 de maio e 29 de julho de 1974. Assim, o Curso passou a ser ministrado tanto na Universidade, no prédio da FFCH, quanto no MAS³⁶ da UFBA, na época sob a direção de Valentín Calderón, o que em parte se assemelhava à estrutura do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (SANTOS, Maria, 2015).

Apesar disso, a ausência de profissionais especializados para ministrar as disciplinas denominadas “técnicas” referentes à área dos museus era uma realidade na época. Para sanar o problema, o Curso de Museologia da UFBA contratou dois egressos do Cursos de Museus que ficaram responsáveis pelas disciplinas técnicas para a primeira turma. Cabe destacar que nessa fase inicial as disciplinas especializadas eram ministradas somente durante três meses em cada semestre (COSTA, H., 2009).

Primeiramente, a museóloga Lucia Bittencourt Marques de Oliveira, bolsista do Curso de Museus pelo estado da Bahia, com matrícula em 1954 e formatura em 1956, ministrou as primeiras aulas da disciplina Técnica de Museus I, sendo substituída pela arquiteta e Prof^a Jacyra Oswald³⁷, da Escola de Belas Artes, quando o Curso foi

³⁶ Em 1957, o professor Edgar Santos, então Reitor da Universidade Federal da Bahia, resolve criar um Museu de Arte Sacra como órgão universitário. O projeto foi inaugurado em 10 de agosto de 1959. Ver: MUSEU DE ARTE SACRA DA BAHIA. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.mas.ufba.br/>>. Acesso em jul. 2014.

³⁷ Jacyra Oswald, então professora do Curso de Museologia, foi responsável na década de 1980 pelo projeto expográfico e montagem da exposição do Memorial da Medicina e do Museu Afro-brasileiro

transferido para o antigo prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus (SANTOS, Maria, 2015; SÁ, 2007).

Num segundo momento, foi contratado o museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, com matrícula em 1969 e formatura em 1971 (Seção de Museus Artísticos)³⁸, por indicação da museóloga Fernanda Camargo Moro, ex-professora do Curso de Museus, a partir da solicitação do coordenador do Curso de Museologia da UFBA, Valentin Calderón e da Prof^a. Jacyra Oswald. Assim, Luiz Fernando Fernandes Ribeiro ficou responsável pelas disciplinas de Técnica de Museu II, Técnica de Museu III e Estágio de Museologia III, além de participar da reestruturação de parte do circuito expositivo do Museu de Arte Sacra, sob a supervisão da Prof^a. Jacyra Oswald e do Coordenador Valentin Calderón e da montagem de algumas exposições, como, por exemplo, a de Pierre Chalitta. Apesar da intensa atuação na Bahia, Luiz Fernando Fernandes Ribeiro retornou ao Rio de Janeiro logo após a formatura da primeira turma da UFBA em 11 de janeiro de 1974 (JOSÉ MANOEL, 2015; SANTOS, Maria, 2015; COSTA, H., 2009; SÁ, 2007; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1973; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1969).

Nesse período, as disciplinas especializadas passaram a ser ministradas por duas egressas do próprio Curso de Museologia da UFBA, Sílvia Athayde e Maria Célia Teixeira Moura dos Santos³⁹, que atuavam como colaboradoras e posteriormente, após prestação de um concurso, foram contratadas como professor auxiliar em regime 20 horas (SANTOS, Maria, 2008b).

No meado da década de 1970, o Prof. Valentin Calderón fazia parte do Setor Cultural da Universidade, como Diretor do MAS, junto com o Prof. Roberto Santos, e surgiu a ideia de criar o Museu de Arqueologia e Etnologia (atual MAE da UFBA) e o Museu de Ciência e Tecnologia (atual MCT⁴⁰ que integra a UNEB). Com a ida do Prof.

(MAFRO) que compõe o complexo cultural do antigo prédio da Faculdade de Medicina da UFBA (SANTOS, Maria, 2014).

³⁸ Apesar do museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro ter solicitado o reingresso para a Seção de Museus Históricos, em 1972, com pedido de aproveitamento das disciplinas cursadas anteriormente na Seção de Museus Artísticos, não chegou a iniciar o novo Curso por causa da viagem de trabalho à Bahia e solicitou o trancamento no dia 11 de abril de 1975 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1969).

³⁹ A Profa. Maria Célia Teixeira Moura dos Santos assumiu a disciplina de Técnica de Museu III relativa a ação educativa nas instituições museologia e Estágio III (SANTOS, Maria, 2015).

⁴⁰ O Museu de Ciência e Tecnologia na cidade de Salvador foi inaugurado no dia 17 de fevereiro de 1979, sendo considerado a primeira instituição dessa tipologia na América Latina. O museu foi incorporado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ver: MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sobre o museu**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/mct>>. Acesso em jul. 2014.

Roberto Santos para o governo do Estado, houve uma prioridade política para a criação do MCT, no qual o Prof. Valentin Calderón participou da elaboração, inclusive intermediando um convênio entre a Universidade e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil com propósito de enviar museólogos formados pelo curso da UFBA para realizar um estágio de aperfeiçoamento em museus americanos, sendo a prioridade o estudo da tipologia de museus de ciência e tecnologia. O estágio de aperfeiçoamento⁴¹ teve a participação de duas ex-alunas do Curso de Museologia que utilizaram a documentação em slides, reunida no período de 3 meses no exterior, como material didático quando atuaram como professores colaboradores (SANTOS, Maria, 2008a; PASSOS, 2014b).

Em 1979, precisamente dez anos após a proposição do Curso, foi necessário estabelecer a primeira reforma curricular na tentativa de minimizar o hiato existente nas disciplinas específicas em relação às disciplinas de áreas afins à Museologia. Com isso, na reforma curricular foi previsto um aumento da carga horária das disciplinas específicas para atender às demandas locais e, ainda, passaram a ofertar duas habilitações, Museus de História e Museus de Arte, com duração da graduação de três anos e meio a quatro anos. Assim, a primeira reforma curricular do Curso da UFBA destacou a necessidade de valorização das disciplinas específicas e sua aplicabilidade nas demandas dos problemas locais em relação às demais disciplinas afins à Museologia. Nesse sentido, pela demanda de disciplinas específicas foram admitidos três novos professores, também egressos do Curso da UFBA, Osvaldo Gouveia Ribeiro, Valdete Celino Paranhos e Antônio Oliveira Rios. Tal reforma se difere da alteração da grade curricular do Curso do Rio de Janeiro tendo em vista que o Curso de Museus buscava ampliar o escopo e a abrangência na formação dos discentes, abrindo a opção de formação para profissionais de museus de história, história da arte ou ciências (SANTOS, Maria, 2008b; 2015).

Logo após a reforma curricular, o Curso de Museologia recebeu o processo de reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, através do Decreto nº 83.327, de 16 de abril de 1979. Com a aprovação do Curso, os laços de relacionamento com a Reitoria se estreitaram, o que melhorou sua credibilidade na FFCH (SANTOS, Maria,

⁴¹ O estágio de aperfeiçoamento ocorreu nos seguintes museus: The Franklin Institute-Philadelphia-PA; The Carnegie Museum of Natural History-Pittsburg-PA; The Henry Francis du Pont Winterthur Museum-Delaware; The Museum of History and Technology-Smithsonian Institution-Washington, D.C. (SANTOS, Maria, 2015)

2002). No período da gestão do Reitor Marcelo Costa, foi possível iniciar a implantação do MAE, que teve a participação ativa do Curso de Museologia. O Prof. José Calazans, então Pró-Reitor de Extensão da UFBA, convidou o Curso para participar do planejamento e da implantação do novo órgão universitário. Nessa época, o Prof. Valentin Calderón estava à frente do Colegiado do Curso de Museologia e o projeto para elaboração de um museu didático seguiu com base em suas ideias sob a coordenação da Prof^a Maria Célia Teixeira dos Santos, professora e egressa do Curso. Também teve a participação dos outros docentes, tais como o Prof. Antonio Rios que atuou no projeto expográfico, da Prof^a Maria Hilda Paraiso do Departamento de Antropologia, a arqueóloga Iara Bandeira, que coordenava a equipe de arqueólogos e de restauradores e do Prof. Oswaldo Gouveia, que trabalhava no treinamento dos estagiários no processo de documentação do acervo. Assim, o MAE teve a participação dos docentes das disciplinas técnica e de todo o corpo discente de Museologia no processo de instalação, sendo considerado um marco do processo de consolidação do Curso⁴².

Apesar do bom relacionamento com a Reitoria, o Curso sofreu com um movimento interno na Universidade para seu fechamento, denominado por período de bloqueio, no final dos anos 70 e início da década de 1980. Nesse período, a Superintendência Acadêmica, por intermédio de uma pesquisa, apontava a ausência de mercado de trabalho para o profissional museólogo em Salvador e a partir desse resultado indicava a retirada do Curso do vestibular (SANTOS, Maria, 2008a; COSTA, H., 2009). Cabe salientar que localizamos uma referência sobre a previsão de bloqueio no vestibular do Curso, numa matéria de 1972, com o coordenador Valentin Calderón, na qual aponta a possível paralização em decorrência da demanda do mercado profissional na Bahia.

(...) o mercado de museologia não caberá muitos profissionais. Assim, desde quando foi criado o curso, já se tinha em mente pará-lo de acordo com a necessidade do mercado. Desta forma, Museologia não será um curso permanente, dentro da UFBA. Poderá ser fechado no momento em que houver a certeza de que não mais existe mercado de trabalho (VALENÇA, 1972).

⁴² Infelizmente, o Prof. Valentin Caldeirón faleceu em 1980, três anos antes da inauguração do MAE, em 1983. No ano de seu falecimento, a viúva Prof^a Lídia Maria Santana de Calderón fez a doação para a instituição de cerca de 216 objetos de sua coleção particular (SANTOS, Maria, 2014; PASSOS, 2014a).

Esse parecer indicando o bloqueio das matrículas⁴³ do Curso deu origem a uma mobilização da classe na região que uniu os professores do Curso, discentes e recém-formados numa ampla campanha pela cidade de Salvador junto à imprensa, aos intelectuais, aos políticos da Câmara Federal e à sociedade civil numa tentativa de reverter a resolução (SANTOS, Maria, 2008a; COSTA, H., 2009). O movimento acabou se tornando positivo para o campo museológico da região que, além da conquista da permanência do Curso de Museologia, teve o seu fortalecimento com o surgimento da associação de classe na Bahia (SANTOS, Maria, 2008a), que teve uma atuação importante no processo de regulamentação da profissão no início dos anos 80.



Figura 4 – Prof. Valentin Calderón com um artefato
Fonte: Acervo MAE/UFBA

⁴³ Não conseguimos precisar até o presente momento o período exato de bloqueio de matrículas que o Curso de Museologia da UFBA sofreu na medida em que existe uma divergência nos trabalhos que tratam da temática.

3.3 A Pós-Graduação em Museologia em São Paulo sob os alicerces da Sociologia e a exigência da interdisciplinaridade (1977 a 1985)

Ao analisar o cenário museológico de São Paulo, antes mesmo da criação do curso de Pós-Graduação em Museologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), devemos ter em mente a demanda por profissionais específicos e cursos regulares. Essa demanda pode ser comprovada, como no caso da Bahia, pela existência de discentes bolsistas no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Nesse sentido, o estado de São Paulo ocupou a quarta colocação com quantitativo de bolsista, totalizando 06 discentes, entre 1946 a 1956⁴⁴ (SÁ; SIQUEIRA, 2007). Segundo Zanini e Menezes (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1965), dois fatores justificariam o panorama paulista: (1) no final da década de 1940, o Museu de Arte e o antigo Museu de Arte Moderna de São Paulo voltaram suas ações para o setor educativo, sem a preocupação com ensino da Museologia; (2) no meado dos anos 60, a Universidade de São Paulo tinha o interesse voltado particularmente para as artes em geral, por intermédio do Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte e Arqueologia, sem sistematizar um currículo, apesar da existência do Departamento de Museus, na Faculdade de Arquitetura, que chegou a oferecer uma pós-graduação em Museologia.

Desse modo, a criação de um curso regular em São Paulo permitiria ao cenário brasileiro estruturar equipes aos museus e evitar o diletantismo prejudicial que existiu até a década de 1960 e poderia ser solucionado, ainda segundo Zanini e Menezes (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1965), com a criação de uma pós-graduação⁴⁵ à medida que o estágio em museus e curso especial em nível universitário, paralelo ao curso de formação cultural, foram considerados contraproducentes, escolha esta fundamentada por intermédio da seguinte consideração:

(...) o museólogo não é um funcionário especializado num museu, mas sim um especialista em determinado domínio de cultura e que se preocupa com o problema da documentação e como tornar disponível, por intermédio de museu, esse domínio de cultura (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1965, p.1).

⁴⁴ No anexo A destacamos a distribuição das bolsas para o estado de São Paulo.

⁴⁵ Cabe destacar que a proposta de currículo no âmbito da Universidade de São Paulo foi apresentada por Walter Zanini e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes no IV Congresso Nacional de Museus, organizado pela Associação Brasileira de Museologia (ABM), em 1965.

A proposta de currículo da USP estava relacionada à criação de uma Pós-graduação em Museologia, vinculada ao Instituto das Artes, ainda em fase de consolidação apesar de previsto no estatuto da Universidade, assim como buscava o estreitamento de relações com os Museus Universitários⁴⁶ (Museu de Arte Contemporânea, Museu de Arte e Arqueologia e Museu Paulista). Tal concepção de curso estava voltada para a temática dos museus de artes com duração de dois anos para formação especializada – o primeiro ano dedicado ao curso básico, que abordaria os problemas técnicos da instituição museológica, e o segundo ano problematizaria os problemas específicos ligados à documentação, catalogação, classificação, exposição, preservação, restauro e difusão, com abordagem na *expertise* da obra de arte e do mercado artístico (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1965).

Em 1970, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) ofereceu um curso prático de Museografia em regime integral, com duração de um ano, na tentativa de suprir a escassez de pessoal especializado. Apesar da iniciativa, o aproveitamento dos discentes foi baixo para compor o quadro dos funcionários do Museu, o que desestimulou a formação de novas turmas (MUSEU DE ARTE DE..., 1977).

Desse modo, a consolidação efetiva da pós-graduação em São Paulo foi possível através da personalidade central a professora Waldisa Rússio Carmago Guarnieri, que se tornou referência na área de níveis nacional e internacional, sendo citada até os dias de hoje por estabelecer as bases do pensamento museológico contemporâneo. Podemos dizer que sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento profissional da área, principalmente no que diz respeito ao debate teórico no âmbito acadêmico (BRUNO, 2010).

Waldisa Rússio teve uma trajetória peculiar de aproximação ao campo museológico via ações práticas de gestão administrativa. Tal fato ocorreu ao prestar concurso público em 1957 para funções administrativas do estado e ao ser aprovada concentrou seus esforços na área cultural, particularmente em ações ligadas à Museologia. Dois anos após a sua inserção no cenário cultural, bacharelou-se em

⁴⁶ Importante ressaltar que o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia que surgiu na Universidade do São Paulo (USP) em 2012 conta com a participação dos Museus Universitários (Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu de Arte Contemporânea, Museu Paulista e do Museu de Zoologia).

Direito pela Universidade Federal de São Paulo (USP). Ou seja, possuía a mesma formação acadêmica de Gustavo Barroso, mas com olhar totalmente diferenciado ao focar nas questões processuais do museu e não na busca pela autenticidade do acervo (BRUNO, 2010; ARAUJO, 2010).

Dessa forma, a questão cultural esteve presente em sua vivência profissional durante toda a década de 1960, o que culminou com a aproximação no mundo dos museus no início dos anos 70. Podemos destacar algumas funções desempenhadas que englobavam a Museologia com desenvolvimento de estruturas jurídicas administrativas: do Conselho Estadual da Cultura (1968), do Museu de Arte Sacra de São Paulo (1969) e do Museu da Casa Brasileira (1970). Sendo nomeada diretora dessa última Instituição no início da década de 1970, propõe os encontros denominados “Seminários Permanentes”, buscando incentivo à reflexão teórica, à pesquisa e à integração dos diversos setores do museu. Esse evento ganha notoriedade tendo várias comunicações ao longo dos anos, como, por exemplo, o ano de 1974, que teve ao todo 48 sessões. Em decorrência desse momento fecundo, Waldisa Rússio assume a função ligada à assistência técnica de museus da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e tem como principal atividade do período a coordenação do projeto de pesquisa ligado ao Grupo Técnico de Museus (GTMuseus), que realizou levantamento dos museus paulistas no período de 1976 e 1977, além do projeto museológico da Casa Guilherme de Almeida (1977) (ARAUJO, 2010).

Dentro desse contexto, paralelamente à atuação profissional, Waldisa Rússio desenvolveu o viés acadêmico abrindo caminho para pesquisa na área por intermédio do curso de mestrado na Escola de Pós-Graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) com a dissertação “Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento”. Essa dissertação teve grande destaque, segundo Cândido (2003), por representar um marco para a Museologia no Brasil, ao criar os meios necessários para defesa de um trabalho específico, com articulação da Sociologia e da Museologia.

Essa dissertação abordou pela primeira vez a instituição museológica como um espaço deflagrador de utopias ao se posicionar criticamente em relação à visão tradicionalista, que abordava o museu como espaço de acondicionamento e conservação do acervo, nas palavras da autora: “já não basta guardar, preservar,

conservar (...) É preciso que a mensagem contida no objeto transite para seu receptor natural, o homem” (GUARNIERI, 1977, p. 46).

Outro ponto que merece destaque foi a análise das instituições museológicas paulistas com base no conceito sociológico de burocracia em relação aos pontos levantados, como, por exemplo, autoridade, divisão de trabalho, especialização, estrutura técnico-administrativa. Por intermédio dessa análise, estabeleceu um panorama do “não profissionalismo” *versus* “elitização” na área dos museus, o que levaria a uma “política de privilégios”, conflitos internos na instituição e, ainda, divergência frente às outras instituições. A questão central estava relacionada à conjuntura de formação profissional para sanar a escassez de recursos humanos na área, sendo a Museologia considerada na época uma ciência em seu nascedouro.

Defasados em relação às novas técnicas de comunicação e as novas conquistas de Museologia, nossos profissionais escudam-se no elemento de autoridade e firmam-se mais por serem ‘aves raras’ do que por uma notória competência. Nos últimos anos, através do ICOM (Conselho Internacional de Museus) e da AMICOM (Associação de Membros do ICOM) uma consciência mais nítida dessa defasagem e da necessidade de superá-la, tem levado profissionais legalmente habilitados e museólogos autodidatas, realmente sensibilizados para o problema, a uma reciclagem (GUARNIERI, 1977, p. 123).

Dessa forma, o perfil dos profissionais delineados pela formação era especificamente autocrata e burocrata.

Recrutados num estrato social privilegiado, raramente por suas qualificações técnicas, os dirigentes de museus estão condicionados pelos padrões de comportamento do segmento de classe a que se ligam, por isso resistem à participação de estratos sociais mais baixos nos órgãos que dirigem. Ou, então, passam a uma atitude condescendente e paternalista, que não deixa de ser uma manifestação inequívoca da autocracia e de uma elite (GUARNIERI, 1977, p. 127-128).

Segundo Guarnieri (1977), essa situação era decorrente da ausência da imaginação sociológica, que permite o entendimento da instituição museológica como processo de uma realidade dinâmica frente à sociedade. E, ainda, a falta de interdisciplinaridade aplicada ao modelo de formação existente na época. Dando prosseguimento à produção acadêmica, propõe em 1980, também na FESPSP, a tese de doutoramento intitulada “Um museu de indústria na cidade de São Paulo”, que

visava a um projeto museológico aplicável com a proposição de um museu-processo com diversas sedes, sistema de aquisição sem apropriação de acervo e uma equipe técnica de caráter interdisciplinar. Com isso, podemos dizer que a base para o desenvolvimento da teoria implementada teve o aporte da Sociologia, além das reflexões decorrentes das ações práticas na Secretaria.

Com a defesa e o destaque da dissertação, Waldisa Russio teve dois aportes para criação do curso de pós-graduação paulista: (1) Portaria nº 03/77-DE, do dia 1 de abril de 1977, que nomeou a professora pesquisadora⁴⁷ para elaborar o Curso de Especialização de Museologia com a participação da Diretoria para Assuntos Universitários da FESPSP; (2) carta convite do Diretor Pietro Maria Bardi do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 2 de dezembro de 1977, para ministrar o Curso nas dependências do museu⁴⁸ e, ainda, discutir a respeito das aulas, carga horária, metodologia e estrutura do curso. Tal ponto merece destaque tendo em vista que aproxima os três primeiros cursos por utilizarem as dependências de instituições museológicas para aulas.

Nesse sentido, Waldisa Rússio formulou o projeto⁴⁹ do Curso de Museologia em nível de pós-graduação, com três especializações lato sensu, com duração anual, que funcionavam independentes e permitiam aos discentes obterem os créditos necessários para defesa de uma dissertação com grau de mestre por intermédio do convênio entre o Museu de Arte de São Paulo e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais). Importante salientar que a opção pela pós-graduação seguiu a Recomendação adotada pela 8ª. Assembleia Geral do ICOM, do dia 2 de outubro de 1965, em destaque no texto de divulgação do Curso.

Os futuros conservadores, qualquer que seja a categoria do museu a que se destinem, devem receber formação pós-graduada em universidade ou escola técnica, versando a museologia em geral. Esta formulação deve compreender, ao mesmo tempo, uma parte teórica e uma parte prática (FUNDAÇÃO ESCOLA DE..., 1977; 1978; 1979).

⁴⁷ Cabe destacar que a carreira de docente de Waldisa retoma os anos 50, particularmente 1954, quando ministrava aulas, tanto de português quanto de história. Já no início da década de 1970, em 1974, começa a ministrar aulas e conferências referentes ao universo museológico (ARAUJO, 2010).

⁴⁸ O Curso de Museologia funcionou somente nos dois primeiros anos nas dependências do MASP e posteriormente ocupou outras sedes (ARAUJO, 2010).

⁴⁹ Cabe ressaltar que o Curso de São Paulo foi inspirado no Curso de Museologia de Churubusco, no México (Coutinho, 2010).

No texto “Formação do museólogo: por que em nível de pós-graduação?”, Guanieri (2010a), esclarece alguns pontos que propiciaram a concepção das especializações, além da recomendação do ICOM: (1) pressuposto que o estudo científico da Museologia era viável pelo trato interdisciplinar no qual os discentes possuem formação anterior numa disciplina; (2) por causa da instituição que o curso teve origem e seguiu as orientações da Escola Pós-Graduada; (3) novos regulamentos expedidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Resolução 14/77, contrária à criação de outros cursos de Museologia em nível de graduação.

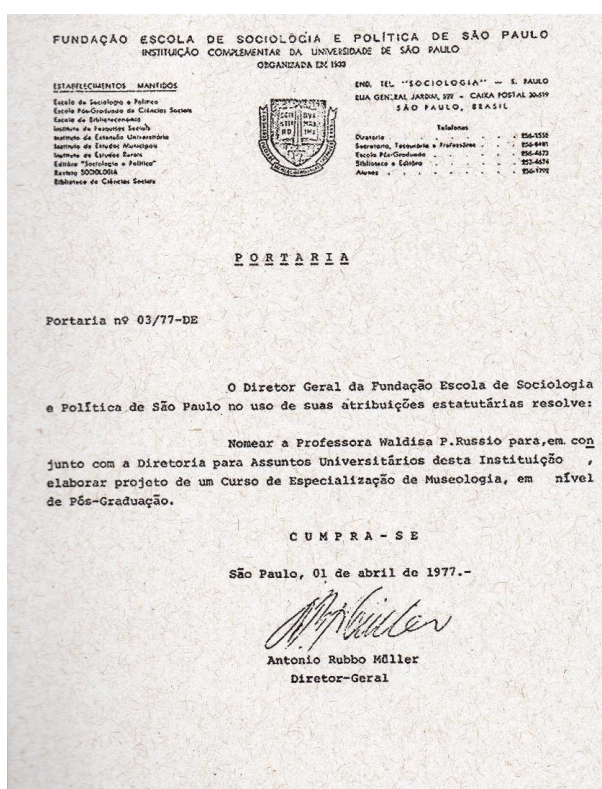


Figura 5 – Portaria nº 03/77 com nomeação da Profª D.ra Waldisa Rússio para elaboração do Curso de Especialização de Museologia, em nível de pós-graduação, em 1977.
Fonte: Acervo CEDOC/FESPSP

Desse modo, a Pós-graduação em Museologia da FESPSP/MASP foi autorizada pelo MEC, com carga horária de 375 horas/aula por módulo que abordava temáticas distintas vinculadas aos casos brasileiros, juntamente com fundamentos da formação museográfica e museológica. Os módulos seguiam uma ordem previamente estabelecida e ao final o aluno teria concluído os créditos correspondentes ao Mestrado em Ciências, que dependia da apresentação da monografia de tema

museológico (Museologia, Museografia, Administração de Museus, Sociologia de Museus, etc) e aprovação na arguição⁵⁰ (FUNDAÇÃO ESCOLA DE ..., 1978; 1979).

1º. MÓDULO – A função humanizadora dos pequenos museus nos países em desenvolvimento. A conquista de novos públicos: A CRIANÇA

DURAÇÃO: 375 horas/aula

DOIS SEMESTRES: março a dezembro

DOMÍNIO: Curadoria de Museu e acompanhamento do acervo desde a entrada na instituição até saídas temporárias e remanejamento interno

2º. MÓDULO – Função social e humanística dos Museus de Arte e dos Museus de História nos países em desenvolvimento

DURAÇÃO: 375 horas/aula (+ horas para leitura programada)

DOIS SEMESTRES: março a dezembro

DOMÍNIO: Conservação museológica com base no axioma “Conservar ao máximo para restaurar ao mínimo”

3º. MÓDULO – A prospectiva dos museus de Ciência, Indústria e Técnica nos países em desenvolvimento

DURAÇÃO: 375 horas/aula (+ horas para leitura programada)

DOIS SEMESTRES: março a dezembro

DOMÍNIO: Museologia Geral e “Museologia Especial”

Cabe destacar que as normas previam a admissão de alunos em módulos independentes com prévia aprovação da Coordenação e corpo docente, o que permitiria “(...) o trabalho em áreas restritas, como profissional dotado de formação anterior e especializado em determinado segmento da Ciência Museológica, mas não sendo museólogo” (GUANIERI, 2010a, p. 236). Além disso, o Curso previa a realização de estágios supervisionados conforme os outros Cursos de Museologia, em nível de graduação, em Museus, Fundações Culturais e instituições afins, e no primeiro ano ocorreu a contratação de dois discentes em duas instituições: Museu Lasar Segall e Museu Comind do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo (MUSEU DE ARTE DE ..., 1977).

A coordenação da Pós-graduação ficou a cargo da mentora Waldisa Rússio, e o corpo docente contou com a participação de professores titulares, professores assistentes, professores/conferencistas convidados e monitores. Importante ressaltar

⁵⁰ Abordaremos com minúcias a grade curricular da Pós-graduação em Museologia da FESP no item 3.4 deste capítulo.

que a lista com nomes dos professores se estrutura em 13 pontos temáticos (ou áreas de construção⁵¹). No ponto temático relativo a Museologia e Museografia⁵² podemos apontar três museólogas, da mesma turma do Curso de Museus (matrícula em 1954 e formatura em 1956), responsáveis pela disciplina: (1) Lourdes Maria Martins do Rego Novaes, na época Secretária Executiva FEMURJ; (2) Fernanda Camargo-Moro (D.ra), bolsista pelo estado de São Paulo, na época Diretora de Seminários de Especialização do MOUSEION – AMICOM, no Real Gabinete Português de Leitura, e PNUD/UNESCO/COLCULTURA; (3) Lucia Bittencourt Marques de Oliveira, bolsista pelo estado da Bahia, na época membro e Secretária Executiva da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra (CASS) e ministrou disciplinas para a primeira turma de Museologia da UFBA, disciplina Técnica de Museus I (FUNDAÇÃO ESCOLA DE ..., 1979; SÁ, 2007). Outro ponto que merece destaque, abordado no item 3.2 deste capítulo, foi o fato de Fernanda Camargo-Moro indicar Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, também do Curso de Museus, ao coordenador do Curso de Museologia da UFBA, Valentin Calderón, e da Prof^a Jacyra Oswald para ministrar disciplinas para primeira turma, (JOSÉ MANOEL, 2015), o que apontaria a formação embrionária de uma rede de atores do campo museológico.

Em 1978, começaram as aulas da Pós-graduação, que chegaram a contabilizar 78 discentes, divididos em duas turmas, e o convênio com o MASP permaneceu nos dois anos iniciais. Como movimento natural, docentes e discentes solicitavam a autonomia da Pós-graduação em Museologia como Departamento ou Instituto, assim como a transformação em mestrado. No artigo “Museologia: formação profissional no Brasil. A proposta do Instituto de Museologia de São Paulo/Fesp”, Guarnieri (2010b, p.259) fez uma retrospectiva das conquistas alcançadas nos oito/nove primeiros anos da Pós-Graduação:

(...) cerca de setenta pessoas nos três módulos, o que não é pouco se considerarmos as vicissitudes do universitário e da universidade brasileira, cinco de nossos alunos têm já mestrado e apresentaram suas dissertações, ou seja, podem seguir sua carreira de docente como professores de Museologia. Há mais seis que preparam suas dissertações para logo e já exercem função de auxiliares de docência.

⁵¹ Cada área de concentração era abordada em seminários intensivos dentro de cada módulo por um especialista da área.

⁵² A disciplina de Museologia e Museografia contava com total de oito professores, contando com as museólogas formadas pelo Curso de Museus: Pietro Maria Bardi (Professor Emérito), Mercedes Rosa, Marília Duarte, Almir Paredes (Dr.) e a coordenadora Waldisa Rússio (M.e).



Figura 6 – Folder de divulgação para Pós-graduação em Museologia, com convênio MASP/FESPSP, de 26 de abril de 1978

Fonte: Acervo MASP

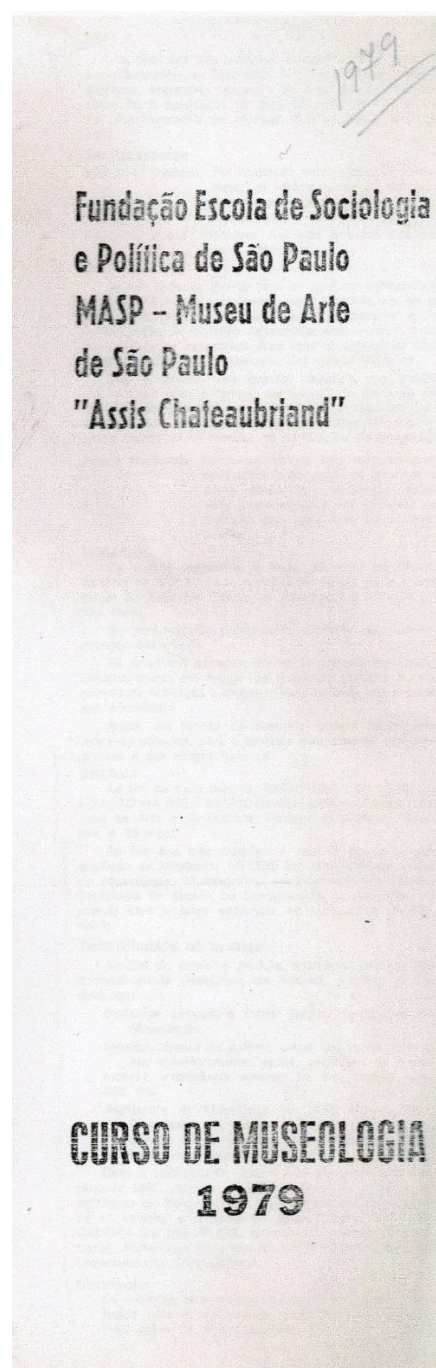


Figura 7 – Folder de divulgação para Pós-graduação em Museologia, com convênio MASP/FESPSP, de 1979

Fonte: Acervo CEDOC/FESPSP

Cerca de 75% dos egressos tem emprego no mercado de trabalho. Temos ex-alunos hoje em quatro outros estados brasileiros (Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Pará) e uma no Chile, em San Pedro de Atacama. Contemplamos com bolsa de um ano uma jovem da Colômbia, e com três bolsas consecutivas uma de Cabo Verde que este ano completa o terceiro ano e já prepara sua dissertação sobre os museus comunitários.

Apesar das conquistas, o movimento de independência foi postergado por dificuldades internas da própria FESPSP, que incluíam questões administrativas e financeiras para criação do Instituto de Museologia de São Paulo. Assim, o processo foi consolidado pela Resolução nº 01/1985, no dia 9 de maio de 1985, com as seguintes finalidades (FUNDAÇÃO ESCOLA DE..., 1985a):

- A) Formar especialistas, mestres e doutores em Museologia e áreas afins;
- B) Manter Cursos de especialização, mestrado e doutorado, aperfeiçoamento e extensão cultural;
- C) Realizar pesquisas, projetos, edições, consultorias e serviços na área de Museologia;
- D) Realizar convênios, seminários e intercâmbio técnico-científico com instituições sediadas no País e no Exterior;
- E) Promover atividades coerentes com os objetivos gerais do Instituto e da Fundação;
- F) Os cursos de mestrado e doutorado serão instalados de acordo com a legislação em vigor.

Dessa forma, podemos dizer que o Curso da FESPSP foi o pioneiro ao propor novos caminhos, tanto teóricos quanto práticos, colocando assim os antigos conceitos da Museologia em xeque. Cabe enumerar os princípios que nortearam o Instituto de Museologia de São Paulo com base na interdisciplinaridade (GUARNIERI, 1991e, p. 3):

- (1) A MUSEOLOGIA é uma ciência do homem e da sociedade;
- (2) O conhecimento MUSEOLÓGICO é, no mínimo, um conhecimento científico e deve ser ensinado com RIGOR DO PENSAMENTO (CIENTÍFICO) INERENTE ÀS CIÊNCIAS;
- (3) A MUSEOLOGIA constitui um campo específico do conhecimento (lógico, racional, sistêmico) que não prescinde de sua prática;

- (4) A MUSEOLOGIA enquanto ciência se ocupa do FATO MUSEOLÓGICO (dentro de um PROCESSO) e usa o método INTERDISCIPLINAR.

Segundo o Regulamento Interno do Instituto, os cursos ofertados compreendem os seguintes níveis: treinamento, seminários especiais e extensão universitária, especialização e aperfeiçoamento, mestrado em Museologia e doutoramento em Museologia. Desse modo, a partir da aprovação na arguição final pública, o discente recebia o título de *Scientiae Magister*, Mestre em Ciência, em nível de Mestrado, e *Scientiae Doctor*, Doutor em Ciência, em nível de Doutorado (FUNDAÇÃO ESCOLA DE..., 1985b).

Importante sublinhar que esse Regimento foi aprovado em maio de 1985 e tinha como pano de fundo os acontecimentos de 1982 – a moção do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco que solicitou a inclusão da pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado em Museologia, e o parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social que aprovou a solicitação da plnária nacional para projeto de lei⁵³. Nesse sentido, a aprovação do projeto de lei para regulamentação da profissão em 1984 considerou dois níveis de formação, a graduação e a pós-graduação, o que intensificou a proposição da Pós-graduação em Museologia em mestrado direto junto ao Ministério da Educação e, posteriormente, independência de curso ligado à Pós-graduação de Ciências Sociais (GUARNIERI, 2010, p. 260).

Por isso, em setembro de 1986, o Instituto solicitou à CAPES acompanhamento e assessoramento ao processo de credenciamento de Mestrado e Doutorado em Museologia e autorização para funcionamento experimental, e em junho de 1987, encaminhou nova documentação solicitando inspeção prévia, novamente funcionamento experimental e autorização para proceder aprovação de monografias na área de Museologia em nível de Mestrado (FUNDAÇÃO ESCOLA DE..., 1986; 1887).

Apesar do empenho, o Instituto de Museologia de São Paulo enfrentou dificuldades para aprovação do credenciamento do Mestrado em Museologia, o que

⁵³ Dados apresentados no item 4.2 do capítulo 4.

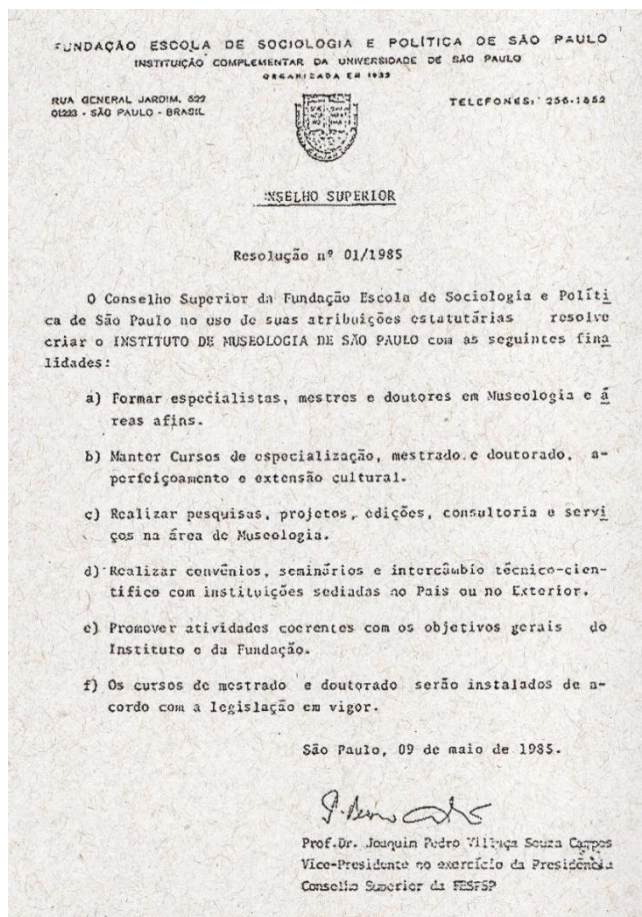


Figura 8 – Resolução nº. 01/85 do Conselho superior da Fundação Escola e Política de São Paulo para criação do Instituto de Museologia de São Paulo.

Fonte: Acervo CEDOC/FESPSP

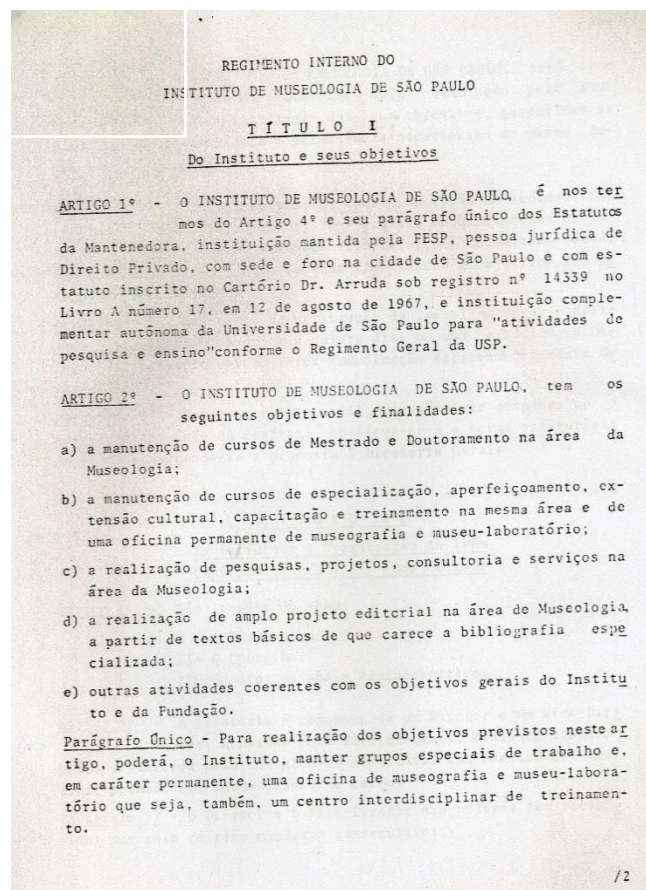


Figura 9 – Regimento Interno do do Instituto de Museologia de São Paulo.

Fonte: Acervo CEDOC/FESPSP

gerou problemas aos egressos para comprovação do exercício profissional como museólogo junto ao Ministério do Trabalho com base na lei de regulamentação da profissão de museólogo de 1984. Menezes (2010, p. 54) destaca o Livro de Ata das Reuniões de Diretoria da Associação Paulista de Museólogos (Asspam), do dia 7 de maio de 1986, como momento crítico de Waldisa Rússio como coordenadora do Instituto com os sócios da Asspam pelos problemas enfrentados no Curso. Tal situação pode ser apontada como hipótese do gradativo afastamento de Waldisa Rússio frente à Diretoria Executiva da Asspam, particularmente a partir de 1988.

Cabe destacar que localizamos uma denúncia da Associação Brasileira de Museologia (ABM) ao Ministério da Educação (MEC), particularmente ao Conselho Federal de Educação (CFE), de 16 de março de 1988, que solicita esclarecimentos sobre reconhecimento da Pós-Graduação em Museologia do Instituto⁵⁴ e questiona se os diplomas habilitam ao título de museólogo, na medida em que nos termos da Resolução CFE nº 5/83 o pedido de credenciamento só poderia ter sido examinado precedido o prazo de dois anos de funcionamento, além de permanente acompanhamento dos órgãos do Ministério da Educação e comunicado do Instituto do início das aulas. Assim, durante o período experimental, os alunos devem ser formalmente comunicados que a validade dos diplomas permanece condicionada ao credenciamento (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 1988).

Pela solicitação do Relator do Processo, Walter Costa Porto, o Diretor Geral da CAPES informou que em 2 de junho de 1987 não recebeu nenhum comunicado sobre o funcionamento dos Cursos de Pós-graduação em Museologia, nível *stricto sensu*, e somente em fevereiro de 1988 o Demec/SP informou sobre ciência dos discentes acerca da situação do diploma. Desse modo, a CAPES não indicou sobre o recebimento dos Ofícios encaminhados em 1986 e 1987 pelo Instituto (FUNDAÇÃO ESCOLA DE..., 1986; 1987; MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 1988). O Parecer da Câmara de Legislação e Normas concluiu que a legislação em vigor não foi atendida e solicitou alteração do registro irregular dos 19 profissionais junto ao Conselho Regional de Museologia de São Paulo pelos termos da Lei nº 7.287/84 (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 1988).

⁵⁴ O Instituto de Museologia de São Paulo da FESPSP funcionou até 1996, ano de falecimento de Waldisa Rússio (Coutinho, 2010).



Figura 10 – Profª D.ra Waldisa Rússio, sentada à direita, na festa de confraternização dos formandos de 1983

Fonte: Bruno (2010, p. 38)

Em paralelo, temos ao longo da década de 1980 o desenvolvimento da investigação teórica de Waldisa Rússio como formadora de opinião para gerações de museólogos, por intermédio de uma participação ativa no Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-Brasil) e, principalmente, o Comitê de Teoria Museológica (Icofom), no qual formulou uma singular conceituação sobre o “fato museológico” que compreende a relação entre o homem e os objetos como resultado de uma ação transformadora (BRUNO, 2010; ARAUJO, 2010). Segundo Matarazzo (2010, p. 15), Waldisa Rússio “(...) ao estabelecer o foco da Museologia sobre a relação social inerente entre os seres humanos e os objetos representantes de sua memória, propõe uma mudança radical no foco de atuação dessa disciplina”.

Com o hábito de participar e trabalhar em grupo, assumiu uma das lideranças frente aos profissionais de outras regiões do país para atuar conjuntamente em prol da aprovação da lei de regulamentação da profissão com seus alunos e recém-formados. Essa liderança foi fundamental para implantação das associações da classe no estado de São Paulo, em 1983 e 1985, o que contribuiu para o delineamento dos profissionais de museus, inclusive nas argumentações em resposta aos diversos ataques enfrentados naquele momento em defesa da Museologia, do patrimônio

cultural, da profissão e da formação em nível de pós-graduação. Cabe ressaltar que sua liderança tinha um alcance maior ao participar ativamente junto ao alunado do movimento de restabelecimento do Estado Democrático, com a campanha das Diretas Já e Anistia durante as décadas de 1970 e 1980.

Waldisa Rússio possuía como um dos lemas centrais de suas abordagens a visão do museólogo como trabalhador social à medida que compreendia a necessidade de criar metodologias adequadas aos museus inseridos nos contextos socioculturais dos quais fazem parte, assim como a abordagem da Museologia inserida no escopo e abrangência das Ciências Sociais Aplicada (BRUNO, 2010).

3.4 A Museologia e o perfil acadêmico dos cursos em pauta

A Museologia foi profundamente marcada, em suas origens, pelos aspectos práticos anteriores à teorização, reflexão e formação do profissional museólogo. Assim, a Museologia enquanto área de conhecimento foi sendo aperfeiçoada do conjunto de técnicas descritivas ao conhecimento científico específico. Nesse sentido, podemos dizer que a história da Museologia no cenário brasileiro foi posterior à criação dos primeiros museus tendo em vista que essas instituições antecedem em 138 anos o surgimento do primeiro curso de formação profissional.

A primeira instituição museológica foi criada em 1794, denominada Casa dos Pássaros, na cidade do Rio de Janeiro, com característica de entreposto aos museus portugueses, sendo extinta com a chegada da Família Real ao Brasil. Desse modo, em 6 de junho de 1818, foi criado o Museu Real – depois Museu Imperial e hoje denominado Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – seguiu o modelo das instituições europeias, particularmente o Museu de História Natural de Paris, com características de enciclopédicas e universais para divulgação do progresso e das civilizações.

Importante ressaltar que dentro desse panorama ocorreu a valorização do pesquisador, considerado o cientista/naturalista, e o surgimento do profissional responsável pelo acervo denominado conservador de museu, inicialmente, autodidata e sem formação especializada.

(...) [esse profissional] foi importante porque muitos dos pesquisadores além de se dedicarem às suas pesquisas, tinham que se preocupar com a preservação da coleção, limpeza e organização. Portanto, com a divisão das coleções e o surgimento desse profissional, a divulgação científica das áreas disciplinares oriundas das ciências naturais, deu-se em maior escala e os museus tornaram-se assim sinônimos de educação, ou seja, convertendo-se a verdadeiras escolas abertas (VIEIRA; et al, 2014, p. 162).

Podemos dizer que a partir desse desdobramento surgem duas categorias profissionais distintas: os pesquisadores considerados cientistas e os conservadores de museus como técnicos. Tal dicotomia demarcou a diferenciação e caracterização do exercício profissional desses dois profissionais, o que gerou embates posteriores em virtude da demanda pelo reconhecimento dos conservadores e sua prática científica.

Duas abordagens complementares podem ser consideradas predominantes no mapeamento do cenário museológico brasileiro a partir do surgimento dos três primeiros Cursos: (1) aquela que identifica o padrão da formação profissional e o perfil do alunado ligado ao desenvolvimento conceitual da Museologia e (2) aquela que identifica as demandas sociais para o exercício profissional e a ênfase na interdisciplinaridade. Tais abordagens não são excludentes, mas, ao contrário, mutuamente referentes quando consideramos o perfil do profissional de determinada grade curricular e sua inserção no tempo/espço, ou seja, a forma como se define o profissional museólogo em cada década. Desse modo, como estrutura do texto, optamos por analisar somente a primeira ver~soa da grade curricular nos três primeiros Cursos de Museologia no país.

A matriz curricular e o planejamento disciplinar do Curso de Museus implementado em virtude da primeira turma apontava, segundo Sá (2007), para uma formação generalista apesar de prever a formação profissional para o trabalho no Museu Histórico Nacional. Sob o ponto de vista de Magalhães, Aline (2006), a análise das disciplinas permite inferir que o curso formava profissionais para as dependências da instituição ao abordar temáticas específicas e não abarcando num primeiro momento a pluralidade temática dos demais museus, conforme podemos observar no **quadro 7**:

		DISCIPLINAS	DOCENTE RESPONSÁVEL
1932 a 1933	1º. ANO	História Política e Administrativa do Brasil (período colonial)	Rodolfo Augusto de Amorim Garcia
		Numismática (parte geral)	Edgar de Araújo Romero
		História da Arte (especialmente do Brasil)	Joaquim Menezes de Oliveira
		Arqueologia aplicada ao Brasil	João Anygone Costa
	2º. ANO	História Política e Administrativa do Brasil (até atualidade)	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
		Numismática (brasileira) e Sigilografia	Edgar de Araújo Romero
		Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	Gustavo Barroso

Quadro 7 – Distribuição da grade curricular do Curso de Museus

Fonte: Siqueira (2010)

Cabe destacar que a primeira grade do Curso de Museus foi implantada na breve gestão de Rodolpho Garcia e certamente Gustavo Barroso influenciou essa grade quando retornou ao Museu Histórico Nacional, mais sua atuação foi ampla na segunda grade curricular de 1944 que não abordaremos pela estrutura na qual optamos nesse item. O Curso de Museus ganhou notoriedade por ser o único existente no país ao longo de 37 anos e disseminou o estilo barroseano⁵⁵ na prática museológica em diversos museus. A prática antiquária passou a ser utilizada no estudo de autenticação do acervo como comprovação dos acontecimentos inerentes à narrativa construída nas salas de exposição, o que permitiu o desenvolvimento da escrita da história científica com base nas disciplinas denominadas auxiliares.

Cabe destacar que a busca pela cientificidade como método de trabalho do conservador de museus nas Salas do MHN culminou na negociação com a “Comissão do Plano de Classificação de Cargos para Revisão dos Níveis de Vencimento do Funcionalismo Civil da União” do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1944, que classificou os naturalistas do Museu Nacional com a rubrica do técnico e científico por trabalhar com a pesquisa. Em contrapartida, enquadrou os conservadores de museus sob a rubrica da educação e cultura, o que gerou uma desvalorização do profissional de museus⁵⁶.

⁵⁵ A disciplina Técnica de Museus permaneceu como responsabilidade do coordenador do Curso e Diretor do MHN, Gustavo Barroso, até a década de 1950.

⁵⁶ Abordaremos com minúcias o desdobramento desta questão e a influência na proposição de novas minutas de projeto de lei no item 4.2 do capítulo 4.

Ao longo do tempo, o perfil do profissional museólogo sofreu transformações. Na década de 1950, destaca-se o reconhecimento da Museologia como uma “nova ciência”, mas a negociação para o reenquadramento funcional se estendeu até os anos 60. Nesse período, podemos identificar a continuação das deliberações com o DASP iniciadas por Gustavo Barroso, pelo Museu Histórico Nacional, nas Atas de Reunião da Associação Brasileira de Museologia (ABM)⁵⁷ com pleito pelo nível universitário para os museólogos em comparação aos naturalistas (pesquisadores) do Museu Nacional e os bibliotecários da Biblioteca Nacional.

Em destaque, temos na década de 1970, um investimento do governo em relação à cultura em paralelo ao surgimento de novos Cursos de Museologia no país e a transferência do primeiro Curso para o ambiente universitário da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), posterior Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) e atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesse período, ocorreu uma valorização das questões interdisciplinares do campo museológico que refletiu na proposição da grade curricular dos novos Cursos e a valorização da produção de textos teóricos da área.

Desse modo, temos o surgimento da primeira turma do Curso de Museologia⁵⁸ da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com uma grade curricular com ênfase nas disciplinas de outros Departamentos, como, por exemplo, de História, de Filosofia, de Antropologia, de Sociologia, em comparação com às disciplinas da área museológica. Tal desnível entre as disciplinas específicas em relação às disciplinas afins com a Museologia ocorreu inclusive pela ausência de profissionais habilitados para ministrar as disciplinas da área – do total de 35 disciplinas, somente sete disciplinas são específicas, como apontamos no **quadro 8**:

DISCIPLINAS	CREDITO	DEPARTAMENTO/ ÁREA DO CONHECIMENTO
Introdução ao Estudo da História	4	História
História da Cultura	4	História
Estética	3	Belas Artes/Filosofia

⁵⁷ Para análise das Atas de Reunião da ABM, nos livros de 1963-1967, assim como o pleito para aprovação do nível universitário da carreira de conservador de museus no DASP ver: BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos**: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil. Monografia (Escola de Museologia). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

⁵⁸ Apresentamos o histórico do Curso de Museologia da UFBA ao longo do item 3.2 desse capítulo.

Antropologia Cultural	3	Ciências Sociais/Antropologia
Introdução a Administração	4	Administração
História Econômica Política Social Geral e do Brasil I	4	História
História da Civilização Americana	3	História
Frances Básico I	3	Letras
Inglês Básico I	3	Letras
Frances Básico II	3	Letras
Inglês Básico II	3	Letras
História Econômica Política Social Geral e do Brasil II	4	História
Estudos Brasileiros – Cultura Brasileira	3	Estudos Problemas Brasileiros
Folclore	3	Ciências Sociais /Antropologia
Espanhol Básico I	3	Letras
História da Arte I	3	Belas Artes/História da Arte
Técnico Processos Artísticos	3	Belas Artes/ História da Arte
Italiano Básico I	3	Letras
História da Arte II	3	Belas Artes/História da Arte
Estágio Museologia I	3	Museologia
Técnico de Museu I	3	Museologia
Conservação e restauração da obra de arte	4	Belas Artes/ História da Arte
Catologação IV	3	Museologia
Geografia Geral I	3	Geografia
Estágio Museologia II	3	Museologia
Estudo de Problemas Brasileiros II	3	Estudos Problemas Brasileiros
Técnico de Museu II	4	Museologia
Curso Monog. Formação étnica da arte baiana	3	Ciências Sociais/Antropologia
Introdução à Arquitetura	3	Arquitetura
História da Arte Brasileira	3	Belas Artes/História da Arte
Introdução à Sociologia I	3	Ciências Sociais/Sociologia
Técnica de Museu III	4	Museologia
Etnologia Geral e do Brasil	4	Ciências Sociais/Antropologia
História da África	4	História
Estágio Museologia III	3	Museologia

Quadro 8 – Distribuição da grade curricular do Curso de Museologia da UFBA

Fonte: Acervo particular da Prof^a Maria Célia Teixeira Moura Santos

Como podemos observar no quadro anterior, a grade do Curso da UFBA tem destaque pela questão interdisciplinar como maior ênfase nas disciplinas de Departamentos como História e Belas Artes, que pleitearam a coordenação do referido curso, sendo as disciplinas específicas do campo museológico voltadas para uma abordagem prática.

No final da década de 1970, em 1978, iniciaram as aulas da primeira turma de Pós-graduação em Museologia⁵⁹ da FESPSP/MASP com três especializações que,

⁵⁹ Apresentamos o histórico da Pós-graduação em Museologia da FESP ao longo do item 3.3 deste capítulo.

em conjunto, permitiam a defesa de uma dissertação em nível de Mestrado. Assim, foi o primeiro Curso a propor novos caminhos teóricos e práticos com estudo científico da Museologia que se ocupou do fato museológico com método interdisciplinar. Nesse sentido, a grade curricular previa disciplinas obrigatórias, complementares, facultativas e pré-requisitos que se desdobravam nas demandas para os créditos de cada especialização, assim como dos estágios supervisionados e dos seminários especializados, como demonstramos no **quadro 9**:

1º. MODULO: PEQUENOS MUSEUS – 1978		
DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	
Museologia e Museografia I	- Áreas afins e complementares: História, Sociologia (Ciências Sociais), Psicologia, Pedagogia, Artes, Comunicações etc OBS: O curso destinará algumas vagas ao pessoal de Ciências Exatas e da Natureza que se destinem ou já trabalhem em museus dessa natureza.	
Administração de Museus I		
Cultura Brasileira I		
Estética e História da Arte I		
Estudos Brasileiros		
2º. MODULO: MUSEUS DE ARTE E MUSEUS DE HISTÓRIA – 1979		
DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	
História da Arte II	- Os mesmos do curso de 1978, com ênfase nas áreas de História e Artes, que terão prioridade. - Sequência de curso para quem houver assistido às aulas em 1978 e logrado aprovado.	
História da Arte Brasileira I		
História Cultura Brasileira II		
Museologia e Museografia II		
Sociologia e Administração de Museus (II)		
MATÉRIAS COMPLEMENTARES		
<u>Arte:</u> 1. Técnicas e processos artísticos 2. Introdução à Conservação e Restauro		
<u>Historia:</u> 1. Sigilografia e Filatelia 2. Numismática e Heráldica 3. Armas		
<u>Para as duas áreas (Arte e História – 2 obrigatórias):</u> Mobiliário e Indumentária Pratas e Metais (Luminárias) Cristais e Porcelanas Gemologia, Glíptica, Ourivesaria		
<u>Facultativa:</u> Instrumentos musicais		
3º. MODULO: MUSEUS DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TÉCNICA – 1980		
DISCIPLINA		PRÉ-REQUISITO
Museologia e Museografia (III)		- Os mesmos dos cursos de 1978 e 1979 para quem objetiva o Mestrado em Museologia
Administração (III)		
Sociologia de Museus (III)		
Sociologia da Ciência e Filosofia da História		

Estudos Brasileiros	- Serão admitidas as seguintes titulações, segundo áreas específicas.
MATÉRIAS COMPLEMENTARES	
<u>Ciências da Natureza:</u> 1. Paleontologia, Biologia, Geologia e Mineralogia 2. Botânica 3. Zoologia 4. Ecologia 5. Oceanografia	
<u>Ciência do Homem:</u> 1. Antropologia 2. Arqueologia 3. Etnologia (incluindo: Folclore e Artes e Técnicas Populares)	
<u>Ciências Exatas:</u> 1. Física 2. Química 3. Matemática	
<u>Museus de Indústria e Técnica:</u> (conhecimentos da respectiva área)	

Quadro 9 – Distribuição da grade curricular da Pós-graduação em Museologia da FESPSP
Fonte: Acervo CEDOC/FESPSP

Dessa forma, cada módulo possuía áreas de concentração que se desdobravam ao todo em 13 pontos temáticos⁶⁰ com professores especialistas. A grade curricular proposta foi estruturada de forma complementar na medida em que cada módulo proporcionava um conhecimento de base para a próxima especialização, sendo possível cursar uma especialização isoladamente a partir da aprovação do pedido de matrícula pelo Conselho.

Importante salientar a questão da pós-graduação na área nesse período, tendo em vista as deliberações acerca da regulamentação da profissão de museólogo no início da década de 1980, que pleiteavam a inclusão da formação em nível de mestrado e doutorado como uma das atribuições para exercício profissional. Proposta esta obtida em dezembro de 1984 com aprovação da Lei 7.287, apesar da pós-graduação não habilitar profissionalmente essa solicitação foi aprovada. Assim, o exercício profissional ficou facultado para Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, Mestrado e Doutorado em Museologia ou diplomados de outras áreas com comprovação de cinco anos ou mais de experiência em atividades técnicas.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à demora ao longo de 22 anos para efetiva implementação da Pós-graduação em Museologia, em nível *stricto sensu*,

⁶⁰ A coordenadora Waldisa Russio fazia parte do ponto temático Museologia e Museografia, que tinha a participação de outros sete professores.

na medida em que a Pós-Graduação em Museologia da FESPSP, coordenada por Waldisa Rússio, apesar do pioneirismo, enfrentou problemas para credenciamento junto ao Ministério da Educação.

Considerando o panorama das políticas públicas e o fortalecimento da área nas últimas décadas que sintetizam a complexidade na institucionalização do campo museológico como área do conhecimento, pode-se concluir que o aumento nos cursos de formação, totalizando 15 graduações e quatro programas de pós-graduação, como modalidade de ensinosa diferenciadas, apontam indícios de uma possível renovação no panorama museológico brasileiro, como no caso da inserção de novos atores e ampliação da rede de profissionais. Nota-se a existência de profissionais de diferentes campos em função de sua interdisciplinaridade habilitados pela pós-graduação que adquirem capacitação para exercício profissional e, nesse sentido, somado aos cursos de graduação de variadas tipologias acadêmicas podem colaborar com as diversas facetas do fazer profissional⁶¹.

Assim, o perfil desse profissional deve ser definido como conjunto de habilidades, competências e atribuições com base nas discussões sobre o perfil profissional que reverberam a demanda social da profissão de museólogo, o que aponta para a prática profissional compatível com as expectativas da sociedade em cada período, revelando esforços e conquistas de cada geração. A profissão de museólogo vem sendo redesenhada pela busca e valorização da qualificação em paralelo à formação técnica, no encontro necessário entre a teoria e a prática para estímulo à reflexão e à contínua consolidação da Museologia no país.

⁶¹ Para maiores informações, consultar levantamento que apresentamos das páginas 27 a 32 deste estudo.

4 MARCAS DE AFIRMAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E O DOMÍNIO DISCURSIVO DO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos o processo de organização coletiva dos museólogos como associativismo da classe, as disputas de poder e os instrumentos legais que regulam a profissão no Brasil com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e o Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985. Embasamo-nos cronologicamente no processo de regionalização que segue a criação das associações nos estados de origem dos cursos e as versões preparatórias de minuta bem como o projeto de lei que regulamenta a profissão de museólogo, em paralelo com alguns documentos de congressos/seminários/eventos do campo museológico que abordam as questões ligadas à formação profissional.

Nossa escolha torna-se necessária para dar mais visibilidade às minúcias dos acontecimentos que se seguiram até a regulamentação da profissão em 1984/1985, visto que esse momento representa o ponto nevrálgico de nossa investigação. Fontes primárias (propostas de projeto de lei para regulamentação da profissão, cartas, relatórios e demais documentos) são utilizadas para o desenvolvimento do capítulo como contraponto, às sequências discursivas constitutivas do nosso *corpus* ligado aos discursos de afirmação profissional.

4.1 Associativismo no campo dos Museus e da Museologia

Pensar a trajetória das práticas e do saber-fazer museológico no cenário brasileiro faz retomar um passado que não é recente, mesmo que se releve o hiato entre a criação por D. João VI da primeira instituição denominada museu, o então Museu Real em 1818, atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a implantação do primeiro curso de formação, em 1932, no Museu Histórico Nacional, reconhecido como marco histórico importante para institucionalização da prática museológica. No entanto, o reconhecimento da profissão de museólogos foi estabelecido apenas no meado da década de 1980, período final do regime político autoritário, caracterizado pelas iniciativas a favor da

redemocratização e a participação da sociedade civil no Ato pelas Diretas Já, no qual a população reivindicava novas políticas sociais que assegurassem plenos direitos de cidadania. Nesse clima de entusiasmo, os profissionais ligados à Museologia, de várias regiões do país, organizaram um movimento de aglutinação em prol do movimento de regulamentação da profissão.

Devemos ter em mente que o movimento associativo dos museólogos foi fragmentado, gradual e levou algumas décadas para conquistar sua consolidação com o surgimento de diversas associações que representavam os interesses da classe profissional e, por conseguinte, refletiam a regionalização dos profissionais da área. Dessa forma, foi necessário um levantamento das diversas associações de classes no campo museológico que surgiram desde a década de 40 até a consolidação do processo de regulamentação no início dos anos 80. Lista esta que apresentamos no **quadro 9** a seguir:

Associação de classe	LOCAL/SEDE	ANO
Instituto Brasileiro de História da Arte (IBHA)	Rio de Janeiro	1940
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil)	Rio de Janeiro	1948
Associação dos Museus de Arte do Brasil (AMAB)	São Paulo	196[?]
Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia (ABM)	Rio de Janeiro	1963
Associação de Museólogos da Bahia (AMB)	Bahia	1978
Associação dos Trabalhadores de Museu (ATM)	São Paulo	1983
Associação Paulista de Museólogos (Asspam)	São Paulo	1883

Quadro 10 – Lista de associações profissionais na área do conhecimento da Museologia
Fonte: A autora

O movimento associativo deve ser entendido, segundo Fonseca (2008), como uma organização de indivíduos colegiados por um conjunto de regras previamente estabelecidas que definem os procedimentos adotados pelos participantes e os modelos de comportamentos esperados oficialmente, reunindo os indivíduos em prol de interesses comuns nos quais congregam esforços para ganhar visibilidade, compartilhar códigos comuns e afirmar identidades coletivas nem sempre consideradas legítimas pelo Estado. Em certos coletivos profissionais, como no caso dos museólogos, a classe buscou a organização da categoria fora do sistema sindical. Desse modo, o associativismo no campo museológico é uma espécie de representação do grupo para realização de objetivos comuns, dentre eles a busca para regulamentar a profissão no país frente tanto ao Estado quanto à sociedade civil.

A primeira associação de classe foi criada no início da década de 1940, quase 10 anos após a criação do Curso de Museus, por um grupo de egressos do Museu Histórico Nacional, que tinha interesse na temática artística (COSTA, L., 2010a). Segundo Barata (1991), o MHN possuía um acervo de considerável importância para a História da Arte, mas na época não existia o interesse na problemática da contextualização do objeto artístico, o que despertou uma forte tendência à especialização na área pelos formandos. Somado a isso, o concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) teve aprovados ex-alunos do Curso de Museus, Regina Monteiro Real⁶², da turma de 1937, Lygia Guedes Martins Costa⁶³, formada em 1939 e Mario Antônio Barata⁶⁴, de 1940, que ocuparam o cargo de conservador, sendo nomeados para o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) (SÁ e SIQUEIRA, 2007). Esses profissionais participaram diretamente da fundação do Instituto Brasileiro de História da Arte (IBHA) com a finalidade de organizar cursos com professores nacionais e estrangeiros para debates sobre a disciplina de produção artística (COSTA, L., 2010a).

Para Barata (1991), a criação da primeira associação de classe ligada à História da Arte naquele momento era uma demanda que superava a opção por uma proposta ligada diretamente à Museologia, conforme a justificativa a seguir:

(...) quando os museólogos, com predominância dos conservadores do MNBA foram (fomos) criar uma primeira associação do tipo ABM, optamos inicialmente pela criação do Instituto Brasileiro de História da Arte, necessário no momento e ligado ao sucesso da exposição de pintura francesa, de 1940, no Rio de Janeiro (BARATA, 1991, p. 557).

A participação dos egressos na criação do IBHA merece destaque tendo em vista que este mesmo grupo de conservadores, concursados no MNBA, interessados no aprimoramento da prática museológica colaboraram oito anos após esse

⁶² Regina Monteiro Real, formada em dezembro de 1937, foi classificada no primeiro concurso para o cargo de conservador promovido pelo DASP, com a tese *Papel dos museus na vida moderna*, e, com isso, foi nomeada interinamente para o cargo de conservadora e secretária do MNBA, trabalhando na instituição até 1954 (SÁ e SIQUEIRA, 2007).

⁶³ Lygia Guedes Martins Costa, formada em janeiro de 1940, foi classificada para o cargo de conservador no concurso do DASP, com a tese *Da circulação da prata no Brasil nos séculos XVI e XVIII*, sendo nomeada para MNBA. Nesse local, Lygia trabalhou por 12 anos até 1952 (SÁ e SIQUEIRA, 2007).

⁶⁴ Mario Antônio Barata, formado em janeiro de 1940, foi classificado no concurso para cargo de conservador-auxiliar pelo DASP na década de 1940 e após provas internas passou a conservador efetivo. Foi nomeado em 1942 para o MNBA, onde trabalhou até 1947 (BARATA, 1991; SÁ e SIQUEIRA, 2007).

acontecimento no processo de formação do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional do ICOM. Segundo a conservadora, Lygia Martins Costa (2005, p. 282), a criação da representação nacional no MNBA ocorreu em decorrência da pronta resposta institucional, já que os demais órgãos não demonstraram tanto interesse⁶⁵, fato este que ela justifica pela falta de concursos para técnicos.

Outro ponto que merece ressalva é a presidência do comitê nacional sob responsabilidade do professor e diretor do MNBA, Oswaldo Teixeira. Tal fato tem uma dupla interpretação segundo os autores que abordam a temática da nomeação de Oswaldo Teixeira no comitê nacional. Para a conservadora do MNBA, Lygia Martins Costa (2005), a correspondência foi recebida por Regina Real, conservadora e secretária do museu. Esta levou a correspondência para Lygia, dizendo “chegou aquilo que a gente sempre sonhava” e juntas resolveram levar o material “mastigado” para o Diretor (COSTA, 2005, p. 282). Já na cronologia do ICOM, segundo as autoras Camargo-Moro e Novaes (2010, p. 32), o diretor do MNBA, Oswaldo Teixeira, e Chauncey Hamlin, um dos membros fundadores do ICOM, se conheceram quando este esteve no Brasil no pós-guerra e falava com animação sobre a criação da entidade internacional. A partir desse momento, eles mantiveram contato e Hamlin escolheu Teixeira para representar o Brasil na formação do ICOM, este impedido de comparecer, sob a orientação do embaixador Paulo Carneiro, solicita a Mário Barata⁶⁶ – funcionário do museu que residia em Paris – que o representasse.

Assim, a organização da primeira gestão do comitê brasileiro ocorreu em janeiro de 1947, quando o Diretor do MNBA convidou outros diretores de museus para participar como membros, como listamos a seguir:

(...) o professor Teixeira é novamente confirmado presidente. Os *vice-presidentes* são o *historiador Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e fundador do Curso de Museologia*, a antropóloga Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional (de História Natural), e Alcindo Sodré, diretor do Museu Imperial de Petrópolis. O professor Oswaldo Teixeira indica a professora Heloísa Alberto Torres como candidata a membro do Conselho Executivo do ICOM nas

⁶⁵ Cruz (2013, p. 7) destaca a carta-resposta de Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, aceitando o convite de Hamlin de participação no ICOM. Documento disponível no Arquivo Histórico do Museu Nacional, Fundo Direção do Museu Nacional, classe 32, referência 79-ICOM.

⁶⁶ Na época, Mario Barata ocupava o cargo de conservador no Museu Histórico Nacional (1942-54), do Museu Nacional de Belas Artes (1942-1947) e docente da disciplina de Artes Menores no Curso de Museus, mas estava estudando em Paris por intermédio de uma bolsa de estudos do governo francês, a primeira concedida a um egresso do Curso, e foi um dos cinco ou seis especialistas que participaram da primeira reunião do ICOM (SÁ, SIQUEIRA, 2007, p. 59; BARATA, 1991, p. 556).

eleições. As reuniões de trabalho acontecerão de 26 de junho a 3 de julho, em Paris, antes da 1ª. Conferência Geral do ICOM, em julho (CARMARGO-MORO; NOVAES, 2010, p. 33, *grifo do autor*).

Os demais membros são: tesoureiro, Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa; secretária-correspondente, a conservadora do MNBA Regina Monteiro Real; secretária-arquivista, a conservadora do MNBA Lygia Martins Costa; Membros, José Valadares, diretor do Museu do Estado – Salvador, Bahia; Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Museu Paulista do Ipiranga – São Paulo; Inocêncio Machado Coelho, diretor do Museu Goeldi – Pará; Dante de Layano, diretor do Museu Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul; Cônego Trindade, diretor do Museu da Inconfidência – Ouro Preto, Minas Gerais; João Geraldo Kuman, diretor do Jardim Botânico – Rio de Janeiro; Geralda Ferreira Armond, diretora do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, Minas Gerais; Simões da Silva, diretor do Museu Simões Silva – Rio de Janeiro (CRUZ, 2008, p. 10).

Dentro desse contexto, podemos sublinhar que há um aparente desprestígio de Gustavo Barroso como diretor do MHN e responsável pela formação dos profissionais da área, para participar e dividir a vice-presidência do comitê nacional com outros dois diretores de museus. Assim, voltamos a dizer, aparente desprestígio, se sobrepõe à força comprovada pelo adiantamento da primeira reunião oficial, sendo tal fato justificado pela ausência de Barroso, que na época representava o país nas comemorações do centenário de Cervantes. Isso levou a primeira reunião a ocorrer somente em 9 de janeiro de 1948 com a participação do presidente, Oswaldo Teixeira, os vice-presidentes, Gustavo Barroso e Heloisa Alberto Torres, o tesoureiro e as secretárias – Regina Monteiro Real e Lygia Martins Costa.

Apesar da importância do comitê brasileiro do ICOM, a primeira gestão liderada por Oswaldo Teixeira teve uma atuação pontual no cenário nacional com a participação de brasileiros⁶⁷ em conferências gerais do comitê internacional (CRUZ, 2008, p. 11). A segunda gestão do comitê foi presidida no período de 1953 a 1960 por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, então diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Nessa gestão, ocorreu mais troca de ideias, reuniões mensais e a participação de conservadores de museus nas deliberações

⁶⁷ Pietro Maria Bardi (México, 1947); Mário Barata (França, 1948); Regina Real (Inglaterra, 1950) e Lourival Gomes Machado (Itália, 1953) são os brasileiros que participaram dos eventos internacionais do ICOM (CRUZ, 2008, p.11).

para organização do primeiro congresso de museus e de Museologia do país, denominado I Congresso Nacional de Museus. Esse congresso teve o apoio do governo do estado de Minas Gerais e ocorreu no final de julho de 1956 em Ouro Preto com cerca de 100 participantes (CARMARGO-MORO; NOVAES, 2010, p. 36).



Figura 11 – I Congresso Nacional de Museus no Museu de Ciência e Técnica, da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, em 1956
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO

Apesar da troca de ideias entre profissionais e a representatividade do evento para o campo dos Museus e da Museologia, Gustavo Barroso não participou do I Congresso Nacional de Museus, sendo justificada sua ausência pela liderança de Rodrigo de Melo Franco de Andrade frente ao Comitê brasileiro do ICOM (MAGALHÃES, Aline, 2004, p. 56). Chagas (2009, p. 48) destaca que existia uma disputa por projetos de política de memória que ora inter-relacionam, ora afastam os profissionais de museus e do patrimônio. Nesse caso, os intelectuais modernistas representados pela figura de Rodrigo de Melo Franco de Andrade ganharam notoriedade com a criação do SPHAN, atual IPHAN, em 1937, acarretando a extinção da Inspeção de Monumentos Nacionais, coordenada por Gustavo Barroso. Em paralelo, Barroso manteve sua credibilidade ao formar mentalidade na liderança do MHN e do Curso de Museus.

Dois anos após o desenvolvimento do primeiro evento da área de museus, foi organizado o Seminário Regional da Unesco, na cidade do Rio de Janeiro, no período

de 7 a 30 de setembro de 1958. Esse evento foi organizado pela UNESCO, ICOM e especialistas brasileiros. O seminário em questão respondia a uma demanda da UNESCO de propiciar uma reflexão acerca da função da instituição museológica como meio educativo para a sociedade. Tal iniciativa buscou uma revisão das questões relativas aos museus, sua função técnica e o próprio conceito que define a instituição, assim como contribuiu com o intercâmbio de ideias e a publicação do guia “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros”, de Guy Holanda com apoio do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.



Figura 12 – Seminário Regional da UNESCO, na cidade do Rio de Janeiro, em 1958
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO

Importante destacar que um dos temas centrais em debate na época era a Museologia e seu caráter de ciência, sendo verificada uma demanda pela carência de pessoal especializado.

(...) verificou-se a necessidade de *incentivar a criação de instituições de formação*, que inexistiam na maior parte dos países da América Latina, e se *definiram as diferentes categorias e especializações* com que se deveria contar. Dadas as características da América Latina, seria indicado procurar a *criação da carreira de Museologia* e, quando esta não fosse possível, o *aperfeiçoamento pessoal* mediante cursos especializados, bolsas de estudos, *participação em reuniões de caráter científico e técnico* e *intercâmbio entre museus e outras instituições* (TORAL, 2010, p. 25, grifo da autora).

O uso dos termos **especializações, carreira e aperfeiçoamento pessoal** é bastante significativo pela conotação de formação/profissão. Podemos, ainda, dizer que tais palavras enfatizam um desejo pelo aprimoramento da prática museológica e do reconhecimento da classe profissional via recursos e financiamentos para formação.

Nesse sentido, as organizações dos primeiros eventos da área surgiram com o intuito de aglutinar os técnicos e, por isso, abriram caminho para gerações futuras de museólogos na prática associativa. O Comitê Brasileiro atuou no campo associativo-técnico dando início ao processo para conquista de bases mais sólidas aos profissionais da área de museus, tanto nas atividades internacionais quanto nas atividades nacionais, por intermédio do Congresso Nacional de Museus, sendo realizado o segundo evento na cidade de São Paulo (1959) e terceiro encontro na cidade de Salvador (1962) durante a gestão de 1961 a 1971 da antropóloga Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional (MN) (BARATA, 1991; CARMARGO-MORO; NOVAES, 2010).

No início da década de 1960, vinte anos após a criação da primeira associação voltada para as artes e o campo dos museus, foi criada a Associação dos Museus de Arte do Brasil (AMAB), em São Paulo, por Walter Zanini, então professor da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP, que se tornou seu primeiro coordenador. A AMAB manteve um trabalho de cooperação no plano especializado da produção artística, filiada ao ICOM, durante os dez anos de existência atuando na organização de colóquios de museus de arte com a participação de egressos do Curso de Museus (BARATA, 1991; COSTA, L., 2010a).

Importante ressaltar que, apesar do esforço dos primeiros passos do movimento associativo dos técnicos de museus, a primeira associação de classe diretamente ligada às questões dos profissionais da área foi criada somente em 5 de novembro de 1963, com base em uma proposta durante o III Congresso Nacional de Museus⁶⁸, que ocorreu em Salvador, organizado pelo Comitê Brasileiro do ICOM, em 1962. Nesse encontro foi criada uma comissão composta por profissionais de diversas

⁶⁸ Inicialmente, os encontros do Congresso Nacional de Museus eram organizados pelo Comitê do ICOM e posteriormente ficaram sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Museologistas (ABM).

instituições, como Museu Nacional de Belas Artes⁶⁹, Casa de Rui Barbosa⁷⁰, Museu Imperial⁷¹ e Museu do Banco do Brasil⁷², com a finalidade de organizar a Associação Brasileira de Museologistas (ABM) na cidade do Rio de Janeiro – posteriormente, transformada em Associação Brasileira de Museologia⁷³ (BISERRA, 2013; FERNANDES, 2014).



Figura 13 – Reunião de Fundação da ABM, Museu Nacional de Belas Artes, em 1963
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO

A primeira reunião ocorreu no MNBA com participação da comissão designada para elaborar o Estatuto e outros 48 sócios-fundadores, sendo a coordenação responsabilidade da fundadora, Regina Monteiro Real, então conservadora do MNBA, com a cooperação dos demais egressos do Curso de Museus e a participação de outros profissionais da cultura, tendo em vista o pequeno número de museólogos formados. Parte dos membros fundadores da ABM participou tanto da fundação da primeira organização de classe, o IBHA, em 1940, quanto do Comitê Brasileiro do ICOM em 1948.

⁶⁹ Wilma Teixeira Ormond e Elza Ramos Peixoto, turma de 1938, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁷⁰ Regina Monteiro Real, turma de 1937, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁷¹ Geraldo Brito Raposo da Câmara, turma de 1943, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁷² Florisvaldo dos Santos Trigueiros, turma de 1951, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁷³ A ABM sofreu alteração na denominação durante a gestão da Prof^a Terezinha de Moraes Sarmento nos anos 80 (SÁ e SIQUEIRA, 2007).

Em 1963, a ABM se constituiu como uma entidade de classe com a finalidade de congregar os profissionais, incentivar o intercâmbio cultural e o esforço oficial de aperfeiçoamento, sendo responsável pela tramitação nos canais públicos competentes do processo de regulamentação da carreira de museólogos (BARATA, 1991; SÁ e SIQUEIRA, 2007; COSTA, L., 2010a). Tal diretriz da ABM foi justificável pela existência de cursos específicos de formação profissional em nível superior e a necessidade plena dos anseios da classe (NUNES, BARROS, SARMENTO, 1977).

Com intuito de apoiar o desenvolvimento, tanto da Museologia quanto dos museus no Brasil, além de reunir novos sócios, não só na cidade do Rio de Janeiro, a ABM propôs a criação de comissões regionais⁷⁴ a partir do final da década de 1960 com a fundação da primeira sede regional no Rio Grande do Norte. Cabe destacar que consta no Boletim da ABM, segundo Biserra (2013, p. 35), um total de 14 representações estaduais na década de 1980, tais como Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília.

Com o surgimento de novos cursos voltados para Museologia nos anos 70, ocorreu a criação de outras organizações de classe para congregar os profissionais de outras duas regiões, Bahia e São Paulo, e lidar com as diversas realidades brasileiras. Apesar do desempenho da ABM, essas organizações contemporâneas tiveram destaque nas ações de articulação na década de 1980 para aprovação da lei de regulamentação da profissão de museólogo, principalmente a atuação da Associação de Museólogos da Bahia (AMB) – o anteprojeto de 1981 e a vinculação com o Deputado Rômulo Galvão da Bahia para formulação do substituto o Projeto de Lei nº 4.858B/1981, que incorporou outros dois projetos (4.858A/1981 e 5.654/1981) –, sendo os congressos da área os fóruns gerais de debate, troca de ideias e demandas no início dos anos 80⁷⁵.

A Associação de Museólogos da Bahia (AMB)⁷⁶ surgiu a partir do movimento entre professores, estudantes e egressos com bloqueio do vestibular, que impedia

⁷⁴ Apesar da existência de comissões regionais da ABM, existia uma clara dificuldade de comunicação e troca de informação com museólogos de outros estados, o que acarretava uma centralização das demandas e resoluções minimizadas com a criação das associações regionais da Bahia e São Paulo. Tais fatos foram abordados no próximo item 4.2 deste capítulo.

⁷⁵ Abordaremos alguns eventos/congressos/seminários da Museologia que abordaram as questões da regulamentação e formação profissional no início dos anos 80 no próximo subitem 4.2 do capítulo.

⁷⁶ Ao longo dos anos, a AMB sofreu diversas crises com dificuldade de se manter, o que acarretou a perda da documentação institucional.

novas matrículas no Curso de Museologia da UFBA. Importante destacar que Oswaldo Ribeiro apontou no pronunciamento, do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (1982, p. 385) que a AMB foi fruto da contradição. Esse contrassenso foi decorrente da ausência⁷⁷ de apoio contra o bloqueio do vestibular do Curso da UFBA, inclusive da Associação Brasileira de Museologistas (ABM). Pela inexistência de apoio, os museólogos da Bahia juntamente com o alunado e interessados no campo organizaram uma campanha em prol da reabertura do Curso, obtendo êxito nesse intento e fundaram uma associação regional que visava às especificidades e demandas da região em 1978.

Assim, uma diretoria provisória foi composta com delegação responsável em participar dos eventos da área pelo país. Ainda no primeiro ano de fundação, a AMB participou do IV Congresso Nacional de Museus promovido pela Associação Brasileira de Museologistas (ABM) em Natal (RN) e, no ano seguinte, do encontro do ICOM-Brasil, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e, ainda, organizou para os membros diversos cursos temáticos da área a título de especialização (SANTOS, Maria, 2008b).

Em 1979, os membros da AMB iniciam a participação no trabalho em prol da mobilização para regulamentação da profissão propondo o I Encontro Nacional de Museólogos, na cidade de Salvador, de 17 a 20 de março de 1981, para debate com base em três pontos: o museólogo e sua formação, o mercado de trabalho para o museólogo e a regulamentação da profissão. Para dar início à discussão dos temas propostos, utilizaram plenárias e a divisão de equipes para debater os temas expostos, inclusive distribuindo material durante a inscrição do encontro com uma proposta de projeto de lei⁷⁸, o que faz ressonância e reforça o discurso produzido no Rio de Janeiro pela presidente do Conselho Deliberativo da ABM, a museóloga Auta R. Barreto, em prol da integração e aproximação dos profissionais das diversas regiões.

No que diz respeito ao movimento associativo de São Paulo, podemos apontar uma tardia criação da Associação dos Trabalhadores de Museu (ATM) e da Associação Paulista de Museólogos (Asspam), em 1983, apesar da atuação ativa de Waldisa Rússio Carmargo Guanieri com questões ligadas aos impasses da

⁷⁷ Guanieri (2010, p. 235) cita o Prof. Mário Barata como única pessoa solidária ao bloqueio do Curso da UFBA, que encaminhou carta para a Reitoria manifestando protesto..

⁷⁸ A nova proposta do projeto de lei para regulamentação da profissão distribuída no Encontro, assim como a importância do evento, será analisada no sub-item 4.2 deste capítulo, sendo a cópia do documento disponível no Anexo H.

regulamentação da profissão de museólogo e o desejo da interiorização para o reconhecimento paulista da Museologia (MENEZES, C., 2010).

Importante destacar que as duas associações paulistas tinham certas especificidades que delimitavam os atores e suas ações. Primeiramente, a ATM tinha um escopo e abrangência amplos para uma entidade com representação regional por abarcar diversos tipos de profissionais, independentes da hierarquia, que compõem o quadro funcional de instituições museológicas, centros culturais e oficinas do patrimônio. Num segundo momento, temos a criação da Asspam como órgão de classe que congregava os museólogos que atuavam no estado de São Paulo, o que lembra o movimento de valorização das características e reivindicações regionais similar ao ocorrido cinco anos antes na Bahia com a AMB. A similaridade das ações em organizações no âmbito regional nos dois estados foi pontuada na fala de Guarnieri (1985) quando esta enumera a importância na participação no processo de regulamentação profissional.

No Estatuto da Asspam consta como um dos objetivos principais “a dignificação, proteção e defesa dos interesses profissionais de seus membros e de toda a categoria” (MENEZES, C., 2010, p. 48). Nesse sentido, existia uma forte preocupação em preservar a imagem dos profissionais como cientistas sociais “(...) bem formados, vocacionados e profundamente comprometidos com uma Ética” (GUARNIERI, 1985, p. 1).

Como movimento natural, Waldisa Guanieri foi nomeada a primeira presidente da Asspam, integrando inclusive a Diretoria Executiva, imprimindo sua marca na dinâmica da associação, que privilegiava o esforço coletivo e a atuação na luta pelo exercício profissional. Existia um movimento inicial de aproximação das duas associações paulistas materializado em reuniões em conjunto, o que levou a AMB a pleitear diversas vezes a unificação com a Asspam. Desse modo, a Asspam ganhou notoriedade atuando em diversas instâncias, além do envio de cartas oficiais em defesa da profissão⁷⁹.

No discurso de Waldisa Guanieri na 4^o. Assembleia Geral, de 15 de dezembro de 1985, denominado “Tentativa de avaliação da 1^a Presidência da Assapam quanto

⁷⁹ A Asspam, apesar da duração breve de 8 anos (1983-1991), agregou ações importantes para o campo museológico e atuou na constituição do Conselho Regional de Museologia de São Paulo (Corem/SP) e na revisão do Sistema de Museus do Estado de São Paulo estabelecido pelo Decreto 24.634 de 1986 (MENEZES, C., 2010).

ao desempenho da 1ª Diretoria da entidade”, temos destaque na sua visão crítica ampliada das preocupações acerca da profissão de museólogo, não delimitada somente à conquista da regulamentação e questões regionais dos museólogos paulistas, o que permite apontar o frescor da sua mensagem com reivindicações ainda atuais apesar do hiato de trinta anos.

Nem por estar regulamentada a profissão, terá, a nova diretoria, menos dificuldades e menores lutas. Cabe-lhe a constituição do Conselho Regional, precedido de registro e eleições gerais a nível regional dos profissionais devidamente registrados. Cabe-lhe normalização, através desses conselhos, do que a Lei deixou em aberto e a prática irá exigir se formalize. *Cabe-lhe, talvez, rever nossos estatutos, pensados numa época em que éramos menos numerosos do que hoje, estabelecendo, talvez, departamentos novos de modo a permitir um envolvimento de maior número de associados com os compromissos da gestão.* À nova diretoria caberá manter e enriquecer essa imagem e esse comportamento de *um profissional que se exige tenha melhor formação, a mais clara vocação e cômico de sua responsabilidade social e ética.* Pois a mim me parece que, acima das questões regionais, acima das questões internas da classe, relativas a mercado e trabalho – questões obviamente relevantes e indispensáveis – esta Associação *tem o dever de lutar por um profissional respeitável e respeitado, mas também respeitador, no sentido de que o museólogo, talvez mesmo por trabalhar e conviver com os testemunhos de Homem e da Realidade, mais do que qualquer outro cientista e trabalhador social tem compromissos, com o Tempo, com o Homem e com a Vida* (GUARNIERI, 1985, p.2, grifo da autora).

Acreditamos na necessidade do debate e de revisão crítica dos eventos decorrentes tendo por base a regulamentação da profissão, mas pelo escopo do estudo em questão destacamos ações atuais de crescimento da Museologia na introdução da pesquisa e não aprofundamos nosso levantamento qualificativo em consideração ao recorte proposto para esta tese. No próximo subitem, abordamos as diversas versões de minuta do projeto de lei e acontecimentos paralelos.

4.2 Visões em disputa no processo de regulamentação da profissão de Museólogo

O interesse por uma reflexão sistemática sobre o processo de regulamentação da profissão de museólogo não tem sido prioritário nas últimas décadas, mas o evento ganhou destaque com a celebração dos 30 anos de aprovação da Lei nº 7.287/1984. A regulamentação da profissão tem uma forte conotação com a delimitação do campo

museológico, assim como atuação profissional dos museólogos que acompanhou a negociação por 21 anos de embates até a aprovação da referida lei. Da análise das propostas de minutas dos projetos de lei emergem visões em disputa que merecem consideração especial dentro do espectro deste estudo: a habilitação demarca **aptidão** e **destreza** para o exercício profissional; e a superposição das atribuições define a **competência** e o **domínio** do profissional museólogo. Somado a isso, temos visões divergentes de atores internos e externos ao campo museológico que ganham relevância quando relacionamos as propostas em paralelo aos pareceres, cartas e matérias jornalísticas.

Essa conotação entre habilitação e atribuição ganha destaque quando observamos **quem** foi selecionado para **prática das ações** e **áreas relacionadas** em cada nova proposta. A proliferação de modificações destes dois itens em cada projeto de lei indica, de forma determinada, que as novas concepções acompanhavam, paralelamente, os acontecimentos do campo museológico em cada período, e determinadas questões são recorrentes em cada década, como, por exemplo:

- (a) **Década de 1960:** forte tendência em maximizar o exercício profissional incluindo áreas afins e pessoas de notório saber;
- (b) **Década de 1970:** os autodidatas são suprimidos e profissionais com pós-graduação incluídos – os projetos de leis não definem o nível da pós-graduação, mas acreditamos que, provavelmente, seja *lato sensu*;
- (c) **Década de 1980:** ápice das ações voltadas para aprovação da regulamentação da profissão com forte questionamento em relação à competência ou não dos museólogos na direção dos museus, o que refletiu, inicialmente, uma forte valorização da graduação para delimitar o profissional especializado; num segundo momento, o foco nas ações específicas da gestão museológica; e, por último, por intermédio da aprovação da moção no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, em 1982, culmina na inclusão da subemenda que prevê a pós-graduação na modalidade *stricto sensu*⁸⁰ no Projeto de Lei.

Importante ressaltar que existe um hiato temporal de 31 anos entre a criação do primeiro curso de formação até a proposição da primeira proposta de

⁸⁰ Conforme observamos na introdução deste estudo, a primeira pós-graduação do nível *stricto sensu* no país surgiu 24 anos após a subemenda de 1982.

regulamentação da profissão. A primeira proposta de minuta surgiu tendo por base uma plenária que ocorreu no Museu Histórico Nacional, em 12 de setembro de 1962, com assinatura do conservador de museus Antônio Pimentel Winz⁸¹. Esse documento teve como base para formulação a publicação do Diário do Congresso, de 27 de setembro de 1961, da primeira seção do projeto de regulamentação da profissão de bibliotecário e, ainda, a Lei nº 5.452/1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho. Assim, pode-se dizer que os conservadores de museus na época buscavam o reenquadramento funcional no plano de classificação de cargos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) equivalente aos bibliotecários e aos naturalistas do Museu Nacional.

Na esfera da Câmara dos Deputados, o então projeto de lei formulado por Antônio Pimentel Winz foi entregue ao Deputado Muniz Falcão (PSP/AL) e ganhou a denominação de Projeto de Lei 801/1963⁸², que dispõe sobre o exercício profissional de três categorias, os conservadores de museus, museólogos e auxiliares técnicos (BARRETO, 1978), como comprova o **quadro 11** a seguir:

PROJETO DE LEI Nº 801, 1963			
OBJETO		HABILITAÇÃO	
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	Art. 2º. O exercício da profissão de Conservador de Museu, Museólogo e Auxiliar Técnico só será permitido:		
	1) Conservadores:		
	a. de Museus Históricos e Artísticos, portadores de diplomas expedidos pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional;	Formação/profissão	
	b. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, portadores dos diplomas de que trata a letra <u>a</u> ou de faculdades afins, oficiais, equiparadas ou oficialmente reconhecidas;	Formação/qualificação	
2) Aos Antropólogos, Botânicos, Etnólogos, Geólogos, Paleontólogos, Zoólogos etc. que, trabalhando em Museus, sejam portadores de diplomas de Faculdades de Filosofia ou faculdades afins oficiais, equiparados ou oficialmente reconhecidas;	Formação/profissão		
3) Aos Museólogos e restauradores de artes plásticas;	Formação/método		
4) Aos Auxiliares Técnicos especializados (preparadores de laboratórios zoológicos ou de ensaios minerais para os microscópios metalográficos, desenhistas, fotógrafos de assuntos históricos ou microfotografias, entalhadores, moldadores ou enformadores).			
	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
ATRIBUIÇÕES	Art. 4º. São atribuições dos Conservadores de Museus a organização e direção dos trabalhos técnicos históricos e científicos dos Museus federais, estaduais, municipais e autárquicos, incluindo as atividades seguintes:		
	a) o ensino de ciências e técnicas dos Museus;	Instruir Verificar	Educação

⁸¹ Antônio Pimentel Winz, turma de 1952, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁸² Cópia do documento disponível no Anexo B.

<p>b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino das ciências e técnicas dos Museus reconhecidos, equiparados ou em vias de equiparação;</p> <p>c) a administração e direção de Museus e instituições afins;</p> <p>d) demonstrações práticas e técnicas dos Museus, em estabelecimentos federais, estaduais e municipais;</p> <p>e) padronização e racionalização dos serviços técnicos dos Museus e instituições afins;</p> <p>f) incentivo e orientação dos trabalhos técnico-científicos dos Museus e instituições afins;</p> <p>g) publicidade sobre os acervos e atividades técnicas e culturais dos Museus e instituições afins;</p> <p>h) planejamento de difusão cultural no território nacional e no exterior dos Museus e instituições afins;</p> <p>i) organização de congressos, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas às atividades dos Museus e instituições afins ou representação oficial em tais certames;</p> <p>j) pesquisar, estudar, classificar e selecionar acervos dos Museus e coleções;</p> <p>k) sugerir as condições e preservação dos acervos (restaurações, reparos e reformas);</p> <p>l) elaborar catálogos, fichários, guias e monografias;</p> <p>m) estabelecer as diversas Divisões e Seções de que se compõe os Museus e superintendê-las;</p> <p>n) opinar nas aquisições a serem feitas para os Museus (Divisões e Seções), sugerir os livros e publicações a serem adquiridos para as bibliotecas técnicas e especializadas;</p> <p>o) organizar os arquivos e os depósitos.</p>	<p>Dirigir</p> <p>Elaborar</p> <p>Desenvolver</p> <p>Organizar</p> <p>Propor</p> <p>Recomendar</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Dirigir</p> <p>Desenvolver</p> <p>Planejar</p>	<p>Administração</p> <p>Comunicação</p> <p>Administração</p> <p>Documentação</p> <p>Conservação</p> <p>Comunicação</p> <p>Administração</p> <p>Documentação</p> <p>Administração</p>
<p>Art. 5º. São atribuições dos Museólogos a execução dos trabalhos técnicos, históricos, artísticos e científicos dos Museus federais, estaduais, municipais e autárquicos, incluindo as atividades seguintes:</p> <p>a) sob a orientação dos Conservadores de Museus, auxiliá-los no desempenho dos seus variados misteres;</p> <p>b) auxiliar os Conservadores de Museus na arrumação e apresentação das coleções expostas;</p> <p>c) zelar pelo bom estado das coleções, dos mostruários e dos objetos expostos, comunicando qualquer anormalidade aos Conservadores dos Museus, que providenciarão as medidas adequadas para cada caso;</p> <p>d) sob a orientação dos Conservadores de Museus, auxiliá-los na montagem de exposições de caráter documental, retrospectivas ou comemorativas;</p> <p>e) zelar pela arrumação dos arquivos, fichários, guias e as publicações das bibliotecas técnicas especializadas, de modo que as mesmas possam ser utilizadas facilmente para consultas ou pesquisas;</p> <p>f) zelar pelo acervo existente nos depósitos, comunicando imediatamente aos Conservadores de Museus, qualquer anormalidade constatada.</p>	<p>Elaborar</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p>	<p>Comunicação</p> <p>Conservação</p> <p>Comunicação</p> <p>Documentação</p> <p>Conservação</p>

Quadro 11 – Fragmentos do primeiro projeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo elaborado em 1963

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Pela observação do quadro anterior, podemos comprovar que a proposta da primeira minuta do projeto de lei definiu as competências para o exercício da área, incluindo profissionais de áreas afins à Museologia, como Botânicos, Antropólogos, Geólogos e técnicos de outras disciplinas especialistas que trabalhavam nos laboratórios como Restauradores, Fotógrafos e Desenhistas, além de orientar a

criação do órgão de fiscalização, o Conselho Federal de Museus. As atribuições legais desse profissional abordaram uma diversidade de atividades do campo, com uma preocupação em destacar as áreas fronteiriças do trabalho museológico. Ou seja, o Projeto de Lei abarcou os diversos tipos de profissionais que atuavam no museu diretamente com acervo, sem a formação específica de conservador/museólogo.

Interessante constatar que no discurso do projeto de lei a expressão que define esse profissional apresenta o diferencial em relação aos conservadores de museus e museólogos. Apesar de ambos possuírem a mesma formação, atuavam de forma diferenciada no momento de proposição dessa minuta como observamos no **quadro 11**. Essa variação na denominação aparece na primeira minuta tendo em vista que os conservadores eram responsáveis pelas funções técnicas da Instituição e orientação dos museólogos, e estes recebiam essa titulação no período no qual não tinham ingressado por concurso público de provas e títulos na carreira de conservador. Nesse período, os museólogos permaneciam como auxiliares das funções técnicas atuando em estágios de aperfeiçoamento teórico e prático. Devemos destacar que a expressão para denominação do profissional especializado de museus sofreu alteração ao longo dos anos, possuindo três termos distintos, como observamos no **quadro 12** a seguir:

DENOMINAÇÃO	DOCUMENTO/TERMO OFICIAL
OFICIAL	▼ Decreto nº 15.596 de 2 de agosto de 1922, que cria o Museu Histórico Nacional e prevê o Curso técnico para quadro especializado.
CONSERVADOR	▼ Decreto nº 6.689, de 13 de julho de 1944, que cria novo regulamento do Curso de Museus e estende a duração de dois para três anos.
MUSEOLOGISTA	▼ Termo que compõe inicialmente o título da Associação Brasileira de Museologista de 1963.
MUSEÓLOGO	▼ Livro <i>Introdução à técnica de Museus</i> , de Gustavo Barroso, de 1946. ▼ Decreto nº 58.800, de 13 de julho de 1966, que aprova o Regulamento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional

Quadro 12 – Variação das denominações do termo Museólogo em documentos oficiais

Fonte: A autora

Apesar das particularidades atribuídas aos conservadores de museus em relação aos museólogos, nossa análise no **quadro 11** demonstra uma certa equivalência quando observamos as ações relacionadas diretamente aos funções técnicas da instituição, como Comunicação, Conservação e Documentação. Desse modo, no quadro temos em destaque nas atribuições dos conservadores e dos museólogos o verbo “desenvolver”, que denomina as competências acerca das atividades técnicas do museu relacionadas ao processo identificado como

musealização, ou seja, o processo que consiste na valorização do objeto. Já no caso do segundo verbo em destaque, “dirigir”, aponta para ações executivas de gestão sob a responsabilidade exclusiva dos conservadores de museus.

Um outro ponto em destaque na referida minuta diz respeito à justificativa proferida pelo Deputado Muniz Falcão na Sala de Sessão, em 31 de julho de 1963, que nos indica o estabelecimento do diálogo com a carta-resposta⁸³ do diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, ao então diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, Mário Brito. Na justificativa do Deputado Muniz Falcão podemos observar, quando este denomina como muito desconhecida a profissão de conservador de museus, o que levaria à **depreciação** e à **desqualificação** desse profissional especializado como funcionário de limpeza no senso comum.

A carreira de Conservador de Museu, ainda presentemente é muito desconhecida no Brasil, mau grado o trabalho que desenvolvem os seus ocupantes na preservação dos nossos bens culturais, sendo inclusive confundida com os empregados profissionais que se dedicam à limpeza e conservação dos escritórios, edifícios públicos etc (BRASIL, 1963, p. 6, grifo da autora).

Em contraposição, o autor afirmou que os conservadores de museus desfrutam do mais alto conceito intelectual em outros países. Desse modo, o uso dos termos mestre das célebres universidades e autoridades de notório saber é bastante simbólico pela **conotação de pensador/cientista**.

Na Europa, principalmente Alemanha, Bélgica, Inglaterra e França, desfrutam do mais alto conceito intelectual. Os “Conservateurs” do Louvre e outros museus franceses; ombreiam com os mestres das célebres universidades de Paris, Sorbonne, Estrasburgo; são profissionais de alto gabarito intelectual, autoridades de notório saber quer nas artes plásticas, na história ou ciências afins. O “Curator” na Inglaterra ou nos Estados Unidos, goza de altas prerrogativas para o desempenho de seus misteres nos museus onde trabalha (BRASIL, 1963, p. 6, grifo da autora).

Após as primeiras observações, o Deputado reafirma o caráter especializado desse tipo de profissional altamente especializado, tanto teórico quanto prático. Ou seja, essas palavras apontam um **desejo de unir e valorizar pela especialização**

⁸³ A carta-resposta de Gustavo Barroso (GB01) de 1954 compõe a proposta analítica do capítulo 5.

esse grupo de profissionais apesar de estarem estagnados, aguardando o concurso público.

No nosso País, os Conservadores de Museus, constituem um *grupo técnico altamente especializado*, a maioria com curso universitário no Brasil e estágios culturais em vários países europeus e americanos. Os museólogos após o término do Curso de Museus, no Museu Histórico Nacional (duração de três anos), ficam estagiando nas diversas divisões do mesmo, *aprimorando-se teórica e praticamente* sob a orientação dos Conservadores de Museus. Somente após o concurso público de provas e títulos ingressam na Carreira de Conservador de Museu (BRASIL, 1963, p. 6, *grifo da autora*).

Destacamos que o Deputado, ao adotar “definindo direitos e deveres da numerosa classe” (BRASIL, 1963, p. 6), admite na sequência discursiva a **ideia de conjunto e união como espaço de debate** da organização de classe. A regulamentação do exercício profissional é vista como meio fundamental para se atingir a legitimação desses profissionais. Segundo Barreto (1978), o referido documento é considerado o primeiro passo travado na luta pela conquista e concretização por maiores aspirações profissionais na carreira de conservadores-museólogos, sendo entregue a três comissões: (a) de Constituição e Justiça; (b) de Educação e Cultura; e (c) de Finanças. Apesar dos encaminhamentos, consta o arquivamento do Projeto de Lei 801/1963 em 9 de março de 1967⁸⁴.

No final da década de 1960, uma nova proposta do anteprojeto de lei⁸⁵ foi elaborada pelos discentes do Curso de Museologia e funcionários do Museu Histórico Nacional, sendo, segundo Leo Fonseca e Silva (1968, p. 1), então Diretor do MHN e egresso do Curso, o profissional museólogo definido como “elemento humano básico de nível superior” numa instituição museológica de qualquer tipologia, o que incluía “quem suas vezes fizer” sua **atividade prática** pela comprovação da **experiência profissional**.

Esse ponto justificaria a inclusão de profissionais de outras áreas para exercício da profissão e autodidatas como descreve na carta o Diretor: “Se V. Sa. é museólogo diplomado, rogamos a sua compreensão; *é absurdo querer regulamentar a profissão sem reconhecer os direitos de centenas de pessoas que trabalham nos museus*”

⁸⁴ Com arquivamento da primeira proposta do projeto de lei, o pleito da regulamentação da profissão só retorna ao debate na Câmara do Deputados em 1981 com proposta de Octacílio Queiroz.

⁸⁵ Cópia do documento disponível no Anexo C.

brasileiros e que são museólogos de fato” (SILVA, 1968, p. 2, *grifo da autora*). Neste trecho, temos claro o primeiro impasse em relação à proposta de regulamentação da profissão com a **dicotomia entre profissionais especializados** pela qualificação profissional e **profissionais com experiência prática** no método que eram considerados precursores da prática museológica no Brasil.

No discurso Leo Fonseca e Silva, existe a valorização da experiência prática de profissionais que não possuíam a formação específica, mas que atuaram no museu, sendo os **reais profissionais** do campo. Nesse sentido, além do caráter identitário do perfil profissional, podemos supor uma questão eminentemente política já que os primeiros docentes do Curso de Museus eram autodidatas, como no caso do diretor e professor Gustavo Barroso. Desse modo, o uso da denominação museólogos de fato é bastante significativa e simbólica por sua **conotação de verdade e circunstância**, muito mais se tivesse em destaque a palavra autodidata, que denomina um indivíduo/pesquisador com capacidade de aprendizado individual sem auxílio de um mestre, por exemplo. Podemos ainda inferir que a denominação museólogos de fato enfatiza justamente a dialética entre a regulamentação e o credenciamento de profissionais qualificados *versus* profissionais habilitados pela prática/método. Outro trecho da carta de Leo Fonseca e Silva pode corroborar essa ideia.

O único curso existente no Brasil (e segundo nos consta, o único na América Latina) e que é mantido pelo MHN só forma museólogos para museus históricos e artísticos. Desde sua criação em 1932 até hoje diplomou apenas 507 museólogos, a maioria dos quais não exerce a profissão. O Curso não atinge as necessidades do mercado de trabalho e, além disso, precisa de ampla reformulação. *Sua transformação em uma verdadeira escola superior de museologia é uma necessidade não só para servir de celeiro dos futuros museólogos como também para servir de método a outros cursos superiores que certamente surgirão.* Oportunamente nós lhe remeteremos o anteprojeto de reforma do Curso de Museus; verá V. Sa. que ele será suficientemente flexível para atender às necessidades de todos os tipos de museus, no futuro (SILVA, 1968, p. 2, *grifo da autora*).

Destacamos que, ao sublinhar único curso existente no Brasil, Leo Fonseca e Silva faz referência tanto ao diploma como instrumento que informa à sociedade sobre a habilitação de um indivíduo quanto a docentes e profissionais sem específica formação envolvidos no Curso de Museus. A ideia de prática e de formação do

exercício profissional permanece recorrente no discurso da área. Por esse ponto, vemos uma distância entre a intenção e o ato, já que destaca a necessidade do livre exercício profissional garantido aos egressos do Curso a fim de evitar concorrências. Por essa sequência discursiva, vemos o processo de regulamentação da profissão de museólogo como caminho dos grupos interessados para reserva de mercado, garantindo espaço aos discentes que saem do curso de formação, bem como criar um modelo para o aprimoramento do método de formação como base de referência para novos cursos numa verdadeira Escola Superior de Museologia.

O corpo da minuta de 1968 destaca como museólogos o exercício profissional pelos egressos do Curso de Museus, conservadores do patrimônio, profissionais de áreas afins que exerçam função comprovada em museus e autodidatas. Nessa minuta surge a preocupação com o exame de suficiência para ouvintes do Curso de Museus e peritos. Importante destacar que, na análise das atribuições privadas dos museólogos permanecem como prioritárias as ações sublinhadas pelo verbo “desenvolver”, como observado no **quadro 13**, mantendo a mesma característica da primeira minuta de 1963, com as funções técnicas do museu ligadas ao processo de musealização, como a Comunicação, a Conservação e a Documentação. O segundo verbo em destaque “elaborar” está ligado a pareceres técnicos, padronização das atividades técnicas e organização de eventos da área. Além disso, tal minuta previa a criação da Ordem dos Museólogos como órgão fiscalizador.

PROJETO DE LEI, 1968		
	OBJETO	HABILITAÇÃO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	Art. 4º O exercício das funções técnicas de nível superior nos museus como tal declarado é privativo dos museólogos.	
	Art. 5º São considerados museólogos na data em que esta Lei entra em vigor, além dos diplomados pelo Curso de Museus mantido pelo Museu Histórico Nacional desde 1932, devendo para tal fazer o registro no órgão profissional competente até 3 anos depois:	
	a) os atuais Conservadores do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pertencentes aos quadros permanentes do pessoal do Governo Federal;	Formação/profissão
	b) os atuais Antropólogos, Botânicos, Zoólogos, Naturalistas, Geólogos, Mineralogistas, Etnólogos, Paleontólogos e ocupantes de cargos afins que exercem atividades científicas de nível superior em museus oficiais e particulares;	Formação/qualificação
c) os diplomados por cursos superiores em geral que exercem há mais de 3 anos atividades técnicas em museus oficiais ou particulares;	Formação/método	
d) as pessoas de notável saber que exercem atividades intimamente relacionadas com museus, como tal declarados pelo órgão citado no art. 16º, no prazo de 3 anos.	Formação/prática	

	<p>Art. 6º A partir da data em que esta Lei entrar em vigor e em até 3 anos depois poderão obter o registro profissional de Museólogo:</p> <p>a) os diplomados em cursos superiores de arte, história e ciência que completam a sua formação com as matérias específicas de Museologia em um curso oficial de nível superior;</p> <p>b) os portadores de títulos, diplomas e certificados de cursos não oficializados, relacionados com os museus, com duração mínima de 2 anos, que venham a ser aprovados em exame de suficiência a ser feito no Curso de Museus mantido pelo MHN;</p> <p>c) as pessoas que hajam feito o Curso de Museus mantido pelo MHN na qualidade de ouvinte, desde que sejam aprovadas em exame de suficiência a ser feito no referido Curso;</p> <p>d) os peritos em arte, críticos de arte e profissionais em geral de atividades relacionadas com os museus, não possuidores de curso superior, se vierem a ser aprovados em exame de suficiência a ser feito no Curso de Museus mantido pelo MHN.</p>	Formação/qualificação	
		Formação/prática	
		Formação/prática	
		Formação/prática	
	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
ATRIBUIÇÕES	<p>Art. 11º São atribuições privativas do Museólogo:</p> <p>a) a organização e a arrumação, no âmbito dos museus, de exposições permanentes e temporárias;</p> <p>b) a pesquisa e a catalogação, no âmbito dos museus, de objetos do seu acervo ou que nele vão ser incluídos;</p> <p>c) a padronização e a racionalização dos serviços técnicos dos museus;</p> <p>d) a orientação dos trabalhos técnicos nos museus;</p> <p>e) a elaboração de catálogos, guias e fichários, dos objetos dos museus;</p> <p>f) a chefia de departamento, divisões, seções, setores e outras subdivisões técnicas dos museus;</p> <p>g) o ensino da teoria e da prática relacionadas com a museologia, dentro da legislação em vigor;</p> <p>h) a elaboração de estudos, pareceres, laudos técnicos sobre assuntos específicos da museologia;</p> <p>i) a peritagem de obras de arte, objetos históricos e científicos para fins legais;</p> <p>j) a decoração de interiores em órgãos governamentais;</p> <p>o exercício dos cargos técnicos de museologia na administração pública federal, estadual e municipal, nas autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas, entidades paraestaduais, empresas sob intervenção governamental e concessionárias de serviços públicos e fundações mantidas ou subvencionadas pelo poder público.</p>	<p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Elaborar</p> <p>Instruir</p> <p>Desenvolver</p> <p>Dirigir</p> <p>Instruir</p> <p>Elaborar</p> <p>Planejar</p> <p>Elaborar</p>	<p>Comunicação</p> <p>Documentação</p> <p>Educação</p> <p>Comunicação</p> <p>Administração</p> <p>Educação</p> <p>Administração</p>
	<p>Art. 12º O Museólogo terá preferência:</p> <p>a) no planejamento, organização, controle, supervisão, coordenação, direção, de atividades em geral ligadas ao campo de ação da museologia quando incluídas ou condicionadas em outras de caráter mais amplo;</p> <p>b) na direção dos museus;</p> <p>c) na publicação sobre os museus e suas atividades culturais;</p> <p>d) no turismo relacionado com os museus;</p> <p>e) na organização de congressos, seminários relacionados às atividades dos museus;</p> <p>f) na representação dos governos em congressos, seminários de museologia;</p> <p>g) na restauração, nos reparos e nas reformas de peças e imóveis dos museus;</p> <p>h) no trabalho conjunto com bibliotecários, documentaristas, naturalistas, críticos e outros profissionais cujas atividades tenham relação com os museus;</p> <p>i) na organização e arrumação dos museus, de exposições permanentes e temporárias.</p>	<p>Dirigir</p> <p>Desenvolver</p> <p>Divulgar</p> <p>Elaborar</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p>	<p>Administração</p> <p>Comunicação</p> <p>Turismo</p> <p>Conservação</p> <p>Documentação</p> <p>Comunicação</p>

Quadro 13 – Fragmentos do projeto de lei de 1968

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Corroborando com a ideia da nova proposta formulada pelo MHN em 1969, a ABM encaminhou o referido projeto de lei com nova redação para aprovação, no primeiro momento, pelos dirigentes de Museus e, posteriormente, ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Durante a tramitação entre os Ministérios do projeto de regulamentação, várias reuniões ocorreram e o processo acabou desaparecendo em 1973 (BISERRA, 2013; FERNANDES, 2014).

No ano seguinte, em 1974, a ABM apresentou um novo projeto de lei durante a gestão de Lourenço Luís Lacombe. Esse documento foi reavaliado pela Associação com intuito de abarcar as demandas e as reivindicações, sendo encaminhada à redação final do processo nº 306.793 em 1978 e arquivado no ano seguinte⁸⁶.

Comparativamente nesse documento ganha destaque na alteração da redação que agora passa a privilegiar a formação especializada do profissional em nível de graduação e/ou pós-graduação nacional e internacional para exercício profissional. A pós-graduação foi uma recomendação da 8ª Assembleia Geral do ICOM, que data de 2 de outubro de 1965, nove anos antes desse proposição do projeto de lei. Desse modo, a referência ao campo formado por profissionais especializados ganhou relevância para sustentar a ideia do fortalecimento dessa classe profissional, suprimindo o impasse entre a valorização do método científico e da prática por pessoas de notório saber.

Na análise do projeto de lei foi possível observar uma alteração significativa em relação às atribuições legais desses profissionais ao privilegiar o verbo “dirigir” com ações de gestão e chefia, o verbo “instruir” com ações ligadas à área da educação para Museologia e o verbo “elaborar” para pareceres, laudos e organização de congressos. Desse modo, as ações técnicas do processo de musealização foram colocadas em segundo plano em comparação com os projetos de 1963 e 1968. No caso do órgão fiscalizador previsto, temos uma pequena variação na denominação para Ordem dos Museólogos do Brasil, conforme o **quadro 14**:

⁸⁶ Cópia do documento disponível no Anexo D.

PROJETO DE LEI, 1974			
OBJETO		HABILITAÇÃO	
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	Art. 2º Museólogo é o profissional de nível superior diplomado: a) no Curso de Museus, desde sua criação, mantido pelo Museu Histórico Nacional do Ministério da Educação e Cultura; b) em cursos de museologia por universidades oficiais ou oficialmente reconhecidas; c) por escolas de museologia estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem e cujos diplomas hajam sido revalidados no Brasil; d) Em cursos superiores e que venha a se especializar em museologia no regime de pós-graduação.	Formação/profissão Formação/profissão Formação/profissão Formação/qualificação	
	Art. 18º Dentro do prazo de dois anos poderão se registrar na Ordem dos Museólogos do Brasil: a) os atuais Conservadores de Museu dos museus oficiais não possuidores de diploma de museólogo ou possuidores de diplomas não registrados; b) os atuais Arquitetos e Conservadores de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; c) os atuais Conservadores do Patrimônio Histórico e Artístico dos quadros permanentes do funcionalismo público estadual e municipal; d) os atuais ocupantes de funções ou cargos técnicos-científicos e de educação e cultura nos museus portadores de diploma de curso superior que exerçam tais cargos e funções há mais de um ano.	Formação/prática Formação/profissão Formação/profissão Formação/qualificação	
	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
ATRIBUIÇÕES	Art. 6º São atribuições privativas do museólogo no exercício da sua profissão nos museus federais, estaduais e municipais, bem como nos museus mantidos por autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, entidades paraestaduais, empresas sob intervenção do governo, fundações mantidas ou subvencionadas pelo poder público e por quaisquer pessoas jurídicas de direito privado. a) a direção e chefia; b) as chefias de divisões e seções técnicas de caráter museológico; c) a organização e supervisão dos serviços técnicos-científicos de caráter museológico e de educação e cultura; d) a orientação de caráter museológico na construção e restauração dos imóveis dos museus; e) a elaboração de estudos, pareceres, perícias e laudos, os quais somente terão validade quando, além de assinados pelo autor, trouxerem a indicação de seu registro profissional; f) o planejamento, a orientação e a supervisão das atividades de difusão cultural dos museus; g) o ensino de assuntos específicos de museologia; e h) a preparação de pessoal auxiliar para serviços técnicos e educativos de caráter museológico.	Dirigir Dirigir Instruir Desenvolver Elaborar Dirigir Instruir	Administração Administração Educação Conservação Administração Educação
	Art. 7º O Museólogo terá preferência: a) no planejamento e organização de exposições avulsas que se realizarem fora dos museus; b) na organização técnica de congressos, seminários, simpósios e outras atividades semelhantes de caráter museológico, bem como a representação nos museus.	Desenvolver Elaborar	Comunicação

Quadro 14 – Fragmentos do projeto de lei de 1974

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

No mesmo ano do arquivamento da proposta anterior (1979), a ABM, sob a direção de Arnaldo Machado, instaurou uma comissão composta por Terezinha de

Moraes Sarmiento⁸⁷, Marília Duarte Nunes⁸⁸ e Neusa Fernandes⁸⁹ para o levantamento do histórico do processo de regulamentação. Essa comissão formulou uma nova proposta de projeto de lei⁹⁰, mantendo o exercício profissional para profissionais formados em nível de graduação e pós-graduação, conforme o projeto de lei de 1974. Assim, o documento foi encaminhado ao Ministério do Trabalho, como Processo nº 317.243/79, em 14 de agosto de 1979, sendo arquivado em 1981 conforme a notificação pela falta de interesse do Ministério do Trabalho em regulamentar carreiras com poucos profissionais e sem relevância (BISERRA, 2013; FERNANDES, 2014).

A nova proposta retomou a equiparação de museólogo tanto aos conservadores de museus quanto aos profissionais técnicos-científicos de caráter museológico com exercício profissional comprovado no período estabelecido com ininterrupções ou não na prestação do serviço. E, ainda, incluía a criação do Conselho Federal de Museologia e dos Conselhos Regionais para fiscalização do exercício profissional, suprimindo a Ordem dos Museólogos do Brasil da minuta anterior de 1974.

Na análise do projeto de lei, podemos observar no item relativo às atribuições legais dos profissionais, uma valorização do verbo “desenvolver” com a retomada das ações técnicas do museu relacionadas ao processo de musealização conforme as minutas de 1963 e 1968, seguido do verbo “instruir” ligado às ações educativas da instituição. O que aponta para alteração de prioridades das ações e áreas relacionadas comparadas à proposta de lei anterior, conforme exemplifica o **quadro 15** a seguir:

PROJETO DE LEI, 1979		
	OBJETO	HABILITAÇÃO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	Art.1º Museólogo é o profissional de nível superior diplomado:	
	I. no Curso de Museus, desde sua criação, mantido pelo Museu Histórico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura;	Formação/profissão
	II. por Escolas de Museologia de universidades oficiais ou reconhecidas;	Formação/profissão
	III. por Escolas de Museologia estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem e cujos diplomas sejam revalidados no Brasil, na forma da Lei.	Formação/profissão

⁸⁷ Terezinha de Moraes Sarmiento, turma de 1958, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁸⁸ Marília Duarte Nunes, turma de 1962, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁸⁹ Neusa Fernandes, turma de 1967, do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

⁹⁰ Cópia do documento disponível no Anexo E.

	<p>Parágrafo único. Farão também jus à inclusão na categoria profissional de Museólogo os portadores de diploma de nível superior de formação que venham a concluir Curso de Museologia em nível de pós-graduação</p>	Formação/qualificação	
	<p>Art. 2º Para o exercício da atividade profissional ficam os museólogos obrigados ao registro no Conselho Regional de Museologia em cuja jurisdição exerceram essa atividade.</p> <p>§1º. Equiparam-se ao museólogo, para efeito de registro obrigatório no Conselho Regional de Museologia e de exercício da atividade profissional:</p> <p>I. Os atuais conservadores de Museu do Serviço Público Federal, Estadual e Municipal não portadores de diploma de museólogo.</p> <p>II. Os atuais conservadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dos Serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Estaduais.</p> <p>III. Os atuais ocupantes de cargos e funções técnico-científicos de caráter museológico ou de Educação e Cultura em museus.</p> <p>§2º Aos que até a data da publicação desta Lei hajam exercido em museus cargos ou funções técnico-científicos de caráter museológico ou de Educação e Cultura e que não estejam no exercício desses cargos ou funções, será facultado requerer registro no Conselho Regional de Museologia desde que hajam (desempenhado) exercido esses cargos ou funções por dois (2) anos ininterruptamente, ou por cinco (5) anos com interrupções.</p> <p>§3º Os que estiverem no exercício da atividade profissional na data da publicação desta Lei deverão registrar-se no Conselho Regional de Museologia competente no prazo de noventa (90) dias a contar da data da instalação desse Conselho.</p> <p>§4º Caberá às autoridades públicas e particulares exigir comprovação do registro de que trata este artigo, para fins do exercício da atividade profissional.</p> <p>§5º Os órgãos federais, estaduais e municipais, ao recolherem tributação relativa ao exercício da atividade profissional, exigirão do contribuinte comprovação de registro no Conselho Regional de Museologia.</p>	Formação/prática	Formação/profissão
		Formação/prática	Formação/prática
	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
ATRIBUIÇÕES	Art. 4º São atribuições privativas do Museólogo no exercício de sua profissão:		
	I. Direção, organização e administração de museus;	Dirigir	Administração
	II. Direção e organização de divisões, serviços e seções de Museologia;		
	III. Orientação e supervisão de pesquisas técnico-científicas de caráter museológico;		
	IV. Pesquisa, classificação e catalogação de acervo;	Desenvolver	Documentação
	V. Ensino de Museologia e Museografia;	Instruir	Educação
	VI. Orientação, supervisão e fiscalização do ensino de Museologia e Museografia;	Verificar	Educação
	VII. Orientação, supervisão e execução de programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das áreas museológica e museográfica, bem como de áreas afins, através de atividades de extensão;	Instruir	Educação
	VIII. Promoção, planejamento e organização de exposições de caráter museológico;	Desenvolver	Comunicação
	IX. Planejamento, organização e supervisão da manutenção das reservas técnicas do acervo dos museus;	Desenvolver	Documentação
	X. Pesquisa visando ao aperfeiçoamento e utilização de técnicas museográficas;	Desenvolver	Comunicação
	XI. Elaboração de normas técnicas de caráter museológico e museográfico;	Elaborar	
	XII. Realização de perícia e elaboração de laudos de caráter museológico;		
	XIII. Supervisão dos serviços e atividades educativas dos museus;		
XIV. Planejamento, orientação e supervisão dos serviços e atividades de difusão cultural nos museus;	Instruir	Educação	
	Planejar	Administração	

<p>XV. Orientação de natureza museológica ou museográfica na elaboração de projetos de construção de museus ou áreas destinadas à exposição em museus, bem como na execução de serviços e obras de restauração de imóveis dos museus;</p> <p>XVI. Organização de congressos, seminários, exposições nacionais e estrangeiras e outras atividades semelhantes de caráter museológico, bem como a representação nos museus.</p>	<p>Desenvolver</p> <p>Elaborar</p>	<p>Comunicação</p>
---	---	---------------------------

Quadro 15 – Fragmentos do projeto de lei de 1979

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Pela espera do processo de regulamentação, a museóloga Auta R. Barreto, presidente do Conselho Deliberativo da ABM, encaminhou uma carta⁹¹ ao Dr. Arnaldo Machado, presidente da Associação, solicitando providências efetivas para aprovação da regulamentação e em anexo incluiu uma cópia da lei que regulamentou a profissão de arquivista. Cabe salientar que a institucionalização do campo arquivístico no Brasil tem uma trajetória diferenciada em relação ao campo museológico, sendo segundo Silva, E. (2013) uma realização do associativismo instituído pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, que assumiu um modelo em nível nacional, tanto da inserção acadêmico-universitária quanto da regulamentação da profissão⁹². Já no campo museológico, o movimento associativo foi fragmentado ao privilegiar a criação de associações regionais com demandas específicas e ações paralelas.

No documento a presidente do Conselho Deliberativo, salienta que o processo de regulamentação dos arquivistas teve um rápido transcurso num período em que o curso de graduação tinha formado apenas uma única turma. Em contrapartida, destacou a incompreensão de tantos empecilhos decorrentes da regulamentação da profissão de museólogos, o que salienta a emergência para efetiva aprovação do projeto de lei à medida que a formatura da primeira turma de conservadores data de 1933 e a proposta pioneira do projeto de lei surge com hiato de trinta anos em 1963.

Acompanhamos de perto, D^a. Regina Real, fundadora da ABM e fizemos parte da comissão que com ela colaborou na minuta que foi entregue ao MEC em 1969. De lá para cá estivemos inúmeras vezes nos gabinetes dos Ministros do Trabalho e de Educação e *somos testemunhas de que os processos perderam-se, cerca de meia dezena de vezes, ao atravessarem a esplanada dos Ministérios em Brasília* (BARRETO, 1978, p. 1-2, *grifo da autora*).

⁹¹ Cópia do documento disponível no Anexo F.

⁹² As duas conquistas para área dos arquivos (acadêmico-universitária e regulamentação) ocorreram num curto espaço de tempo de seis a sete anos após a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971, o que diferencia da prática associativa fragmentária e regional do campo museológico.

Além de abordar o diferencial do processo de regulamentação da profissão de arquivista em relação à profissão de museólogo, a presidente do Conselho Deliberativo lança mão de mais um exemplo de profissão regulamentada no final da década de 1970, no caso a profissão de camelô, sendo necessário para os profissionais de museus uma organização mais efetiva para conquista da tão almejada regulamentação.

Quando soubemos que foi recentemente regulamentada a profissão de camelo, *não podemos nos calar*, sentimos a necessidade de escrever a V. Sa., *solicitando que nesse próximo Congresso [VI Congresso Nacional de Museus] convide aos museólogos lá reunidos para que se organizem de forma a encontrar um meio de se efetivas a regulamentação de nossa profissão* (BARRETO, 1978, p. 2, *grifo da autora*).

Esperança na mobilização e organização profissional da classe. O uso da sequência discursiva *não podemos nos calar* indica **inquietação e necessidade de movimentação**. O que autoriza tal afirmativa é uma avaliação positiva frente à urgência pela regulamentação da profissão, que se confirma na carta encaminhada por Auta Barreto ao então diretor do MHN na época, o professor Geraldo Brito Rapozo da Câmara, com cópia do documento enviada ao presidente da Associação. Assim, reforçando a ideia de **reivindicar**, temos a sequência discursiva “clamamos por providências mais efetivas com respeito a regulamentação da profissão e onde enviamos através dele [Dr. Arnaldo Machado] nossa mensagem aos colegas que se reunirão em Natal – Rio Grande do Norte por ocasião do próximo Congresso Nacional de Museus” (BARRETO, 1978, p. 1).

Dessa forma, podemos dizer que Auta Barreto tinha a certeza da regulamentação da profissão, e a aprovação dependia da integração dos profissionais das diversas regiões do país. Segundo Barata (1991), o problema estava relacionado à falta de interação dos museólogos, que num primeiro momento, de 1937 a 1979, permaneceram ligados ao Museu Histórico Nacional pelo vínculo da formação profissional ao primeiro curso de Museologia. Tal panorama se modifica com a criação de novos cursos e a intensificação da produção acadêmica estimulada principalmente pela pós-graduação (SANTOS, Maria, 2008b).

Importante sublinhar que a carta ressaltou a importância da mobilização dos profissionais durante os congressos da área, estratégia esta que se intensificará no início dos anos 80. Um evento que se destaca é a retomada da temática da regulamentação da profissão de museólogo na plenária do Congresso Nacional a partir do discurso do Deputado Federal Celso Peçanha (PDS-RJ), que data de 16 de maio de 1980.

Dentro desse panorama, os eventos tinham uma importância singular no sentido de congregar os profissionais, levantar os problemas, organizar as pautas de deliberações, apresentar as reivindicações e aprovam as moções, ou seja, o incentivo à comunicação em rede dos profissionais da Museologia. O **quadro 16**, enumerando os eventos que ocorreram no período de 1981 a 1983, revela as temáticas abordadas e os acontecimentos que se seguiram:

EVENTO	INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA	TEMÁTICA ABORDADA	ACONTECIMENTOS
I Encontro Nacional de Museólogos (Salvador, de 17 a 20 de março 1981)	Curso de Museologia da UFBA Associação de Museólogos da Bahia (AMB)	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Profissional museólogo e sua formação; ▼ Mercado de trabalho da área; ▼ Regulamentação da profissão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Distribuição para debate do estudo com proposição do novo anteprojeto; 2) Formulação do documento final com ação participativa de diversos atores, dentre eles, profissionais paulistas.
VII Congresso Nacional de Museus (Rio de Janeiro, de 17 a 22 de maio de 1981)	Associação Brasileira de Museologia (ABM)	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Regulamentação da profissão de museólogo 	Carta do Rio de Janeiro
I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (Recife, de 9 a 14 de agosto de 1982)	Fundação Joaquim Nabuco	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Primeiro encontro com plenária nacional, o que permitiu articulação de representantes profissionais de diversos estados; 2) Debate acerca do substitutivo do Projeto de Lei nos termos do parecer do Dep. Rômulo Galvão (Bahia); 3) Argumentação em defesa do Código de Ética da ABM frente ao documento formulado pela AMB, com base na ausência de participação de profissionais externos ao Rio de Janeiro;

			4) Aprovação pela plenária nacional da moção formulada pelo Grupo Temático 2 (O Museólogo e o Mercado de Trabalho), que solicita a inclusão do exercício profissional para diplomados em Bacharelado, Licenciatura Plena, Mestrado ou Doutorado em Museologia. E, ainda, solicitação da ABM e AMB para encaminhamento às Comissões Técnicas da Câmara e do Senado para alteração do inciso I do art. 2º do Substituto do Projeto de Lei proposto pelo Dep. Rômulo Galvão (Bahia).
VIII Congresso Nacional de Museus (Brasília, de 1 a 6 de junho de 1983)	Associação Brasileira de Museologia (ABM)	▼ Regulamentação da profissão de museólogo	Ato em prol da regulamentação da profissão

Quadro 16 – Lista de eventos da área da Museologia no início dos anos 80 que abordam as temáticas ligadas à regulamentação da profissão

Fonte: A autora, com base em Santos, Maria (2008b), Fernandes (2014) e Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (1982)

Da análise dos eventos em destaque no quadro anterior emergem dois pontos que merecem consideração especial: (1) centralização nas decisões da ABM com base no ciclo de profissionais do Rio de Janeiro, apesar da existência de profissionais de representação em outras regiões sem atuação participativa, o que proporcionou, à Associação, críticas pela ausência de comunicado de sócios, deferimento de inscrições e reconhecimento dos outros cursos; (2) o movimento pioneiro do Curso de Museologia da UFBA e AMB em propor um evento, como fórum democrático, para proposição em conjunto do anteprojeto para regulamentação da profissão com a aderência de diversos profissionais, inclusive a contribuição de profissionais paulistas, mas que, apesar do convite, não teve uma representação da ABM.

Nesse sentido, podemos dizer que esses quatro eventos permitiram a formação de uma conjuntura determinante para ação da rede dos museólogos, garantindo no início da década de 1980 a consolidação e a aprovação da regulamentação da profissão pleiteada desde 1963. Compreendendo a relevância de tais encontros, abordaremos os discursos dos profissionais e as principais ações paralelamente aos

projetos de lei da década de 1980, o que permite compreender a definição do perfil profissional traçado pela Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984.

Igualmente relevante é que o ano 1981 representou uma virada em termos da efetiva regulamentação da profissão com apresentação de três novas propostas de projeto de lei e um substituto num curto espaço de tempo. Tal fato ocorreu pela atuação paralela da ABM e AMB em prol da aprovação do projeto de lei para regulamentação da profissão, questão esta que abordaremos com minúcias ao longo desse capítulo.

Na década de 1980, a primeira proposta⁹³ surgiu como estudo produzido pela Comissão Organizadora do I Encontro Nacional de Museólogos, composta por membros do Curso de Museologia da UFBA e da Associação de Museólogos da Bahia, que ocorreu em Salvador entre 17 a 20 de março 1981, abordando: a formação profissional, o mercado de trabalho e a regulamentação da profissão. A estrutura do referido encontro seguiu as instruções formuladas pela comissão para realização de debates em equipe, numa ação democrática e participativa, acerca da proposta inicial do projeto de lei distribuída durante as inscrições do evento (ASSOCIAÇÃO DE MUSEÓLOGOS ..., 1981b; 1981c).

Os participantes puderam selecionar uma equipe e ao final cada grupo apresentou um copilado de considerações para sessão de encerramento com objetivo de aprovação do documento final e posterior divulgação para autoridades competentes. Apesar da necessidade de fechamento e acerto do documento final, foi acordado pela pauta complexa o envio dos pareceres no prazo de trinta dias para AMB compilar o material (SANTOS, Maria, 2008b). Importante destacar que, apesar do fórum democrático, o referido evento recebeu somente contribuição dos profissionais de São Paulo e demais regiões, mas não obteve resposta da ABM, pois sua presidente, então Profa. Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmento, não pôde comparecer por motivo de saúde na família e não encaminhou nenhum outro representante (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS..., 1982).

Nesse Projeto de Lei, ocorreu uma forte valorização da graduação para definir o profissional especializado como bacharel em Museologia e o apagamento da formação em nível de pós-graduação, contemplada nas propostas de lei na década de 1970 (1974 e 1971). Cabe destacar que a inclusão da pós-graduação como

⁹³ Cópia do documento disponível no Anexo G.

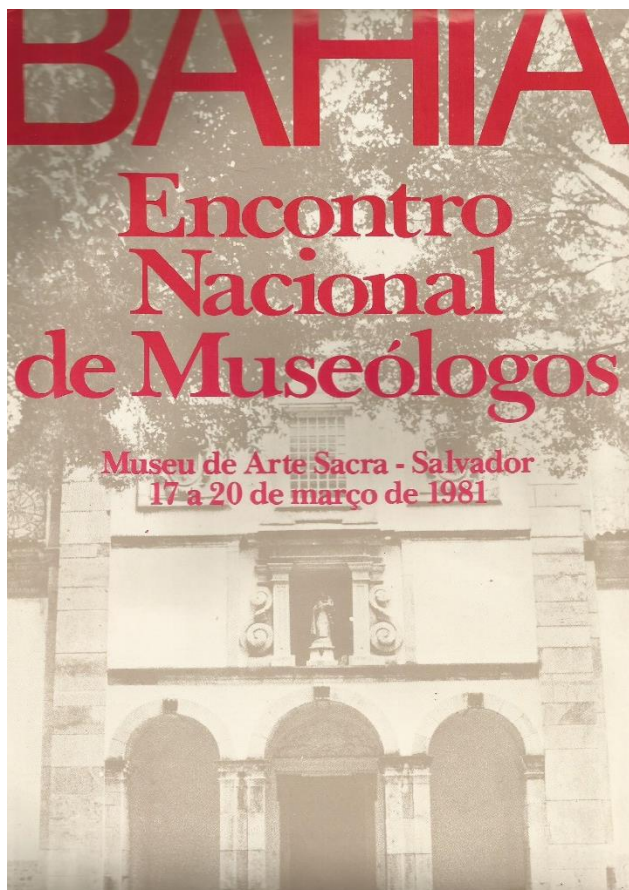


Figura 14 – Cartaz do I Encontro Nacional de Museólogos em 1981

Fonte: Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos

TEMÁRIO:	
I – O MUSEÓLOGO E SUA FORMAÇÃO	10:00 hs. – Discussão do Tema pelas Equipes.
II – O MERCADO DE TRABALHO PARA O MUSEÓLOGO	12:00 hs. – Intervalo para almoço.
III – A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	14:00 hs. – Preparação das conclusões de cada Equipe sobre o 2º tema, para apresentação no Plenário.
PROGRAMA:	14:30 hs. – Apresentação no Plenário das conclusões de cada Equipe e discussão.
DIA 17.03.81	16:00 hs. – Intervalo.
20:00 hs. – Sessão de Abertura	16:15 hs. – Formação da Equipe de Coordenação para elaborar e apresentar ao Plenário as conclusões sobre o 2º tema, tomando como base os trabalhos realizados pelas Equipes e as discussões do Plenário.
21:00 hs. – Coquetel de Abertura	16:30 hs. – Reunião da Equipe de Coordenação para elaboração das conclusões.
DIA 18.03.81	17:30 hs. – Apresentação das conclusões ao Plenário para votação.
08:00 hs. – Inscrição e distribuição de material.	18:00 hs. – Encerramento.
09:00 hs. – Apresentação do 1º Tema "O MUSEÓLOGO E SUA FORMAÇÃO".	DIA 20.03.81
10:00 hs. – Colocações do Plenário relacionadas com o tema apresentado.	08:30 hs. – Apresentação do 3º tema "A Regulamentação da Profissão".
10:20 hs. – Intervalo.	09:30 hs. – Colocações do Plenário relacionadas com o tema apresentado.
10:30 hs. – Divisão do Plenário em Equipes para discutir o tema exposto.	09:40 hs. – Divisão do Plenário em Equipes para discutir o tema exposto.
12:00 hs. – Intervalo para almoço.	10:10 hs. – Intervalo.
14:00 hs. – Preparação das conclusões de cada Equipe, sobre o 1º tema, para apresentação em Plenário.	10:20 hs. – Discussão do tema pelas Equipes.
14:30 hs. – Apresentação no Plenário das conclusões de cada Equipe e discussão.	12:00 hs. – Intervalo para almoço.
16:15 hs. – Formação da Equipe de Coordenação, para elaborar e apresentar ao Plenário as conclusões sobre o 1º tema, tomando como base os trabalhos realizados pelas Equipes e as discussões do Plenário.	14:00 hs. – Preparação das conclusões de cada Equipe sobre o 3º tema para apresentação no Plenário.
16:30 hs. – Reunião da Equipe de Coordenação para elaboração das conclusões.	14:30 hs. – Apresentação no Plenário das conclusões de cada Equipe e discussão.
17:30 hs. – Apresentação das conclusões ao Plenário para votação.	16:00 hs. – Intervalo.
18:00 hs. – Encerramento.	16:15 hs. – Formação da Equipe de Coordenação para elaborar e apresentar ao Plenário as conclusões do 3º tema, tomando como base os trabalhos realizados pelas Equipes e as discussões do Plenário.
DIA 19.03.81	16:30 hs. – Reunião da Equipe de Coordenação para elaboração das conclusões.
08:30 hs. – Apresentação do 2º tema "O Mercado de Trabalho para o Museólogo".	17:30 hs. – Apresentação das Conclusões ao Plenário para votação.
09:30 hs. – Colocações do Plenário relacionadas com o tema apresentado.	18:00 hs. – Intervalo para jantar.
09:40 hs. – Divisão do Plenário em Equipes para discutir o tema exposto.	20:30 hs. – Sessão de encerramento do Encontro para aprovação do documento final, que deverá ser divulgado posteriormente entre as autoridades.



Figura 15 – Programa do I Encontro Nacional de Museólogos em 1981

Fonte: Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos

possibilidade para habilitar ao exercício profissional de museólogo será retomada nas deliberações do Encontro organizado pela Fundação Joaquim Nabuco no ano seguinte.

O **quadro 17** aponta, na análise das atribuições profissionais, uma forte recorrência do verbo “desenvolver” em relação às atividades técnicas do processo de musealização, principalmente ações de documentação, excluindo ações ligadas a comunicação e conservação representadas nas outras propostas de lei, seguindo pelo verbo “instruir” em relação às atividades educacionais com ensino da Museologia e ações educativas na instituição museal.

ANTEPROJETO, 1981				
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	OBJETO	HABILITAÇÃO		
	Art.3º A profissão de Museólogo será exercida, exclusivamente, pelos: I. Bacharéis em Museologia, possuidores de diploma expedidos por Escolas de Museologia de nível superior, oficinas, equiparadas ou oficialmente reconhecidas; II. Museólogos diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas Leis do país de origem cujos diplomas tenham sido revalidados no Brasil, de conformidade com a legislação em vigor; Parágrafo único. Não poderão exercer a profissão de Museólogo os diplomados por escolas ou cursos cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias, seminários etc.	Formação/profissão		
	Art. 4º Os profissionais de que trata o artigo anterior somente poderão exercer a profissão após satisfazer os seguintes requisitos: I. Registro dos diplomas ou títulos na Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura; II. Registro no Conselho Regional de Museologia a cuja jurisdição estiveram sujeitos; III. Pagamento da anuidade ao Conselho Regional de Museologia, na forma estabelecida neste Regulamento.	Formação/profissão		
	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA	
ATRIBUIÇÕES	Art. 7º São atribuições dos bacharéis em Museologia: a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: I. O ensino da Museologia; II. A fiscalização de estabelecimento de ensino de Museologia, reconhecidos ou em vias de equiparação; III. A organização, administração e direção de Museus; IV. Organização e direção do serviço de documentação relacionada com a especialidade; V. O tombamento do acervo público e registro no respectivo Livro; VI. Opinar sobre o cancelamento no Livro de Tombo de bens e valores históricos tombados; VII. Conservar e preservar o acervo museológico; VIII. Planejar, organizar e executar exposições de obras de arte e outras de interesse da comunidade; IX. Organização e direção dos serviços educativos e de extensão cultural do Museus; X. Executar os serviços de identificação e classificação de bens culturais;	Instruir Dirigir Desenvolver Desenvolver Desenvolver Desenvolver Desenvolver Instruir Desenvolver Desenvolver	Educação Administração Documentação Documentação Documentação Conservação Comunicação Educação Documentação Documentação	

XI. Estudar e pesquisar as coleções do acervo museológico; XII. Fiscalizar os sistemas de segurança dos Museus; XIII. Definir o espaço físico adequado à apresentação e guarda das coleções; XIV. Fiscalizar a tramitação dentro do próprio país e para o exterior de bens culturais; XV. Registrar, classificar e difundir as criações de arte e cultura do povo.	Segurança Desenvolver Segurança Desenvolver	Documentação Documentação
--	--	--------------------------------------

Quadro 17 – Fragmentos do anteprojeto de 1981

Fonte: A autora, com base no acervo particular da Prof^a Maria Célia Teixeira Moura Santos

Menos de dois meses após o encontro da Bahia, ocorreu um novo evento, organizado pela Associação Brasileira de Museologia, o VII Congresso Nacional de Museus, de 17 a 22 de maio de 1981, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de criar novas ideias tanto para aprimorar quanto integrar, os profissionais e as instituições museológicas. Durante a fala inicial de abertura do evento, a presidente da ABM, Therezinha Sarmiento, anunciou o arquivamento do projeto de lei submetido em 1979 e por esse motivo, ao final do evento foi formulada a proposição intitulada Carta do Rio de Janeiro⁹⁴. Além disso, ocorreu a escolha de nova comissão composta por representantes de vários estados, com o objetivo de divulgar as reivindicações e colher assinaturas de profissionais de museus e representantes da área da cultura – a Carta obteve cerca de 1.000 assinaturas. A tônica do discurso atrelou as questões da cultura e do patrimônio à regulamentação da profissão e manteve a **retórica de defesa da área** adotada pela ABM, conforme exemplo em destaque a seguir:

(...) os museólogos e demais profissionais de museus reforçam a necessidade de se regulamentar sua profissão, fato este que contribuirá de forma decisiva para a valorização dos profissionais que atuam como agentes de cultura, realizando a preservação e a manutenção do patrimônio cultural brasileiro (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ...,1981)

Paralelamente à coleta de assinaturas pela ABM, foi apresentada, na sessão de 24 de junho de 1981, uma nova proposta de Projeto de Lei nº 4.858⁹⁵ pelo Deputado Octacílio Queiroz⁹⁶ da Paraíba. Essa proposta contemplou amplamente diversos tipos de profissionais para exercício profissional, retomando duas ideias das décadas anteriores: (1) valorização da formação no nível de pós-graduação; (2)

⁹⁴ Cópia do documento disponível no Anexo H.

⁹⁵ Cópia do documento disponível no Anexo I.

⁹⁶ Ao nome do projeto de lei foi acrescentado a letra A (Projeto de Lei nº 4.858A) durante os trâmites do Congresso Nacional.

habilitava os profissionais que atuaram por no mínimo cinco anos no campo museológico. Na análise das atribuições dos museólogos podemos observar uma diminuição dos itens para sete em relação as outras propostas de lei, mantendo o destaque no verbo “desenvolver” com ações ligada às questões técnicas do processo de musealização com área relacionada, documentação, comunicação e conservação, seguido do verbo “instruir” com as ações educativas do ensino da Museologia e atividades educativas no museu, conforme apresentamos no **quadro 18**:

PROJETO DE LEI 4.558A, 1981			
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	OBJETO	HABILITAÇÃO	
		Art.1º O exercício da profissão de Museólogo , com as atribuições estabelecidas nesta lei, só será permitido: I. Aos diplomados e titulares de graduação ou pós-graduação, no Brasil, por faculdades, escolas e cursos de nível superior, oficiais ou oficialmente reconhecidos; II. Aos diplomados por escolas estrangeiras de Museologia reconhecidas pelas leis do país de origem e cujos diplomas hajam sido reavaliados no Brasil, de acordo com a legislação vigente; III. Aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos de atividades nos campos profissionais de Museologia.	Formação/profissão
ATRIBUIÇÕES	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
	Art.2º São atribuições do Museólogo as atividades de planejamento, organização, direção e supervisão dos serviços técnicos de instituições culturais federais, estaduais, municipais e particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: a) Ensino de Museologia; b) Fiscalização de estabelecimentos de ensino de Museologia reconhecidos, equiparados ou em vias de equiparação; c) Administração e direção de Museus; d) Serviços de consultoria e assessoria; e) Levantamento, coleta, tombamento, catalogação, fichamento, estudo, pesquisa, identificação, classificação, preservação, conservação, exposição e salvaguarda dos bens culturais do País; f) Utilização de bens culturais com objetivo educativo-cultural; g) Perícias destinadas a apurar valor histórico, artístico ou científico e autenticidade de objetos museológicos.	Instruir Segurança Dirigir Desenvolver Instruir Desenvolver	Educação Administração Documentação/ Conservação/ Comunicação Educação Documentação

Quadro 18 – Fragmentos do Projeto de Lei nº 4558A

Fonte: A autora, com base no acervo NUMMUS/UNIRIO

A justificativa proferida pelo Deputado Octacílio Queiroz acerca do Projeto de Lei contemplou o esforço ao longo dos anos dos museólogos pelo reconhecimento da profissão, apesar de destacar o antagonismo da existência de um reduzido número de profissionais em relação à demanda do mercado, classificados como “(...) *poucos abnegados* que lutam anonimamente para conservar nossas riquezas” (BRASIL, 1981a, *grifo da autora*). Desse modo, a **ausência de recursos** para investimento no patrimônio cultural seria **equiparada à falta de pessoal qualificado**.

Não se aceita mais, a concepção de museu como lugar onde são guardadas velharias à espera de intelectuais ou de alguns raros curiosos. (...) O acervo museológico deve ser integrado no processo educacional e cultural do povo de forma dinâmica e *só o museólogo tem conhecimentos para realizar esta integração* (BRASIL, 1981a, p. 3, *grifo da autora*)

Destacamos que a regulamentação da profissão de museólogo foi maximizada para abarcar não só o prejuízo desses profissionais, mas o detrimento da própria memória nacional, sendo a atuação de **pessoal não habilitado** a causa do problema pela **falta de competência**. Assim, o **apoio à regulamentação seria um direito**, um “ato de justiça a uma classe que se dedica ao estudo, conservação e divulgação dos bens que formam o patrimônio cultural brasileiro” (BRASIL, 1981a, p. 4).

O despacho do Projeto de Lei nº. 4.858 seguiu para apreciação das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e, ainda, de Trabalho e Legislação Social. Na Comissão de Educação e Cultura foi elaborado um relatório, em 18 de agosto de 1981, pelo Deputado Jairo Magalhães (PDS/MG) que concluiu ser constitucional o Projeto de Lei e deu parecer favorável (BRASIL, 1981b). A reunião da plenária da Comissão de Constituição e Justiça ocorreu em 3 de dezembro de 1981 com aprovação por unanimidade da constitucionalidade, jurisprudência e técnica legislativa nos termos do referido redator (BRASIL, 1981c).

Nesse período, vários eventos seguiram concomitantemente, o Deputado Álvaro Valle (PDS/RJ), responsável pela regulamentação das profissões junto à Câmara, tomou conhecimento da Carta do Rio de Janeiro e do abaixo-assinado encaminhado ao Poder Executivo. A museóloga Neusa Fernandes, então Presidente da ABM, remeteu a proposta do Projeto de Lei para o Deputado, solicitando o encaminhamento do pleito (FERNANDES, 2014). No pronunciamento da Profa Terezinha Sarmiento durante votação das recomendações do Grupo 4, no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, é possível identificar os percalços na comunicação e desencontro das informações com vários projetos correndo em paralelo. Afinal, apesar de o Deputado Álvaro Valle pertencer à Comissão de Educação e Cultura, este desconhecia o primeiro dispositivo apresentado e aprovado pela comissão, assim como a ABM (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS..., 1982). Desse

modo, o Projeto de Lei nº 5.654 de 1981 foi apresentado no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 23 de novembro de 1981, pelo Deputado Álvaro Valle⁹⁷.

Podemos perceber, pela análise do Projeto de Lei, que o exercício profissional ficou restrito aos profissionais qualificados em nível da graduação, nacional e internacional e profissionais de área afim que mantiveram atividade ininterrupta na área por cinco anos de habilitação. O que retoma um discurso de valorização da formação, suprimindo numa clara resistência aos profissionais em nível de pós-graduação. Nas atribuições legais dos profissionais, podemos observar um equilíbrio em relação o verbo “instruir” ligado às atividades educativas de supervisão e orientação, que nas minutas anteriores aparecia em segundo plano, seguido da ocorrência do verbo “desenvolver” que trata das funções técnicas do museu ligadas ao processo de musealização como áreas relacionadas a comunicação e documentação, suprimindo as ações ligadas a conservação de acervo, como destacado a seguir no **quadro 19**:

PROJETO DE LEI nº. 5.654, 1981			
	OBJETO	HABILITAÇÃO	
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	Art. 1º O exercício da profissão de Museólogo , com as atribuições estabelecidas nesta lei, será permitido:		
	I. Aos diplomados no Brasil, por curso superior de Museologia, reconhecido na forma da lei;	Formação/profissão	
	II. Aos diplomados no exterior, por cursos superiores de Museologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil, na forma da lei;	Formação/profissão	
	III. Aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos de atividades ininterruptas nos campos profissionais de Museologia.	Formação/prática	
	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
ATRIBUIÇÕES	Art. 2º São atribuições privadas dos Museólogos :		
	I. Planejamento, organização e direção de museus;	Dirigir	Administração
	II. Direção e/ou chefia de áreas técnicas específicas de Museologia;	Dirigir	Administração
	III. Orientação e supervisão de pesquisas técnico-científicas de caráter museológico;	Instruir	Educação
	IV. Tombamento, catalogação, classificação, fichamento, inventário, estudo, pesquisa e preservação do acervo dos museus;	Desenvolver	Documentação
	V. Organização de arquivos e depósitos dos museus;	Organização	Administração
	VI. Ensino de Museologia e Museografia;		
	VII. Elaboração de Regimentos e Planos Curriculares de Cursos de Museologia	Elaborar	
	VIII. Orientação, supervisão e execução de programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das áreas de Museologia e Museografia, bem como de áreas afins, através de atividades de extensão;	Instruir	Educação
	IX. Planejamento, promoção, elaboração de catálogos e organização de exposições de caráter museológico;	Desenvolver	Comunicação
X. Planejamento, organização e supervisão de manutenção das reservas técnicas dos museus;	Desenvolver	Documentação	

⁹⁷ Cópia do documento disponível no Anexo J.

XI. Pesquisa visando ao aperfeiçoamento e utilização de técnicas museográficas; XII. Elaboração de normas técnicas de caráter museológico e museográfico; XIII. Orientação dos serviços e atividades educativas e culturais dos museus; XIV. Orientação de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, outras atividades semelhantes de caráter museológico, bem como representação neles. Parágrafo único. Os estudos, pareceres, laudos ou qualquer trabalho de natureza museológica só terão validade quando assinados por Museólogo, acompanhado pelo seu número de registro no órgão competente.	Desenvolver Instruir Propor	Comunicação Educação
---	---	-----------------------------

Quadro 19 – Fragmentos do Projeto de Lei nº 5.654 de 1981

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Importante salientar que a justificativa apresentada pelo Deputado Álvaro Valle para aprovação do projeto de lei na seção de 1981 repetiu a exposição da ABM ao Ministério do Trabalho, tendo em vista que buscava concatenar as ideias e fortalecer o discurso em prol da regulamentação da profissão de museólogo. Destaca o profissional qualificado que trabalha com a preservação dos bens culturais.

Considerando que o Ministério do Trabalho admite a Regulamentação profissional quando se verifica *real motivação para a seleção de mão-de-obra qualificada* é que nos permitimos lembrar que não haverá maior motivação do que a *preservação dos bens culturais de um País* (BRASIL, 1981d, p. 3, *grifo da autora*).

Podemos observar comparativamente que a referida justificativa aborda em parte o mesmo tratamento da justificativa na primeira proposta de 1963, quando evidencia os termos pouca ênfase, desconhecimento e essa falha, que minimizaria o conhecimento do público acerca do trabalho desenvolvido pelos museólogos. Enumera a **desqualificação sofrida pelos profissionais da área** retomando enunciados da carta-resposta de Gustavo Barroso ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), de 1944, em defesa da classificação da carreira de conservador de museus e enumera a desqualificação sofrida pelos profissionais da área.

Não dispendo as instituições museológicas, no Brasil, de organismos incumbidos de comunicar o que fazem, a *pouca ênfase que vem sendo dada à muitas iniciativas* levadas a efeito por parte de *integrantes da Museologia, tem contribuído para que exista um desconhecimento, quase que generalizado, dos trabalhos de elevado alcance educativo e cultural realizado pelos profissionais de museu no Brasil*. Evidente é que essa falha, além de *minizar o âmbito de conhecimento do público*

pelos seus trabalhos, impede uma identificação mais ampla da importância do papel do Museólogo no contexto cultural do País (BRASIL, 1981d, p. 3, grifo da autora).

Destacamos que, ao usar “o amparo à cultura é dever do Estado”, artigo 180, título IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, o Deputado destaca a importância da formação, bem como o compromisso e a responsabilidade do Estado em garantir o direito à cultura. Por essa sequência discursiva, vemos o processo de regulamentação do exercício profissional como ênfase no espaço macro de atuação desse profissional via patrimônio cultural e o desejo de regulamentação da prática museológica pela valorização da formação.

Enfocar as múltiplas atividades do Museólogo é evidenciar que o seu campo de ação não se restringe à sua atuação dentro dos museus, é muito mais abrangente. Portanto, o seu mercado de trabalho é potencialmente amplo e sempre crescente. O incomensurável patrimônio cultural inserido na vastidão do território brasileiro, necessitando em caráter de urgência de cuidados altamente especializados, é o mercado de trabalho que não só aguarda como carece prioritariamente dos conhecimentos pertinentes ao formado em Museologia. A conscientização da importância educativa e cultural do patrimônio histórico, artístico e científico do Brasil, leva ao reconhecimento e valorização do trabalho do profissional de museu e à importância da efetiva integração do Museólogo no contexto cultural brasileiro (BRASIL, 1981d, p. 3, grifo da autora).

Como observamos, o discurso em questão indica um impulso ao processo de regulamentação na tentativa de fazer o Estado reconhecer a relevância desses profissionais. A regulamentação da prática museológica é vista como meio fundamental para se preservar o patrimônio cultural, bem como a memória nacional, estratégia esta abordada anteriormente no Projeto de Lei nº 4858/1981 do Deputado Octacílio Queiroz.

Destaca-se a referência ao campo num sentido macro para sustentar a ideia da salvaguarda do exercício profissional. Nesse sentido, a argumentação adota, também, termos dicotômicos com oscilação nas acepções consideradas entre formação *versus* sem competência/habilidade e conservação *versus* conscientização/compreensão.

Vejamos no **quadro 20** a seguir a rede de sentido em torno do vocábulo “regulamentação da profissão de museólogo” na justificativa da Projeto de Lei nº. 5.654 de 1981.

VALORIZAÇÃO	ACEPÇÃO CONSIDERADA	ENUNCIADO
PROFISSIONAL	Formação, capacitação	“ mão-de-obra qualificada ”
		“ profissionais altamente especializados ”
		“ profissionais devidamente capacitados ”
		“ agentes de desenvolvimento educativo-cultural e de preservação do patrimônio histórico, artístico e científico do Brasil”
	Forma de fazer algo	“ adequado processamento técnico-científico ”
		“ trabalhos de elevado alcance educativo e cultural ”
OUTROS PROFISSIONAIS	Sem competência ou habilidade adquirida	“ improvisação de recursos humanos”
		“ sem formação especializada”
		“ pessoas despreparadas atuam em áreas carentes”
MOTIVAÇÃO	Conservação	“ Preservação dos bens culturais de um País”
		“Documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como jazidas arqueológicas integram o contexto museológico como testemunhos concretos da Memória Nacional ”
		“ Incomensurável patrimônio cultural inserido na vastidão do território brasileiro”
JUSTIFICATIVA	Conscientização	“um desconhecimento , quase que generalizado, dos trabalhos de elevado alcance educativo e cultural realizado pelos profissionais de museu no Brasil”
		“Evidente é que essa falha , além de minizar o âmbito de conhecimento do público pelos seus trabalhos, impede uma identificação mais ampla da importância do papel do Museólogo no contexto cultural do País”
	Compreensão	“ conscientização do patrimônio histórico, artístico e científico do Brasil”
		“ evasão dessa riqueza patrimonial que, ao sair do País, compromete o seu nível cultural”.
		“levando a distorções inadequadas e expondo a constantes riscos a Memória Nacional, perfil cultural de um povo”
	Participação, colaboração	“efetiva integração do Museólogo no contexto cultural brasileiro”
Aquilo que não se pode dispensar	“premente necessidade da Regulamentação da Profissão de Museólogo”	

Quadro 20 – Rede de sentido em torno do vocábulo Regulamentação da Profissão de Museólogo na proposta de lei 5.654 de 1981

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Com base no quadro anterior, ao considerarmos as acepções no discurso em prol da regulamentação da profissão dos museólogos, podemos enquadrar a maioria dos enunciados na formação discursiva ligada a graduação e pós-graduação.

Destacamos que a acepção de maior ocorrência foi formação/capacitação com quatro frequências, o que indica que a ideia de regulamentação estava atrelada ao projeto de formação desses profissionais. Assim, o projeto de institucionalização do campo museológico inclui um discurso acerca da regulamentação da profissão que desde logo apresenta uma **retórica de defesa da área**, caracterizando as “atribuições privadas dos museólogos”. Nesse sentido, há os que falam no valor do museólogo – somos nós, ou seja, os profissionais do campo – e os que desconhecem/desvalorizam – que são os outros profissionais.

Outro ponto importante nesse mapeamento das propostas de projeto de lei e, portanto, associado aos limites do campo museológico, é a ênfase da direção e administração da própria instituição museológica. Apesar das especificidades de cada projeto de lei já mencionado, existe uma similitude relativa a gestão da instituição em certos pontos da atribuição profissional, embora em alguns casos com maior ênfase por destacar certas competências como privadas, privativas ou preferenciais aos museólogos, conforme demonstramos no **quadro 21**.

PROJETO DE LEI/ RESPONSÁVEL	OBJETO	ATIVIDADE
PROJETO DE LEI Nº 801, 1963 (MHN)	São atribuições dos Conservadores de Museus a organização e direção dos trabalhos técnicos históricos e científicos dos Museus federais, estaduais, municipais e autárquicos, incluindo as atividades seguintes:	. a administração e direção de Museus e instituições afins
PROJETO DE LEI, 1968 (MHN)	São atribuições privativas do Museólogo : O Museólogo terá preferência :	. a chefia de departamento, divisões, seções, setores e outras subdivisões técnicas dos museus; . na direção dos museus;
PROJETO DE LEI, 1974 (ABM)	São atribuições privativas do museólogo no exercício da sua profissão nos museus federais, estaduais e municipais, bem como nos museus mantidos por autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, entidades paraestaduais, empresas sob intervenção do governo,	. a direção e chefia; . as chefias de divisões e seções técnicas de caráter museológico;

	fundações mantidas ou subvencionadas pelo poder público e por quaisquer pessoas jurídicas de direito privado:	
PROJETO DE LEI, 1979 (ABM)	São atribuições privativas do Museólogo no exercício de sua profissão:	<ul style="list-style-type: none"> . direção, organização e administração de museus; . direção e organização de divisões, serviços e seções de Museologia; . orientação e supervisão de pesquisas técnico-científicas de caráter museológico;
ESTUDO DO ANTEPROJETO, 1981 (AMB)	São atribuições dos bacharéis em Museologia a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas:	<ul style="list-style-type: none"> . a organização, administração e direção de Museus;
PROJETO DE LEI 4.558A, 1981	São atribuições do Museólogo as atividades de planejamento, organização, direção e supervisão dos serviços técnicos de instituições culturais federais, estaduais, municipais e particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:	<ul style="list-style-type: none"> . administração e direção de Museus;
PROJETO DE LEI nº 5.654, 1981 (ABM)	São atribuições privadas dos Museólogos	<ul style="list-style-type: none"> . planejamento, organização e direção de museus . direção e/ou chefia de áreas técnicas específicas de Museologia;

Quadro 21 – Atribuições dos museólogos e a recorrência da administração do museu como atividade da classe

Fonte: A autora, com base nos projetos de lei de 1963, 1968, 1974, 1979 e 1981

Considerando as afirmações acima e o quadro das propostas de lei apresentadas, podemos sublinhar que a administração da instituição museológica é contemplada nos sete projetos de lei submetidos para aprovação de 1963 a 1981, e quatro desses projetos – um formulado pelo MHN e três pela ABM – ressaltam a ideia da responsabilidade de gestão prioritária aos museólogos e, em alguns casos, acrescentam o detalhamento da chefia de setores museológicos. Apesar disso, o debate ganhou notoriedade nas matérias jornalísticas somente a partir da atuação do Deputado Álvaro Valle, e a proposição do projeto de lei pela ABM sofreu apagamento, conforme enumerou a Profa Terezinha Sarmento no seu discurso:

O Projeto não é do Álvaro Valle. O Projeto é nosso. Até foi bom chamar a atenção para isso. Muita gente acha que o pobre do Álvaro – que está levando pedrada por causa disso (...) O Projeto foi elaborado pela Associação Brasileira de Museologia e, acontece o seguinte: vários projetos – desde a criação da Associação Brasileira de Museologia –, vários projetos entraram, foram engavetados, foram perdidos, porque antigamente os projetos entravam pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho. Então, ainda que pareça mentira, foram perdidos projetos que se encaminhavam do Ministério de Educação para o Ministério do Trabalho (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS..., 1982, p. 51, grifo da autora).

Cria-se, a partir daí, um embate tanto interno de alguns museólogos que não reconheciam a direção de museus como atribuição privada, quanto externo de profissionais afins à Museologia que tinham interesse na instituição museológica⁹⁸. Como ilustração às críticas, vamos analisar três matérias jornalísticas com falas de diversos atores e suas interpretações acerca do projeto de lei.

Das matérias de autoria dos críticos de arte que abordam as atribuições dos museólogos, destacamos a matéria intitulada “Condição dos museus: a visão clara das questões culturais”, de Frederico Moraes, publicada pelo *O Globo*, no dia 2/3/1982. A notícia abordava a possível aprovação da votação do Projeto de Lei nº 5654, proposto pelo Deputado Álvaro Valle, para regulamentação da profissão de museólogo naquela semana. Destacamos que a matéria remete a um discurso já visto, da **necessidade da regulamentação**, ou seja, tem **utilidade, função, presta um serviço** a alguém ou à sociedade. Entretanto, ao usar a palavra “equivoco” para classificar a proposta do Deputado, desqualifica a proposição do projeto de lei.

(...) o projeto lei do deputado Álvaro Valle, um homem culto, e que bem assessorado, tem prestado incontáveis serviços à cultura brasileira, comete entretanto, um equivoco ao colocar ao mesmo plano atividades eminentemente técnicas e atividades culturais (MORAIS, 1982, grifo da autora).

Nota-se, também, que na sequência discursiva “exorbita ao atribuir ao museólogo funções que, no museu, são de competência de outros profissionais”, numa clara tentativa de balizar e demarcar a prática entre **profissionais necessários** por “atividades eminentemente práticas” *versus* **outros profissionais responsáveis**

⁹⁸ O princípio da centralidade na instituição que representa o paradigma da disciplina museológica ao longo dos anos 50, com entendimento da Museologia como ciência que estuda o museu, deixou marcas perceptíveis no início dos anos 80 apesar das releituras e novas abordagens.

pelas “atividades culturais”. Ao usar as palavras “técnica” e “cultural” nas atividades desempenhadas por profissionais distintos, percebe-se que estas seriam definitivas para qualificá-los, entendendo-se com isso a não aprovação do projeto de lei.

OS EQUIVOCOS DE UM PROJETO

Até ai, tudo bem. Contudo, o projeto de lei apresentado pelo deputado Alvaro Valle exorbita ao atribuir ao museólogo funções que, no museu, são da competência de outros profissionais, tais como arquitetos, designers, programadores visuais, historiadores e críticos de arte. Ora, pela regulamentação proposta, caberá doravante, se aprovado o projeto, “o planejamento, promoção, elaboração de catálogos e organização de exposições de caráter museológico”, a “orientação de elaboração de projetos arquitetônicos ou reformas de prédios e espaços visando a exposições de caráter museográfico” e até mesmo “a orientação de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, outras atividades semelhantes de caráter museológico, bem como a representação neles”. No parágrafo único do artigo 1º, o projeto-lei é taxativo: “Os estudos, pareceres, laudos ou qualquer trabalho de natureza museológica só terão validade quando assinados por museólogo, acompanhado pelo número de registro no órgão competente”.

ARTES PLÁSTICAS PRESENCIA VOSAS

Condução dos museus: a visão clara das questões culturais

De acordo com o parecer do Conselho Nacional de Arte e Cultura, o projeto de lei nº 205, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de museólogo no Brasil, precisa ser melhor elaborado. A proposta deve ser discutida com os profissionais das áreas de arquitetura, design, programação visual, história da arte e crítica de arte. Além disso, o projeto precisa ser mais claro e preciso, especialmente em relação à definição de museólogo, à atribuição de funções e à regulamentação da profissão. O projeto também precisa ser mais claro e preciso, especialmente em relação à definição de museólogo, à atribuição de funções e à regulamentação da profissão.

OS EQUIVOCOS DE UM PROJETO

Até ai, tudo bem. Contudo, o projeto de lei apresentado pelo deputado Alvaro Valle exorbita ao atribuir ao museólogo funções que, no museu, são da competência de outros profissionais, tais como arquitetos, designers, programadores visuais, historiadores e críticos de arte. Ora, pela regulamentação proposta, caberá doravante, se aprovado o projeto, “o planejamento, promoção, elaboração de catálogos e organização de exposições de caráter museológico”, a “orientação de elaboração de projetos arquitetônicos ou reformas de prédios e espaços visando a exposições de caráter museográfico” e até mesmo “a orientação de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, outras atividades semelhantes de caráter museológico, bem como a representação neles”. No parágrafo único do artigo 1º, o projeto-lei é taxativo: “Os estudos, pareceres, laudos ou qualquer trabalho de natureza museológica só terão validade quando assinados por museólogo, acompanhado pelo número de registro no órgão competente”.

Figura 16 Reportagem sobre a profissão de museólogo do jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 2/3/82, em destaque temos a crítica às atribuições profissionais **Fonte:** Acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Outra matéria intitulada “Reserva de Diploma”, do *Jornal do Brasil* de 6 março de 1982, retoma a **ideia de limite ou fronteira** na sequência discursiva “erguer barreiras estanques entre as profissões”. O próprio título da matéria faz alusão à reserva de mercado de profissionais, já que implicitamente uma proposta de regulamentação delinea uma reserva de mercado por definir, a princípio, a atribuição profissional para o exercício da referida função e evita concorrências de outros profissionais.

Destacamos na reportagem o uso de assomos legisferantes, inépcia total, compartimento estanque, mediocrização intelectual e idolatria do diploma constroem uma **rede de sentidos de crítica** à proposta de regulamentação, pois sua função seria a de valorizar um tipo de especialista como garantia da reserva de mercado, como observamos no exemplo da sequência discursiva a seguir:

Num desses assomos legisferantes em que o país é fértil, vem à luz um projeto de lei do Deputado Álvaro Valle tratando da regulamentação de museólogos. O projeto — que felizmente o Conselho Federal de Cultura recolheu para exame — é um exemplo assustador de uma mentalidade que parece desejar o retorno das cooperações medievais e a burocratização total do mercado de trabalho no Brasil (RESERVA DE DIPLOMA, 1982, grifo da autora).

Existe, portanto, uma valorização das atividades ditas culturais exercidas na instituição por outros profissionais e, em paralelo, uma desqualificação da formação especializada, no caso do profissional museólogo, quando expõe:

Compreende-se que fiquem reservados a museólogos toda uma série de atividades técnicas ligadas à vida de um museu e que exigem, de fato, formação específica. Mas museus e exposições não se esgotam no aspecto técnico. Muito pelo contrário: são acontecimentos culturais. E para planejar, organizar e levar a cabo acontecimentos culturais exige-se muito mais que um simples diploma — o que parece ignorar o projeto do Deputado Álvaro Valle. Não se pode imaginar um Centro Pompidou, na França, reservado por decreto “só para museólogos” (...) pois a atividade cultural não é das que possam ser mantidas em compartimentos estanques (RESERVA DE DIPLOMA, 1982, grifo da autora).

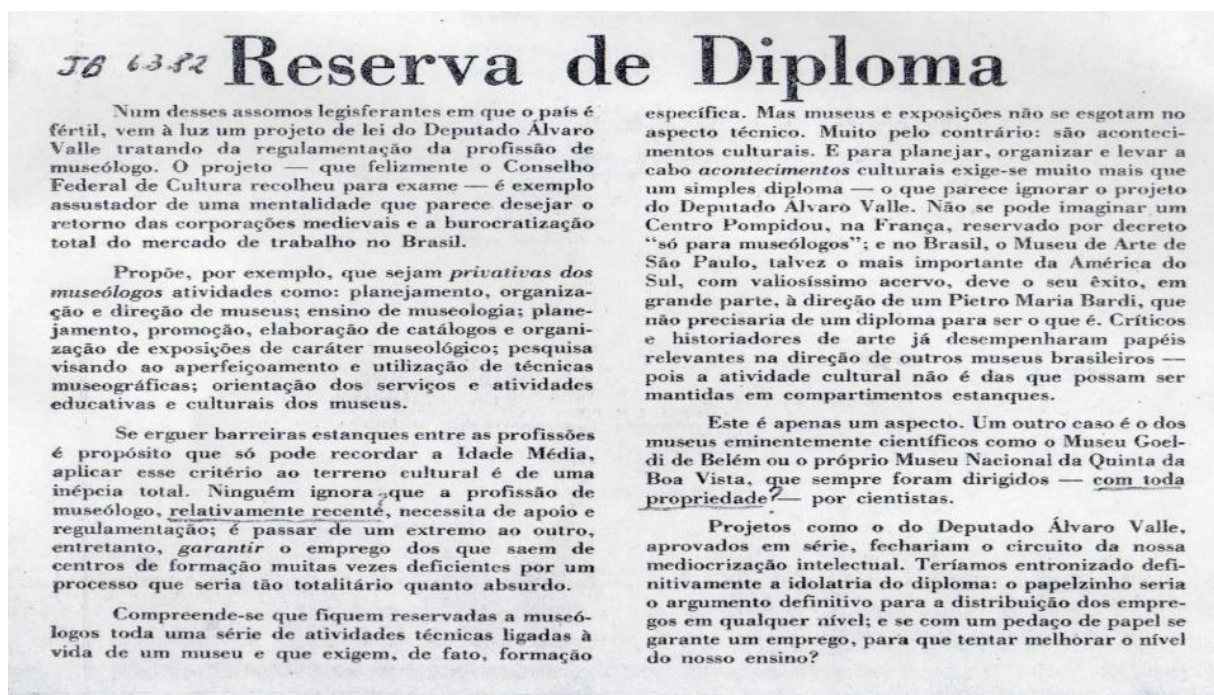


Figura 17 – Reportagem criticando o Projeto do Deputado Álvaro Valle do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6/03/1982

Fonte: Acervo da Biblioteca Virtual/MHN

E, ainda, compreende o **diploma de museólogo como uma veneração**, um culto, que justificaria a competência desse profissional pela formação e não o qualificaria para atividade cultural.

Projetos como o do Deputado Álvaro Valle, aprovados em série, fechariam o circuito da nossa mediocrização intelectual. *Teríamos entronizado definitivamente a idolatria do diploma: o papelzinho seria argumento definitivo para a distribuição dos empregos em qualquer nível; e se com um pedaço de papel se garante um emprego, para que tentar melhorar o nível do nosso ensino?* (RESERVA DE DIPLOMA, 1982, *grifo da autora*).

Assim, para melhor visualização da presente análise, apresentamos o **quadro 22**, com destaque dos atributos das matérias com críticos de arte e seus respectivos termos em torno do vocábulo “regulamentação da profissão de museólogo”.

REFERENTE/ VOCÁBULO	ATRIBUTOS/ DECORRÊNCIAS	REDES DE SENTIDO	
		MATÉRIA A (MORAIS, 1982)	MATÉRIA B (RESERVA DE DIPLOMA, 1982)
Regulamentação da profissão de museólogo	POSITIVA	Medida saudável	-----
		Trabalho equipe	
		Assessoramento técnico	
	NEGATIVA	Exorbitar	Assomos legislferantes
		Equívoco	Exemplo assustador
			Burocratização
			Inépcia total
			Idolatria do diploma
			Mediocrização intelectual
		Papelzinho	

Quadro 22 – Análise dos termos e das ocorrências do processo de regulamentação da profissão nas duas reportagens da década de 1980

Fonte: A autora, com base no acervo da Biblioteca Virtual/MHN

Como podemos observar, existe uma **disparidade entre as unidades do quadro anterior**, no caso, um total de **oito frequências de atributos/decorrências negativas** sobre ação de regulamentação pela crítica incisiva em relação a **três frequências positivas** sobre a mesma temática. Tal evidência de atributos negativos ao projeto de lei foi superior na matéria jornalística veiculada no *Jornal do Brasil*, intitulada Reserva de Mercado (1982), que segundo o discurso da Prof^a Terezinha Sarmiento (Diretora da ABM), gerou certo embaraço aos museólogos, conforme sequência discursiva a seguir:

Eu não sei se vocês que não são do Rio tomaram conhecimento de um *movimento feito nos dois principais jornais do Rio de Janeiro*: O Globo e o Jornal do Brasil? O Globo, um crítico de arte escreveu um artigo contra a regulamentação da profissão de museólogo e o Jornal do Brasil escreveu um edital. *Parece mentira que um jornal conceituado, como o Jornal do Brasil, tenha mandado escrever (eu sei quem escreveu. Coitado! Foi um crítico musical, por acaso – não vou dizer quem –, é um irmão de uma museóloga. Por acaso, porque estas coisas acontecem sempre no seio das melhores famílias). E ele foi (segundo ele) obrigado pela direção do Jornal do Brasil, porque ele é empregado do Jornal do Brasil. (...) ele escrevia o edital ou saía do jornal, porque eles são obrigados (...) E ele foi obrigado. Então, escreveu um artigo que, realmente, causou espécie a todos nós que, principalmente, um jornal conceituado, como é o Jornal do Brasil do Rio, tenha se dado ao trabalho de escrever uma coisa tão imbecilizante.* Chamava-se “Reserva de Diploma” (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS..., 1982, p. 52-53, grifo da autora).

Compreendemos que ao longo do discurso Terezinha Sarmiento faz **dois movimentos opostos**, apesar de denominar a veiculação de tais informações num Jornal renomado uma ação imprudente: (1) primeiramente, **desqualifica o autor da matéria** ao classificá-lo como crítico musical e não crítico de arte – categoria profissional que questionava o projeto de lei pelo interesse na instituição museológica; (2) no segundo momento, **minimiza a responsabilidade do autor da matéria** ao atribuir a imposição para desenvolvimento do texto à Diretoria do *Jornal do Brasil*, como uma ordem passível de penalidade.

Na terceira matéria jornalística, intitulada “Regulamentação da profissão de museólogo provoca debate: quem deve dirigir nossos museus?”, de Albert Alcouloumbré Jr., veiculada no jornal *O Globo*, no dia 18/03/1982, expõe visões em disputa dos atores acerca das atribuições privativas dos museólogos.



Figura 18 – Chamada da reportagem *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de março de 1982
Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO

Portanto, a referida reportagem apresentou a complexidade do embate acerca da aprovação do projeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo em virtude do interesse de diversos profissionais pela atuação nas instituições museológicas. Tal dificuldade marcou constantemente o campo museológico ao longo de todo processo de negociação. Podemos demarcar **quatro núcleos centrais** considerados pilares desse embate a seguir:

- (1) INDAGAÇÃO _ Opinião de alguns **museólogos** que contestam certos pontos enumerados no projeto de lei para exercício profissional, o que demonstra os contrastes internos do campo museológico;
- (2) PROTEÇÃO _ Posicionamento da ABM, como **entidade de classe**, apesar de admitir a interdisciplinaridade da instituição museológica;
- (3) EXPLICAÇÃO _ Avaliação do **Deputado Álvaro Valle** sobre a proposição do projeto de lei e os trâmites para aprovação;
- (4) DESAPROVAÇÃO _ Incômodo dos **críticos de arte** em relação ao projeto de regulamentação da profissão de museólogo.

Nesse sentido, a questão principal em pauta não passou mais pela aprovação do projeto de lei para regulamentação da profissão em si, entendida como uma demanda, função necessária, para prestar serviço à sociedade e sim pela **delimitação do campo museológico** com atuação dos museólogos *versus* outros profissionais. Como podemos observar nesse exemplo de sequência discursiva: “A *polêmica envolvendo as mais diversas categorias que atuam junto a nossos museus*, já se faz presente com as primeiras tentativas de se discutir a questão, *preludando debates acirrados sobre o tema*” (Alcouloumbre Jr, 1982, *grifo da autora*).

Desse modo, a **ideia de limite ou fronteira** determinada nas outras matérias jornalísticas com sentido de crítica é retomada na sequência discursiva “O argumento principal é o de que *invade a área de outras profissões*” (Alcouloumbre Jr, 1982, *grifo da autora*). Tal ideia foi reafirmada nas falas de alguns museólogos e dos críticos de arte. A linha tênue entre as atribuições das diversas profissões que atuam na instituição museológica faz contraste com a **retórica de defesa da área** adotada pela ABM quanto organização da classe, por intermédio de sua presidente, a Prof^a Terezinha Sarmiento, atribui os percalços para aprovação do projeto de lei a “forças ocultas”. O que suprime e abafa as reais oposições da regulamentação da profissão.

Apresentamos para visualização as diversas visões em oposição no **quadro 23** com termos em torno do vocabulário “regulamentação da profissão de museólogo”.

REFERENTE/VOCÁBULO		– Regulamentação da profissão de museólogo –	
	ATORES	MATÉRIA C (Alcouloumbre Jr, 1982)	
		ATRIBUTOS/ DECORRÊNCIAS	
		POSITIVA	NEGATIVA
1. MUSEÓLOGOS	Fernanda Camargo e Almeida Moro Diretora da Superintendência de Museus da Funarj e Presidente do ICOM	“a regulamentação da profissão é mais do que <i>necessária</i> ”	“o que está proposta neste projeto <i>não existe em qualquer local do mundo</i> ”
		“(…) responsável pela parte de <i>Museologia dos museus</i> , por toda área técnica e museológica, o que é <i>normal no mundo inteiro</i> ”	(…) coloquei museólogas na direção de nossos museus, mais <i>daí que o cargo seja privativo de museólogos vai um longo caminho</i> ”
		-----	“(…) estabelece a <i>orientação e supervisão de pesquisas técnico-científicas de caráter museológico. Isto não existe</i> . A pesquisa científica é uma. Portanto, o cientista faz a pesquisa e o museólogo a reveste de linguagem museológica”
		-----	“(…) <i>organização de arquivos é trabalho para arquivistas</i> , e depósitos dos museus é onde se guarda vassouras. Este termo a anos foi substituído por reserva técnica” “É fundamental, nesta área, a participação do arquiteto e do comunicador. <i>Não entendo quando o ICOM e a UNESCO pregam a interdisciplinaridade de atividades nos museus, me parece um projeto desses (...)</i> ”
Lourdes Novaes Diretora do Dep. de Museologia e Museografia da Funarj	-----	-----	“ <i>Não sobe de qualquer museóloga da superintendência que tenha sido consultada sobre o assunto</i> ”
		-----	“É incrível como <i>mexem com a nossa profissão desta maneira</i> ”
		-----	“Fico com a <i>sensação de que quem assessorou o ilustre deputado nunca dirigiu um museu na vida</i> ”
		POSITIVA	
2. ENTIDADE DE CLASSE	Terezinha Sarmiento Professora e Presidente	“[projeto preparado pela ABM] como entidade de classe, e o <i>órgão aglutinador dos ideais e interesse dos museólogos do Brasil</i> ”	
		“Considerando que as modernas exigências profissionais excluem cada vez mais o antigo diletantismo e autodidatismo, não mais se improvisando	

		um profissional, cabe a cada profissão, seja ela qual for, <i>uma formação específica que visa a atender as exigências pertinentes a cada uma delas. Cada ser é da sua época</i> ”
		“Sempre existiu e sempre existirá, um <i>convívio ameno e profícuo entre as várias profissões</i> ”
		“[museólogo] como <i>elemento básico</i> na estrutura funcional <i>das instituições museológicas</i> ”
		“(…) aprovação do projeto fará com que somente profissionais com formação específica atuem em áreas pertinentes a Museologia, aumentando portanto o mercado de trabalho desses profissionais”
POSITIVA		
3. PROPOSITOR	Álvaro Valle Deputado	“(…) os <i>argumentos compreensíveis</i> que surgem agora contra a regulamentação, são os <i>mesmos que vêm surgindo ao longo dos anos</i> ”
		“não se pode de repente esquecer as <i>pessoas que prestam serviços aos museus</i> (...) estas <i>tem direitos assegurados</i> ”
		“Somente <i>na próxima geração, portanto o cargo de direção, e outros, serão privativos, na pratica, aos graduandos em Museologia</i> ”
NEGATIVA		
4. CRÍTICOS DE ARTE	Jayme Maurício	“um <i>projeto sobre Museologia ou carroça na frente dos bois</i> ”
	Carlos Roberto Maciel Levy	“ <i>mal formulado</i> ”
		“(…) não define nenhum dos dois em sua abrangência [Museologia e Museografia] (...) Esta <i>falha faz com que o museólogo, conforme estabelece o projeto, invada áreas de outros profissionais</i> ”
		“(…) me parece que o <i>projeto defende de forma imediata os interesses de uma classe reduzida, criando, na verdade, uma reserva de mercado</i> ”

Quadro 23 – Análise dos termos e das ocorrências do processo de regulamentação da profissão na matéria do jornal *O Globo* no dia 18/3/1982

Fonte: A autora, com base no acervo NUMMUS/UNIRIO

Nota-se, no quadro anterior, uma concentração de atributos/decorrências positivas e/ou negativas dependendo da categoria que corresponde cada ator entrevistado. Ou seja, as visões em oposição estavam atreladas aos interesses de atuação desses profissionais. Portanto, existe uma predominância de **atributos negativos** para grupo relativo aos museólogos que questionavam algumas atribuições profissionais e termos teóricos do projeto de lei proposto pelo Deputado Álvaro Valle, sob orientação da ABM, assim como os críticos de arte que criticavam a ação de direção dos museus pelos museólogos, com total de 12 ocorrências. Já **atributos positivos** fazem parte da defesa da ABM como representação da classe e a tentativa de minimizar as críticas e equilibrar o embate do Deputado Álvaro Valle com total de oito argumentos.

Como abordado nas matérias anteriores, o projeto de lei proposto pelo Deputado Álvaro Valle foi examinado pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), dirigido na época por Aloisio Magalhães, que solicitou parecer⁹⁹ da museóloga Lygia Martins Costa sobre o projeto de regulamentação da profissão¹⁰⁰. A escolha da referida museóloga é de alta significação, que por si mesma se explica e se justifica, entendendo-se com isso que, ao indicar Lygia Martins Costa, o então diretor Aloisio Magalhães seria partidário da causa em defesa de regulamentação da profissão. Afinal, a referida profissional atuou ativamente no processo de institucionalização do campo participando da criação do Instituto Brasileiro de História da Arte (IBHA) na década de 1940, anos depois exerceu a função de secretária-arquivista na primeira gestão do Comitê Brasileiro do ICOM, da criação da Associação Brasileira de Museologistas (ABM, atual Associação Brasileira de Museologia) na década de 1960. Neste mesmo período, ministrou cursos breves de Museologia em diversas universidades e montou a proposta do Curso Básico para Pessoal Científico de Museus de História e Arte¹⁰¹, na Universidade de Brasília, que articulava a prática educativa às atividade de formação do Museu do Homem Brasileiro por Darci Ribeiro, dentre outras atividades.

O parecer em questão data de 12 de abril de 1982 e retoma pontos em destaque nas matérias analisadas na tentativa de estabelecer a defesa da área. O caráter cultural da instituição museológica é defendido, sendo o museu definido como órgão cultural em seu sentido mais lato, único possuidor dos testemunhos e divulgador dos bens culturais. Faz um paralelo entre um museu científico e a importância da Museologia como disciplina entendida como uma formação científica segura para o preparo dos profissionais de museus. Desse modo, apresentamos uma sequência discursiva que pode corroborar essa ideia.

É a Museologia. Codificada, mas não cristalizada, pelo aporte das experiências vividas e refletidas durante décadas em todo o mundo, introduz na especificidade da instituição os que querem atuar como membros do corpo técnico-científico. Vai compenetrá-los do papel que a sociedade contemporânea destina ao museu; exaltar o valor do estudo das coleções para que possam interpretá-las e tirar delas o

⁹⁹ Importante destacar que as modificações sugeridas pelo parecer da CFC foram levadas em consideração no Congresso Nacional, mas não podiam interferir diretamente na tramitação do projeto de lei (Alcouloumbre Jr, 1982).

¹⁰⁰ Cópia do documento disponível no Anexo L.

¹⁰¹ Essa iniciativa, apesar de aprovada, não foi implantada, sendo desmontada em virtude do golpe militar de 1964 (COSTA, L., 2005, p. 299).

maior proveito; e dar-lhes o instrumental para o desempenho das obrigações variadas que poderão um dia coordenar, mas, de modo geral, assumem na entidade (COSTA, L., 2010b, p. 72, *grifo da autora*).

Além do caráter defensivo, tem-se ainda, é possível apontar, um **caráter cooperativo**, haja vista que a autora salienta a complexidade da instituição museológica como evidente e necessária participação de profissionais diversos. Essa cooperação é vista como meio fundamental para se alcançar a plenitude do programa de ação desse tipo de instituição, sendo o museólogo classificado como profissional específico. Destaca-se a referência das funções técnicas do museu para sustentar a **ideia de conveniência** que a regulamentação da profissão é apropriada para definir esse tipo de profissional, ou seja, uma ação vantajosa, adequada e de interesse público. A argumentação adota, também, termos que indicam relações de proximidade entre os pares, a instituição e o profissional específico, pois o museólogo é delineado como “o mais íntimo e que mais funções exerce na casa”.

Continuando nossa análise, voltamos ao **tema da cientificidade**, no qual a argumentação da museóloga Lygia Martins Costa adota a oscilação entre “cientista” com ou sem habilitação específica. Costa (2010b) destaca o consenso existente em outros países e a situação desordenada no cenário brasileiro pela falta de debates e a relação de similaridade entre as áreas.

Se à maioria dos países já há um consenso desse profissional [conservadores de museus/museólogo], entre nós a situação ainda é confusa. Isso porque, até agora, o problema não foi determinantemente pensado. A velha ideia de que os especialistas dos museus de ciências naturais e tecnologia dispensam formação especializada na área museológica, ou a de que essa formação prescinde de um embasamento cultural-científico sólido nos campos em que se ocupam os museus de história e arte, tem-se constituído em entrave ao acervo. Contudo, uns e outros são profissionais incontestavelmente afins, como semelhantes, seus propósitos são as instituições a que servem. Em terrenos diferentes, é natural. Cientistas são em ambos os lados; como aqueles que sabem dos deveres do museu para com a comunidade, também. Mas são exceções, insuficientes, portanto (COSTA, L., 2010b, p. 74).

Importante destacar que o ponto relativo à cientificidade e o trabalho do cientista foi também abordado no documento GB01, a carta-resposta de Barroso ao DASP em 1954, quando este se dirige à “Comissão do Plano de Classificação de Cargos para Revisão dos Níveis de Vencimento do Funcionalismo Civil da União”.

Neste documento, Barroso salienta o “espanto” acerca da publicação de nº 2 da referida Comissão que, apesar da similaridade dos cargos, classificou os conservadores de museus sob a rubrica da “Educação e Cultura nos níveis 12, 13 e 15” e, em contrapartida, classificou os naturalistas do Museu Nacional como “serviço técnico e científico” nos “níveis 14, 16 e 18”. Sendo, segundo Costa (2010b), cientistas “em ambos os lados” independente da tipologia da instituição museológica que atuam.

Destacamos que, ao utilizar o termo “falta” para denominar a regulamentação da profissão, percebe-se que este ato seria decisivo para o “não-aproveitamento” e “ausência” desse profissional. Nota-se, também, o uso da “pouca eficiência”, numa clara tentativa de envolvimento da legitimação da profissão em prol das funções de base da instituição museológica.

Dada a falta de regulamentação da profissão, pouco se utiliza a mão-de-obra especializada que o governo vem lançando no mercado de trabalho, e esse não-aproveitamento afasta cada vez mais da área o melhor da juventude. Como decorrência, que um bom corpo docente naturalmente exigiria. E a maioria dos museus do país não conta com um único profissional. Isso não só representa uma perda da virtualidade do próprio estabelecimento como, por sua pouca eficiência, atinge extemporaneamente a respeitabilidade pública desse gênero de institutos. Mais ainda. Os serviços de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e estaduais de debatem na falta de quem proceda ao inventário sistemático de bens móveis e integrados (COSTA, L., 2010b, p. 76, grifo da autora).

Desse modo, por essa sequência discursiva, vemos que a museóloga Lygia Martins Costa assume, em seu parecer, a **defesa da formação e da prática museológica**, postura esta mantida na justificativa formulada pela ABM e proferida pelo Deputado Muniz Falcão na minuta de 1963, bem como reforça o **desejo de utilidade pública na salvaguarda do patrimônio cultural** ao retomar à justificativa da minuta de 1981, formulada também pela ABM e proposta pelo Deputado Álvaro Valle. Proposta esta que seu **parecer favorece e reafirma**.

Durante os trâmites no Legislativo, a ABM acompanhou por meio de uma comissão a tramitação do processo em Brasília. Paralelamente à formulação do parecer pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), a Comissão de Educação e Cultura (CEC) juntamente com Deputado Rômulo Galvão da Bahia, então relator do Projeto de Lei nº 4.858/1981, de autoria do Deputado Octacílio Queiroz, solicitou no dia 3 de maio de 1982 a formulação de um único documento com a incorporação do Projeto

de Lei nº 5.654/1981, do Deputado Álvaro Valle, em função da cronologia de apresentação dos projetos e por se tratar de matéria análoga.

Em 30 de junho de 1982, o Deputado Rômulo Galvão entregou um relatório¹⁰² sobre os dois projetos de lei incorporados (4.858/1981 e 5.654/1981), destacando a importância da regulamentação da profissão de museólogos para os interessados “pela preservação e divulgação da cultura nacional” (BRASIL, 1982b, p.1). Nesse sentido, o relatório retoma as argumentações e justificativas dos referidos projetos, considerando as diversas tentativas de aprovação desde 1963.

Interessante observar que a tramitação e formalização perante o Congresso Nacional ocorreu mediante a atuação das associações de classe em destaque (ABM e AMB). Segundo o Deputado Rômulo Galvão (Bahia), a ABM contribuiu principalmente com material relativo ao Projeto de Lei do Deputado Álvaro Valle e a associação regional, a AMB, forneceu o material produzido no evento de Salvador (I Encontro Nacional de Museólogos, março de 1981), assim como o estudo do anteprojeto proporcionou uma visão macro sobre a questão da regulamentação da profissão.

A medida legislativa foi precedida de amplos estudos e debates por partes dos órgãos especializados, especialmente as Associações de Museologia, não somente a Associação Brasileira de Museologia, da qual recebemos valiosa colaboração, relacionada principalmente com o Projeto do Deputado Álvaro Valle, mas igualmente das Associações Regionais. Dentre estas, merece especial menção a Associação Baiana de Museologia, que forneceu a este Relator uma visão integrada e global sobre a matéria, como resultado de congresso de âmbito nacional que patrocinou e do continuado estudo e interesse de sua direção e associados (BRASIL, 1982b, p. 1).

E conclui favoravelmente o parecer da Comissão de Educação e Cultura (CEC) por acreditar que: (1) a escassez de profissionais no campo museológico poderia ser suprimida a partir da regulamentação da profissão; e (2) a necessidade da colaboração especializada dos museólogos para preservação da memória nacional. E, ainda, apresentou apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que atestou a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos de lei.

Dando sequência aos trâmites, no mesmo dia de aprovação do parecer, o substitutivo apresentado pelo Deputado Rômulo Galvão foi aprovado na reunião

¹⁰² Cópia do documento disponível no Anexo M.

ordinária da CEC, sendo denominado Projeto de Lei 4.558B, que apresentamos no quadro 24:

PROJETO DE LEI 4.858B, 1981			
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	OBJETO	HABILITAÇÃO	
		<p>Art.2º O exercício da profissão de Museólogo é privativo:</p> <p>I. Os diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura;</p> <p>II. Dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do País de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação.</p> <p>III. Dos diplomados em outros cursos de nível superior que na data desta lei contem pelo menos cinco anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovado.</p> <p>Parágrafo único. A comprovação a que se refere o inciso III deverá ser feita no prazo de três anos a contar da vigência desta lei, perante os Conselhos Regionais de Museologia, aos quais compete decidir sobre a sua validade.</p>	Formação/profissão
		Formação/profissão	
		Formação/método	
ATRIBUIÇÕES	OBJETO	AÇÃO	ÁREA RELACIONADA
	<p>Art.3º São atribuições da profissão de Museólogo:</p> <p>I. Ensinar a matéria Museologia, nos diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;</p> <p>II. Planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos Museus e de instituições afins;</p> <p>III. Executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos Museus;</p> <p>IV. Solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;</p> <p>V. Coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;</p> <p>VI. Planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;</p> <p>VII. Promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;</p> <p>VIII. Definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;</p> <p>IX. Informar aos órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do país ou para o exterior;</p> <p>X. Dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da administração direta e indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;</p> <p>XI. Prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia;</p> <p>XII. Realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade.</p> <p>XIII. Orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;</p> <p>XIV. Orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional e internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer representar.</p>	<p>Instruir</p> <p>Desenvolver</p> <p>Dirigir</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Desenvolver</p> <p>Dirigir</p> <p>Dirigir</p> <p>Elaborar</p> <p>Instruir</p> <p>Propor</p>	<p>Educação</p> <p>Comunicação</p> <p>Administração</p> <p>Documentação</p> <p>Conservação</p> <p>Documentação</p> <p>Comunicação</p> <p>Documentação</p> <p>Administração</p> <p>Administração</p> <p>Educação</p>

Quadro 24 – Fragmentos do Projeto de Lei nº 4858B

Fonte: A autora, com base no acervo NUMMUS/UNIRIO

Ao observar o quadro anterior, podemos constatar que no item exercício profissional foram mantidos os bacharéis e licenciados em Museologia e profissionais de áreas afins com experiência de cinco anos na área. O órgão fiscalizador da profissão retoma a ideia anterior da minuta proposta em 1975 com a provisão de um Conselho Federal juntamente com a ação de Conselhos Regionais de Museologia.

Em relação a análise das atribuições dos museólogos, a referida lei sofreu pouca alteração, mantendo as ações técnicas e o ensino da disciplina, deixando a administração restrita ao setor técnico e não englobando mais a gestão da instituição de modo geral. Assim, temos em relação às atribuições a permanência da maior ocorrência para o verbo “desenvolver”, que engloba as atividades técnicas do processo de musealização, tendo as áreas relacionadas ligadas à Comunicação e à Documentação, sendo a área de Conservação suprimida. Num segundo momento, temos o fortalecimento da área da Administração em destaque com o verbo “dirigir”.

Podemos dizer que a área relacionada à Administração engendra um peso significativo na formação do museólogo por intermédio das ações ligadas à direção, à organização e ao planejamento nas diversas versões de projetos de lei apresentados ao longo do processo de regulamentação. Esse panorama sofreu uma modificação com a diminuição das ocorrências das ações de organização, planejamento e gestão em virtude das críticas de profissionais de outras áreas. Tal fato pode ser justificado, já que as ações da área de administração passam a ser voltadas para os setores técnicos específicos da Museologia, principalmente nas propostas de projetos de pesquisa do início da década de 1980 e não mais incluíam como atribuição a direção propriamente dita da instituição museológica.

Para melhor visualização, dispomos o **quadro 25**, em que destacamos a análise comparativa das atribuições profissionais e áreas relacionadas em cada proposta de lei para regulamentação da profissão de museólogo.

VERBO	OCORRÊNCIAS								ÁREA RELACIONADA
	PROJETO DE LEI Nº. 801, 1963	PROJETO DE LEI, 1968	PROJETO DE LEI, 1974	PROJETO DE LEI, 1979	ESTUDO DO ANTEPROJETO, 1981	PROJETO DE LEI 4.558A, 1981	PROJETO DE LEI nº. 5.654, 1981	PROJETO DE LEI 4.558B, 1981*	
DESENVOLVER	10	7	2	5	9	2	3	5	COMUNICAÇÃO CONSERVAÇÃO DOCUMENTAÇÃO
DIRIGIR	2	2	2	1	1	1	-	4	ADMINISTRAÇÃO
INSTRUIR	1	2	3	3	2	2	5	2	EDUCAÇÃO
VERIFICAR	1	-	-	1	-	-	-	1	-----
ELABORAR	1	5	3	2	-	-	1	-	-----
ORGANIZAR	1	-	-	-	-	-	-	-	ADMINISTRAÇÃO
PROPOR	1	-	-	-	-	-	1	1	-----
RECOMENDAR	1	-	-	-	-	-	-	-	DOCUMENTAÇÃO
PLANEJAR	1	1	-	1	-	-	1	-	ADMINISTRAÇÃO
SEGURANÇA	-	-	-	-	2	1	-	-	-----
DIVULGAR	-	1	-	-	-	-	-	-	TURISMO

* Projeto de Lei nº 4.558B/81 ganhou a denominação de Lei nº 7.287/84 após aprovação final.

Quadro 25 – Mapa das competências e áreas relacionadas, com destaque das duas maiores ocorrências em cada proposta de lei para regulamentação da profissão de museólogo

Fonte: A autora, com base nas minutas de 1963, 1968, 1974, 1979 e propostas de 1981

Logo após aprovação do substituto adotado pela Comissão de Educação e Cultura, ocorreu o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no período de 9 a 14 de agosto de 1982, que deve ser considerado o evento central da área nesse período por congregar uma plenária nacional – com 40 profissionais, 31 estudantes, 7 conferencistas, 6 debatedores e 40 não pagantes –, garantindo um espaço neutro ideal para deliberação democrática e participativa ao reunir representantes de diversas instituições, dentre elas, os Cursos de Museologia (UNIRIO, UFBA e FESPSP) e as Associações¹⁰³ (ABM e AMB).

Pela infraestrutura proposta pela Comissão Executiva, esse encontro seguiu uma organização similar ao evento que ocorreu na Bahia, em março de 1981, com mesa-redonda composta com conferencistas e debatedores, apresentação de comunicações e organização de grupos de trabalho para proposição de moções e

¹⁰³ Cabe salientar que no período em questão as Associações de São Paulo (ATM e Asspam) estavam sendo pensadas com base na experiência da Bahia (AMB), conforme pronunciamento da Prof^a Waldisa Rússio Carmago Guanieri (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982).



Figura 19 – Inscrições no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no dia 9 agosto de 1982

Fonte: Acervo Centro de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação Joaquim Nabuco



Figura 20 – Detalhe do credenciamento no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no dia 9 agosto de 1982

Fonte: Acervo Centro de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação Joaquim Nabuco

aprovação na plenária. Assim, o evento permitiu, pela representatividade nacional, a realização de um debate intenso, que refletiu o posicionamento dos atores institucionais presentes. Tal fragmentação da categoria pode ser observada na fala do participante Marcos Albuquerque (UFPE) quando este se posiciona como “não tenho interesse ligado a Grupo A ou Grupo B” (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 74). Para exemplificar as críticas recorrentes ao longo da minuta nos anais do evento, enumeramos algumas temáticas:

- (1) ABM como entidade de classe e órgão aglutinador dos ideais dos museólogos do Brasil e, desta forma, questionada pelos demais profissionais por tomar decisões, locais e centralizadoras, sem consultar outras instituições para aprovação e registro do Código de Ética Profissional. Além disso, a ABM desconhecia a existência de um segundo Código formulado pela AMB;
- (2) ABM e Comitê Brasileiro do ICOM receberam solicitação para maiores esclarecimentos sobre os critérios de admissão e aceite das inscrições;
- (3) AMB e a recusa ao convite de se transformar numa representação regional da ABM;
- (4) Interdisciplinaridade para Museologia e a relação com outros profissionais;
- (5) Pós-Graduação em Museologia, em nível *stricto sensu*, Mestrado e Doutorado, e a preocupação com cursos de curta duração na área habilitados pelo MEC;
- (6) Problemática da administração de museus e busca de soluções;
- (7) Processo de regulamentação da profissão com tramitação no Congresso do Projeto de Lei nº 4.858 pelo Deputado Octacílio Queiroz (Paraíba), Projeto de Lei nº 5.654/81 pelo Deputado Álvaro Valle (Rio de Janeiro) proposto pela ABM, além da solicitação do substituto pela AMB ao Deputado Rômulo Galvão (Bahia) para formulação do Projeto de Lei nº 4.558B/81.

Apesar das visões em oposição, o evento foi propício para o estabelecimento de um “acordo” entre as partes em prol da regulamentação da profissão, o que delineou a **necessidade de um consenso pela descentralização do Rio de Janeiro, união e participação em rede dos museólogos para superação dos problemas enfrentados no campo museológico**, como podemos observar no pronunciamento de Mario Chagas:

(...) o *principal objetivo* desse Encontro é que se saia daqui com o *sentimento de união*. É evidente, a gente não pode esconder uma série de cisões dentro do corpo museológico – vamos dizer assim. *Então, existem as cisões, existem as separações. É uma coisa que a gente não pode ocultar mas, o problema também, é que é também evidente a necessidade de união. Sem esta união não haverá um caminho, a gente não conseguirá ir a frente, certo?* Então, é o seguinte: *chega hoje o momento em que se faz necessário um maior entrosamento*, é necessário que todos os museólogos se comuniquem através de instituições se for o caso, mas que haja um entrosamento entre eles. Acabar de uma vez com separação em Bahia, São Paulo e outros grupos interestaduais e intermunicipais até, não é? Então, tem esse aspecto e ainda outro aspecto ainda, é o seguinte: *é ver também se a gente consegue promover uma descentralização*. É evidente, é reconhecer, é notável, a centralização no Rio de Janeiro, até de maior número de museólogos. Agora, a Bahia está se notando, se promovendo, etc [...], mas, durante muito tempo isto aconteceu (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 70, *grifo da autora*).

O uso da sequência discursiva “é necessário que todos os museólogos se comuniquem (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 70) indica **movimentação**. Assim, o Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste permitiu a configuração de um cenário para suprimir as diferenças e o entendimento do grupo de profissionais, no sentido macro, para aprovação das deliberações e demandas da categoria.

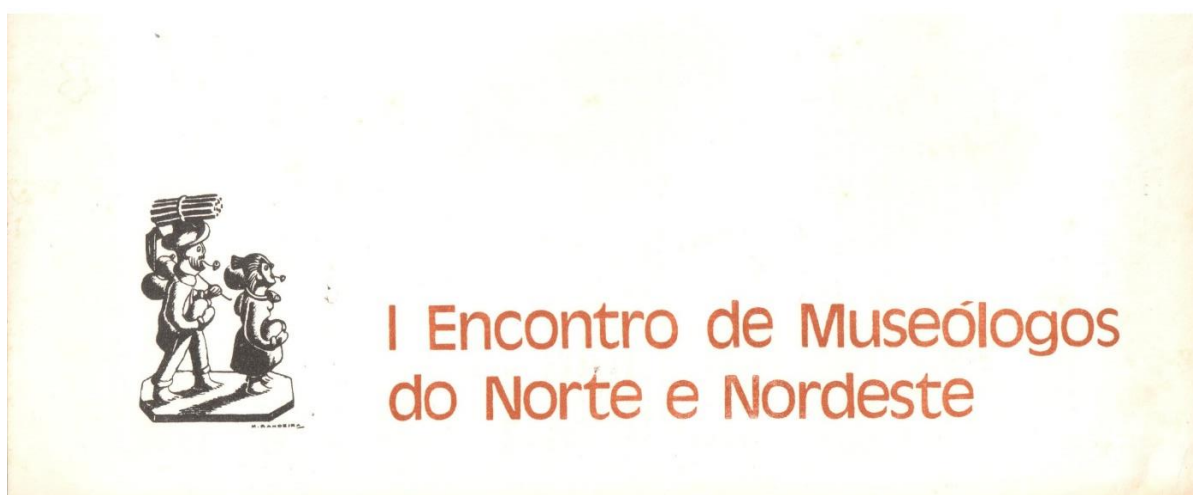


Figura 21 – Capa do folder do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste

Fonte: Acervo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

Cabe destacar que a minuta dos anais do evento contém informações preciosas, tendo por base a interlocução dos participantes, para análise dos acontecimentos do campo museológico no início da década de 1980. Pelo estudo

proposto, centraremos nossa análise no documento¹⁰⁴ formulado pelo Grupo Temático 2 do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, intitulado O Museólogo e o Mercado de Trabalho no campo da Museologia, assim como a plenária nacional que, ao anteceder o parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social, definiu, aprovou e solicitou a inclusão de uma subemenda ao referido substituto proposto pelo Deputado Rômulo Galvão, com 2 anos e 4 meses de antecedência, da aprovação da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

Dentro dessa perspectiva, o relatório formulado em conjunto pelo Grupo Temático 2, com base num intenso debate, teve a coordenação de Mario de Souza Chagas (Rio de Janeiro) e o relator Marcelo Mattos Araujo (São Paulo) num documento com características de conclamar os diversos profissionais pelo empenho em prol da regulamentação da profissão e medidas para o ajuste dos museólogos em posições que pertencem à categoria. Dentre as recomendações enumeradas pelo relatório, temos:

- (1) Elaboração de cargos com hierarquia que prevê as funções museológicas em virtude do acordo, tanto de profissionais quanto estudantes de Museologia por um projeto único que refletisse as exigências da categoria e por isso solicita “(...) exercício profissional ao Diplomados em Bacharelado, ou Licenciatura Plena, ou Mestrado, ou Doutorado em Museologia por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura”;
- (2) Profissionais devem ser reconhecidos como museólogos caso comprovem cinco anos de exercício de atividade técnica em Museologia;
- (3) Consolidação de entidades de classe democraticamente eleitas e o incentivo à participação maior de profissionais, o que incluía uma categoria especial para alocar os estudantes.
- (4) Provimento de novas escolas, cursos e treinamentos, assim como troca de informação e o incentivo para organização de encontros e seminários;
- (5) Inclusão no currículo escolar de uma disciplina com noções da Museologia e ênfase na preservação e proteção do patrimônio;
- (6) Previsão de pelo menos um museólogo por instituição;

¹⁰⁴ Cópia do documento disponível no Anexo N.

- (7) Reivindicação por uma maior conscientização na atuação profissional dos museólogos.

No entanto, parece necessário destacar que, além das recomendações, o documento previu certas propostas na plenária, como, por exemplo, campanha que visava ao esclarecimento público acerca do profissional museólogo e divulgação dos problemas com mercado de trabalho; mapeamento das instituições e dos profissionais com intuito de gerar intercâmbio dos profissionais; troca do dia nacional de museus em 26 de maio, para dia nacional de “luta” pela regulamentação da profissão de museólogo.

Desse modo, o documento enumerou duas moções para a seção plenária do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, com intuito de garantir a consolidação das demandas: (1) solicitação a ABM e ao ICOM-Brasil para criação da categoria especial que possibilita a participação dos estudantes; (2) Solicitação as associações de classe, ABM e AMB, e encaminhamento do pedido às Comissões Técnicas da Câmara do Deputado e Senado, requerendo a inclusão da ementa que prevê a Pós-graduação em Museologia, nível *stricto sensu*, no inciso I do artigo 2º do substitutivo proposto pelo Deputado Rômulo Galvão. Por essas características de formulação do documento, importante destacar que a inclusão da pós-graduação, *stricto sensu*, para habilitação profissional ocorre unicamente no processo de regulamentação da profissão de museólogo¹⁰⁵.

Para maior entendimento da solicitação da subemenda pelo Grupo Temático 2, temos o enunciado da Prof^a Maria Célia Teixeira Moura Santos e Coordenadora do Curso de Museologia da UFBA, que elucida as articulações em rede para aprovação do projeto de lei, o que incluiu aceitar as especificidades e demandas geradas com base no perfil dos Cursos de formação (Rio de Janeiro e Bahia com graduação e São Paulo com pós-graduação). O uso da sequência discursiva “classe é muito importante” indica **unidade do grupo, cooperação e colaboração**, o que anuncia a alteração da subemenda como uma solicitação anterior dos profissionais paulistas durante as deliberações do estudo do anteprojeto proposto no I Encontro Nacional de Museólogos, em Salvador, quatro meses antes do I Encontro de Museólogos do Norte

¹⁰⁵ Para maiores informações a respeito da legislação de atividades de categorias portadoras de nível universitário e de profissionais liberais ver: MARTINS, Sergio Pinto. **Profissões Regulamentadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.



Figura 22 – Sessão Plenária com temática voltada para “A ética profissional da Museologia”, do dia 10 de agosto de 1982, com a conferencista Terezinha Sarmento e debatedoras Maria Regina Batista e Therezinha Martins.

Fonte: Acervo Centro de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação Joaquim Nabuco



Figura 23 – Sessão Plenária com temática “O museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia”, do dia 11 de agosto de 1982, com a conferencista Waldisa Russio e debatedoras Maria Célia Teixeira Santos e Gabriela Pantigoso.

Fonte: Acervo Centro de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação Joaquim Nabuco

e Nordeste, sendo a demanda aprovada somente durante o debate do Grupo Temático 2 – O Museólogo e o Mercado de Trabalho e a votação da sessão plenária nacional.

(...) classe é muito importante. É tão importante que estamos aqui debatendo por ela e não porque também queremos ter o mérito de ser a Bahia a que vai regulamentar a profissão. Nós sabemos e estamos lutando com garra e para isso conclamamos todos e aprovamos liberalmente, democraticamente, a moção de São Paulo de colocar o curso de pós-graduação, mestrado e doutorado seja colocado. É uma prova de que estamos abertos a qualquer proposição, que realizamos um Congresso para discutir o Projeto de Regulamentação da Profissão (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 400, grifo da autora).

A argumentação da Prof^a Maria Célia Teixeira Moura Santos indica, também, **ação participativa e colaboração**, inclusive na proposição do substituto do Deputado Rômulo Galvão, fruto de um **fórum democrático** e o **apagamento dos atores** que atuaram na proposta desse projeto de lei em favor da unidade do grupo, apesar de criticar ausência da ABM durante o evento da Bahia e indicar que a moção para a pós-graduação foi decorrente de profissionais paulistas.

Isso aqui, esse substituto, não é uma coisa ditada como norma da Bahia para ter o mérito de que vai regulamentar uma profissão. Isso aqui é o que foi definido num congresso nacional, que a Associação Brasileira não esteve presente, não mandou sugestões. Isso aqui é um documento que todos os profissionais brasileiros, que foram convocados, tiveram condições de opinar: um mês para isso. (...) Todos que estiveram presentes lá, levaram para casa uma proposta nossa para estudar e opinar. Isso aqui é o resultado disso (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 400-401, grifo da autora).

Continuando nossa análise, voltamos ao **tema da pós-graduação**, na minuta do referido evento existia uma apreensão frente aos cursos de curta duração, quatro a cinco meses, aprovados pelo MEC como especialização que habilitava museólogos. Por isso, o Grupo Temático 2 optou por especificar a pós-graduação como Mestrado e Doutorado em Museologia. Na argumentação da Prof^a Waldisa Rússio Carmago Guanieri, coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Museologia da FESPSP, apontou que “Museologia, a nível de pós, não é novidade, absolutamente, no Brasil” (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 82) e indicou em que medida o curso,

em nível de pós-graduação, deve ser considerado universitário. Opção esta que não restringia o exercício profissional.

(...) para nós, especialização, mestrado e o nosso curso é um curso dentro da escola pós-graduada de Ciências Sociais (precisa ficar bem claro isto), estão na linha de 3º. grau. De toda maneira, 3º. e 4º. Grau são cursos universitários. Isto é o nosso entendimento em São Paulo. (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982, p. 82)

Pela importância das moções aprovadas na seção plenária, o evento da Fundação Joaquim Nabuco ganhou notoriedade nacional e relevância por definir a versão final do substituto proposto pelo Deputado Rômulo Galvão, que deu origem à Lei nº 7.287/84. Não podemos deixar, naturalmente, de considerar que o relatório e o parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social (CTLS)¹⁰⁶, do relator Deputado Adhemar Ghisi (PDS/Rio de Janeiro), que data de 1 de dezembro de 1982, cerca de três meses e meio após o referido evento, faz uma retrospectiva dos demais pareceres, conclui que os Museólogos foram devidamente contemplados e, ainda, cita o recebimento de uma carta da AMB na qual comunicava sobre encontro e a demanda dos profissionais em Recife. Tal dado merece destaque por contemplar a inclusão da pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado em Museologia, proposta esta aprovada pela moção submetida à apreciação na seção plenária do referido Encontro, assim como solicitação do envio da correspondência pelas Associações – não encontramos, até o presente momento, nenhum dado que confirme o cumprimento do requerimento dos profissionais também pela ABM. Assim, pelo acolhimento da proposta, a Comissão de Trabalho e Legislação Social aprova o substituto e acrescenta a emenda que “(...) importará no amparo a todos os Museólogos do Brasil” (BRASIL, 1982d).

No plenário da Câmara dos Deputados, os pareceres das Comissões técnicas (CCJ, CEC e CTLS) foram lidos no dia 17 de março de 1983, sendo encaminhado o Projeto de Lei nº 4858-B/81 para publicação. A aprovação do substituto no Plenário em único debate ocorreu no dia 25 de maio de 1983 com despacho da redação final enviado pela Mesa Diretora. Tal redação final obteve aprovação por unanimidade na Comissão de Redação e, no dia 8 de junho de 1983, foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados. O despacho do referido Projeto de Lei foi encaminhado para

¹⁰⁶ Cópia do documento disponível no Anexo O.

Mesa Diretora do Senado Federal, no dia 14 de junho de 1983, por intermédio do Ofício 322/83.

No período de tramitação na Câmara dos Deputados que antecede o despacho ao Senado, ocorreu o VIII Congresso Nacional de Museus, de 1 a 6 de junho de 1983, organizado pela ABM, em Brasília – a escolha por um local estratégico aconteceu durante as deliberações do encontro de Recife com intuito de pressionar aprovação da lei de regulamentação da profissão (ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS ..., 1982). Desse modo, o referido Congresso foi um palco propício para militância e acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei. Segundo Biserra (2013, p. 71), a abertura do Congresso teve a participação de pessoas ilustres que defendiam a causa do campo museológico, como, por exemplo, “o Senador Marco Maciel, o secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinicius Vilaça, o Deputado Romulo Galvão, o Ministro Guido Mondim; Yeses Amoedo Passarinho, representando a Ministra da Educação, Esther de Figueiro Ferraz, dentre outros”.



Figura 24 – Abertura do VIII Congresso Nacional de Museus organizado pela ABM, foto em destaque Rui Mourão, Marco Maciel e Neusa Fernandes.

Fonte: Acervo NUMMUS/UNIRIO

No dia 4 de junho de 1983, o Senador Marco Maciel proferiu um discurso indicando como provável a aprovação do Projeto de Lei no Senado Federal e que tal

fato foi atribuído à constatação da importância dos museólogos e, por conseguinte, da formação especializada.

Estou certo de que, agora, a profissão terá, em sua tramitação, no Senado Federal, o mesmo apoio obtido na outra casa de representação popular, de sorte que se possa, no Brasil, dar o justo reconhecimento a tão desaparecida, quanto relevante, atividade. Tudo isso se impõe para que se faça da melhor forma a correta administração e operação dos museus, e seus acervos, graças – friso – à existência de pessoal devidamente formado e habilitado profissionalmente (BRASIL, 1983b).

Apesar do discurso do referido Senador, a Câmara do Deputados recebeu o Ofício SM 423/84, do Senado Federal, no dia 27 de novembro de 1984, comunicando a aprovação sem alteração do Projeto de Lei¹⁰⁷, o que totaliza 15 meses de espera para sanção, e somente no dia 18 de dezembro de 1984, transformado na Lei nº 7.287/84. No dia 11 de março de 1985, ocorreu, conforme comunicado do Ofício SM-70/85, a sanção da Lei pelo Presidente da República.

Desta forma, a regulamentação profissional representa uma conquista da área fruto do fortalecimento do movimento associativo, marco do posicionamento da classe, mobilização dos profissionais e o estabelecimento da comunicação em rede via congressos e eventos que permitiram a integração dos profissionais, sendo a lei em destaque regulamentada pelo Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, que autorizou a criação dos conselhos como órgãos de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão, dentre outras competências.

Com a aprovação do Decreto, foi iniciado o processo de organização dos Conselhos Regionais (COREM's) e sucessivo registro profissional. Tais Conselhos são instâncias subordinadas ao Conselho Federal de Museologia (COFEM). Importante destacar que tanto o COFEM quanto os COREM's constituem em seu conjunto uma autarquia federal, com autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério do Trabalho. O COFEM tem sede e foro na capital do país (Brasília – DF) e os COREM's¹⁰⁸ são distribuídos em seis sedes e foros nas respectivas capitais dos estados, conforme a distribuição indicada na **ilustração 4**.

¹⁰⁷ Durante a tramitação, o substitutivo proposto pelo Deputado Rômulo Galvão ganhou a denominação de Projeto de Lei nº 4.858-B/ 81 na Câmara dos Deputados, transformado em Projeto de Lei nº 75/83 no Senado Federal e, posteriormente, Lei nº 7.287/84.

¹⁰⁸ Anteriormente, os COREM's ganhavam em sua denominação o complemento com nome do estado de origem, e no presente momento as jurisdições distribuem-se por regiões.

Por fim, cabe salientar que, nos 21 anos de tentativa de aprovação do marco regulatório, os debates foram ricos no sentido de definir qual o perfil do museólogo para o reconhecimento da categoria profissional, o que estimulou a produção do conhecimento e a revisão nos currículos nos cursos de formação (SANTOS, Maria, 2008b).



Ilustração 4: Esquema dos Conselhos Regionais de Museologia
Fonte: Site oficial do Conselho Federal de Museologia (COFEM)

5 RECORTES E(M) ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: CAMINHOS TRAÇADOS NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

Neste capítulo, apresentaremos a **proposta analítica do *corpus* em relação ao discurso de formação embasado nos pensadores do campo museológico, os coordenadores de curso selecionados, bem como a representação metafórica desse campo e a rede de atores no ápice das interações para consolidação do processo de regulamentação da profissão.**

Em nosso estudo, adotamos a linha teórica-metodológica, que privilegia o texto escrito como unidade de análise de múltiplas possibilidades de leitura, sendo o discurso propriamente dito o objeto teórico. Vamos nos deter aqui, dentre as várias considerações possíveis, quando tratamos o discurso institucional e sua materialidade oficial, em destacar a construção da memória oficial.

Partindo do pressuposto concebido por Lakoff e Johnson (1980), pelo qual o ser humano representa o mundo e a si por intermédio do processo metafórico, assumimos, pautados em Orrico (2001), bem como Orrico e Oliveira, C. (2006), que as representações das áreas do conhecimento são produzidas metaforicamente, e dizemos que o processo de institucionalização do campo do conhecimento da Museologia no Brasil também permaneceria metaforicamente projetada. Dentro dessa abordagem, o conjunto de representações metafóricas desse grupo de profissionais seria um indicativo da identidade desses indivíduos, tendo por base um processo interativo-comunicacional, estabelecendo conteúdos de significação no contexto social e cultural em questão.

Na tentativa de apreender o quadro das representações metafóricas do grupo, decidimos trabalhar com o aporte de textos representativos como objeto empírico para análise. Nossa opção para organização do *corpus* selecionado apoia-se na análise dos documentos oficiais por acreditarmos no potencial de registro dos fatos e do contexto de produção para análise do discurso de formação e o discurso de afirmação dos museólogos.

Sob o ponto de vista de Orlandi (2001), não seria necessário delimitar um tipo de documento em detrimento de outro na análise do campo empírico, e sim escolher com base na opção teórica e metodológica dos procedimentos analíticos propostos.

Ou seja, é preciso considerar a enunciação veiculada nesses textos em virtude da posição sócio-histórica e cultural na qual o grupo se insere.

Nessa perspectiva, quando pensamos nos documentos oficiais do processo de institucionalização da Museologia, estamos nos referindo à materialidade dos textos que compõem a unidade de análise, como parte integrante da relação entre a memória, o discurso e o texto. A análise do *corpus* possibilitaria visualizar os processos de memória na materialidade do texto.

Para depreender o conjunto de representações metafóricas, foi necessário selecionar um recorte consistente. Assim, a leitura prévia dos documentos discursivos nos possibilitou, como analistas do discurso, a seleção textual fundamental para compreender o dito e o não dito. Com base no amplo universo documental oficial, bem como no igualmente amplo recorte temporal proposto, foi necessário adotar certos critérios para operar o levantamento dos dados e, para isso, optamos por uma pesquisa empírica que agrega duas ordens de considerações em grupos distintos com quatro marcos históricos:

- A. **Momento de gestação do pensamento museológico brasileiro:** discurso de formação dos coordenadores dos três primeiros cursos de Museologia no Brasil e seus recortes temporais:
 - I. Gustavo Adolfo Liz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1932 a 1959)
 - II. Valentin Rafael Simon Joaquin Calderón de La Vara (1969 a 1980)
 - III. Waldisa Rússio Carmago Guarnieri (1977 a 1985)

- B. **Momento de afirmação da profissão de museólogo:** discurso de afirmação dos museólogos no processo de regulamentação da profissão com base na Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e no Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, **desenvolvido ao longo do capítulo 4.** E, ainda, demais documentos abordados de forma transversal na análise, como contraponto e triangulação, tais como relatórios, cartas, pareceres, matérias jornalísticas e projetos de lei.

De fato, a opção do *corpus* determina um espaço discursivo que compreende o discurso, tanto de gestação quanto afirmação, acerca do processo de institucionalização do campo museológico no cenário brasileiro, cujos profissionais variam, de acordo com os períodos, entre autodidatas, teóricos, museólogos com

graduação ou pós-graduação e outros profissionais afins à Museologia, mantendo uma relação ideológica com esse campo do conhecimento.

Ao optar pelo trabalho com fontes de documentação oficial de uma área do conhecimento, no caso, a Museologia como instituição, consideramos que a abordagem metodológica selecionada possibilita a leitura e permite dar conta das representações que marcam uma construção identitária. Dessa forma, os documentos são a materialidade discursiva do processo de institucionalização no qual o discurso e a própria Instituição são vistos como acontecimentos.

Ao delimitar o *corpus*, o ponto de vista do analista do discurso é primordial para entender seu estabelecimento, no caso, a produção discursiva do processo de institucionalização a partir dos formadores do campo museológico e do processo de regulamentação da profissão no Brasil. Para dar início à interpretação analítica, estabelecemos recortes no *corpus* e selecionamos enunciados textuais com representatividade simbólica que constroem a memória/identidade do processo de institucionalização desse campo. Tais escolhas têm como base a história da instituição, no sentido macro, e os objetivos que norteiam o presente estudo.

Nossa proposta tem como base a metodologia aplicada por Indursky (1997), pelo qual buscamos estabelecer a análise dos documentos selecionados do *corpus* referente a cada recorte temporal que tratamos em relação ao contexto de produção. Para tal, **definimos categorias para seleção das sequências discursivas dos discursos de formação que fazem parte do momento de gestão do pensamento museológico brasileiro**, tais como:

- ✓ **CATEGORIA 1 – QUEM SÃO OS CONSERVADORES/MUSEÓLOGOS;**
- ✓ **CATEGORIA 2 – COMO OS MUSEÓLOGOS DELIMITAM SUA ÁREA DE CONHECIMENTO;**
- ✓ **CATEGORIA 3 – COMO OS MUSEÓLOGOS ATRIBUEM AS REPRESENTAÇÕES QUE OS OUTROS PROFISSIONAIS FAZEM DA MUSEOLOGIA.**

Essas categorias auxiliam o processo de análise, mas não são estanques à medida que permitem a articulação de demais documentos do *corpus* quando

necessário. Desse modo, buscamos compreender a rede de sentido que se forma com o binômio Museologia e Identidade.

Por fim, procuramos identificar a rede de atores e as **metáforas utilizadas na representação do campo como evidência da identidade atribuída pelos profissionais**. Assim, estabelecemos um recorte no *corpus* para seleção dos enunciados textuais com representatividade simbólica que constroem a memória/identidade do processo de institucionalização no campo do conhecimento da Museologia. Dessa forma, apresentaremos o **quadro 26** com os documentos selecionados relacionados ao eixo “gestação do pensamento museológico brasileiro”:

MOMENTO DE GESTAÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO			
COORDENADORES DOS CURSOS DE MUSEOLOGIA	TIPO DE DOCUMENTO	SIGLA	TÍTULO/DATA
GUSTAVO BARROSO	CARTA-RESPOSTA	GB01	“A carreira de conservador” (1954)
	LIVRO	GB02	<i>Introdução à Técnica de Museus</i> (1946/1947)
VALENTIN CALDERÓN	MATÉRIA JORNALÍSTICA	VC01	“Nos museus da Bahia você vê de tudo, menos museólogos” (1970)
WALDISA RÚSSIO	ARTIGO	WR01	“Quem são e o que são os museólogos” (s.d.)
		WR02	“Formação do museólogo: por que em nível de pós-graduação?” (s.d.)
		WR03	“A interdisciplinaridade em Museologia” (1981)
		WR04	“O mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia” (1982)
		WR05	“Texto III” (1984)

Quadro 26 – Documentos selecionados para análise

Fonte: A autora

O **quadro 26**, enumerando os documentos selecionados na análise¹⁰⁹, segundo as categorias estabelecidas para o estudo, revela uma desigualdade no

¹⁰⁹ Importante destacar que somente localizamos uma matéria jornalística com entrevista do coordenador, Valentin Calderón, falando diretamente do Curso de Museologia da UFBA e escassez dos museólogos. As demais publicações são trabalhos técnicos que não se aplicam no recorte delineado para *corpus*. No caso de Gustavo Barroso, temos uma rica produção técnica e literária que não cabe no recorte do *corpus*.

quantitativo de textos oficiais em relação a cada coordenador de curso. Igualmente relevante são os tipos de documentos escolhidos para abordar os enunciados textuais. Em nenhum momento suprimimos essa variável, que surgiu após interpretação analítica e recorte no *corpus*. Na realidade, essa questão se justifica por excluirmos documentos textuais, como, por exemplo, estudos de casos e análises técnicas, que não abordam as temáticas que definimos para as categorias das sequências discursivas dos discursos de formação os quais fazem parte do momento de gestão do pensamento museológico brasileiro. Assim, destacamos a seguir as categorias temáticas delineadas como condutores para nossa análise.

5.1 Discursos de memória dos coordenadores para o campo museológico e representação metafórica como evidência da construção do grupo

As categorias temáticas selecionadas para interpretação analítica procuram propiciar subsídios ao quadro que iremos delinear acerca da construção da memória/identidade do processo de institucionalização do campo museológico. Desse modo, focalizaremos as diversas formas de identificação do profissional museólogo e a área do conhecimento da Museologia. Assim, selecionamos os elementos que apontam para afirmação institucional, necessária ao período de formação do campo.

Os procedimentos adotados procuram abarcar o discurso acerca da trajetória da Museologia como instituição, opção esta delineada inicialmente nos capítulos anteriores, considerando atuação dos grupos regionais e a identidade institucional. Nesse sentido, os termos-pivôs selecionados, no caso, o profissional (conservador ou museólogo) e a instituição (Museologia), foram a base para seleção de enunciados que associam sentidos diversos, mas permitem ser conjugados ao representarem as categorias indicadas. As temáticas abordadas como pilares de nossa análise são:

(a) CATEGORIA 1 – QUEM SÃO OS CONSERVADORES/MUSEÓLOGOS:

enunciados acerca do profissional inicialmente caracterizado em suas origens como salvador/zelador e, num segundo momento, como cientista formado;

(b) CATEGORIA 2 – COMO OS MUSEÓLOGOS DELIMITAM SUA ÁREA DO CONHECIMENTO: os enunciados que marcam a disciplina como estudo científico e, posteriormente, uma ciência em formação;

(c) CATEGORIA 3 – COMO OS MUSEÓLOGOS ATRIBUEM AS REPRESENTAÇÕES QUE OS OUTROS PROFISSIONAIS FAZEM DA MUSEOLOGIA: enunciados representativos de uma visão negativa ao desvalorizar/depreciar o profissional.

Dentro desse contexto, as categorias e os grupos de temáticas relacionados buscam apresentar um recorte no *corpus* para seleção dos enunciados textuais com representatividade simbólica que constroem a memória/identidade do processo de institucionalização no campo do conhecimento da Museologia.

Com a leitura dos enunciados acerca de análise da categoria 1, é possível identificar que as referências caracterizam a origem do termo como protetor e cuidador para posteriormente apontar um profissional formado especializado. Desse modo, apresentaremos o **quadro 27** com os documentos selecionados dos Coordenadores de Curso, relacionados na CATEGORIA 1 (consevadores/museólogos) :

CATEGORIA 1	
GUSTAVO BARROSO	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
GB01	“Para os entendidos de Museu , no mundo inteiro, o Título Conservador possui incontestável prestígio . Daí a relutância dos componentes da carreira em propugnar sua mudança para designações que têm sido algumas vezes propostas: Técnico de Museus, Museólogo ou Museologista. Tais termos nada diriam aos especialistas da Europa e das Américas , enquanto o Conservador abre a quem o usa todas as portas . Em Portugal, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, não se usa sequer o título de Diretor de Museu, mas o Conservador, <i>verbi gratia</i> ” (p. 231).
GB02	“Museólogo, portanto, é o técnico ou entendido em Museus ” (p. 6). “O conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador . Um museu conserva justamente para evocar. A essa parte se podem ligar certas exposições temporárias e as exposições comemorativas” (p. 27).
VALENTIN CALDERON	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
VC01	“Tenho confiança que esta primeira turma de museólogos seja como desbravadora e force as portas dos museus . Quando eles estiverem atuando e mostrando a necessidade de seu trabalho, talvez contribuam para aumentar o campo de trabalho” “ Museólogos não são simplesmente pessoas que vão cuidar dos museus. São condutores de cultura com um instrumento na mão que

	é o museu. Com esforço, sacrifício, bem preparados, acredito que esta turma que vai sair, de museólogos, consiga provar isto porque o museólogo é quem consegue dar vida ao museu ”.
WALDISA RUSSIO	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
WR01	“O museólogo hoje é, antes de tudo, um homem comum em meio à multidão de homens comuns . Isso quer dizer que, não ungido, ele é um ser humano e um cidadão comum. Com todos os problemas que afetam os seres comuns e, eventualmente, vivendo as questões sociais que atingem os cidadãos. Mas é, também, um profissional, o que pressupõe uma adequada formação anterior ” (p. 240)
	“O museólogo é, hoje, um agente consciente de seu papel profissional, humano e social . Não é um ‘amado dos deus [dos deuses?]’, é um homem comum. Não é um eleito por seu talento excepcional: é um profissional que realiza, a um só tempo, o ser cientista e trabalhador social ” (p. 242).
WR02	“(…) o trabalhador de museu é de fundamental importância para a manutenção do trinômio orientador do processo cultural ; esse trinômio consiste em três atividades distintas e interligadas, saber, preservar, informar e agir” (p. 232).
WR03	----
WR04	“Não renunciar a posições de supervisão, chefia e direção que devem estar nas mãos de museólogo , pois é ele o cientista do fato museal ” (p. 220).
WR05	“(…) quero mostrar alguns dos conceitos com os quais o museólogo trabalha no seu cotidiano, ou seja, com que dados culturais ” (p. 59).

Quadro 27 – Categoria 1: quem são os conservadores/museólogos

Fonte: A autora, com base nos documentos selecionados para análise

A primeira referência à origem do profissional é delineada por Gustavo Barroso (GB01), Coordenador do Curso de Museus e Diretor do MHN, ao afirmar que o próprio termo de conservador possui prestígio tanto na Europa quanto nas Américas. Essa carta-resposta de Gustavo Barroso à Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é direcionada aos membros da Comissão do Plano de Classificação de Cargos, para a revisão dos níveis de vencimentos do Funcionalismo Civil da União e data de 24 de maio de 1954.

Importante destacar que esse documento foi citado, anteriormente, em três pontos no capítulo 4, particularmente no item 4.2, no que diz respeito ao momento de afirmação da profissão de museólogo, como demonstramos a seguir: (a) Projeto de Regulamento da Profissão, Lei nº 801, de 1963 – justificativa da proposta de lei do Deputado Muniz Falcão na Sala de Sessão, em 31 de julho de 1963; (b) Projeto de Lei nº 5.654, 1981 – justificativa submetida para aprovação pelo Deputado Alvaro

Valle, em 23 de novembro de 1981; (c) Parecer da museóloga Lygia Martins Costa, em 12 de abril de 1982, no processo de regulamentação da profissão de museólogo.

Os dois primeiros pontos são compostos pelas propostas de projetos de lei para regulamentação da profissão de museólogo que tiveram a participação de egressos do Curso de Museus como membros da ABM. Já o terceiro ponto diz respeito ao parecer de uma museóloga também formada pelo curso do Museu Histórico Nacional com base no pedido de Aloisio Magalhães, então diretor do Conselho Federal de Cultura, em resposta ao pedido de análise da proposta pelo Congresso Nacional.

A segunda referência de Gustavo Barroso emerge no livro *Introdução à Técnica de Museus*, considerado uma referência para formação dos conservadores/museólogos até o início da década de 1970.

A partir desse momento, temos enunciados de autoria dos outros dois Coordenadores de Curso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio, relativos à década de 1970 e 1980. Cabe salientar que quanto maior for a distância temporal entre esses enunciados em relação aos enunciados de Gustavo Barroso, no Curso de Museus, menos poéticos e exaltados são os contornos que definem e especificam o profissional.

Vejamos, a seguir, como funcionam os enunciados selecionados que dão suporte à CATEGORIA 1:

DOCUMENTO GB01

1ª ocorrência: “(...) o Título Conservador possui incontestável prestígio. Daí a relutância dos componentes da carreira em propugnar sua mudança para designações que têm sido algumas vezes propostas: Técnico de Museus, Museólogo ou Museologista”.

Podemos observar um esforço para promover a formação de conservador como status e defesa de um funcionário especializado, se considerarmos a denominação do título para supor um valor numa relação que pode ser expressa da seguinte forma:

Título com inestimável prestígio = Funcionário especializado

DOCUMENTO GB02

1ª ocorrência: “(...) é o técnico ou entendido em Museus”.

Temos aqui a primeira ocorrência da GB02, que diz respeito ao grau de habilidade do profissional somado ao conhecimento e desempenho prático. Nesse

caso, o conservador/museólogo passa a ser visto como o especialista que compreende a instituição museal.

Homem ilustre = Funcionário público

2ª ocorrência: “(...) *conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador*”.

Esse enunciado sugere que o profissional conservador de museu tem como habilidade evocar ao rememorar fatos notáveis por meio de sua atividade.

Evocador = Torna presente pela lembrança

DOCUMENTO VC01

1ª ocorrência: “(...) *primeira turma de museólogos seja como desbravadora e force as portas dos museus. Quando eles estiverem atuando e mostrando a necessidade de seu trabalho, talvez contribuam para aumentar o campo de trabalho*”.

A ocorrência selecionada de Calderón (VC01) diz respeito ao grau de pioneirismo dos primeiros técnicos de museus na Bahia, considerando o processo de aceitação complexo e não imediato, sendo necessário forçar as portas da instituição. A questão da força ganha notoriedade se pensarmos na necessidade de impor a presença profissional.

Desbravador = como pioneiro no exercício profissional

2ª ocorrência: “(...) *São condutores de cultura com um instrumento na mão que é o museu. (...) porque o museólogo é quem consegue dar vida ao museu*”.

Aqui temos uma narrativa do profissional nos mesmos moldes do enunciador anterior. Ou seja, destacamos o valor da formação especializada para vitalidade da instituição museal.

Condutor de cultura = Funcionário especializado

DOCUMENTO WR01

1ª ocorrência: “(...) *O museólogo hoje é, antes de tudo, um homem comum em meio à multidão de homens comuns. (...) Mas é, também, um profissional, o que pressupõe uma adequada formação anterior*”

Daqui em diante temos enunciados da terceira Coordenadora de Curso, Waldisa Rússio, idealizadora da Pós-graduação em Museologia da FESPSP. Dessa

forma, a ocorrência WR01 retoma a ideia de uma formação prévia para habilidade profissional de um gestor no âmbito humano e social.

Profissional = Formação especializada

2ª ocorrência: *“(...) museólogo é, hoje, um agente consciente de seu papel profissional, humano e social. Não é um ‘amado dos deuses’, é um homem comum. Não é um eleito por seu talento excepcional: é um profissional que realiza, a um só tempo, o ser cientista e trabalhador social”*

Esse enunciado sugere o profissional especializado como consciente de suas ações, ou seja, um pesquisador e investigador social.

Agente consciente = Gestor habilitado

DOCUMENTO WR02

1ª ocorrência: *“(...) trabalhador de museu é de fundamental importância para a manutenção do trinômio orientador do processo cultural”*

Em WR02, o profissional museólogo é colocado como referência para encaminhar e conduzir o processo cultural para o público geral.

Trabalhador de museu = Dirigente e guia cultural

DOCUMENTO WR04

1ª ocorrência: *“(...) posições de supervisão, chefia e direção que devem estar nas mãos de museólogo, pois é ele o cientista do fato museal”*

Abordamos, no momento, as referências WR04 que pontuam a amplitude da atuação do museólogo na coordenação, gestão e/ou direção na instituição como um especialista do fato museal.

Gestor, coordenador = Especialista do fato museal

DOCUMENTO WR05

1ª ocorrência: *“(...) conceitos com os quais o museólogo trabalha no seu cotidiano, ou seja, com que dados culturais”*

A temática do trabalhador voltado para dados culturais é retomada na referência WR05 em relação à WR02, sendo esta habilidade usual ao próprio profissional.

Trabalhador = Dados culturais

Na leitura dos enunciados da CATEGORIA 2, é possível sublinhar que as referências dizem respeito à disciplina Museologia, que deve ser caracterizada como estudo científico e ciência em formação. No **quadro 28**, constam os documentos selecionados e enunciados destacados:

CATEGORIA 2	
GUSTAVO BARROSO	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
GB01	-----
GB02	“Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los e classificar e restaurar os seus objetivos . O termo é recente e resultou dos trabalhos técnicos realizados nos últimos decênios sobre a matéria. A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição dos Museus se enquadre nas fronteiras da Ciência dos Museus” (p. 6).
VALENTIN CALDERÓN	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
VC01	“Para quem gosta e tem amor pela cultura não há nenhuma profissão mais bonita que a Museologia”.
WALDISA RUSSIO	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
WR01	“ Museologia e Museu se dessacralizam e vão se constituindo, respectivamente, em arcabouço científico e cenário de fato museológico . Na medida em que crescem em seu caráter científico, despem-se de sua sacralidade e, por isso, não exigem sacerdotes, mas profissionais competentes e conscientes” (p. 238). “(…) o reconhecimento crescente da Museologia como ramo de conhecimento científico e do museólogo como cientista e profissional” (p. 239).
WR02	“(…) podemos dizer que a Museologia é uma ciência em formação . O seu caráter científico é dado, sobretudo, pelo fato de possuir um objeto específico como centro de seu interesse e investigação” (p. 233) “(…) a Museologia é a ciência do fato museológico , e fato museológico é a relação profunda entre o Homem (sujeito que conhece) e o Objeto (parte da realidade de que o Homem também participa), num cenário institucionalizado, Museu. Tenho insistido em que a institucionalização pressupõe não apenas o reconhecimento de quem cria o organismo museológico (em geral, alguém de estrutura de Poder), mas sobretudo o reconhecimento público da comunidade” (p. 233).
WR03	“ A Museologia é uma ciência nova em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto específico, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais . O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sonhador conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de

	<p>seus sentidos: visão, audição, tato etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem ‘admira o objeto’ (p. 123).</p> <p>“O museu tem sempre como sujeito e objeto o homem e seu ambiente, o homem e sua história, o homem e suas ideias e aspirações. Na verdade, o homem e a vida são sempre a verdadeira base do museu, que faz que o método a ser utilizado em Museologia seja essencialmente interdisciplinar, posto que o estudo do homem, da natureza e da vida, depende do domínio de conhecimentos científicos muito diversos” (p. 125).</p> <p>“Quando o museu e a Museologia, no senso global do termo, estudam o ambiente, o homem ou a vida, são obrigados a recorrer às disciplinas que a exagerada especialização atual separou por completo. A interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia e, portanto, o método de trabalho nos museus e cursos de formação de museólogos e funcionários de museu” (p. 126).</p>
WR04	“(…) prefiro definir Museologia como ciência do fato museal , entendido este como a relação profunda entre o Homem – sujeito que conhece – e o Objeto – fração e testemunho da realidade de que o Homem também participa – num cenário institucionalizado, o Museu” (p. 219).
WR05	“(…) a museologia é uma disciplina científica e é uma ciência em construção. Por ser uma ciência em construção, nós temos ainda um grande panorama em aberto . Mas essa ciência em construção já se caracteriza como uma ciência larvar, embrionária, se construindo, se fazendo, porque ela tem um objeto específico. E é esta especificidade que lhe dá caráter de ciência. E esse objeto específico, para nós, é uma coisa chamada simplesmente de fato museológico” (p. 59-60).

Quadro 28 – Categoria 2: como os museólogos delimitam sua área do conhecimento
Fonte: A autora, com base nos documentos selecionados para análise

Abordamos, a seguir, como funcionam os enunciados selecionados para a CATEGORIA 2:

DOCUMENTO GB02

1ª ocorrência: “(…) *Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los e classificar e restaurar os seus objetivos*”.

A primeira referência localizada é pontual na medida em que a denominação da disciplina não surgiu no discurso oficial nos primeiros anos de formação. Na produção de Gustavo Barroso, temos, em GB02, uma única ocorrência que denomina a Museologia como um conhecimento/aprendizado específico relacionado à instituição museal com características científicas ligadas ao método e à prática museológica.

Estudo científico = conhecimento/aprendizado específico

DOCUMENTO VC01

1ª ocorrência: “(...) quem gosta e tem amor pela cultura não há nenhuma profissão mais bonita que a Museologia”.

A segunda referência é de autoria de Valentin Calderón, quando este define a Museologia atrelada ao exercício profissional como uma ocupação bonita por tratar da cultura. Em alguns momentos, esta temática mais poética vem entrecruzada às referências da origem da profissão e da mística ligada ao profissional por contemplar o belo, o objeto-sagrado.

Profissão bonita = Afeição/simpatia pela cultura

DOCUMENTO WR01

1ª ocorrência: “(...) Museologia e Museu se dessacralizam e vão se constituindo, respectivamente, em arcabouço científico e cenário de fato museológico”.

Nas ocorrências relativas à produção de Waldisa Russio, existe uma forte tendência de demarcar a própria disciplina e o cenário institucionalizado do museu como científico. Ou seja, estruturas científicas que requerem um método/conhecimento.

Arcabouço científico = Método/conhecimento específico

2ª ocorrência: “(...) Museologia como ramo de conhecimento científico e do museólogo como cientista e profissional”

O esquema discursivo permanece atrelado ao enunciado da ocorrência anterior, a questão científica como modo de fazer algo.

Conhecimento científico = Método/procedimento profissional

DOCUMENTO WR02

1ª ocorrência: “(...) a Museologia é uma ciência em formação. O seu caráter científico é dado, sobretudo, pelo fato de possuir um objeto específico”

Já na referência de WR02, a Museologia é apresentada como método científico que se refere a um aglomerado de regras de como deve ser o procedimento com fato museológico.

Ciência em formação = Método/conhecimento específico

2ª ocorrência: “(...) a Museologia é a ciência do fato museológico, e fato museológico é a relação profunda entre o Homem (sujeito que conhece) e o Objeto (parte da realidade de que o Homem também participa), num cenário institucionalizado, Museu”.

Esse enunciado sugere um olhar sobre a tríade (Homem x Objeto x Museu) que define o fato museológico, atrelado à ocorrência anterior.

Ciência do fato museológico = Método/procedimento científico

DOCUMENTO WR03

Em alguns momentos da produção de Waldisa Rússio, a temática da Museologia como método científico vem atrelada à denominação de ciência em desenvolvimento, essencialmente, diversa por estabelecer relações entre dois ou mais ramos do conhecimento, questão esta apresentada nos enunciados de WR03.

1ª ocorrência: “(...) Museologia é uma ciência nova em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto específico, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais”.

Ciência nova em formação = Método/conhecimento específico

2ª ocorrência: “(...) método a ser utilizado em Museologia seja essencialmente interdisciplinar, posto que o estudo do homem, da natureza e da vida, depende do domínio de conhecimentos científicos muito diversos”.

Interdisciplinar = Conhecimento diverso/plural

3ª ocorrência: “(...) interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia e, portanto, o método de trabalho nos museus e cursos de formação de museólogos e funcionários de museu”.

Interdisciplinar = Atuação/exercício profissional

DOCUMENTO WR04

1ª ocorrência: “(...) Museologia como ciência do fato museal, entendido este como a relação profunda entre o Homem – sujeito que conhece – e o Objeto – fração e testemunho da realidade de que o Homem também participa – num cenário institucionalizado, o Museu”.

Em WR04, a disciplina museológica é definida como ciência do fato museal que privilegia a relação da tríade que se estabelece entre o homem e o objeto via o cenário institucional, o museu. Desse modo, tal alteração ocorre pelo desenvolvimento da área do conhecimento para balizar/demarcar os limites do campo museológico.

Ciência do fato museal = Tríade homem, objeto e museu

DOCUMENTO WR05

1ª ocorrência: “(...) museologia é uma disciplina científica e é uma ciência em construção”.

Conforme trecho transcrito, o enunciado aponta que o conhecimento científico do campo museológico permanece em formação.

Disciplina Científica = Conhecimento em formação

Apresentamos, a seguir, no **quadro 29**, os enunciados dos documentos selecionados referentes à CATEGORIA 3:

CATEGORIA 3	
GUSTAVO BARROSO	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
GB01	<p>“A palavra Conservador presta-se à interpretação acima aludida por ignorância ou malícia. Por isso, muitas vezes se pretende rebaixar o cargo assim nomeado, porque ao seu nome se atribuem funções de condição inferior como a guarda ou limpeza de materiais e edifícios. Nada mais absurdo” (p. 230).</p> <p>“(...) toda Carreira de Conservador de Museu sofre a humilhação e a injustiça de ser considerada inferior à de Naturalista. No entanto, as funções e objetivos são idênticos: se o último conserva e pesquisa o material etnográfico, zoológico, botânico ou geológico, o primeiro conserva e pesquisa o material histórico, artístico, numismático ou paleográfico. Em que poderá ser o estudo e o trabalho de um superior ao trabalho do outro?” (p. 230).</p> <p>“(...) unicamente a pura justiça da causa e a defesa da carreira de Conservador, pois o rebaixamento do seu nível de salário terá como consequência lógica o rebaixamento de sua qualidade. Isto já se evidenciou com a inexplicável supressão da defesa pública de tese no último concurso, o que permitiu a entrada no quadro de elementos menos preparados do que os anteriores. Se o cargo de Conservador de Museu for mal considerado e mal pago, não atrairá pessoal de melhor preparação, pouco a pouco se inferiorizará e isso será terrivelmente prejudicial ao serviço público no futuro, pois aos Museus do Estado faltarão pesquisadores e classificadores competentes” (p. 233-234).</p>
GB02	-----
VALENTIN CALDERÓN	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
VC01	“A carreira de Museologia está regulamentada, mas não devidamente considerada nos quadros dos organismos oficiais ”
WALDISA RUSSIO	
DOCUMENTO	ENUNCIADO
WR01	“(...) quando se falava em conservador de museu, a frase era acompanhada de um gesto universal: dedos da mão unidos, movidos mais ou menos ritmicamente de um para o outro lado, simulando espalhar o pó existente sobre um objeto imaginário ou invisível. Também é recente a frase em que as pessoas franziam as sobrancelhas e repetiam em

	tom indagador: ‘Museólogo? Ah... Museólogo, não é?’. Porém, há pelo menos alguns anos, o termo parece não surpreender tanto as pessoas, que já não nos dizem com tanta frequência e ar de piedosa incredulidade: “Tão jovem! E tralhando em museu ...” (É certo que a ausência desta última observação pode se justificar quando se abandona a quadra dos 20...)” (p. 237).
WR02	-----
WR03	-----
WR04	-----
WR05	-----

Quadro 29 – Categoria 3: como os museólogos atribuem as representações que os outros fazem da Museologia

Fonte: A autora, com base nos documentos selecionados para análise

Os enunciados apresentados na categoria 3 atribuem aos museólogos uma versão negativa. Esses profissionais constroem um diálogo e manifestam uma materialidade que retoma uma memória sobre o que eles atribuem serem as representações que os outros profissionais fazem da Museologia.

Importante salientar que essa categoria teve poucas ocorrências nos documentos selecionados, fato este que nos chama atenção à medida que a desvalorização permanece enumerada nas justificativas dos projetos de lei para regulamentação da profissão e, ainda, se destaca nos discursos dos profissionais em defesa da profissão de museólogo, como, por exemplo, na minuta do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco, de 1982.

DOCUMENTO GB02

1ª ocorrência: “(...) Conservador presta-se à interpretação acima aludida por ignorância ou malícia. Por isso, muitas vezes se pretende rebaixar o cargo assim nomeado, porque ao seu nome se atribuem funções de condição inferior como a guarda ou limpeza de materiais e edifícios. Nada mais absurdo”

Nessa ocorrência temos a utilização de ignorância e malícia funcionando como valor complementar à falta de justiça em relação aos profissionais ao conceber a função de ordenação e de higienização.

Cargo inferior = Equívoco/ignorância

2ª ocorrência: “(...) toda Carreira de Conservador de Museu sofre a humilhação e a injustiça de ser considerada inferior à de Naturalista. (...) Em que poderá ser o estudo e o trabalho de um superior ao trabalho do outro?”

Na segunda ocorrência, temos o uso das palavras humilhação e injustiça como bastante significativo e simbólico por sua conotação de arbitrariedade, muito mais se tivesse priorizado somente a comparação das práticas profissionais, por exemplo. Nesse sentido, ambas as palavras enfatizam a tendenciosidade de desqualificar uma prática ao considerar outra superior como pesquisador.

Inferior aos Naturalistas = Arbitrariedade pela comparação das práticas profissionais

3ª ocorrência: *“(...) unicamente a pura justiça da causa e a defesa da carreira de Conservador, pois o rebaixamento do seu nível de salário terá como consequência lógica o rebaixamento de sua qualidade”.*

Nesse enunciado, há permanência da importância atribuída à denominação da profissão como Conservador. O termo permanece descrito como uma espécie de tradição ligada à herança cultural.

Rebaixamento nível de salário = Baixa qualidade

DOCUMENTO VC01

1ª ocorrência: *“(...) carreira de Museologia está regulamentada, mas não devidamente considerada nos quadros dos organismos oficiais”.*

Em VC01, a profissão na Museologia é destacada como não considerada devidamente nas instituições oficiais pela ausência de reconhecimento institucional.

Profissão = ausência de reconhecimento institucional

DOCUMENTO WR01

1ª ocorrência: *“(...) é recente a frase em que as pessoas franziam as sobrancelhas e repetiam em tom indagador: ‘Museólogo? Ah... Museólogo, não é?’. Porém, há pelo menos alguns anos, o termo parece não surpreender tanto as pessoas, que já não nos dizem com tanta frequência e ar de piedosa incredulidade: ‘Tão jovem! E trabalhando em museu’*

No enunciado, em WR01, a única referência localizada está relacionada à questão do profissional museólogo, depreciado ao optar pelo trabalho em museu.

Museólogo = Profissional desconhecido por trabalhar em museu

Resumidamente, no **quadro 30**, temos na CATEGORIA 1 alguns elementos textuais que nos apontam para o fato de os enunciados analisados abordarem como a imagem do profissional conservador/museólogo se transformou ao longo do tempo. Visto inicialmente como deus onipotente do saber justificado como salvador, que marca o período inicial do Curso de Museus, e, num segundo momento, pode ser representado como agente responsável e administrador com habilidade específica ligada ao fato museal. Na CATEGORIA 2, temos os elementos textuais que delineiam os enunciados analisados numa tentativa de reafirmar a área do conhecimento como científica ao valorizar a formação especializada e o próprio método. E na CATEGORIA 3 apresentamos as representações que os museólogos atribuem aos outros profissionais em relação à Museologia.

COORDENADORES	CATEGORIA 1 – QUEM SÃO OS CONSERVADORES/MUSEÓLOGOS		CATEGORIA 2 – COMO OS MUSEÓLOGOS DELIMITAM SUA ÁREA DO CONHECIMENTO		CATEGORIA 3 – COMO OS MUSEÓLOGOS ATRIBUEM AS REPRESENTAÇÕES QUE OS OUTROS PROFISSIONAIS FAZEM DA MUSEOLOGIA	
	ENUNCIADO	ACEPÇÃO CONSIDERADA	ENUNCIADO	ACEPÇÃO CONSIDERADA	ENUNCIADO	ACEPÇÃO CONSIDERADA
GUSTAVO BARROSO	Título com inestimável prestígio	Funcionário especializado	Estudo científico	conhecimento/aprendizado específico	Cargo inferior	Equívoco/ignorância
	Evocador	Torna presente pela lembrança				
	Homem ilustre	Funcionário público			Inferior aos Naturalistas	Arbitrariedade pela comparação das práticas profissionais
VALENTIM CALDERÓN	Desbravador	Como pioneiro no exercício profissional	Profissão bonita	Afeição/simpatia pela cultura	Profissão	Ausência de reconhecimento institucional
	Condutor Cultural	Funcionário especializado				

WALDISA RÚSSIO	Profissional	Formação especializada	Arcabouço científico	Método/conhecimento específico	Museólogo	Profissional desconhecido por trabalhar em museu
			Conhecimento científico	Método/procedimento profissional		
			Ciência em formação	Método/conhecimento específico		
	Agente consciente	Gestor habilitado	Ciência do fato museológico	Método/procedimento científico		
	Trabalhador de museu	Dirigente e guia cultural	Ciência nova em formação	Método/conhecimento específico		
			Interdisciplinar	Conhecimento diverso/plural		
	Gestor, coordenador	Especialista do fato museal				
	Trabalhador	Dados culturais	Ciência do fato museal	Tríade homem, objeto e museu		
			Disciplina Científica	Conhecimento em formação		

Quadro 30 – Cruzamento de dados

Fonte: A autora, com base nos documentos selecionados para análise

Ao analisar as representações metafóricas que ocorrem na produção discursiva, uma vez que consideramos a relação do procedimento metafórico com contexto de uso, como indica Lakoff e Johnson (1980), Orrico (2001) e Orrico e Oliveira, C. (2006), temos o intuito de estabelecer que o processo de institucionalização do campo do conhecimento da Museologia no Brasil permaneceria metaforicamente projetado. Nesse sentido, nossa proposta é investigar a representação do campo como evidência da identidade atribuída pelos profissionais.

Na coleta dessas representações metafóricas, foram privilegiadas as categorias de análise anteriores e seus atributos metafóricos. O mapeamento que tentamos elaborar delinea questões identitárias em dois níveis, do próprio grupo e do campo de conhecimento da Museologia, ou seja, momentos relativos ao universo simbólico de construção do referido grupo. Assim, ao abordarmos a identidade, estamos tratando da memória referente à produção do conhecimento e seu contexto enunciativo.

Para fins deste estudo, empreendemos nossas observações nos enunciados dos coordenadores selecionados que se relacionam ao campo de conhecimento da Museologia e exercem papel fundamental na formação profissional dos museólogos. Na análise foram consideradas as sequências discursivas dos coordenadores de cursos na tentativa de compreender o conjunto metafórico e o modo de representação dessa comunidade discursiva sobre o campo museológico.

Nesse sentido, buscamos, ao retomar os apontamentos do **quadro 30**, apresentado anteriormente, depreender os atributos metafóricos das categorias 1 e 2 para representar uma área do conhecimento, a de Museologia, e seus profissionais, os museólogos. Vejamos alguns exemplos:

(A) CATEGORIA 1 – PROFISSIONAL

“**técnico** ou entendido em Museus”

“São **condutores de cultura**”

“um **profissional**, o que pressupõe uma adequada formação anterior”

“um **agente consciente** de seu papel profissional, humano e social”

“o **trabalhador** de museu”

“o **cientista** do fato museal”

(B) CATEGORIA 2 – ÁREA DO CONHECIMENTO

“**estudo científico** de tudo o que se refere aos Museus”

“amor pela cultura, não há nenhuma **profissão mais bonita**”

“**arcabouço científico** e cenário de fato museológico”

“ramo de **conhecimento científico** e do museólogo como cientista e profissional”

“uma **ciência em formação**”

“a **ciência do fato museológico**, e fato museológico é a relação profunda entre o Homem (sujeito que conhece) e o Objeto (parte da realidade de que o Homem também participa), num cenário institucionalizado, Museu”

“como **ciência do fato museal**”

“é uma **disciplina científica** e é uma ciência em construção”.

Podemos verificar, pelos procedimentos adotados, que a construção de sentido permanece intrinsecamente relacionada à identificação das representações metafóricas contidas nos textos oficiais dos coordenadores de Curso. Assim, ao observar as materialidades discursivas apresentamos representações metafóricas significativamente interligadas. O que vimos, com base na análise, é que a construção da identidade do grupo continua por intermédio da prática museológica.

A CATEGORIA 1, relacionada ao profissional museólogo, aponta para a noção de especialista/conhecedor, isto é, para caráter de estudioso capacitado. Desse modo, optamos pela metáfora mais difundida nos textos oficiais dos coordenadores, na qual a definição que melhor representa essa identidade é a que apresenta o profissional como autoridade, porque se refere ao desempenho e execução do exercício profissional, efetivamente marcado pelo comportamento e performance dos museólogos. Em contrapartida, a CATEGORIA 2 diz respeito à Museologia e indica a noção de ciência/pensamento como conhecimento.

As fronteiras da identidade são arraigadas no processo de representação desse grupo: sua origem, configuração, estrutura e perfil dos profissionais museólogos. Tal configuração nos possibilita identificar uma forma reconhecível de conjunto para esse grupo ligado ao posicionamento desses profissionais e suas práticas. Apresentamos a seguir a **ilustração 6** com a visualização gráfica das representações metafóricas:

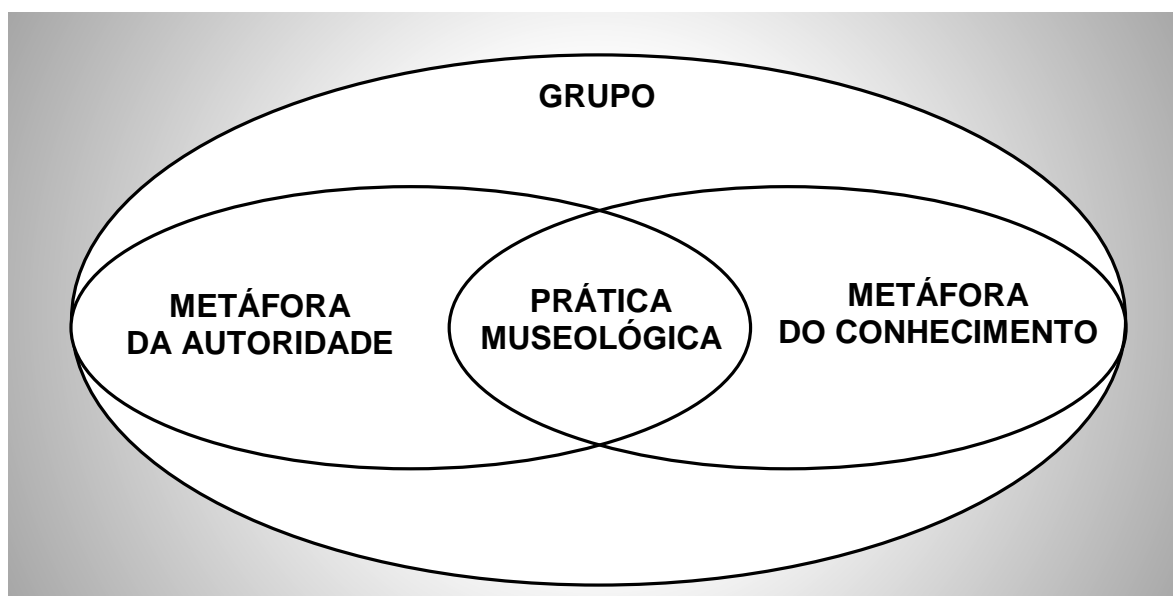


Ilustração 6: Visualização gráfica das representações metafóricas

Fonte: A autora

5.2 Rede de atores e a inclusão da subemenda no projeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo

Sem a pretensão de entrar no debate acerca da rede social como instrumento de análise das trajetórias de formação dos círculos sociais por diversas disciplinas, aqui procuramos elucidar o processo interativo de conexões individuais e institucionais num momento fulcral para articulação do processo de regulamentação da profissão de museólogo. Assim, o levantamento que tentamos elaborar nos capítulos anteriores delineia um longo processo para regulamentação com atuação de vários atores em 21 anos de negociação.

Aqui serão apresentados dados relativos aos atores que participaram do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no período de 9 a 14 de agosto de 1982, descrito no capítulo 4, no item 4.2. Julgamos ser este o momento central na definição da versão final do substituto proposto pelo Deputado Rômulo Galvão que deu origem à Lei nº 7.287/84. Na coleta de dados, foram privilegiados os participantes de Grupo Temático 2, com título “O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia”, por propor a moção que contemplou a inclusão da pós-graduação, Mestrado e Doutorado em

Museologia, no Projeto de Lei e envio da solicitação pelas Associações para Comissões Técnicas da Câmara do Deputados. Tal solicitação foi aprovada, posteriormente, por unanimidade na plenária nacional do referido Encontro.

A opção pelo Encontro organizado pela Fundação Joaquim Nabuco como indicador da rede de atores dada a sua importância ao suprimir cisões e visões em oposição, como subsídio para constituição do campo, permite compreender os mecanismos das inter-relações individuais e institucionais. Nesse sentido, torna-se importante destacar o pano de fundo das redes sociais com base nas interações sociais que surgem com certos propósitos e/ou impulsos, no caso, a possibilidade de aprovação do projeto de regulamentação da profissão.

A inconsistência dos dados relativos aos participantes dos demais eventos da área no espectro nacional não possibilitou sua utilização, apesar de julgarmos interessante a comparação da rede de atores participantes: do VII e VIII Congresso Nacional de Museus, organizado pelo ABM, e o I Encontro Nacional de Museólogos, organizado pelo Curso de Museologia da UFBA e da AMB.

Vale salientar, entretanto, que os profissionais, a partir de suas trajetórias de sociabilidade, participam de uma série de círculos sociais que desenham o campo social, no caso, o campo museológico. Analisando os inscritos do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, em Recife, encontramos a seguinte configuração: um total geral de 125 participantes; dos profissionais inscritos de dez estados temos maior destaque de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, que representam 116 inscritos (92,8%).

Quanto ao mapeamento dos participantes por estado, apresentamos o **gráfico 3** para melhor visualização, com destaque dos tipos de inscritos no Encontro.

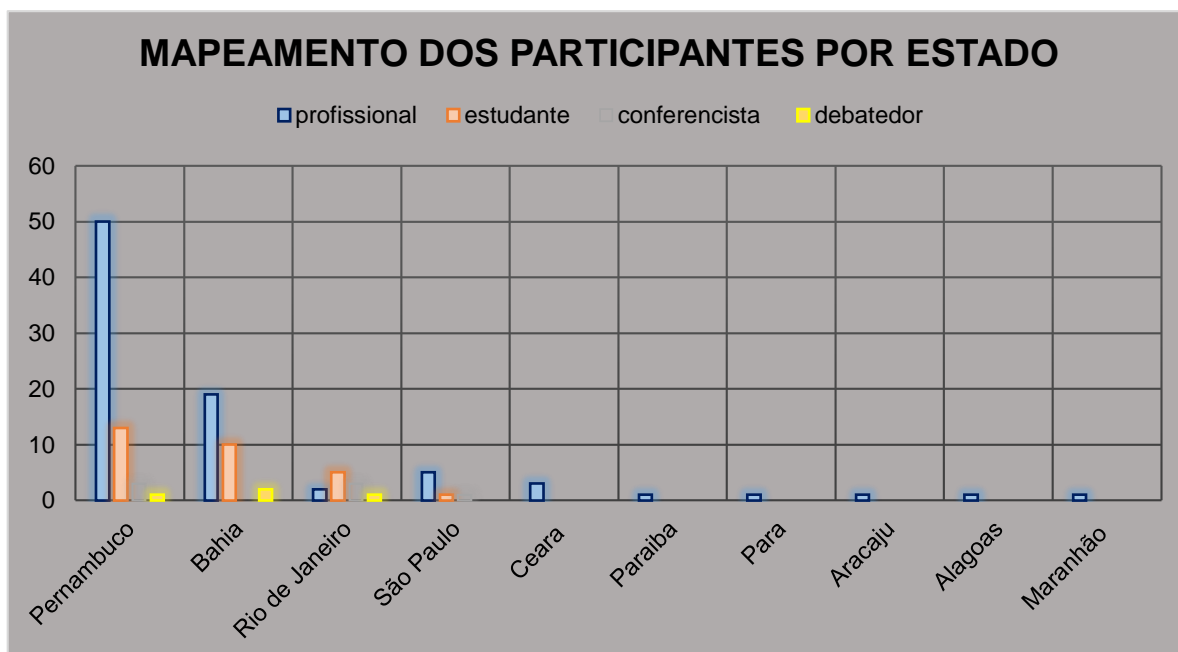


Gráfico 3 – Mapeamento dos participantes por estado, no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, em destaque o quantitativo de profissionais, estudantes, conferencistas e debatedores

Fonte: A autora, com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

Nota-se uma maior concentração no estado de Pernambuco, o que se justifica pela política interna da instituição organizadora, no caso, a Fundação Joaquim Nabuco. Tal situação está certamente associada à norma na época da participação dos funcionários nos eventos propostos pela instituição. Nesse sentido, podemos apontar uma maior delegação com aderência ao Encontro do grupo baiano com 31 profissionais e estudantes (24,8%), que apresentamos no **quadro 31** a partir do mapeamento dos participantes por estado:

ESTADO	PARTICIPANTE				TOTAL
	PROFISSIONAL	ESTUDANTE	CONFERENCISTA	DEBATEDOR	
PERNAMBUCO	50	13	3	1	67
BAHIA	19	10	0	2	31
RIO DE JANEIRO	2	5	3	1	11
SÃO PAULO	5	1	1	0	7

CEARA	3	0	0	0	3
MARANHÃO	1	0	0	0	1
PARAÍBA	1	0	0	0	1
PARA	1	0	0	0	1
ARACAJU	1	0	0	0	1
ALAGOAS	1	0	0	0	1
AMAZONAS	1	0	0	0	1
TOTAL GERAL					125

Quadro 31 – Distribuição dos participantes por estado no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste

Fonte: A autora, com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

Outro destaque foi dado à seleção do grupo temático pelos participantes durante o credenciamento. Observa-se um quantitativo elevado, 52 inscritos (41,60%) sem identificação da opção por grupo, em sua maioria discentes e funcionários da Fundação Joaquim Nabuco, o que não exclui a troca e/ou participação em mais de um grupo temático por participante. Apresentamos a seguir o **quadro 32** com a distribuição dos participantes por GT:

ESTADO	GT1*	GT2**	GT3***	GT4****	SEM INFORMAÇÃO DE GRUPO TEMÁTICO
PERNAMBUCO	2	4	11	10	40
BAHIA	---	12	2	14	4
RIO DE JANEIRO	1	2	1	1	6
SÃO PAULO	---	2	3	1	1
CEARÁ	1	---	1	---	1
PARAÍBA	---	---	---	1	---
PARA	---	1	---	---	---
ARACAJU	---	---	1	---	---
ALAGOAS	---	---	1	---	---
AMAZONAS	---	---	---	1	---
MARANHÃO	1	---	---	---	---
TOTAL GERAL	5 (4%)	21 (16,80%)	20 (16%)	28 (22,40%)	52 (41,60%)

*GT01: A ética profissional em Museologia

**GT02: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da museologia

***GT03: Museologia & Administração ou Museologia x Administração

****GT04: A Museologia do Norte e Nordeste no Brasil

Quadro 32 – Distribuição dos participantes por grupo temático no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste

Fonte: A autora, com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

Quem fez parte das deliberações do Grupo Temático 2? A pergunta permanece ao analisar o período da regulamentação da profissão de museólogo. O **quadro 33** mostra o mapeamento dos atores por estado em destaque para a formação profissional e o cargo em 1982.

ESTADO	NOME	DADOS PARTICIPANTES
BAHIA	Edgar Assis de Oliveira Filho	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: ---
	Eugenia Maria de Menezes	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: ---
	Glaucia Cavalcante dos Santos Bonfim	FP: História e Estudante de Museologia - UFBA C: Historiador do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
	Luís Augusto Bastos Paim	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: ---
	Maria de Fátima de Jesus Carvalho	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: ---
	Maria Lúcia Hoisel Costa	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: Auxiliar de Restauração – Centro de Restauração da BA
	Mônica Maria Aroucha Vaz de Carvalho	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: ---
	Rita de Cassia Maria da Silva	FP: Estudante de Museologia - UFBA C: ---
	Silvia Menezes de Atahyde	FP: Museóloga C: Coordenadora do Núcleo de Artes do DESENBANCO
	Oswaldo Couveia Ribeiro	FP: Museólogo C: Responsável Técnico no Museu Abelardo Rodrigues
	Maria Célia Teixeira Moura Santos	FP: Museóloga C: Coordenadora do Curso de Museologia da UFBA
Maria Mercedes de Oliveira Rosa	FP: Museóloga C: Diretora do Museu Carlos Pinto	
PERNAMBUCO	Aisa Rosalina Pinto Correia Lopes	FP: História C: Técnico de Assuntos Culturais (especialidade em Museus)
	Humberto Magno Cavalcante de Aragão	FP: Arquiteto C: MEC
	Marcos Antonio Gomes de Mattos Albuquerque	FP: Arqueólogo

		C: Prof. Adjunto (Chefe de Laboratório da UFPE)
	COORDENADOR DO GT02 Mario de Souza Chagas	FP: Museólogo C: Técnico Cultural – FUNDAJ
RIO DE JANEIRO	Regina Laura de Souza Bandeira de Mello	FP: Estudante de Museologia - UNIRIO C: Estagiária do Museu Nacional
	Maria Gabriela Pantigoso	FP: Museóloga C: Coordenadora da Escola de Museologia da UNIRIO
SÃO PAULO	RELATOR DO GT02 Marcelo Mattos Araújo	FP: Direito e 2º. Módulo em Museologia da FESP C: Museólogo do Museu Lasar Segall
	Waldisa Russio	FP: Museóloga C: Coordenadora da Pós-Graduação em Museologia da FESPSP
PARA	Raymunda de Paulla Vilhena Portela	FP: Museóloga C: Coordenadora do Museu Histórico do Pará

FP = Formação Profissional

C = Cargo que ocupava na época do Encontro

Quadro 33 – Dados dos participantes no GT2: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste

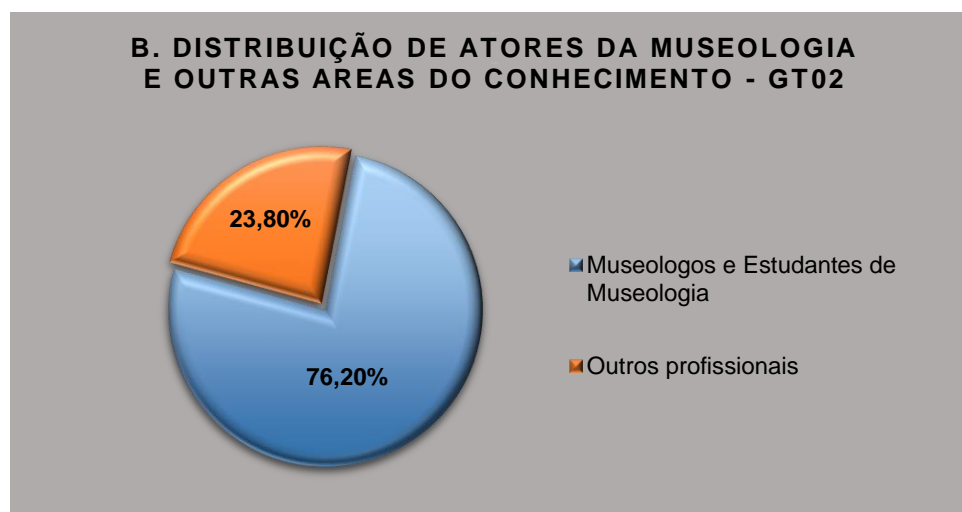
Fonte: A autora, com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

Com base no quadro anterior, foram identificados dentre os 21 participantes (16,80%) do GT2, atuação dos Coordenadores de Curso de Museologia (RJ, BA e SP, destacados em amarelo), além do Coordenador e do Relator do próprio GT (destacados pela cor azul). Observa-se uma importância expressiva na pauta em debate no referido GT no que diz respeito ao mercado de trabalho e o campo da Museologia, especialmente se considerarmos que os Coordenadores participaram da mesa-redonda anterior sobre as deliberações do grupo e não participaram dos demais GT's.

Para determinar a centralidade de um ator, precisamos identificar sua posição frente à comunicação na rede, o que remete à ideia de poder. Nesse sentido, a centralidade é determinada na relação com outro indivíduo, nos elos estabelecidos e não necessariamente no papel de lideranças. Importante salientar que para Bourdieu (2004) existiria uma hierarquia muito específica em cada ciência, o que impossibilita mensurar prestígio científico e poder universitário, apesar do papel de importância de cada coordenador na formação dos profissionais.

Nesse universo foi perceptível a maioria composta por profissionais (13 inscritos que representam 62%) em relação aos estudantes de Museologia (8 inscritos que contabilizam 38%) no GT2, sendo profissionais e estudantes da área do conhecimento da Museologia, uma maioria quantitativa (16 participantes, 72,6%) em relação aos participantes de áreas afins (5 inscritos, com 23,80%).

Nota-se que as formações acadêmicas identificadas foram Direito, Arquitetura e Arqueologia com um indivíduo em cada (4,56%), História com 2 participantes (9,52%), Museologia com 8 profissionais (38,10%) e o mesmo quantitativo para os estudantes de Museologia (38,10%), com vinculações profissionais distintas. Para melhor visualização, apresentamos o **gráfico 4** com o cruzamento de dados pela formação profissional no GT2:



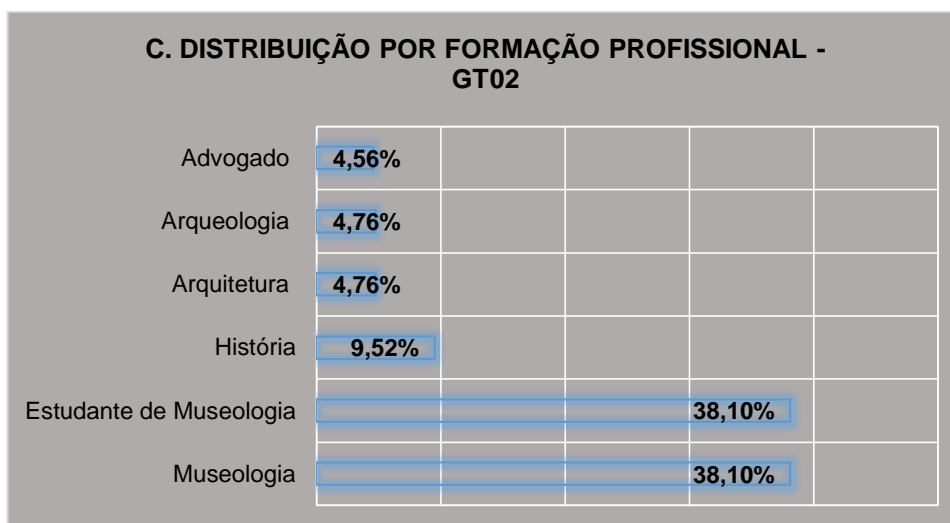


Gráfico 4 – Cruzamento de dados pela formação profissional no GT2: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia

Fonte: A autora, com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

É interessante ressaltar que as redes de atores no GT2 podem ser visualizadas no **gráfico 5**, no qual percebemos uma certa endogenia pelas formas determinadas que indicam a colaboração dos indivíduos do mesmo estado. Optamos por permanecer a contagem direta de participantes por estado e, dessa forma, para cada participante atribuímos uma contagem independente da formação profissional e titulação.

Nesse sentido, formulamos o referido gráfico constatando grupos de participação, tanto maiores quanto menores, que confirmam a significativa participação de profissionais e estudantes baianos, principalmente da UFBA em destaque na cor verde. Num segundo grupo, temos participantes de Pernambuco, particularmente da instituição organizadora do evento na cor salmon. No terceiro ponto, temos participantes do estado do Rio de Janeiro (cor azul) e São Paulo (cor laranja) com a mesma frequência com dois participantes. E, por último, um único representante do estado do Pará na cor vermelha.

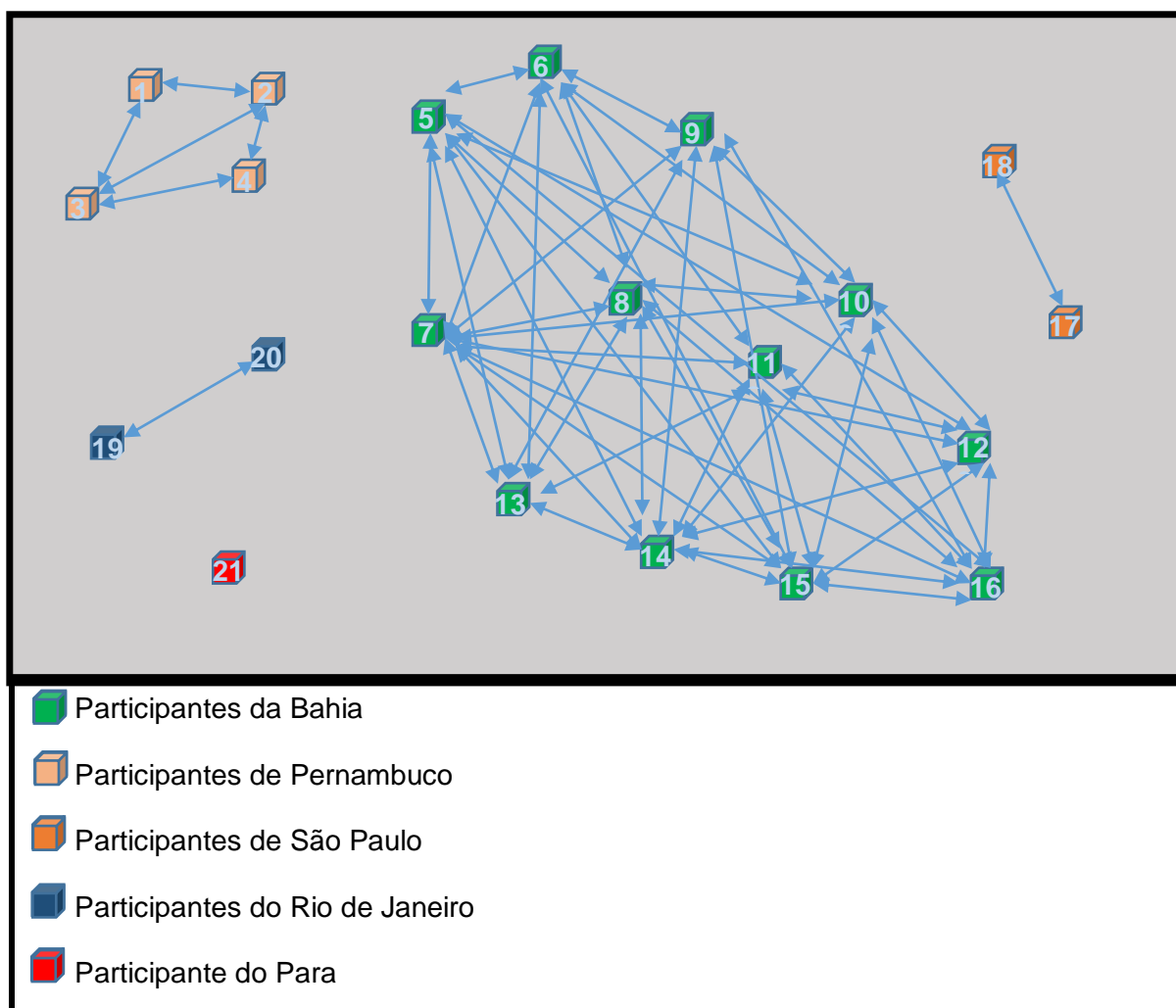
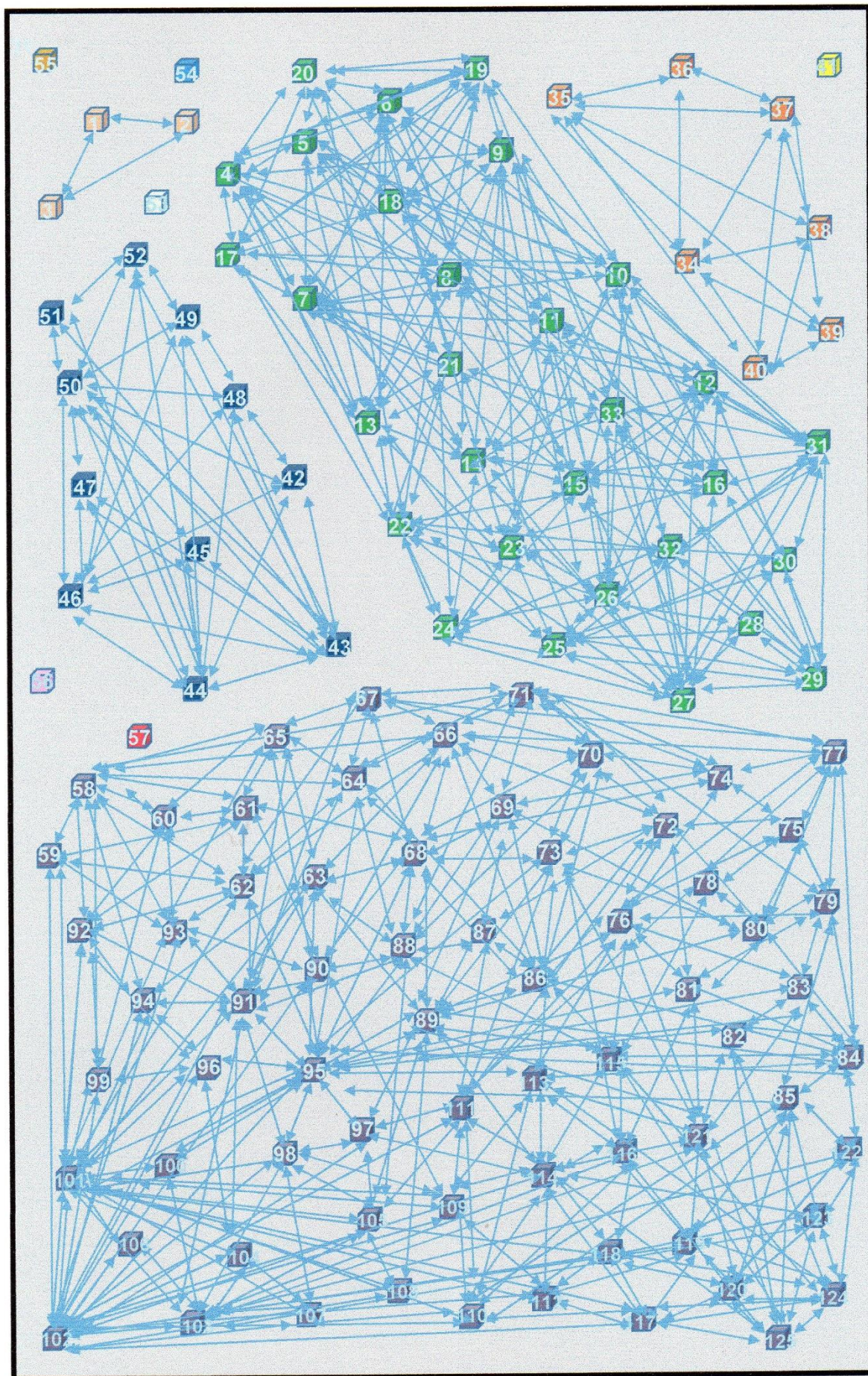


Gráfico 06 – Rede de participantes no GT2: O Museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia

Fonte: A autora com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

A partir da formulação do documento nas deliberações do GT02, as moções e sugestões foram submetidas na plenária nacional para aprovação. Em comparação apresentamos o **gráfico 07** para maior visualização as redes de atores do Encontro. Como podemos observar no gráfico em questão a maioria de representantes está relacionada aos profissionais de Pernambuco (num total de 67), responsáveis pela organização do evento, em seguida profissionais do estado da Bahia (31 indivíduos), principalmente atores da UFBA e AMB, seguidos por representantes do Rio de Janeiro (11 no total), com atores da UNIRIO e ABM, participantes de São Paulo da FESPSP (7 ao todo), representantes do Ceará (com total de 3) e Maranhão, Paraíba, Para, Aracaju, Alagoas e Amazonas com único representante.














LISTA DE PARTICIPANTES:		
 Bahia	 Maranhão	 Alagoas
 Ceara	 Paraíba	 Amazonas
 São Paulo	 Aracaju	 Para
 Rio de Janeiro	 Pernambuco	

Gráfico 07 – Rede de participantes na plenária no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste

Fonte: A autora com base na lista de inscritos – Acervo do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco

A operação de identificação da rede de atores nesse momento específico para regulamentação da profissão destaca que o campo profissional seria determinado por mobilização e interação desses indivíduos, o que resultou no maior destaque dos diversos níveis institucionais e na afirmação identitária de um fórum decisório. Ou seja, a colaboração dos profissionais em prol da regulamentação da profissão, o que garantiu a votação por unanimidade na plenária nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa memória não se apoia na história apreendida, mas na história vivida (HALBWACHS, 2006, p.78-79).

Ao iniciarmos nossa investigação reproduzimos uma citação de um autor clássico dos estudos ligados à Memória Social, no caso, Maurice Halbwachs no livro “A memória coletiva”. A abordagem desse conceito na contemporaneidade é bastante usual e seu tratamento requer um posicionamento teórico dentre as várias possibilidades de conceber a memória. Tal escolha nos inclui dentro da concepção de memória como construção social ao admitir a multiplicidade da memória em relação aos diversos grupos sociais que existem, na medida em que se vale da lembrança num cruzamento para diversos caminhos. Assim, para o delineamento das considerações do trabalho em questão, mesmo que momentaneamente, afinal nossas fontes são em parte inéditas e propõe tantas questões, silêncios e espaços vazios, elegemos uma nova citação dos postulados de Halbwachs para dar inicial ao fio condutor de nossas observações.

Esta pesquisa tem como propósito específico desenvolver um estudo acerca da memória do processo de institucionalização do campo museológico no cenário brasileiro. Desse modo, a institucionalização foi compreendida como processo no qual normas, valores, significados e validações determinam uma atividade social proporcionando, por exemplo, discursos comuns. Dessa forma, foi necessário problematizar a trajetória do movimento associativo e o processo de regulamentação da profissão. Afinal, as marcas do processo de institucionalização ainda se fazem presentes.

Existe no cenário brasileiro um momento de consolidação científica e fortalecimento da Museologia, como área de conhecimento, que modificou o panorama nacional desde anos 2000. Assim, as políticas públicas nas últimas décadas sintetizam a complexidade na institucionalização do campo museológico, com aumento dos cursos de formação, totalizando quinze graduações e quatro programas de pós-graduação, como modalidade de ensinos diferenciadas, apontam

indícios de uma renovação do campo, com inserção de novos atores e ampliação da rede de profissionais.

Podemos destacar pela coleta de dados que conformações diferenciadas da dimensão acadêmico-institucional dos cursos de Museologia apontam para discussões mais verticalizadas que explicitam as relações de saber-poder das partes envolvidas na pesquisa. A averiguação de dados dos agentes que atuam na área e as áreas de formação autoriza dizer: grupos de pesquisa se diferenciam quando examinamos a área predominante indicada. Observa-se que não há distribuição equânime entre os dois tipos de conjuntos de grupos de pesquisa, já que o quantitativo maior identificado diz respeito aos estudos alocados em outras áreas do conhecimento, apesar de abordarem temáticas museológicas.

Majoritariamente, a coleta de dados demonstrou uma certa fragilidade dos mecanismos científicos de institucionalização do campo museológico, principalmente quando identificamos atores relevantes do campo da Museologia que atuam na formação profissional, em nível de pós-graduação e graduação no país, mas alocando suas pesquisas em outra área predominante.

Outras questões se impõem, quando observamos a escolha de parte significativa dos atores da rede de acadêmicos pela área de titulação como predominante em suas pesquisas. No plano acadêmico-institucional, apesar da Museologia, como área do conhecimento, ter 83 anos de existência do primeiro curso de formação, a primeira pós-graduação *stricto sensu* tem somente nove anos, o que demonstra a forma como são construídas as relações nesse campo. Afinal, temos um hiato temporal de 22 anos para efetiva implementação da Pós-graduação em Museologia, em nível *stricto sensu*, na medida em que a Pós-Graduação em Museologia da FESPSP, coordenada por Waldisa Rússio, enfrentou problemas para credenciamento junto ao Ministério da Educação e CAPES.

Isso mostra que a formação profissional tende a ser norteadas por relações interdisciplinares, ou seja, apresenta a Museologia como campo do conhecimento híbrido. Outro dado que reforça essa fragilidade é o fato de existir uma rede de acadêmicos ampla no campo com predominância de pesquisadores de áreas afins com a Museologia, com universos de representação diversos, mas que almejam a participação na apreensão do fenômeno museológico.

Outra questão que emerge dessas observações diz respeito aos profissionais de diferentes campos habilitados pela pós-graduação que adquirem capacitação para

exercício profissional no campo museológico, somados aos cursos de graduação de variadas tipologias acadêmicas colaboram com fazer profissional. Assim, a profissão de museólogo vem sendo redesenhada pela valorização da qualificação em paralelo à formação técnica com estímulo à reflexão e contínua consolidação da Museologia no país.

O **objetivo geral** desta pesquisa tem como base entender a Museologia, como instituição, e seus membros, os museólogos, como grupo na tentativa de compreender a identidade que esses profissionais atribuem ao campo por intermédio das representações metafóricas, tendo em vista a rede de atores em prol da regulamentação da profissão um subsídio para constituição do campo, com intuito de garantir o fortalecimento dessa área do conhecimento. Para realização desse estudo seguimos seis etapas:

- (1) Descrição das condições sociohistóricas do processo de institucionalização do campo museológico, entre 1932 a 1985, no Brasil;
- (2) Mapeamento dos estudos anteriores da produção acadêmica sobre a institucionalização da Museologia;
- (3) Identificação das sequências discursivas do *corpus* selecionado – Gustavo Barroso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio, aptos a enunciarem pela instituição;
- (4) Análise do domínio discursivo do processo de regulamentação da profissão;
- (5) Identificação das representações metafóricas que evidenciam a construção identitária desses profissionais;
- (6) Análise da rede de atores no processo de regulamentação da profissão de museólogo;

Partimos do pressuposto de que os indivíduos estruturam-se por metáforas com base em Lakoff e Johnson (1980) e, ainda, apontamos com referência em Orrico (2001) que as representações metafóricas podem oferecer indicadores da identidade que os museólogos atribuem ao campo. Nossa investigação teve como delimitação de recorte temporal de 1932 a 1985 que marca a criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, assim como o surgimento da graduação em Museologia na Universidade Federal da Bahia, a Pós-graduação em Museologia na FESPSP e o processo de regulamentação da profissão de museólogo.

Empreendemos nossa análise com base nos procedimentos apontados por Indursky (1997), identificando o *corpus empírico* com a totalidade de produções acerca do processo de institucionalização da Museologia no Brasil e, conseqüentemente, o *corpus discursivo* relativo ao conjunto potencial de discurso que pôde, ao ser selecionado, compor um *campo de discurso de referência* com recorte de 1932 a 1985, sendo o campo discursivo desse estudo, composto por domínios discursivos dos Coordenadores de Curso e os projetos de lei para regulamentação da profissão.

O que pretendemos ao longo deste trabalho foi empreender a análise das seqüências discursivas do *corpus* selecionado, considerando quatro marcos históricos em dois momentos:

- (a) **GESTAÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO** com a produção bibliográfica dos coordenadores de cursos de Museologia no país – Gustavo Barroso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio – e seus respectivos recortes temporais;
- (b) **AFIRMAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO** a partir do domínio discursivo do processo de regulamentação da profissão, ao longo de 21 anos, com as propostas de minutas para aprovação do projeto de lei em 1984/1985.

Dessa forma, essa pesquisa centra-se numa temática pouco estudada e pode contribuir para o entendimento do processo de institucionalização da Museologia como área do conhecimento. A análise do momento decisivo de demarcação do campo constatou que existe carência de aprofundamento teórico e empírico no que se refere ao processo de regulamentação da profissão pelo levantamento efetuado para desenvolvimento do estado da arte da tese, o que reforça o ineditismo da abordagem somado ao recorte temporal proposto que entende a Museologia no seu sentido macro e a construção da identidade institucional por intermédio da prática discursiva.

Pela inserção na Linha de Pesquisa Memória e Linguagem, optamos por seguir a filiação teórica da análise do discurso (AD) de vertente francesa e, por isso, o contexto é imprescindível para a compreensão das filiações ideológicas dos atores

com os enunciados. O discurso institucional contribuiu para construção e reprodução das representações que atravessam o próprio processo de institucionalização. Sendo assim, é sobretudo no capítulo 3 e parte do capítulo 4, item 4.1, que concentramos os nossos esforços para delinear as condições sociohistóricas que norteiam a produção discursiva dos Coordenadores de Curso – Gustavo Barroso, Valentim Calderón e Waldisa Russio – e a produção do discurso fragmentado do associativismo museológico.

Destaca-se, também, o processo associativo dos museólogos com surgimento das associações em paralelo à criação de novos cursos num processo de regionalização dos atores e práticas no campo museológico. Ou seja, a regulamentação da profissão de museólogo ocorreu com o fortalecimento da identidade com base no reconhecimento social. Além disso, a produção do discurso associativo dos museólogos, apesar de fragmentária refere-se à regulamentação da profissão como uma ação coletiva, constituindo um campo acadêmico-profissional que visava a defesa da área e o aprimoramento da prática museológica.

O período de **afirmação da profissão de museólogo** é caracteristicamente marcado, no discurso oficial, pela propostas de minutas ao longo dos 21 anos que decorrem o processo para aprovação da lei de regulamentação da profissão que abordamos no capítulo 4, no item 4.2. Podemos perceber, pela análise as aceções no discurso em prol da regulamentação da profissão dos museólogos enquadra a maioria dos enunciados na **formação discursiva ligada a graduação e pós-graduação**. Destaca-se como aceção de maior ocorrência a **formação/capacitação** com quatro frequências, apontando a ideia de regulamentação atrelada ao projeto de formação desses profissionais. Nesse sentido, o projeto de institucionalização do campo museológico inclui um discurso acerca da regulamentação da profissão como **retórica de defesa da área**, caracterizando as “atribuições privadas dos museólogos”. Ou seja, há os que afirmam o valor do museólogo – somos nós, ou seja, os profissionais do campo – e os que desconhecem/desvalorizam – que são os outros profissionais.

Os aspectos relacionados ao mapeamento das propostas de projeto de lei e, portanto, associado aos limites do campo museológico, com análise das atribuições dos museólogos, sofreu pouca alteração nas diversas versões de projetos de lei apresentados ao longo do processo de regulamentação. Destaca-se com maior ocorrência as atividades técnicas ligadas ao processo de musealização, tendo as

áreas relacionadas ligadas à Comunicação, à Documentação e à Conservação. Em segundo plano, apesar da área relacionada à Administração engendrar um peso significativo na formação do museólogo por intermédio das ações ligadas à direção, à organização e ao planejamento, essa sofreu uma diminuição das ocorrências que passam a ser voltadas para os setores técnicos específicos da Museologia, principalmente nas propostas de projetos de lei do início da década de 1980.

Cabe salientar a inclusão da formação em nível de mestrado e doutorado como uma das atribuições para exercício profissional, tendo em vista as deliberações acerca da regulamentação da profissão de museólogo no início da década de 1980. Proposta esta aprovada em dezembro de 1984 com Lei 7.287. O dispositivo legal contempla a pós-graduação *stricto sensu*, além de egressos dos cursos de graduação em Museologia para exercício profissional, apesar da pós-graduação não habilitar profissionalmente.

Já a **gestão do pensamento museológico brasileiro** é abordada no capítulo 5, no item 5.1, através da análise dos documentos selecionados da produção bibliográfica dos Coordenadores de Curso com base nas categorias abordadas. Com base nas categorias selecionadas para interpretação analítica, selecionamos os elementos que apontam para afirmação institucional, necessária ao período de formação do campo. Assim, as temáticas abordadas como pilares de nossa análise são: CATEGORIA 1 – quem são os conservadores/museólogos; CATEGORIA 2 – como os museólogos delimitam sua área do conhecimento; CATEGORIA 3 – como os museólogos atribuem as representações que os outros profissionais fazem da museologia. Tais levantamentos apontaram:

(A) CATEGORIA 1 os enunciados analisados abordam como a imagem do profissional conservador/museólogo se transformou ao longo do tempo. Visto inicialmente como deus onipotente do saber justificado como salvador, que marca o período inicial do Curso de Museus, com a produção de Gustavo Barroso, e, num segundo momento, pode ser representado como agente responsável e administrador com habilidade específica ligada ao fato museal.

(B) CATEGORIA 2, temos os elementos textuais que delineam os enunciados analisados numa tentativa de reafirmar a área do conhecimento como científica ao valorizar a formação especializada e o próprio método.

(C) CATEGORIA 3 apresentamos as representações que os museólogos atribuem aos outros profissionais em relação à Museologia.

Em relação as representações metafóricas, foram as categorias de análise anteriores com atributos metafóricos. Assim, o mapeamento que elaboramos buscou delinea questões identitárias em dois níveis, do próprio grupo e do campo de conhecimento da Museologia. Na análise consideramos as sequências discursivas dos coordenadores na tentativa de compreender o conjunto metafórico e o modo de representação dessa comunidade discursiva sobre o campo museológico.

Ao analisar as materialidades discursivas apresentamos representações metafóricas significativamente interligadas, o que nos permite apontar uma certa regularidade nas representações metafóricas que circulam nos discursos do processo de institucionalização da Museologia no Brasil. Tudo indica, com base em nossa análise, que a construção da identidade do grupo continua por intermédio da prática museológica.

Podemos verificar, pelos procedimentos adotados, que a CATEGORIA 1, sobre o profissional museólogo, aponta para a noção de especialista/conhecedor e seu caráter de estudioso capacitado. Nessa perspectiva, verificamos na análise proposta duas metáforas que melhor evidenciam a constituição do grupo: (a) **metáfora da autoridade** que se refere ao desempenho e execução do exercício profissional, efetivamente marcado pelo comportamento e performance dos museólogos; (b) **metáfora do conhecimento** que diz respeito à Museologia e indica a noção de ciência/pensamento. Tal configuração nos possibilita identificar uma forma reconhecível de conjunto para esse grupo ligado ao posicionamento desses profissionais e suas práticas.

Percebe-se que o esboço da **rede de atores** apresentados do momento das negociações para aprovação do projeto de regulamentação da profissão ocorreu no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, de 09 a 14 de agosto de 1982. Essa rede de atores teve como base o grupo temático 02 e a plenária nacional que aprovou as deliberações do referido grupo. Desse modo, as duas redes participativas possuem características endógenas nas configurações estabelecidas, principalmente norteadas pelo sentido de união e interação dos profissionais naquele momento específico. Destacamos no capítulo 5,

no item 5.3, uma ausência de centralidade das redes apresentadas, apesar da participação dos Coordenadores de Curso nas deliberações. Isso ocorre pela centralidade em rede ser atribuída ao posicionamento estratégico e não necessariamente às lideranças. A operação de identificação da rede de atores para regulamentação da profissão destaca que o campo profissional seria determinado por mobilização e interação desses indivíduos, o que resultou no maior destaque dos diversos níveis institucionais e na afirmação identitária de um fórum decisório.

Dentro desse contexto, nossas análises nos levaram a ver a Museologia, como Instituição, com traço marcante em sua origem voltada para prática museológica. Tais considerações não devem ser tidas como finais, na medida em que apontam que o resultado desse processo permanece para as gerações futuras de museólogos. Para outros propósitos, devem ser vislumbradas como iniciais, devendo suscitar outras contribuições para o desenvolvimento do campo da Museologia, como área do conhecimento, e para compreender as diretrizes da área em nosso país num momento de autonomia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. (Artemídia)
- A CARTA DO RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 16/17 ago. 1981. Acervo NUMMUS/UNIRIO.
- ALCOULOUMBRÉ JR., Albert. Regulamentação da profissão de museólogo provoca debate: quem deve dirigir nossos museus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1982. Acervo NUMMUS/UNIRIO.
- ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de; SÁ, Ivan Coelho de; CHAGAS, Mário de Souza. **Projeto de reformulação curricular do curso de museologia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1970.
- ALVARES, Lilian. Graduação em museologia: significados, opções e perspectivas. **Museologia & Interdisciplinaridade – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, Brasília, vol.1, nº.1, jan./jul. de 2012.
- A MUSEOLOGIA CARECE DE TÉCNICOS E REGULAMENTAÇÃO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out. 1969. Acervo NUMMUS/UNIRIO.
- ANAI DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, v. XXIX, 1997.
- ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco de. O Patrimônio Histórico e Artístico e a missão da universidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S. l.], nº.31, p. 83-87, 2005.
- A PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO EM DEBATE. **O Antiquário**, [S.l.], jul. 1983. Acervo NUMMUS/UNIRIO.
- ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarotto. Configuração epistemológica da Ciência da Informação na literatura periódica brasileira por meio de análise de citações (1972-2008). **Perspectiva em Ciência da Informação – Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.15, n.1, p.18-43, jan./abr. 2010.
- ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; GONZÁLEZ, José Antonio Moreira. A produção acadêmica em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização científica. **Perspectiva em Ciência da Informação – Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 16, n.3, p.75-92, jul./set. 2011.
- ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Introdução: um momento de reflexão sobre nosso passado museológico. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 17-22, 2010.

ARAUJO, Marcelo Mattos. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – agente da utopia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guanieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 103-144, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE MUSEÓLOGOS DA BAHIA, 1981a, Bahia. I Encontro de Museólogos e estudantes de Museologia. **Estudo de um anteprojeto de lei para regulamentação da profissão de museólogo**. Trabalho não publicado. Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos.

ASSOCIAÇÃO DE MUSEÓLOGOS DA BAHIA, 1981b, Bahia. I Encontro de Museólogos e estudantes de Museologia. **Proposta para organização e desenvolvimento dos trabalhos**. Trabalho não publicado. Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos.

ASSOCIAÇÃO DE MUSEÓLOGOS DA BAHIA, 1981c, Bahia. I Encontro de Museólogos e estudantes de Museologia. **Folder**. Trabalho não publicado. Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos.

ASSOCIAÇÃO DE MUSEÓLOGOS DA BAHIA, 1981d, Bahia. I Encontro de Museólogos e estudantes de Museologia. **Cartaz**. Trabalho não publicado. Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1974, Rio de Janeiro. **Minuta do Projeto de Lei de 1974**. Trabalho não publicado. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1974, Rio de Janeiro. **Minuta do Projeto de Lei de 1979**. Trabalho não publicado. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA, 1981, Rio de Janeiro. VII Congresso Nacional de Museus. **Carta do Rio de Janeiro**. Trabalho não publicado. Acervo Institucional do Museu do Homem do Nordeste.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837 – 1888**. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012.

BARATA, Mário. 50 anos de Museologia I: um fragmento pessoal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 152, n.371, p.554-561, abr./jun. 1991.

BARRETO, Auta. **Carta ao Diretor do Museu Histórico Nacional, Prof. Gerardo Brito Rapozo da Câmara**. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1978. Correspondência da presidente do Conselho Deliberativo da ABM com cópia do documento enviado ao ao Presidente da ABM, Dr. Arnaldo Machado, solicitando informações sobre o processo de regulamentação da profissão. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

BARRETO, Auta; FERNANDES, Neusa; MOURA, Fernando. **Carta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1981. Documento formulado durante o VII Congresso Nacional de Museus da ABM. Acervo Institucional do Museu do Homem do Nordeste.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Gráfica Olímpica, vol. 01, 1951.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Gráfica Olímpia, vol. 02, 1953.

BARROSO, Gustavo. O Curso de Museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, vol. v, p. 191-211, 1955 [? 1944].

BARROSO, Gustavo. A carreira de conservador. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, vol. VIII, p. 229-234, 1957 [? 1947].

BARROSO, Gustavo. O culto da saudade. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, v. XXIX, p. 32-34, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro, Petropolis: Editora Vozes, 2012.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos**: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil. Monografia (Escola de Museologia). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

BITTENCOURT, José Neves. Receita para refeição cotidiana dos museus. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S. l.], nº.31, p. 148-163, 2005.

BITTENCOURT, José Neves. As políticas passam, os acervos ficam. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil**: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado de Ceará, p. 127-141, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49)

BOURDIEU, Pierre. **Os usos da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Coleção estudos; 20)

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-lei n. 21.129**, de 7 de março de 1932a.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. **Legislação**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1946. [Folheto nº. 46 – Regulamento Curso de Museus]

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto nº. 801/1963**. Brasília, 31 de julho de 1963. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Central de Revisão dos currículos. **Parecer nº. 971/69**. Brasília, 05 de dezembro de 1969. Dispõe sobre currículo mínimo de Museologia. Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4858/1981**. Brasília, 24 de junho de 1981a. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça. **Relatório sobre o Projeto de Lei 4858/1981**. Brasília, 18 de agosto de 1981b. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça. **Parecer da Comissão sobre o Projeto de Lei 4858/1981**. Brasília, 3 de dezembro de 1981c. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5.654/1981**. Brasília, 23 de novembro de 1981d. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Parecer sobre o Projeto de Lei 4858/1981**. Brasília, 03 de maio 1982a. Requerimento de anexação do Projeto de Lei 5.654/1981; ofício nº. 117/1982. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Relatório sobre Projeto de Lei 4858/1981 e Projeto de Lei 5.654/1981**. Brasília, 30 de junho de 1982b. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Substituto apresentado pelo Relator Dep. Romulo Galvão**. Brasília, 30 de junho de 1982c. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Parecer sobre o substituto apresentado pelo Relator Dep. Romulo Galvão**. Brasília, 30 de junho de 1982d. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Trabalho e Legislação Social. **Relatório sobre o Projeto de Lei 4858/1981**. Brasília, 01 de dezembro de 1982e. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Trabalho e Legislação Social. **Parecer sobre o Projeto de Lei 4858/1981**. Brasília, 01 de dezembro de 1982f. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Redação. **Redação Final do Projeto de Lei 4858B/1981**. Brasília, 01 de junho de 1983a. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL. Senado Federal. **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, p.2196-2197, de 04 de junho de 1983b. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 7.287**, de 18 de dezembro de 1984.

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto nº 91.775**, de 15 de outubro de 1985.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: _____. Museologia e Comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**.

Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº.9, p.9-33, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes a formação profissional. In: _____. *Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia*. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº.10, p.13-21, 1997.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **A formação profissional e os museus brasileiros: conquistas e desafios**. Disponível em: <www.icomrio2013.org.br>. Acesso em set. 2013.

BUFREM, Leilah Santiago. Relações construídas no campo de conhecimento da ciência da informação no Brasil. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n.3, p. 68-97, set./dez. 2013.

BUFREM, Leilah Santiago; JUNIOR, Rene Faustino Gabriel; SORRIBAS, Tidra Viana. Redes sociais na pesquisa científica da área de ciência da informação. **DataGramZero – Revista de Informação**, [S. l.], v.12, n.3, ago. 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Ondas do pensamento museológico brasileiro**. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, v. 20, nº.20, 2003.

CARMARGO-MORO, Fernanda de; NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993). Documento de base: cronologia do ICOM 1946-1993. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretária de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p.31-81, 2010.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner – dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e museologia. **Revista de Museologia**, v.4, p.147-158, 2011. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/185/171>>. Acesso em jan. 2014.

CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: história e autobiografia em Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História). Ouro Preto, MG: UFOP, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. (Coleção Museu, memória e cidadania).

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museu e políticas de memória. Cadernos de Sociomuseologia*. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº.19, p.43-81, 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. O campo de atuação da Museologia. In: _____. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, p. 15-36, 1996.

CHAGAS, Mário de Souza. A formação profissional do museólogo: 7 imagens e 7 perigos. In: _____. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, p. 111-120, 1996.

CHAGAS, Mário de Souza; ALVARES, Lilian; ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de (orgs.). **Museologia em ação**: homenagem à Lygia Martins Costa. Brasília, DF: FIC/UNB, 2010.

CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.27, p.31-65, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. **Memória e interdiscurso**. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, Raquel Luise Pret. **Ver é conhecer**: memória e identidade no processo de revitalização do Museu Histórico Nacional (1982-1989). Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <dgp.cnpq.br/planotabular/>. Acesso em jan. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de teses**. Disponível em: <www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 3 jun. 2013.

CORBETT, Candida Maria Campello. **Possibilidade de fechamento da Faculdade de Museologia da Universidade Estácio de Sá**: problemas e consequências. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, Niterói, 1992.

CORDOVIL, Maria Madalena. Novos Museus. Novos perfis profissionais. **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº 1, p.12-19, 1993. Disponível em:<http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/145/1/3_novos_museus_novos_perfis_profissionais.pdf>. Acesso fev. 2014.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e antimaçonaria**: uma análise da “História Secreta do Brasil”. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009.

COSTA, Heloisa Helena F. G. da. Formação em Museologia – o caso da Bahia. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.41, p.239-253, 2009.

COSTA, Lygia Martins. 50 anos de Museologia II: significado da homenagem. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 152, n.371, p.562-567, abr./jun. 1991.

COSTA, Lygia Martins. **De museologia, arte e política do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

COSTA, Lygia Martins. Entrevista-Depoimento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S. l.], nº.31, p. 275-309, 2005.

COSTA, Lygia Martins. Os museus do Brasil e perspectivas de adaptação ao mundo contemporâneo (1972). In: CHAGAS, Mário de Souza; ALVARES, Lilian; ALMEIDA,

Cícero Antônio Fonseca de (orgs.). **Museologia em ação**: homenagem à Lygia Martins Costa. Brasília, DF: FIC/UNB, p. 61-70, 2010a.

COSTA, Lygia Martins. De museus, museologia e museólogos (1982). In: CHAGAS, Mário de Souza; ALVARES, Lilian; ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de (orgs.). **Museologia em ação**: homenagem à Lygia Martins Costa. Brasília, DF: FIC/UNB, p. 71-77, 2010b.

COUTINHO, Maria Inês Lopes. Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guanieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 9-46, 2010.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...**: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus. ICOM-BR, 2008. Disponível em: <www.academia.edu/3519747/Era_uma_vez_ha_60_anos_atras..._O_Brasil_e_a_criacao_do_Conselho_Internacional_de_Museus>. Acesso em jan. 2013.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos; SÁ, Ivan Coelho de. **Do horizonte do passado ao horizonte do futuro**: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

CURY, Marília Xavier. Musealização. In: _____. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, p. 22-33, 2005.

CURY, Marília Xavier. Musealização. In: _____. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, p. 22-33, 2005.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Ponta, 16)

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOBAR, Carlos Henrique de. Discurso Científico e Discurso Ideológico. In: FOUCAULT, Michel [et al]. **O homem e o discurso** (a arqueologia de Michel Foucault). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 67-90, 2008. (Comunicação; 3)

ENCONTRO DE MUSEÓLOGOS DOS NORTE E NORDESTE. 1, 1982, Recife. **Minuta dos Anais do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste**. Trabalho não publicado. Acervo Institucional do Museu do Homem do Nordeste.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional**: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, RS: UFRGS, 2013.

FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.). **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERNANDES, Neusa. **A ABM e a regulamentação da profissão de museólogo**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014. (Coleção Memória e Preservação da Museologia no Brasil: História).

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niteroi: Muriaquitã, 2008.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; STELZIG, Sabina. Sobre trajetórias de sociabilidade: a ideia de relé social enquanto mecanismo criador de novas redes sociais. **Políticas & Sociedade – Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v.3, n.3, p.57-77, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004b.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Convênio MASP-FESP. **Programação (trienal)**. São Paulo, 1977. Dispõe sobre Grade Curricular da Pós-graduação em Museologia da FESPSP. Acervo CEDOC/FESPSP.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Convênio MASP-FESP. **Cursos de Museologia e Arte**. São Paulo, 1978. Folder de divulgação para curso de 26 de abril de 1978. Acervo MASP. Acervo CEDOC/FESPSP.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Convênio MASP-FESP. **Cursos de Museologia e Arte**. São Paulo, 1979. Folder de divulgação. Acervo CEDOC/FESPSP.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Conselho Superior. **Resolução nº. 01/1985**. São Paulo, no dia 09 de maio de 1985a. Dispõe sobre a criação do Instituto de Museologia de São Paulo. Acervo CEDOC/FESPSP.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Instituto de Museologia de São Paulo. **Regimento Interno**. São Paulo, maio de 1985b. Dispõe sobre as finalidades e normas do Instituto de Museologia de São Paulo. Acervo CEDOC/FESPSP.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. **Solicitação ao CAPES**. São Paulo, 1986. Dispõe sobre o acompanhamento e assessoramento ao processo de credenciamento de cursos de Mestrado e Doutorado em Museologia. Acervo CEDOC/FESPSP.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. **Solicitação de inspeção prévia para posterior funcionamento experimental de cursos de Museologia em nível de Mestrado e Doutorado**. São Paulo, 1987. Dispõe sobre o acompanhamento e assessoramento ao processo de credenciamento de cursos de Mestrado e Doutorado em Museologia. Acervo CEDOC/FESPSP.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S. l.], nº.31, p. 254-273, 2005.

GONDAR, Jô. Quatro preposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: FESPSP, 1977. Acervo MAE/USP.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Texto III. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, Governo Democrático de São Paulo, CONDEPHANNT, p. 59-64, 1984. Acervo MASP.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Tentativa de avaliação da 1ª. Presidência da Assapam quanto ao desempenho da 1ª. Diretoria da entidade**. São Paulo, 1985, 2p. Trabalho não publicado. Acervo CEDOC/FESPSP.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Formação do museólogo: porque em nível de pós-graduação? BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 232-236, 2010a.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia: formação no Brasil – a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo/Fesp. BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 253-262, 2010b.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Quem são e o que são os museólogos. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 237-242, 2010c.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 123-126, 2010d.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. O mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 215-223, 2010e.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia. **Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991a. Acervo MAE/USP.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e Futurologia. **Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991b. Acervo MAE/USP.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sobre o curso de Museologia. **Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991c. Acervo MAE/USP.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Formação Profissional. **Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991d. Acervo MAE/USP.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ, Vozes, p.103-133, 2000.

HALL, Stuart. **Cultural representations and signifying practices**. Glasgow: The Open University, p.1-30, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <bdtid.ibict.br>. Acesso em 3 jun. 2013.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução às Ciências Humanas: análise de epistemológica histórica**. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1994.

JOHNSON, H. M. Grupo. In: **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p.526-527, 1987.

JOSÉ MANOEL DE ANDRADE PIRES. **Informação sobre o Curso de Museus e Luiz Fernando Fernandes Ribeiro**. Mensagem recebida por <priarigoni@gmail.com> no dia 27 de abril de 2015.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNI

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Política Nacional de Museus**. Disponível em: <www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em dez. 2013.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: EDUC; Mercado das Letras, 1980.

LAPASSADE, George. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: ‘tematizando’ Bourdieu para um convite à reflexão. **Museologia & Interdisciplinaridade – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, Brasília, vol. 2, no. 4, maio/jun. 2013.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museus, museologia e informação científica: uma abordagem interdisciplinar. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museu e Museologia:**

interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, p.99-111, 2009. (MAST Colloquia; 11)

OUSADA, Ana Maria. Conservador e Museólogo: abordagem de conceitos. **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº 1, p.55-62, 1993. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/472/375>>. Acesso em fev. 2014.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias**: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil**: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado de Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49)

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber sobre para escrever história nos museus? **Cadernos Tramas da Memória 2011**. Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Net; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará; nº.1 (maio 2011). Fortaleza: INESP, p. 9-28, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MANOEL-CARDOSO, Pedro. O que é museologia? **Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Unochapecó, ano 27, no. 41 – Museologia Social, 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em fev. 2015.

MARIANI, Bethânia S. C. Uma disciplina do entremeio. In: _____. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, p.21-58, 1998.

MARTINS, Sergio Pinto. **Profissões Regulamentadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

MATARAZZO, Andrea. Apresentação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guanieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 11-16, 2010.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural em museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**, São Paulo, nº.1, p.207-222, 1993.

MENEZES, Caroline Grassi Franco de. Associação Paulista de Museólogos (Asspam): apontamentos para uma história de protagonismo na Museologia paulista. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guanieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 47-102, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. O Plano Nacional de Cultura e a Política Nacional de Museus. In: _____. **Plano Nacional**

Setorial de Museus 2010/2020. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/IBRAM, p.9-19, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Perguntas frequentes relacionadas ao Plano Nacional de Cultura.** Disponível em: <www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>. Acesso em dez. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Federal Educação. **Associação Brasileira de Museologia – RJ.** Brasília, 16 de março de 1998. Dispõe sobre Curso de Pós-graduação em Museologia do Instituto de Museologia de São Paulo e solicita informação sobre reconhecimento do curso e se aos diplomados caberia o título de Museólogo. Acervo CEDOC/FESPSP.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da saudade:** esquecimento e memória em Gustavo Barroso. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUC-SP, 2006.

MORAIS, Frederico. Condução dos museus: a visão clara das questões culturais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 mar. 1982. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

MUSEOLOGIA É A MAIS NOVA PROFISSÃO REGULAMENTADA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jun. 1985. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

MUSEÓLOGOS ANALISAM REGULAMENTAÇÃO HOJE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 mar. 1982. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

MUSEÓLOGOS DEBATEM SUA REGULAMENTAÇÃO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1982. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. **Curso de Museologia.** São Paulo, 1977. Dispõe sobre o histórico do curso de Museologia e diretrizes do convênio MASP/FESPSP. Acervo MASP.

MUSEU DE ARTE SACRA DA BAHIA. **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.mas.ufba.br/>>. Acesso em jul. 2014.

MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sobre o museu.** Disponível em: <<http://www.uneb.br/mct>>. Acesso em jul. 2014.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **O “Brasil Colonial” e a exposição do Mundo Português de 1940.** Tese (Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2008.

NASCIMENTO JUNIOR, José. Plano Nacional Setorial de Museus: uma agenda política para os próximos 10 anos. In: MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020.** Brasília, DF: MinC/IBRAM, p.8, 2010.

NASCIMENTO JUNIOR, José; CHAGAS, Mário (orgs.). **Política nacional de museus.** Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2007.

NAZARETH, Gilson de Coutto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia:** uma proposta ao problema curricular. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NUNES, Marília Duarte; BARROS, Sigrid Porto de; SARMENTO, Therezinha Maria Lamego de Moraes. **Carta do grupo de trabalho instituído pela portaria nº. PRESI-1/76 de 30/08/1976.** Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1977. Correspondência enviada ao Presidente da ABM Arnaldo Machado. Acervo Institucional do Museu do Homem do Nordeste.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso.** Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: PUC, 2003.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; COSTA, Carlos Alberto Santos; NUNES, Gilson Antonio. Perfil dos cursos de graduação em Museologia do Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; OLIVEIRA, Luciane Monteiro. **Sendas da Museologia.** Ouro Preto, MG: UFOP, p. 41-66, 2012.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; COSTA, Carlos Alberto Santos; MENDONÇA, Elizabete de Castro; NUNES, Gilson Antonio. Proposta de diretrizes para o currículo referencia de formação de graduação em Museologia – bacharelado. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; OLIVEIRA, Luciane Monteiro. **Sendas da Museologia.** Ouro Preto, MG: UFOP, p. 67-90, 2012.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. **De casa que guarda relíquias à instituição que cuida da memória: a trajetória do conceito de museu do Museu Histórico Nacional.** Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, 1995.

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. **Universidade do Rio de Janeiro – discurso, memória e identidade: gênese e afirmação.** Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2002.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Panorama da história da educação no Brasil: revisando e contextualizando memórias educacionais. In: _____. **A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio: os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional.** Tese (Doutorado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, p. 97-150, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** Disponível em: <<http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/eniollandi.pdf>>. Acesso em out. 2005.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **Binômio linguística-ciência da informação: abordagem teórica para elaboração de metafiltro de recuperação da informação.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT/DEP-UFRJ/ECO, 2001.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; OLIVEIRA, Carmem Irene de. A representação metafórica nos caminhos do conhecimento em tempos de comunicação globalizada. **DataGramZero – Revista de Informação**, [S. l.], v.6, n.5, out. 2005.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; OLIVEIRA, Carmem Irene de. A linguagem na construção do sentido: discurso e organização em redes sociais. In: GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (orgs.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento.** Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, p. 143-170, 2006.

ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d' Água, 2013.

PAIXÃO, Gisele Marques Leite. Waldisa Russio uma vocação. **Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991b. Acervo MAE/USP.

PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. **Projeto de Pesquisa Histórico da Coleção Valentin Calderón**. Monografia (Curso de Museologia). Bahia, Salvador: UFBA, 1999.

PASSOS, Antonio Marcos. A formação das coleções do MAE/UFBA. **Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Salvador, no. 2, ano 1, p.5, dez 2012/jan 2013. Disponível em: <www.mae.ufba.br>. Acesso em jul. 2014a.

PASSOS, Antonio Marcos. Memórias do Prof. Pedro Agostinho sobre o MAE. **Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Salvador, nº. 6, ano 2, p. 8, ago. 2013/jan 2014. Disponível em: <www.mae.ufba.br>. Acesso em jul. 2014b.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michael Pêcheux. Campinas: UNICAMP, p. 311-319, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PICCHIA, Menotti Del. Saudação a Waldisa Rússio. **Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991g. Acervo MAE/USP.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº. 10, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº. 3, 1989.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL. **Linha de Pesquisa Memória e Linguagem**. Disponível em: <www.memoriasocial.pro.br/linhas/oque-proposta.php?linha=ml>. Acesso em jan. 2014.

REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. **Conheça as dimensões do Reuni**. Disponível em: <reuni.mec.gov.br/>. Acesso em jan. 2014.

REGULAMENTAÇÃO, PRINCIPAL ASPIRAÇÃO DOS MUSEÓLOGOS. **Jornal de Brasília**, Brasília, 04 jun. 1983. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

RESERVA DE DIPLOMA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1982. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

RICOEUR, Paul. **A Metáfora Viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SÁ, Ivan Coelho de. Apresentação. In: PITAGUARY, Geraldo. **A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo**: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus – MHN em 1945. Rio de Janeiro: UNIRIO, p.11-28, 2006.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.39, p.10-42, 2007.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

SÁ, Ivan Coelho de. Subsídios para a história da preservação no Brasil: a formação em conservação-restauração no Curso de Museologia da UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.42, p.11-32, 2012.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arqueologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo – Revista da Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v.26, n.º. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.

SÁ, Ivan Coelho de. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorato (orgs.). **90 anos de Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 223-243, 2014.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. Formação de pessoal para museus, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. In: **Estudos de Museologia**, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 75- 83, 1994. (Cadernos de ensaios, 2)

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. A construção do conhecimento na museologia: reconstruindo um processo histórico e demarcando posições. In: _____. Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário. **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n.º.7, p.99-133, 1996.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. A formação do museólogo e o seu campo de atuação. In: _____. Reflexões museológicas: caminhos da vida. **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n.º.18, p.169-198, 2002.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. Narrando encontros e caminhos: entrevista concedida a Mário de Souza Chagas. In: _____. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPAHN/DEMU, p. 09-28, 2008a. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: _____. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPAHN/DEMU, p. 175-228, 2008b. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. Museu de Arqueologia e Etnologia: uma experiência inovadora na UFBA. **Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Salvador, n.º. 6, ano 2, p. 3-4, ago. 2013/jan 2014. Disponível em: <www.mae.ufba.br>. Acesso em jul. 2014.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. Um compromisso com a Museologia. **Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Unochapecó, ano 27, no. 41 – Museologia Social, 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em fev. 2015.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura dos. **O curso de museologia da UFBA: um olhar sobre os caminhos percorridos – 1970 a 1997**. Salvador, 2015. 30p. Trabalho não publicado.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **História, tempo e memória: um estudo sobre os museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablums, 2003.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia ou Patrimoniologia: reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, p.43-60, 2009. (MAST Colloquia; 11)

SILVA, Elizer Pires da Silva. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil**. Tese (Doutorado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

SILVA, Leo Fonseca. **Carta com esboço do ante-projeto de lei para regulamentação da profissão**. Rio de Janeiro, 1968. Correspondência dispõe sobre documento elaborado pelos funcionários do Museu Histórico Nacional e os discentes do Curso de Museus. Acervo da Biblioteca Virtual/MHN.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.73-102, 2009.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN (1932-1978): o perfil acadêmico-profissional**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2009.

SIQUEIRA, Graciele Karine. História e trajetória da formação em Museologia através do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional – MHN – 1932/1978. **Cadernos Tramas da Memória 2011**. Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Net; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará; nº.1 (maio 2011). Fortaleza: INESP, p. 81-102, 2011.

SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SÁ, Ivan Coelho de. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. **Revista CPC**, do Centro de Preservação Cultural da USP, São Paulo, n.6, p.142-169, maio 2008/out. 2008.

SIMÕES, Ruy. **A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SOARES, Bruno Brulon; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorato (orgs.). **90 anos de Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 244-262, 2014.

TORAL, Hernán Crespo. Apresentação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 23-27, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Departamento de História. **Parecer do Curso e Currículo de Museologia**. Salvador, no dia 01 de julho de 1970a. Dispõe sobre opção de alocar o Curso de Museologia no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Acervo FFCH/UFBA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Câmara de Ensino de Graduação. **Parecer nº. 152/70**. Salvador, no dia 25 de agosto de 1970b. Dispõe sobre a vinculação do

Curso de Museologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Acervo FFCH/UFBA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Câmara de Ensino de Graduação. **Ofício nº. 33/71**. Salvador, no dia 10 de março de 1971. Dispõe sobre a aprovação do currículo pelo do Curso de Museologia. Acervo FFCH/UFBA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Museologia. **Estágio III**. Salvador, no dia 10 de outubro de 1973. Dispõe sobre a elaboração do Projeto de Setor Educativo da Exposição Cívico Militar “Bandeiras e Armas da Independência e 1º. Reinado”, no Forte de São Pedro. Acervo FFCH/UFBA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Superintendência Geral do Ensino de Graduação e Corpo Docente. **Ofício nº. 4539**. Rio de Janeiro, no dia 02 de maio de 1972. Dispõe sobre a remessa de diploma de museólogo conferido pela Unidade Universitária a Luiz Fernando Fernandes Ribeiro relativo a Seção de Museus Artísticos. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Graduação em Museologia. **Ficha de matrícula**. Rio de Janeiro, no dia 04 de março de 1969. Dispõe sobre a matrícula de Luiz Fernando Fernandes Ribeiro e o histórico escolar discente na Seção de Museus Artísticos. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

VALENÇA, Jandira. Nos Museus da Bahia você vê tudo, menos museólogos. **Diário de Notícias**, Salvador, 14 nov. 1972. Acervo MAE/UFBA

VIEIRA, Ana Carolina Maciel; NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro; MATOS, Juliana da Silva; FARIA, Ana Carolina Gelmini; MACHADO, Deusana Maria da Costa; PONCIANO, Luiza Corral Martins de Oliveira. A Contribuição dos Museus para a Institucionalização e Difusão da Paleontologia. **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro, vol. 30-1, p.158-167, 2007. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2007_1/2007_1_158_167.pdf>. Acesso em jul. 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Zanini, Walter. MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Observações sobre a situação atual da formação de Museólogos no Brasil**. São Paulo, 1965. Dispõe sobre sugestões para um Curso de Museologia apresentado no IV Congresso Nacional de Museus da ABM. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. **Colegiado do Curso de Museologia**. Salvador, 1973. Dispõe sobre grade curricular do Curso de Museologia. Acervo particular da Prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.7-72, 2009.

ZANOTTO, Mara Sophia; MOURA, Heronildes Maurílio de Melo; NARDI, Maria Isabel Asperti; VEREZA, Solange Coelho. Apresentação à edição brasileira. In: LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáfora da vida cotidiana**. Campinas, São Paulo: EDUC, p.9-37, 2002.

ZOLCSAK, Elisabeth. Editorial. **Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo – FESP**, São Paulo, 11 de junho de 1991a. Acervo MAE/USP.

APÊNDICES

APÊNDICE A**LISTA DE TESES E DISSERTAÇÕES DO ESTADO DA ARTE**

Trabalhos disponíveis na Base de Tese da CAPES/MEC e Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BSTD) do IBICT tendo articulação com objeto de estudo a partir dos termos de indexação: Museologia e Museólogo.

CURSO	AUTOR	TITULO	ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO
Mestrado	Myrian Sepúlveda dos Santos	História, tempo e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional	1989	Sociologia	UERJ
Mestrado	Gilson do Coutto Nazareth	Fundamentos epistemológicos da Museologia: uma proposta ao problema curricular	1991	Educação	FGV
Mestrado	Vânia Dolores Estevam de Oliveira	De casa que guarda relíquias à instituição que cuida da memória: a trajetória do conceito de museu no Museu Histórico Nacional	1995	Memória Social	UNIRIO
Tese	Mário de Souza Chagas	Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro	2003	Ciências Sociais	UERJ
Mestrado	Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira	O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso	2003	História	PUC-RIO

Mestrado	Aline Montenegro Magalhães	Colecionando relíquias: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 a 1937)	2004	História Social	UFRJ
Mestrado	Graciele Karine Siqueira	Curso de Museus – MHN (1932-1978): o perfil acadêmico-profissional	2009	Museologia	UNIRIO
Mestrado	Raquel Luise Pret Coelho	Ver é conhecer: memória e identidade no processo de revitalização do Museu Histórico Nacional (1982-1989)	2010	Memória Social	UNIRIO
Mestrado	Ana Carolina Gelmini de Faria	O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958)	2013	Educação	UFRGS

Fonte: Elaborado a partir de informações disponíveis no Banco de teses da CAPES e na Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT.

ANEXOS

ANEXO A

LISTA DE BOLSAS DO CURSO DE MUSEUS

Quadro de bolsistas do Curso de Museus no período de 1942 a 1967

ESTADO	BOLSISTA	MATRICULA	FORMATURA
BA	Lilah Pinho Saback	1942	1943
	Maria Auxiliadora Tosta Santos Silva de Siqueira	1945	1947
	Herundina Ferreira Baptista	1946	1948
	Amazília Atuí Negrão	1948	1950
	Florisvaldo dos Santos Trigueiros	1949	1951
	Celina Salles Trigueiros	1950	1952
	Gisélia Antonia Gomes Leite	1951	1953
	Raymundo Martins da Costa	1952	1954
	Mariá Saraiva	1953	-----
	Lúcia Bittencourt Marques de Oliveira	1954	1956
	Maria Mercedes de Oliveira Rosa	1954	1961
	Maria de Lourdes da Silva	1955	-----
	Alba Regina Soares de Queiroz	1962	-----
	Ana Lúcia Soares Uchoa	1967	1969
	Lúcia Maria de Almeida Mattos	1967	-----
RS	Rita Gomes Soares	1946	-----
	Yedda Teixeira de Oliveira	1946	1948
	Almerinda Veríssimo Corrêa	1954	1956
	Janine Armando de Azevedo	1956	-----
	Maria José Soares Daudt	1957	1959
	Julieta Pinto Sá Brito	1958	1960
	Olga Gudolle Cacciatore	1959	1961
CE	Maria Afonsina de Albuquerque Furtado	1946	1948
	Lucy Altiva Seraine	1952	1954
	José Luiz Gonzaga de Lavor Campos	1954	-----
	Eneida Assunção Simões	1956	-----
	Maria Elys Olimpo Costa	1957	-----
	Auta Rojas Barreto	1958	1960
	Vânia Maria Gurgel Bastos	1961	1963
	Henrique Medeiros Barroso	1964	-----
SP	Mabel Vargas	1946	-----
	Marcelina Alvez Brandão	1946	1948
	Maria Barreto	1946	1948
	Maria Leontina Mendes de Almeida Franco	1946	1948
	Nara Tormi Jordão	1949	1951

	Fernanda Camargo-Moro	1954	1956
MG	Paulo Kruger Corrêa Mourão	1943	1944
	Arlette Corrêa Netto	1948	1950
	Clara Botelho Martins Pereira	1949	1951
	Eunice Guimaraes Vasconcellos	1955	-----
	Décio de Souza Ferreira	1956	-----
	Maria Rita Figueiredo Pereira	1958	1960
MA	Maria de Jesus Muniz Lima	1948	-----
	Lucy de Jesus Teixeira	1949	1951
	Maria do Perpetuo Socorro e Sousa	1950	1952
	Maria Liz de Jesus Machado Bacelar	1952	1954
	Therezinha de Jesus Marques Martins	1953	1955
	Maria Lúcia Gama	1962	-----
PR	Cleon Faria Affonso da Costa	1956	1958
	Beatriz Pellizzetti	1960	1962
	Marília Duarte Nunes	1960	1962
AM	Nair Alvez Fereira	1949	1951
	Maria Perpetuo Socorro Benages Gonçalves	1962	1964
PE	Dinaldo Buarque de Gusmão	1951	1953
	Aécio de Oliveira	1967	1970
RJ	Maria Marlene Mattos da Silva	1956	1958
	Georgeta David Sayah	1960	1962
SC	Aldo Domingues	1952	1954
	Selma Sfeir	1954	1956
ES	Neyla Toledo de Macedo	1958	1960
GO	Maria José e Silva	1961	-----
SE	Maria Thethis Nunes	1957	1959
MT	Clara Pastora Leite	1955	1957
Argentina	José Martin de Baratolomé	1967	1969

Fonte: Sá e Siqueira (2007, p. 268-269)

ANEXO B**Projeto de Regulamento da Profissão, Lei nº. 801, 1963**

ANEXO C**Leo Fonseca e Silva (196[?]) – Projeto de Regulamento da Profissão, 1968**

ANEXO D**Projeto de Regulamento da Profissão, 1974**

ANEXO E**Projeto de Regulamento da Profissão, 1979**

ANEXO F

BARRETO (1978) – Carta da presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Museologistas (ABM) para o presidente Dr. Arnaldo Machado

ANEXO G**Anteprojeto, 1981**

ANEXO H**Carta Rio de Janeiro, 1981**

ANEXO I**Projeto de Lei nº. 4.858 A, 1981**

ANEXO J**Projeto de Lei nº. 5.654, 1981**

ANEXO L

Parecer de 12 de abril de 1982 sobre o processo de regulamentação da profissão de museólogo

ANEXO M

Relatório sobre os projetos 4.858 A/81 e 5.654/81 com proposta do substitutivo do Projeto de Lei nº. 4.858B/81

ANEXO N

Documento formulado pelo Grupo Temático 02: O Museólogo e o Mercado de Trabalho no campo da Museologia

ANEXO O

Relatório e Parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social, de 01 de dezembro de 1982